



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**A FORMAÇÃO EM ENFERMAGEM NO BRASIL E AS IMPOSIÇÕES DO
CAPITAL EM CRISE**

FILLIPE MANOEL SANTOS CAVALCANTI

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2015**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**A FORMAÇÃO EM ENFERMAGEM NO BRASIL E AS IMPOSIÇÕES DO
CAPITAL EM CRISE**

FILLIPE MANOEL SANTOS CAVALCANTI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Solange Lacks.

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2015**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Cavalcanti, Fillipe Manoel Santos

C376f A formação em enfermagem no Brasil e as imposições do capital em crise / Fillipe Manoel Santos Cavalcanti ; orientadora Solange Lacks. – São Cristóvão, 2015.
189 f.

Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2015.

1. Enfermagem – Estudo e ensino. 2. Currículos. 3. Formação profissional. 4. Ideologia. 5. Capitalismo. I. Lacks, Solange, orient. II. Título.

CDU 378.046-021.64:616-083



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO



FILLIPE MANOEL SANTOS CAVALCANTI

A FORMAÇÃO EM ENFERMAGEM NO BRASIL E AS IMPOSIÇÕES
DO CAPITAL EM CRISE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe e aprovada pela Banca Examinadora.

Aprovada em: 17. 04. 2015

Prof.^a Dr.^a Solange Lacks (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS

Prof.^a Dr.^a Silvana Aparecida Bretas
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS

Prof. Dr. Sóstenes Ericson Vicente da Silva
Universidade Federal de Alagoas /UFAL

SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2015

Solange Lacks, a você dedico esta obra.

AGRADECIMENTOS

Ao criador.

Ao conjunto familiar de tios, primos, irmãos e avós, em especial a João Batista, Margarete Santos e Lílian dos Santos por terem sido a minha pilastra de apoio durante os momentos mais difíceis desses dois anos.

À Manoel Valdevino, proletário e pai, símbolo máximo de amor, dedicação e abnegação. Por todas as vezes que seu sacrifício foi minha ponte dialética; por seu exemplo ser inspiração para abraçar a luta histórica da classe trabalhadora. Amo-te.

À Maria Gorete, por ser amor, puramente amor; por ser além de mãe, melhor amiga; por todas as vezes que seu amor foi meu alimento; por seu exemplo me fazer acreditar numa sociedade de fato justa e fraterna e lutar todos os dias de minha vida para alcançar tal objetivo. Amo-te.

À Solange, pela sua tese de doutorado; por todo carinho dedicado; por ser mais que uma orientadora, por ser amiga, ser mãe; por ser o melhor presente que o destino me deu nesses dois anos; pelos momentos de dificuldade em que seu amparo foi meu refúgio e principalmente pelos momentos em que sua energia radiante era condição suficiente para desfazer as trevas que me rodeavam. Contes sempre comigo, sempre.

À Sóstenes, pela amizade e por todas as preciosas contribuições teóricas; por ser o divisor de águas na minha trajetória acadêmica; por ser a referência que é.

À Silvana, pelo carinho que leu esta obra e pelo esforço que realiza para comparecer a este momento.

À Benedito, por ser o fundador da possibilidade de ingresso no mestrado. A você meu eterno reconhecimento.

À Luís, grande amigo, por ter sido camarada, compartilhador das dores de ganhar o mundo; pelos inúmeros debates teóricos que travamos, debates estes, que inclusive, muito me fazem falta atualmente.

À Hortência, por todo amor, carinho e cuidado.

Ao grupo GEPEL, pelo alicerce teórico e pela oportunidade de entender melhor o significado de dialética.

Aos amigos que fiz nesse tempo, por terem sido peças valiosas e fundamentais para a conclusão dessa etapa. Em especial agradeço a Juliana, Yris, Lauro, Karla, Ivone, Carlos e Gaby.

“A crítica arrancou as flores imaginárias dos grilhões, não para que o homem suporte grilhões desprovidos de fantasias ou consolo, mas para que se desvencilhe deles e a flor viva desabroche”.

Karl Marx, 1843, em Crítica da filosofia do direito de Hegel

RESUMO

Esse trabalho analisa, à luz da dialética materialista histórica, as determinações do capital em crise estrutural na formação profissional de enfermeiros brasileiros partindo, centralmente, da relação entre o projeto societário burguês e as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação em enfermagem. Para tal recuperamos as funções sociais da ideologia, da educação, do Estado moderno e da enfermagem, bem como as refrações/determinações que a crise estrutural do sistema do capital coloca para esses complexos. O presente estudo consiste em uma pesquisa do tipo bibliográfica, realizada com base em livros, artigos, teses, dissertações e documentos selecionados com base na temática em estudo, com destaque para publicações que tratavam sobre “Ideologia, Educação e Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem”. Foram utilizados como descritores: Currículo – Formação profissional – Enfermagem – Ideologia. Tal investigação foi realizada no período de abril de 2013 a abril de 2015 e possibilitou entender que o projeto societário burguês, incorporando as expressões do atual momento de acumulação do capital, se materializa de forma eminentemente ideológica nas diretrizes curriculares nacionais de graduação em enfermagem, determinando sua própria formulação e requisitando entre, outras coisas, um perfil profissional alinhado ideologicamente às demandas da reprodução do capital face a sua crise estrutural.

Palavras-chave: Currículo – Formação profissional – Enfermagem – Ideologia

ABSTRACT

This work analyzes, in the light of the materialistic dialectic historical, determinations of capital in structural crisis in the vocational training of Brazilian nurses assuming, centrally, the relationship between the project corporate bourgeois and national curriculum guidelines for undergraduate nursing courses. To this end we recover the social functions of ideology, of education, of the modern State and nursing, as well as the refrações/determinations that the structural crisis in the system of capital places for these complexes. The present study consists of a search of bibliographic type, performed on the basis of books, articles, theses, dissertations, and selected documents on the basis of thematic study, with emphasis on publications that dealt with on "Ideology, Education and National Curricular Guidelines for Undergraduate Courses in Nursing". Were used as descriptors: Curriculum - vocational training - Nursing - Ideology. This research was carried out in the period of April 2013 the April 2015 and allowed understand that the project corporate bourgeois, incorporating the terms of the current moment of capital accumulation, is materialized so highly ideological in the national curricular guidelines for undergraduate nursing, determining its own formulation and requesting among other things, a professional profile aligned ideologically the demands of capital reproduction face its structural crisis.

Keywords: Curriculum. Vocational Training. Nursing. Ideology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I - A ENFERMAGEM E A REPRODUÇÃO DO SISTEMA DO CAPITAL EM CRISE ESTRUTURAL.....	20
1.1 A FUNÇÃO SOCIAL DO CUIDADO DE ENFERMAGEM E SUA ARTICULAÇÃO ONTOLÓGICA COM A ESFERA ECONÔMICA.....	21
1.2 A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E SUAS REFRAÇÕES NA PRÁTICA PROFISSIONAL DA ENFERMAGEM BRASILEIRA.....	43
CAPÍTULO II - ESTADO, EDUCAÇÃO E IDEOLOGIA – REFRAÇÕES PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA AMÉRICA LATINA.....	70
2.1 A FUNÇÃO SOCIAL DO ESTADO MODERNO.....	70
2.2 EDUCAÇÃO E IDEOLOGIA – UMA RELAÇÃO ONTOLÓGICA DE RECIPROCIDADE DIALÉTICA.....	82
2.3 EDUCAÇÃO E IDEOLOGIA NA SOCIEDADE DO CAPITAL – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	92
2.4 A CRISE ESTRUTURAL DO SISTEMA DO CAPITAL E SUAS REFRAÇÕES PARA O ESTADO E PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA AMÉRICA LATINA.....	104
CAPÍTULO III - O PROCESSO HISTÓRICO DE ELABORAÇÃO DAS DCENF À SOMBRA DA CRISE ESTRUTURAL DO SISTEMA DO CAPITAL.....	110
3.1 CURRÍCULO E DCENF EM PERSPECTIVA.....	110
3.2 A RELAÇÃO ENTRE PROJETO SOCIETÁRIO BURGUESES E AS DCENF.....	134
3.2.1 A formação das competências: o “canto da sereia” internalizado para a formação de enfermeiros no Brasil.....	136
3.2.2 A crítica da cidadania na formação em enfermagem.....	155

3.3 OS LIMITES E AS CONTRADIÇÕES DE UMA FORMAÇÃO EM ENFERMAGEM DIRECIONADA AO SUS.....	163
À GUIA DE CONCLUSÃO.....	176
REFERÊNCIAS.....	180

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata da problemática da formação profissional de enfermeiros no Brasil em tempos de consolidação do projeto neoliberal e dá sequência aos estudos iniciados na graduação sobre o mesmo problema¹. Retomamos aqui a particularidade curricular do processo formativo, precisamente a investigação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem (DECENF).

Para tal, partimos de um paradigma educacional que é totalmente determinado e articulado com as demandas econômicas do novo momento histórico do capitalismo em sua *crise estrutural*². Apoiados nos pressupostos formulados por Mészáros (2002), compreendemos que os rebatimentos dessa crise se estendem a todos os complexos sociais, inclusive sobre a educação e a saúde. Destarte, temos por noção basilar que nosso objeto de estudo se articula indissociavelmente com a crise estrutural do sistema de produção capitalista e com as estratégias adotadas pela classe economicamente dominante para o seu enfrentamento.

Daí que, no atual cenário educacional, cada vez mais expressões como, formação de competências e habilidades, formação polivalente, formação para a criatividade e formação para a cidadania, ganham destaque no horizonte dos processos formativos para o século XXI e, com grande frequência, foram propostas em formas de políticas públicas nos países da América Latina.

Nesse sentido, vários países e organismos internacionais - UNESCO, UNICEF, PNUD e Banco Mundial - são convocados pelos imperativos do capital a darem justificativas e respostas às novas necessidades para a formação dos trabalhadores. Um exemplo importante desse cenário foi a realização da Conferência Mundial da Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990. A referida conferência foi o

¹ Nos referimos ao Trabalho de Conclusão de Curso concluído em 2012 e intitulado: “O processo de formação do enfermeiro brasileiro face às imposições do modelo neoliberal”. Posteriormente, no segundo semestre de 2013, o referido trabalho foi publicado na forma de livro pela Editora da Universidade Federal de Alagoas (EDUFAL) com o mesmo título.

² Uma análise mais aprofundada das determinações fundamentais da crise estrutural do sistema do capital será realizada no capítulo 1.

marco para a educação institucional no seio do capital, agora mais explicitamente tratada a nível mundial e vinculada com o setor econômico³ (GOMES, 2012).

É ainda em meados dos anos 1990 que uma nova pedagogia passa a direcionar o processo de formação profissional no Brasil. Situada entre as contemporâneas pedagogias do *aprender a aprender*, encontra-se a pedagogia das competências⁴, que explicita o foco da aprendizagem como sendo preparar o aluno para sua inserção social (PARO, 2006). Em linhas gerais, a educação calcada na pedagogia das competências, volta-se

[...] para a qualificação para o trabalho, compromete-se com a formação de força de trabalho adaptada a uma realidade de instabilidade social e econômica, o que demanda competências como a capacidade de assimilar mudanças, a autonomia e o respeito às diferenças. Nessa realidade de exclusões econômicas e culturais, as “desigualdades são sublinhadas em nome do direito às diferenças” (PARO, 2006, p.187, grifo da obra).

Aqui situamos a particularidade da Enfermagem. À medida que esta passou a ocupar novos espaços, tornou-se necessária uma readequação curricular, que melhor atendesse à realidade profissional. Observamos, então, uma boa receptividade às mudanças engendradas a partir de tal concepção de aprendizagem, o que pode ser evidenciado na afirmação de Fernandes (apud MALAGUTTI, 2007, p. 03), na medida em que compreende com certa *naturalidade* as mudanças curriculares em função das transformações sociais.

As mudanças paradigmáticas na educação sinalizam como organizar e avaliar o projeto político-pedagógico diante de recursos diversos, os quais devem contemplar as questões políticas, sociais, éticas e legais, e do próprio mundo do trabalho em enfermagem. Desse modo, a educação significa abrir fronteiras para um vir-a-ser (*idem. ibidem*).

Por seu turno, Aued *et al.* (2001, p.178), ao discutirem sobre as relações entre formação profissional e desenvolvimento humano, sob dois parâmetros principais, considerando a dicotomia educação-trabalho, explicam que no primeiro plano

³ Gomes (2012) em seu artigo intitulado “O ajuste das políticas educacionais às determinações do capital em crise: considerações iniciais sobre os rumos na América Latina”, chama a atenção para o fato de ser de fácil reconhecimento, desde meados da década de 1980, a parceria entre Unesco e Banco Mundial no que se refere a diagnósticos e propostas de reformas do ensino na perspectiva de atendimento às demandas do mercado.

⁴ No Brasil, a pedagogia das competências tornou-se o discurso oficial do Ministério da Educação através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que, por sua vez, apresentam-se em perfeita coerência com os pressupostos apresentados na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (PARO, 2006, p.185).

[...] uma visão mais otimista correlaciona o aprimoramento do conhecimento humano ao aprimoramento da tecnologia do trabalho, o que implica dizer que a educação deve acompanhar a realidade mercadológica. No segundo plano, numa visão mais pessimista quanto à capacidade mercadológica, apesar de ter como eixo de estudo o processo de trabalho, atribui-se ao processo educativo em si o papel instrumentalizador do conhecimento e democratizador de oportunidades de formação profissional, visto que o determinismo econômico e tecnológico somente tem acentuado a desqualificação do trabalhador, via menor capacidade de reação cognitiva e redução da oferta de emprego.

É no bojo da primeira concepção que situamos a condição atual da enfermagem brasileira, reconhecendo a sua vinculação com as determinações do mercado de trabalho. No contexto da educação em geral, observamos uma tendência de incorporar conceitos como autonomia, participação, trabalho em equipe, cooperação, qualidade de vida do trabalho (QVT), “que operam como elementos promocionais, por parte das organizações, das chamadas políticas de Recursos Humanos” (AUED *et al.*, 2001, p.179), enquanto tentativa de fazer confluir

os interesses gerados pela absorção do instrumental técnico (domínio científico e tecnológico) e o compromisso de conciliar a qualidade formal (a competência técnica) com a qualidade subjetiva (a identificação com o trabalho e seus aspectos motivacionais) (*idem, ibidem*, grifo da obra).

É nesse contexto que entendemos que a educação, a exemplo de outros complexos existentes na sociedade, “reflete a estrutura econômica, social e política vigente, os interesses, valores e correlações de forças. Assim, o currículo se corporifica como elemento que materializa as intenções educativas dos diferentes grupos, especialmente os hegemônicos” (VIEIRA, 2005, p.133).

Considerando a especificidade das Escolas de Enfermagem, a autora lembra que, devido às mudanças nas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Saúde, tais Escolas foram convocadas, nacionalmente, a *uma* reformulação nos seus projetos pedagógicos⁵. Nesse contexto, são consolidadas pelo Parecer nº 1133/2001, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior (CNE/CES) as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem. “Emitido

⁵ Destacamos que “quanto ao ensino superior, a LDB deu início a um processo de transformação no cenário, ao permitir às instituições e aos cursos que exercessem sua autonomia e criatividade, na elaboração de propostas específicas capazes de articular as demandas locais e regionais de formação profissional com os recursos humanos, físicos e materiais disponíveis (BRASIL, 1996). A LDB propôs fundamentar o processo de formação superior no desenvolvimento de competências e habilidades, no aperfeiçoamento cultural, técnico e científico do cidadão, na flexibilização dos currículos e na implementação de projetos pedagógicos inovadores. Essas premissas passaram a requerer uma reestruturação dos cursos de graduação, direcionado a construção de diretrizes curriculares para cada curso” (MALISKA *et al.*, 2011, p.354).

o parecer, foi aprovada a Resolução CNE/CES nº 03, de 07/11/2001 (CNE, 2001), que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Enfermagem (DCENF)” (MALISKA *et al.*, 2011, p.355).

Atualmente, as DCENF são o parâmetro oficial para a organização, o desenvolvimento e a avaliação dos projetos pedagógicos dos cursos de nível superior de enfermagem no Brasil. Em linhas gerais: é o norte curricular “oficial” que os enfermeiros no Brasil precisam seguir.

Atentemos que as DCENF, apesar de conferirem ampla liberdade para elaboração dos projetos pedagógicos, indicam os parâmetros básicos e princípios gerais para a elaboração desses mesmos projetos. Nesse sentido, as atuais diretrizes se propõem a construir um perfil acadêmico e profissional sob uma orientação, a nosso ver específica: Um enfermeiro *crítico reflexivo*, dotado de *habilidades e competências, cidadão* e que promova as políticas públicas do *Sistema Único de Saúde* (SUS), atende a uma forma específica de reprodução *sociometabólica*.

Consideramos ainda que são diversos os aspectos implícitos no processo de mudança curricular mais recente realizado no país, com destaque para o perfil do egresso, que uma vez definido leva as Instituições a repensarem o processo de formação, no sentido de identificar se o enfoque do Curso corrobora para tal finalidade. Apontamos, no entanto, para a necessidade de compreender quais as condições sociais requisitam tal perfil e a que interesses atendem. Uma vez apreendida essa articulação, tornar-se mais explícito em que direção o Curso pretende encaminhar seus *aprendentes*.

É aí que exemplificamos o papel da ideologia na sociedade do capital. A realidade sócio-histórica comprova que nenhuma forma de domínio bem sucedido foi possível sem um complexo e potente conjunto de ideações que visam determinar a conduta de outros homens no sentido colocarem interesses contrapostos como interesses gerais da sociedade. E ainda mais: nenhuma soberania econômica é possível sem o papel ativo da ideologia (MÉSZÁROS, 2008a).

Nesse preciso sentido, e tomando a função social da ideologia em caráter restrito⁶, concebemos que

a ideologia, como forma específica de consciência social, é inseparável das sociedades de classe. Ela se constitui como consciência prática inescapável de tais sociedades, vinculada à articulação dos conjuntos de valores e estratégias rivais que visam ao controle do metabolismo social sob todos os seus principais aspectos (MÉSZÁROS, 2004, p.65).

No contexto de crise estrutural do sistema do capital, o poder ideológico é ainda mais requisitado. A ideologia, através de mecanismos como a mistificação, ocultamento, a naturalização e a apresentação de interesses particulares como se fossem universais, possibilita a aceitação positiva das demandas cada vez mais estranhadas do capitalismo estruturalmente em crise. No caso particular da educação - em seus sentidos *lato* e *estrito*⁷ - por conta de sua natureza eminentemente ideológica e de sua vital importância no processo de reprodução social, isso se dá de forma potencializada.

Na educação institucionalizada escolar, portanto em sentido *estrito*, a ideologia se expressa nas políticas públicas, nos conteúdos curriculares, na cultura, na didática, enfim, em toda realidade que diga respeito ao complexo educativo na escola, invariavelmente no sentido de manter ou de modificar aspectos da realidade social. Ou seja, materializam um determinando *projeto societário*⁸.

No seio das sociedades de classes, os projetos societários são necessária e simultaneamente projetos de classe. Assim, se direcionam para a resolução de conflitos de classes e tendem a colocar seus interesses como correspondentes aos interesses de toda a sociedade. Entendemos que um projeto societário, além de ser um instrumento ideológico, é formulado e internalizado mediante o papel exercido pela ideologia em

⁶ O caráter restrito da ideologia está ligado à sua natureza como instrumento de luta social. Essa questão será melhor analisada no capítulo 2.

⁷ Para Lukács, a educação pode ser compreendida em dois principais sentidos: *lato* e *estrito*. “Considerada em sentido *lato*, a educação guarda significativa similaridade com a linguagem, pois também é um complexo universal, comparecendo em todas as formas de sociedade constituídas pelo homem. A educação é imprescindível em todos os modos de organização social porque sua função consiste em articular o singular ao genérico, reproduzindo no indivíduo as objetivações produzidas ao longo do desenvolvimento do gênero humano e, com isso, possibilitando a continuidade do ser social” (LIMA; JIMENEZ, 2011, p.84). O sentido *estrito* diferencia-se do *lato*, pois esta última consiste no caráter universal, genérico, já a primeira surge a partir da divisão de classe, do antagonismo entre classes. “O surgimento da educação em sentido *estrito*, todavia, não se traduz na eliminação da educação em sentido *lato*. A educação em sentido *estrito* surge como uma diferenciação no interior da educação em sentido *lato*, mas não a substitui. O que se estabelece efetivamente é uma relação de mútua influência entre ambas” (idem, p.88).

⁸ De acordo com Netto (1999, p.02) os projetos societários são aqueles “[...] projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justifica-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la”.

seu sentido restrito e cumpre uma função primordial no processo de dominação material e subjetiva, além de se articular com todos os complexos da reprodução social. Explícita e implicitamente, a formulação e implementação das DCENF materializam um projeto específico de sociedade, propondo, entre outras coisas, um perfil de profissional com uma “forma específica de consciência social”, ajustado ao atendimento das demandas impostas pelo tipo de sociedade pretendida. Diante dessa problemática, a presente pesquisa buscou responder como se dá a relação entre as DCENF e o *projeto societário* que as requisita?

Temos por hipótese que o projeto de sociedade burguês, atualmente composto também por determinações da crise estrutural do capital, exerce nas DCENF uma relação de determinação na sua formulação/implementação, uma vez que se materializa nas diretrizes de forma eminentemente ideológica, requisitando um perfil de enfermeiro ajustado às demandas do capital em crise estrutural, conferindo uma mudança na forma e não na substância. Parece tratar-se de mais uma proposta curricular que incorpora aspectos teórico-metodológicos implementados numa perspectiva de “desenvolvimento profissional”. Contudo, não interfere significativamente no caráter norteador da profissão, uma vez que acentua ainda mais a sua contribuição para a reprodução do modelo societário vigente, o que, em nossa opinião, constitui a sua substância, pois desde o seu momento mais inicial a enfermagem moderna esteve comprometida com tais interesses.

A busca para a composição de parte do banco de dados da pesquisa, realizada no período de abril a dezembro de 2013, identificou 35 obras que tratam em algum momento das DCENF, dentre elas: 31 dissertações e teses disponíveis no site do Banco Nacional de Teses e Dissertações (BDTD), 1 artigo publicado na Revista Brasileira de Enfermagem (REBEn) e 4 textos presentes em livros. Entretanto, não conseguimos identificar nenhuma abordagem radicalmente crítica⁹ por parte da enfermagem no tocante da discussão sobre as DCENF, sua materialidade e construção histórica. De forma geral, tais estudos creditaram as DCENF o parâmetro a ser seguido para a formação de enfermeiros no Brasil. Quando se fizeram presentes, as discussões sobre

⁹ “Por crítica radical entendemos uma compreensão de qualquer fenômeno social que tenha como ponto de partida ou pressuposto a raiz da realidade social, vale dizer, as relações que os homens estabelecem entre si na produção dos bens materiais necessários à sua existência. Isso implica a compreensão do processo histórico e social, com todas as suas mediações, que resultou naquele determinado fenômeno. Constatar o caráter histórico e social de todos os fenômenos sociais significa, por sua vez, fundamentar a possibilidade de uma transformação também radical do mundo” (TONET, 2013, p.66, nota16).

ideologia e economia, ora se apresentavam de forma desarticulada dialeticamente, ora esbarravam no caráter fenomênico da questão. Destarte, analisar e expor o caráter classista das DCENF¹⁰ - como proposta do Estado para a formação profissional de enfermeiros no Brasil -, contribuindo no sentido da construção de uma *consciência de classe*¹¹ realmente crítica por parte da categoria profissional de enfermagem, é em nosso entendimento a justificativa mais latente para o empreendimento dos esforços nessa dissertação.

Temos como objetivo geral analisar a relação entre as DCENF e o projeto societário que as requisitam. Nossos objetivos específicos são: analisar a conformação da atividade profissional de enfermagem no Brasil à sombra da crise estrutural do capital; discutir a relação entre Estado, ideologia e educação na sociedade do capital; e investigar, à luz do materialismo histórico, utilizando o método dialético, o processo de elaboração e implementação das DCENF.

Compreendemos nosso objeto de pesquisa como uma síntese concreta. Assim nos apoiaremos nas indicações teórico-metodológicas desenvolvidas por Marx (2008b, p. 258, 259). Em suas palavras,

o concreto é concreto, porque é síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação.

Ao optar pelo método dialético de Marx, compreendemos que as DCENF comparecem como uma totalidade formada pela articulação de múltiplas determinações. Não nos propomos, no entanto, a analisar a totalidade dessas determinações, mas apenas seus aspectos mais centrais, aqueles que entendemos constituírem a base da dinâmica dessa totalidade. Para tal operamos pelo método das duas vias, onde elabora-se

uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais estrita, chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples; do concreto representado chegaria a abstrações cada vez mais tênues, até alcançar a determinações mais simples. Chegando a esse ponto, teria que voltar e fazer a viagem de modo inverso, [...] mas dessa vez não como uma

¹⁰ Devido à limitação de tempo imposta pela dinâmica da pós-graduação no Brasil, nossa pesquisa terá, quase que em sua totalidade, um caráter analítico, ficando a proposição de possíveis alternativas para estudos futuros.

¹¹ Para uma discussão satisfatória do tema, recomendamos a leitura do artigo: *Consciência de Classe necessária e Consciência de Classe Contingente*, presente no livro “Filosofia, Ideologia e Ciência Social”, de István Mészáros, 2008a.

representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas (MARX, 2008b, p.258).

O presente estudo consiste em uma pesquisa do tipo bibliográfica, realizada com base em livros, artigos, teses, dissertações e documentos selecionados com base na temática em estudo, com destaque para publicações que tratavam sobre “Ideologia, Educação e Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem”. Foram utilizados como descritores: Currículo – Formação profissional - Enfermagem – Ideologia.

A pesquisa constitui uma Dissertação de Mestrado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, tendo sido realizada no período de abril de 2013 a abril de 2015. Tal estudo se vincula ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Física Esporte e Lazer – GEPEL, sob a linha de estudo “Formação de Professores e suas problemáticas significativas”.

O estudo se organiza em 3 capítulos, sendo o primeiro intitulado “A enfermagem e a reprodução do sistema do capital em crise estrutural”. Nesse capítulo buscamos analisar como se dá a função social da enfermagem no seio da sociedade capitalista, bem como os rebatimentos da crise estrutural no exercício profissional de enfermagem. O segundo capítulo, ‘Estado, educação e ideologia – refrações para as políticas educacionais na América Latina’, demonstra como tais complexos se articulam dialeticamente no processo de reprodução do capitalismo estruturalmente em crise determinando os rumos das políticas públicas educacionais no continente latino-americano. O terceiro capítulo “O processo histórico de elaboração das DCENF à sombra da crise estrutural do sistema do capital” investiga, à luz da crítica marxista, o processo histórico de elaboração e efetivação das DCENF. Trata ainda da relação entre o projeto societário burguês e as DCENF, objetivando demonstrar a materialização do projeto societário burguês na proposta curricular das DCENF.

CAPÍTULO I - A ENFERMAGEM E A REPRODUÇÃO DO SISTEMA DO CAPITAL EM CRISE ESTRUTURAL

“A Enfermagem moderna tem sua gênese movida pelo processo de desenvolvimento da sociedade capitalista, o que significa dizer que a necessidade de profissionalização da Enfermagem atendeu, em larga medida, aos requisitos oriundos da expansão britânica na Ásia (se quisermos recuperar a atuação de Florence na Guerra da Criméia), ou mesmo em função do processo de reestruturação do modelo de saúde da Inglaterra (aqui em alusão à criação da Escola de Enfermagem e às recomendações de Florence para a atuação profissional nos Hospitais britânicos da época)”.

Sóstenes Silva e Maxsuel Silva

Compreendemos o objeto dessa pesquisa como sendo uma expressão factual de um determinado período histórico da formação profissional de enfermeiros no território brasileiro. Desse modo, é aqui compreendido como um todo concreto, uma *síntese de múltiplas determinações* na qual a produção material da vida exerce momento fundante. É esse agir metodológico dialético que nos auxiliará na captura das *principais* determinações que se articulam na composição das DCENF, antes da sua discussão de fato. No intuito de proceder metodologicamente como base no método dialético das duas vias, começaremos a decompor nosso objeto de pesquisa a partir da análise da função social da enfermagem.

1.1 A FUNÇÃO SOCIAL DO CUIDADO DE ENFERMAGEM E SUA ARTICULAÇÃO ONTOLÓGICA COM A ESFERA ECONÔMICA

Consideramos que a enfermagem, enquanto particularidade e a exemplo dos diversos complexos sociais, deve ser apreendida na sua articulação com uma totalidade social mais ampla, onde as determinações mais centrais (econômicas, políticas, históricas, ideológicas, culturais, etc.) se articulam dialeticamente numa dinâmica movente/movida.

A enfermagem é uma atividade social da modernidade histórica que tem como fundamento um processo de *particularização*¹² do cuidado. Devido a tal constituição, faz-se necessária uma análise daquilo que é ontologicamente o cuidado. Para nós, o ato de cuidar, enquanto atividade humana, deve ser compreendido como uma práxis social, como uma relação conscientemente orientada entre objetividade e subjetividade. Numa perspectiva ontológica¹³, “[...] o cuidado é portador de um valor social, à medida que sua existência se sustenta com base em necessidades humanas essenciais¹⁴, como comer, vestir, alimentar-se, repousar, abrigar-se, entre outras [...]” (SILVA; CAVALCANTI, 2013, p.15). Essa é para nós uma noção que traduz o caráter universal do cuidado, o que entendemos por *cuidado em geral*.

O *cuidado em geral* se constitui assim, direta e necessariamente, das necessidades postas pela reprodução social, da interação dos homens com a natureza e com os outros homens em sociedade. Portanto, deve ser analisado a partir da materialidade de fatos históricos e concretos. Nesse sentido, agiremos em consonância com Marx e Engels (2007, p. 86, 87), que em uma célebre passagem da *Ideologia alemã*, explicitaram que os pressupostos de que partiram não eram arbitrários, nem dogmas. E sim

¹² Tal processo será analisado a seguir.

¹³ Aqui nos referimos à concepção ontológica desenvolvida por Marx e explicitada por Lucáks. Essa concepção é fundamentalmente sócio-histórica, portanto, original e distinta das concepções ontológicas a-históricas dualistas, das quais a concepção de Darwin é exemplo.

¹⁴ Entretanto, o cuidado possui estatuto ontológico diferente do das necessidades humanas essenciais.

[...] pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica.

Portanto, não se trata de partir de situações meramente ideais¹⁵, subjetivas, mas sim da análise de pressupostos materiais e históricos. É a partir daí que compreendemos que as práticas destinadas ao cuidar estão situadas no campo das necessidades humanas¹⁶, afinal “[...] a própria necessidade de reprodução social precisa da manutenção das condições básicas de existência, a exemplo do alimento e da proteção” (SILVA; CAVALCANTI, 2013, p.22).

No intuito de decompor analiticamente e de apreender as determinações mais essenciais¹⁷ do *cuidado em geral*, tomando-o como uma atividade social vital das sociedades, fez-se necessário atrelá-lo ao ato mais imediato e *essencial* do processo de reprodução social, ao ato primário de atendimento das necessidades humanas básicas, aquele ato que funda a possibilidade de qualquer existência material do ser social.

Consideramos que o “primeiro ato, imposto pela necessidade de sobrevivência, é a transformação da natureza, ou seja, o trabalho” (TONET, 2005, p. 56). Dessa forma, “[...] os homens, para poderem existir, devem transformar constantemente a natureza. Esta é a base ineliminável do mundo dos homens. Sem a sua transformação, a reprodução da sociedade não seria possível” (LESSA; TONET, 2011, p. 17).

O *cuidado em geral*, portanto, se configura como uma atividade que ontologicamente se coloca no sentido de garantir as possibilidades gerais para que o ser social, por meio do trabalho, consiga atender às necessidades básicas humanas e assim se reproduzir socialmente¹⁸. É a partir daí que compreendemos que o *cuidado em geral* possui uma articulação indissociável com a esfera do trabalho. Desse modo, a análise

¹⁵ Aqui nos referimos, seguindo as indicações de Marx, aos exemplos fornecidos pelas análises de Adam Smith e David Ricardo.

¹⁶ Ressaltamos que apesar de estar situado no campo das necessidades humanas essenciais, o cuidado não se configura como uma, mas sim e, fundamentalmente, como uma forma de atendê-las.

¹⁷ Consideramos por determinações essenciais aquelas que, no processo histórico, apresentam continuidade no complexo em questão, e que podem se expressar de forma particular de acordo com as determinações sócio-históricas de cada período. Trata-se de determinações essenciais mutáveis, históricas, que pressupomos, a partir das contribuições de Marx, não de uma concepção de essência imutável, a-histórica, herdeira principalmente da tradição greco-medieval.

¹⁸ Aqui está compreendida também a reprodução biológica, condição eterna do ser social. Apesar de possuírem ontologicamente estatutos distintos, reprodução biológica e reprodução social coexistem em relação mútua, porém, devido à prioridade que o trabalho possui na constituição do homem, o social prevalece.

dos fundamentos ontológicos do *cuidado em geral* deve estar obrigatoriamente associada à categoria do trabalho¹⁹.

Acerca do trabalho, Marx (2013, p. 211) esclarece que

antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, por sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza com uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais do seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana.

O processo de trabalho é o responsável pela produção da base material que sustenta qualquer possibilidade de reprodução social. Sabemos também que outras espécies se apropriam da natureza, porém, esta apropriação não se confunde com o trabalho humano, “não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho” (MARX, 2013, p.211). O que marca a particularidade humana é o fato do homem fazer de sua atividade vital objeto de sua vontade, ou seja, possuir uma *atividade vital consciente*. Tão logo, “pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana” (*idem, ibidem*).

O *cuidado em geral* se constitui de maneira semelhante. Compreendemos que outras formas animais também apresentam ações voltadas ao atendimento de suas necessidades básicas, mas ao contrário dessas formas orgânicas, o ser social ao *cuidar* o faz de forma consciente, genérica, histórica e complexa, não de forma meramente instintiva.

Essa condição consciente do *cuidar* deriva de uma das potencialidades mais fundamentais da relação dialética entre transformação da natureza e subjetividade humana, pois o ser que executa o processo de trabalho

[...] não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho (MARX, 2013, p. 212).

Esse ato de projetar idealmente os fins a serem atingidos por determinada atividade é o que Lukács compreende por teleologia. Esse momento desempenha uma

¹⁹ Devido à relação indissociável entre trabalho e cuidado, tentamos ao longo do capítulo expor nos mesmos itens esses dois complexos, mas ressaltamos que não existe aí uma relação determinista onde o trabalho determina verticalmente as formas assumidas pelo cuidado. Na verdade ao trabalho é atribuído o caráter de fundante, de modelo da práxis.

função primordial no desenvolvimento humano, pois reside aí a possibilidade de escolha entre as alternativas objetivamente dadas em cada situação. Porém, o ato teleológico é apenas um momento do processo de trabalho. Lucáks (1983), em sua ontologia, e se valendo das indicações de Marx, concebe que o processo de trabalho é uma síntese entre teleologia e causalidade, e que apesar de serem em si momentos heterogêneos, se expressam, no processo de trabalho, como uma unidade articulada indissociavelmente.

Como dito, a teleologia é o projeto ideal adequado a um fim, e constitui um dos momentos do processo de trabalho. O outro momento é atribuído à *causalidade*. A *causalidade*, por seu turno,

[...] é exatamente o que caracteriza a natureza, pois esta é regida por leis independentes de qualquer consciência. Sendo assim, seu desenvolvimento jamais poderia ter como consequência um tipo de ser cujo momento predominante não fosse constituído por tais leis (TONET, 2005, p. 62).

É a objetivação teleológica na causalidade, própria do trabalho, que fornece a tal categoria a propriedade ontológica na fundação do ser social. Isso porque é somente ao transformar a natureza, que se é produzida a base material da reprodução social. Nesse sentido, “o trabalho é a práxis social que produz os meios de produção e de subsistência sem os quais a sociedade não poderia sequer existir” (LESSA, 2012, p. 45). Vale ressaltar, que em nosso entendimento, a condição de ontologicamente primário, de fundante, que o trabalho exerce sobre os outros complexos sociais, não se processa de forma mecânica ou determinista, mas sim dialética, como explicou Lukács (1983, p. 54). Nas palavras do filósofo húngaro,

[...] tal prioridade ontológica não implica nenhuma hierarquia de valor. Com isso realçamos apenas um fato de caráter ontológico: uma determinada forma do ser é a insuprimível base ontológica de uma outra e a relação não pode ser nem inversa nem recíproca. Tal constatação não implica nenhum julgamento de valor. Somente na teologia e no idealismo com tintas teológicas a prioridade ontológica representa também uma conformidade mais alta com o valor.

É nesse entremeio que concebemos o *cuidado em geral*, tal como o trabalho, como uma síntese entre *teleologia* e *causalidade*. Vejamos: a realização de uma determinada forma de cuidado tem impreterivelmente um momento de prévia ideação das ações a serem objetivadas, e conseqüentemente um momento de objetivação na realidade concreta, seja ela na natureza – a partir dos frutos do trabalho –, seja ela na

corporalidade de outros homens. Tal questão exemplifica nosso entendimento do trabalho enquanto modelo da práxis. Acerca disto Lukács (1983, p.37) explica que

o caráter dialético do trabalho como modelo da práxis social aparece aqui exatamente no fato de que esta última, nas suas formas mais evoluídas, apresenta muitos desvios com relação ao próprio trabalho. Já descrevemos anteriormente uma outra forma destas complicações mediatas, porém ligadas em muitos aspectos àquela da qual estamos falando agora. Ambas as análises mostram que o trabalho é a forma fundamental e por isso mais simples e clara daqueles complexos cuja mútua presença forma a peculiaridade da práxis social. Exatamente por isso é preciso sublinhar sempre de novo que as marcas específicas do trabalho não podem ser transferidas sem mais nem menos para formas mais complexas da práxis social. A identidade de identidade e não-identidade, a que já nos reportamos muitas vezes, remonta, nas suas formas estruturais, de acordo com o nosso entendimento, ao fato de que o trabalho realiza materialmente a relação radicalmente nova do intercâmbio orgânico com a natureza, ao passo que as outras formas mais complexas da práxis social, na sua grandíssima maioria, pressupõem este intercâmbio orgânico com a natureza, este fundamento da reprodução do homem na sociedade.

Entretanto, ressaltamos que apesar de possuírem estruturas semelhantes, trabalho e *cuidado em geral* definitivamente não se confundem. Na verdade, eles se interpenetram numa unidade dialética onde cabe ao trabalho a capacidade de fundar as possibilidades da reprodução do ser social.

Outra característica própria e fundamental do trabalho, como desdobramento prático da síntese teleologia-causalidade, é sua capacidade de alteração no curso das leis naturais. Essa característica traz à tona no cenário social, a possibilidade²⁰ do aparecimento de um novo tipo de ser, de uma nova realidade, de novas situações. De forma que, ao agir sobre a natureza externa, o trabalho funda também a possibilidade de transformação da realidade. A partir desse momento, o homem já não é mero refém das circunstâncias da natureza. Com o agir consciente direcionado às necessidades da reprodução, o ser social se torna o sujeito de sua própria história²¹.

Tal fato conduz a humanidade a uma condição substancialmente diferente em relação às outras espécies da natureza, pois,

²⁰ Tomamos por possibilidade a noção marxista fornecida por Lacks (2004, p. 111), para quem a categoria da possibilidade é aquela que “pode produzir-se quando as condições são propícias. São formações materiais, propriedades e estados inexistentes na realidade, mas que podem manifestar-se em decorrência da capacidade que as coisas materiais têm para transformarem-se. Realizando-se, a possibilidade transforma-se em realidade, sendo a realidade, portanto, uma possibilidade já realizada e, a possibilidade, uma realidade potencial”.

²¹ Baseado na noção dialética da história fornecida por Marx ao longo de sua produção, compreendemos que a história dos homens não se limita a esfera do trabalho, apenas tem nela seu momento fundante.

o trabalho funda um processo histórico que “afasta as barreiras naturais” e leva os homens, com o tempo, a se distanciar da natureza em um autêntico ser social, com leis de desenvolvimento histórico completamente distintas das leis que regem os processos históricos (LESSA, 2012, p.32, grifo da obra).

Cabe destacar que esse processo é apenas de *afastamento* e não de *ruptura* completa, afinal o desenvolvimento social requer, obrigatoriamente, indivíduos vivos, orgânicos. O processo de afastamento, em linhas mais gerais, implica que, ao trabalhar, o homem sofre cada vez menos as imposições objetivas da natureza, tornando-se um *ser natural humano* “[...] isto é, ser existente para si mesmo (*für sich selbst seiendes Wesen*), por isso, *ser genérico*, que, enquanto tal, tem de atuar e confirmar-se tanto em seu ser quanto em seu saber” (MARX, 2004, p. 128, grifo da obra).

O processo de afastamento das barreiras naturais se materializa na complexificação crescente das relações sociais e se expressa nos diversos complexos. No caso do *cuidado em geral* o processo histórico demonstra que quanto mais desenvolvida a organização da produção material da vida, mais complexas são as formas assumidas pelo cuidado. Nesse sentido,

como produto da atividade humana, o cuidado assume expressões particulares, a depender de condições extrínsecas, caso das mudanças climáticas e do aparato instrumental necessário à sua efetivação, e de fatores intrínsecos, estes relacionados às condições subjetivas do cuidador e daquele que recebe o cuidado, a exemplo do seu nível de conhecimento acerca da prática do cuidado e de suas condições fisiológicas. Chamamos atenção, entretanto, para o fato de que embora tenhamos situado tais condições em lados, aparentemente, opostos, são condições que só existem numa relação de indissociabilidade, sendo marcadas, de modo predominante, pelas condições objetivas com as quais o homem se relaciona (SILVA; CAVALCANTI, 2013, p.16).

Retomando a análise do trabalho, destacamos ainda a sua capacidade de transformar aquele que o realizou. Esta é uma questão constitutiva do trabalho, e que terá implicações determinantes na análise de outras categorias fundamentais nesse estudo. Nas palavras de Marx (2013, p. 211), o ser social ao trabalhar, “atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza”. Isso acontece porque o trabalho proporciona sempre novos conhecimentos e habilidades. Exemplificando: a nova situação posta pela transformação da natureza objetiva e subjetiva faz brotar novas necessidades e, por conseguinte, novas possibilidades para atendê-las. Esse quadro geral de necessidades e possibilidades novas impulsiona “o indivíduo a novas prévias-ideações, a novos projetos e, em seguida, a novas objetivações. Estas, por sua vez, darão origem a novas situações que farão surgir

novas necessidades e possibilidades de objetivação, e assim por diante” (LESSA; TONET, 2011, p. 20).

Apreendemos dessa condição, a dimensão social do trabalho. Afinal, não somente a natureza e o indivíduo se modificam, mas toda a sociedade. Esta se encontra agora diante de um novo objeto, com potencial gerador para novas possibilidades. Como esclarece Lessa (2012, p. 33),

não apenas o indivíduo, mas também a sociedade, evoluiu. O objeto construído pelo trabalho do indivíduo possui, portanto, uma ineliminável dimensão social: ele tem por base a história passada e faz parte da vida da sociedade. Em última análise, ele faz parte da história dos homens de um modo em geral.

Nesse sentido, o trabalho vai muito além daquela primeira necessidade da reprodução social, aquela de produzir a base material da sociedade. O trabalho tem, em si, a decisiva capacidade de remeter obrigatoriamente para além de si mesmo (MARX, 2013). Esse movimento de mudança na realidade social se refrata nas formas de cuidar, afinal, e de maneira dialética, mudanças na realidade objetiva, movidas em princípio pela transformação da natureza, ou seja, pelo trabalho, requisitam mudanças nas antigas formas de cuidar, no intuito destas últimas atenderem agora às novas demandas da realidade social.

A condição de se apropriar da natureza e imprimir nela forma útil às necessidades humanas, criando assim valores de uso, “[...] é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais” (MARX, 2013, p. 218). No entanto, essa “condição eterna” só pode existir dentro do processo histórico, como bem ressalta Lessa:

o trabalho apenas existe enquanto “condição eterna” porque é parte integrante (portanto, movida e motora) da história. As conexões e categorias que operam nesta articulação entre o trabalho enquanto “condição eterna” e suas formas historicamente particulares consubstanciam a reprodução social. Se o trabalho funda a reprodução é porque recebe dela sua particularidade histórica [...] (LESSA, 2012, p.36)

Desta feita, faz sentido mencionarmos algumas das formas históricas assumidas pelo trabalho no processo de reprodução social. Analisando a particularidade das formas primitivas de organização dos homens, percebemos que

a característica básica dessa organização social era a coleta de alimentos (vegetais e pequenos animais) pelas florestas e campos. Como a atividade de

coleta depende da disponibilidade de alimentos na natureza, ela é muito pouco produtiva. Por isso, a organização social não poderia evoluir para além de pequenos bandos que migravam de um lugar a outro em busca de comida (LESSA; TONET, 2011, p. 52).

Apesar dessa “pouca produtividade”, o trabalho e seus rebatimentos principais já se apresentavam naquele momento. De modo que “ao coletarem os alimentos, os homens iam conhecendo a realidade, e esse conhecimento era generalizado por todos os membros do grupo” (LESSA; TONET, 2011, p. 52). Com o passar do tempo, essa condição capacitou esses indivíduos a produzirem “ferramentas cada vez mais desenvolvidas e foram conhecendo cada vez melhor o ambiente em que viviam. Com o desenvolvimento das forças produtivas, os bandos puderam aumentar de tamanho e se complexificaram” (*idem, ibidem*).

Por seu turno, as primeiras formas de cuidado foram registradas nessas comunidades primitivas, na forma de rituais religiosos, geralmente conduzidos por anciões, momento em que o processo de adoecer era creditado unicamente aos deuses (BELLATO *et al.*, 1997). Alertamos que as sociedades primitivas não conheciam a divisão social do trabalho, nem a exploração do homem pelo homem, tampouco, conhecia as classes sociais, de forma que todos os indivíduos trabalhavam e todos colhiam os frutos do trabalho.

Com o surgimento da divisão sexual do trabalho²², e seus rebatimentos para a organização social, o cuidado passou a ser focalizado na figura feminina, pois às mulheres estava designado o trabalho doméstico (CARRERA; REASCOS, 2006).

Um olhar mais atento a tal explicação, no entanto, vai identificar aí um rebatimento da divisão sexual do trabalho, ainda que de forma bastante rudimentar. Trata-se do fato de que tal condição se originou, inicialmente, no espaço doméstico, mas se reproduziu para o conjunto da sociedade, sendo expressa [...] no modo como diferentes ocupações passaram a definir as funções de homens e mulheres na vida social. A referência, grosso modo, para o desenvolvimento de tal processo teve por base a condição sexual dos sujeitos na esfera do trabalho, aqui considerado tanto no sentido concreto quanto no sentido abstrato do termo²³ (SILVA; CAVALCANTI, 2013, p.23).

O desenrolar histórico articulado ao processo de complexificação do trabalho e da sociedade é a condição essencial de surgimento também da possibilidade da formação das classes sociais antagônicas. Tal possibilidade deriva da evolução das

²² Aqui não nos referimos apenas ao trabalho, mas entendemos que tal condição se estende aos demais complexos sociais.

²³ É bastante esclarecedora a distinção entre trabalho concreto e trabalho abstrato proposta por Lessa (2007)

capacidades de transformação da natureza – afinal o trabalho tem a propriedade de remeter para além de si. É desse desenvolvimento das forças produtivas que surgem a agricultura e a pecuária. A partir desse momento, “os homens puderam, pela primeira vez, produzir mais do que necessitavam para sobreviver”, e é essa a condição básica que faz surgir um excedente de produção (LESSA; TONET, 2011, p. 52).

A existência desse excedente tornou economicamente possível a exploração do homem pelo homem. Temos aqui a gênese de algo radicalmente novo na história humana. Nas sociedades primitivas, os indivíduos, por mais que divergissem, tinham no fundo o mesmo interesse: garantir a sobrevivência de si e do bando ao qual pertenciam. Com o surgimento da exploração do homem pelo homem, pela primeira vez as contradições sociais se tornam antagônicas, isto é, impossíveis de serem conciliadas. A classe dominante tem que explorar o trabalhador, este não deseja ser explorado (LESSA; TONET, 2011, p.53).

O aparecimento da exploração do homem pelo homem, e conseqüentemente surgimento de classes sociais antagônicas, põe em jogo uma questão decisiva para a história da humanidade, a *luta de classes*. Em referência à história transmitida por escrito, Marx e Engels (2010) concluíram que a história das sociedades de classes é a história da luta, sob diversas formas, entres essas classes fundamentalmente antagônicas economicamente. Não se trata aqui de resumir a história humana à luta de classes, de forma mecânica, mas sim, de entender o antagonismo e as suas refrações como o momento que exerce maior predominância no desenvolvimento histórico das sociedades estratificadas em classes sociais. Tal condição é bem ilustrada na citação de Marx e Engels:

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre e oficial, em suma, opressores e oprimidos sempre estiveram em constante oposição; empenhados numa luta sem trégua, ora velada, ora aberta, luta que cada etapa conduziu a uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou ao aniquilamento das duas classes em confronto (MARX; ENGELS, 2010, p.23, 24).

Destacamos que a luta de classes é em nosso estudo uma questão muito pertinente, pois a real compreensão do atual modo de produção e de seu estado de crise estrutural seria impensável sem que fosse levado em conta o papel decisivo do conflito entre classes antagônicas. Da mesma forma acontece com o papel que a ideologia desempenha no capitalismo ou ainda com relação aos conteúdos que devem ser aprendidos na escola, onde consideramos o caso das DCENF.

Retomando uma análise histórica, a primeira e principal expressão da luta de classes foi aquela baseada no modo de produção asiático²⁴. Posteriormente, o escravismo foi o modelo dominante que baseou a produção material e as classes sociais. Por sua vez, o escravismo foi sucedido pelo feudalismo. Compreendemos, no entanto, que a luta de classes se apresentou em cada um desses modos de produção de forma bem particular. Se faz necessário, ainda, salientar que esse movimento de superação de modelos de produção não ocorreu de forma linear ou igual e simultaneamente em todas as partes do planeta. A história demonstra, por exemplo, que formas escravistas existiam quando o feudalismo era o modo de produção dominante. Daí que em nosso entendimento, os modos de produção até então não devem ser compreendidos como absolutos em determinados momentos históricos, mas sim, como predominantes.

Especificamente com relação às formas de cuidado prestados na idade média, identificamos nas chamadas irmãs de caridade o exemplo de protótipo mais característico desse período. Seus cuidados eram incentivados pela Igreja e recomendados ao conjunto de mulheres religiosas em geral. Cabe ressaltar que, por esses tempos, o cuidado não se limitava ao atendimento de enfermos, mas também se voltava aos mais pobres, uma vez que as concepções religiosas e cristãs compreendiam o cuidado como “exercício cristão em geral”, o que incluía, além da prestação de assistência ao doente, a ajuda “ao próximo carente” (CARRERA; REASCOS, 2006, p. 11).

Nesse sentido, Silva e Cavalcanti (2013, p.25) ao situarem o caso brasileiro, afirmaram que

[...] por sua própria natureza, o *cuidado religioso* se distancia, em certa medida, do atendimento das necessidades humanas, uma vez que assume como primordial a utilização da “prática do cuidar” como instrumento de catequização e de domínio do branco europeu sobre os povos nativos, impondo-lhes costumes, valores e crenças opostas às que antes os orientavam. A dimensão transcendente constitui um diferencial nesse contexto, uma vez que, para o cuidador, a prática do cuidado pode possibilitar a entrada no céu e, ao que recebe o cuidado, uma oportunidade de se redimir de seus pecados, tendo em vista a associação do adoecimento ao castigo divino e à necessidade de remissão de pecados por intermédio da Igreja.

Logo em seguida os mesmos autores alertam que

²⁴Existe uma vasta literatura marxista sobre as características dos modos de produção que antecederam o capitalismo, porém, devido à brevidade desse estudo, nos deteremos na análise das principais características apenas do modo de produção capitalista.

[...] o incentivo à prática da benevolência e da mansidão era fundamental para a garantia do domínio da Igreja e de Portugal sobre os povos indígenas. Convém lembrar também que a relação dos jesuítas com os índios não se deu de forma pacífica. Houve muitos embates e, por diversas vezes, mortes de ambos os lados, com notável predomínio entre os índios. Além de conflitos de ordem cultural e religiosa, cumpre destacar que as diferenças climáticas levaram muitos portugueses a adoecerem e que doenças, antes desconhecidas pelos indígenas, foram introduzidas pelos invasores, levando a morte de milhares de índios, nas mais diferentes regiões (SILVA; CAVALCANTI, 2013, p.25, 26).

Compreendemos que a sociedade de classes é o alicerce no qual se ergue a distinção entre a prática do cuidado voltada para o conjunto da humanidade (que compreende originalmente o *cuidado em geral* e pode abarcar expressões particulares do ato de cuidar, caso do *cuidado de enfermagem*) e o cuidado voltado para o atendimento de demandas específicas decorrentes da luta de classes (SILVA; CAVALCANTI, 2013).

Ainda sobre o caso brasileiro, identificamos no crescimento populacional e no aumento do domínio da Igreja sobre parcelas significativas da população, o surgimento da necessidade de “institucionalizar o cuidado religioso, para além dos Templos, uma vez que era preciso um espaço específico para o atendimento aos doentes e necessitados” (SILVA; CAVALCANTI, 2013, p.26). Esses espaços foram as Santas Casas de Misericórdia. O século XVI, segundo Germano (2007), é o período da criação das primeiras Santas Casas de Misericórdia, primeiramente em Santos, seguida das do Rio de Janeiro, Vitória, Olinda e Ilhéus, todas durante o mesmo século.

Dada a emergência de sua finalidade, a assistência praticada em tais instituições possuía um caráter, quase que, exclusivamente curativista, destinada ao atendimento de parcelas específicas da população, por ocasião das mazelas e epidemias da época. Desse modo, o confinamento de doentes nas Santas Casas era, na realidade, uma forma encontrada pela elite dominante para afastar os pobres e doentes do convívio social, o que poderia trazer diversos riscos aos mais abastados, o que não significa que outras parcelas da população, a exemplo dos soldados, também não fossem ali atendidas (SILVA; CAVALCANTI, 2013, p.27).

É no fim do século XIX que se nota uma preocupação mais efetiva com a questão da assistência aos doentes, com base em elementos científicos²⁵. Silva e Cavalcanti (2013, p.27) apontam que em tal período a centralidade do cuidado era atribuída, por parte da classe dominante, ao médico, “uma vez que, para as famílias

²⁵ “Em um momento anterior a este, a criação da primeira escola de medicina já refletia uma necessidade de formação nacional de profissionais para os cuidados com a saúde, uma vez que até então os filhos da elite da época precisavam buscar uma formação em medicina em Portugal e em outros países da Europa” (SILVA; CAVALCANTI, 2013, p.27).

representas desse segmento, possuir um membro na família com tal formação era sinônimo de poder e de prestígio social, assim como também o era ser atendido por tal profissional”.²⁶

Esse é o momento em que Florence Nightingale dá importantes contribuições para a constituição da enfermagem moderna a partir da Inglaterra, sendo tal momento marcado por profundas transformações sociais, culturais e econômicas (SILVA; CAVALCANTI, 2013, p.28). Lembramos que a potência movente dessas transformações foi a elevação do capital como fundamento da produção material tendo, a sociedade burguesa como sua expressão mais geral. É coerente, então, na análise da constituição da enfermagem moderna, situá-la em estreita e dialética relação com capitalismo. Nesse sentido, nos dedicaremos a seguir a caracterização das principais questões referentes ao modo de produção capitalista para depois retornarmos à análise do *cuidado de enfermagem*.

Com relação à sociedade burguesa, entendemos que esta surge das ruínas do feudalismo, precisamente do esgotamento do modo de produção feudal. Cabe destacar que a elevação da burguesia enquanto classe dominante não se deu repentinamente e nem fora um acontecimento inicialmente universal. Na verdade, ela só foi possível devido ao processo histórico situado na Europa ocidental – especificamente na Inglaterra – que Marx chamou de *acumulação primitiva do capital*. Lessa e Tonet (2011, p. 64), sintetizando o processo de acumulação primitiva, detalhadamente demonstrado por Marx, escrevem que

este é um longo processo histórico que teve início mesmo nos modos de produção anteriores ao capitalismo, mas que se intensificou e recebeu sua forma final entre os séculos 15 e 18. Com as grandes navegações (séculos 15 e 16), surgiu um mercado mundial que possibilitou à burguesia europeia acumular capital na escala necessária para transformar progressivamente o artesanato medieval, que trabalhava em sua oficina, com suas ferramentas, sua matéria-prima e com a posse do produto final, em um trabalhador assalariado justamente porque perdeu a posse de todo o resto, menos de sua força de trabalho. A Revolução Industrial transforma, finalmente, esse trabalhador em operário.

²⁶ “Eis aí talvez uma das razões para que as demais profissões da área da saúde não gozem até os nossos dias das mesmas condições sociais, tanto no que diz respeito ao *status quo*, quanto à importância dentro de uma equipe de saúde. Não raro, após uma cirurgia, por exemplo, o paciente agradece à equipe *do médico* e não faz menção às demais profissões ali envolvidas” (SILVA; CAVALCANTI, 2013, p.27, nota8).

Assim, o modo de produção capitalista e a sociedade civil burguesa, ganham forma e substância a partir das determinações do capital.

É necessário ainda registrar que em nosso entendimento, capital e capitalismo são coisas distintas. O capital está presente na história da humanidade muito antes da sua forma capitalista, bem antes deste se tornar o *fundamento da produção*. O capital comercial²⁷ confere exemplo a essa situação (MÉSZÁROS, 2002).

De acordo com Marx (2013, p.117),

a circulação das mercadorias é o ponto de partida do capital. A produção de mercadorias e o comércio, forma desenvolvida da circulação de mercadorias, constituem as condições históricas que dão origem ao capital. O comércio e o mercado mundiais inauguram no século XVI a moderna história do capital [...] Se pusermos de lado o conteúdo material da circulação de mercadorias, a troca dos diferentes valores de uso, para considerar apenas as formas engendradas por esse processo de circulação, encontraremos o dinheiro como produto final. Esse produto final da circulação das mercadorias é a primeira forma em que aparece o capital.

Como exposto por Marx (2013), o capital é inconcebível sem a produção e circulação de mercadorias. Isso ocorre na mesma medida em que a produção de valores de uso²⁸ precisa ser subsumida à produção de valores de troca²⁹. Numa perspectiva ontológica, as formas históricas assumidas pelo capital não eliminam sua natureza, sua condição essencial. Ao contrário, só a reforçam.

Foi a fidelidade às indicações de Marx e sua confrontação com a realidade histórica que permitiram a Mézszáros (2002, p. 837) constatar que “o capital, na verdade, é sempre uma relação social”. Nessa mesma esteira, Paniago (2012b, p. 23), afirma que o capital é

²⁷ Em uma passagem dos *Grundrisse*, Marx *apud* Mézszáros (2002, p. 253: nota 711) fala sobre o capital comercial. Em suas palavras, “capital comercial é apenas capital circulante, e capital circulante é a primeira forma de capital; na qual *ele ainda não se tornou de modo algum o fundamento da produção*. Uma forma mais desenvolvida é *capital dinheiro*, e *juro dinheiro*, usura, cuja aparência independente pertence do mesmo modo a um estágio anterior.

²⁸ “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Mas essa utilidade não é algo aéreo. Determinada pelas propriedades materialmente inerentes à mercadoria só existe através delas. A própria mercadoria, como ferro, trigo, diamante etc., é por isso, um valor de uso, um bem. Esse caráter da mercadoria não depende da quantidade de trabalho empregado para obter suas qualidades úteis. Ao se considerarem valores de uso, sempre se pressupõe quantidades definidas, como uma dúzia de relógios, um metro de linho, uma tonelada de ferro etc. [...] O valor de uso só se realiza com a utilização ou o consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela” (MARX, 2013, p.58).

²⁹ “O valor de troca revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores de uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço. Por isso, o valor de troca parece algo casual e puramente relativo, e, portanto, uma contradição em termos, um valor de troca inerente, imanente à mercadoria (MARX, 2013, p.58)

uma relação social fundada no trabalho social, no trabalho assalariado, cujo requisito histórico foi a completa separação – a quebra de unidade – do trabalho vivo e as condições objetivas de sua atividade produtiva. O capital encontra sua base de existência sobre a sujeição do trabalho vivo, ao mesmo tempo em que só pode apresentar-se como a contrapartida - como trabalho acumulado, objetivado e alienado -, do sujeito que trabalha.

O capital³⁰, porém, não se resume a uma simples relação, mas sim a um processo. Processo no qual, segundo Marx (2013), seus vários momentos são sempre capital. No início desse item afirmamos que o trabalho é fundante do ser social, a base – dialeticamente falando – da reprodução social. Nessa lógica, trabalho e reprodução social caminham na mesma direção. No capitalismo, porém, trabalho e capital coexistem numa relação negativa. Em linhas gerais: o capital é opositor ao trabalho, de modo que o capital só pode existir, enquanto modo de controle sociometabólico, se a todo momento explorar o trabalho, extraindo dele mais-valia³¹. Ele (o capital), obrigatoriamente precisa subordinar hierarquicamente o trabalho (MÉSZÁROS, 2002). Portanto, desde sua gênese, o sistema do capital está assentado num antagonismo estrutural, insuperável, no qual o principal e mais problemático reflexo é a perda do controle sobre a produção³², fruto da alienação negativa que o capital impõe ao trabalho.

Lembremos que a categoria da alienação é concebida de diversas formas por diferentes autores do campo da filosofia. No entanto, consideraremos a concepção ontológica marxiana, desenvolvida principalmente por Lukács. De acordo com Lessa (1992), ocorre para Lukács uma positividade inerente ao complexo objetivação/alienação.

A objetivação inevitavelmente possui um momento de alienação. Seja o produto criado um machado, ou uma ideia, uma vez objetivados, inseridos na malha de determinações da situação social concreta, ganham uma dinâmica

³⁰ Alertamos que nossa empreitada de tentar expor as determinações mais essenciais do capital, só nos interessou, enquanto objeto de análise desse estudo, devido a sua articulação como condição de potência determinante do modo de controle social no capitalismo, bem como suas determinações no campo do cuidado. Com isso, queremos dizer que a conceituação, pura e simplesmente, de uma determinada categoria só atende aos propósitos de nossa investigação, se articulada com um caso concreto.

³¹ De forma sintética, Lessa e Tonet (2011, p.231) inspirados em Marx, apontam as determinações mais gerais da mais-valia. Em suas palavras, “[...] o modo de produção capitalista tem em sua essência uma nova forma de exploração do homem pelo homem: do trabalhador, a burguesia compra apenas a sua força de trabalho. Como a utilidade desta é apenas uma, produzir; e como ela possui uma propriedade única entre as mercadorias, que é a de, empregada adequadamente, produzir um valor maior do que ela própria vale, o burguês que comprou a força de trabalho tem, ao final do mês, um valor maior do que aquele que paga ao trabalhador sob a forma de salário. Esse valor maior é a mais-valia”. Segundo Marx (2013, p.231), “[...] a mais-valia se origina de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho[...]”.

³² Uma análise mais apurada sobre a perda do controle da produção será desenvolvida quando formos expor essa situação articulada com a função social do Estado moderno.

própria. A história do produto objetivado, em definitivo, deixa de ser idêntica à história do seu criador. Neste sentido, a objetivação, enquanto momento ontológico ineliminável de todo ato de trabalho, cria novos seres e novas relações entre os homens, seres e relações estes sobre cuja história os seus criadores possuem apenas controle parcial. A esta distinção ontológica entre criador e o seu produto, Lukács denomina alienação (LESSA, 1992, p. 43).

Todavia, em algumas circunstâncias históricas emerge dessa condição a categoria do estranhamento, que em síntese, é “[...] composta pelos momentos reais nos quais o objetivado, na sua ação de retorno sobre a subjetividade, exerce um papel negativo, no sentido de conter, impedir momentaneamente, o desenvolvimento do gênero humano” (*idem*, p.46). O estranhamento (*Entfremdung*) no capitalismo se expressa no fato de que “[...] quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital” (MARX, 2004, p. 81). Quanto mais

[...] valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador [...] O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador (*idem*, p.82).

No capitalismo, o trabalho perde sua função ontológica na constituição do homem enquanto homem, enquanto ser genérico, artífice de sua história. O trabalho se torna assim externo ao trabalhador, “[...] isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito” (*idem*, p.82, 83). Sob o efeito da alienação negativa do capital, o trabalho não é voluntário³³, não encontra razão nas necessidades essenciais humanas, mas se configura como trabalho forçado, trabalho obrigatório : “o trabalho não é, por

³³ “Sua estranheza (*Fremdheit*) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexistia coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste! O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação. Finalmente, a externalidade (*Äusserlichkeit*) do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de um outro. Assim como na religião a auto-atividade da fantasia humana, do cérebro e do coração humanos, atua independentemente do indivíduo e sobre ele, isto é, como uma atividade estranha, divina ou diabólica, assim também a atividade do trabalhador não é a sua auto-atividade. Ela pertence a outro, é a perda de si mesmo. Chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem (o trabalhador) só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos etc., e em suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano, animal” (MARX, 2004, p.83).

isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele” (idem, p.83).

Seria engano também pensar que o capitalista individual detém o controle da produção, ou não sofre os efeitos da alienação negativa. Por isso, concordamos com a tese de *incontrolabilidade* do capital sustentada por Mészáros (2002, p.100). Em suas palavras:

[...] o capital jamais se submeteu a controle adequado duradouro ou a uma autorrestrrição racional. Ele só era compatível com ajustes limitados e, mesmo esses, apenas enquanto pudesse prosseguir, sob uma ou outra forma, a dinâmica de autoexpansão e o processo de acumulação. Tais ajustes consistiam em contornar os obstáculos e resistências encontrados, sempre que ele fosse incapaz de demoli-los.

Isso nos lança a uma situação problemática: o capital não é uma entidade material e sim uma relação. Ele é seu próprio modo de controle. Nenhum ser singular ou instituição possui o seu domínio. O capital só pode ser criado ou destruído, mas jamais controlado³⁴. Ele é literalmente *causa sui*, um autêntico sujeito sem sujeito (MÉSZÁROS, 2002).

É necessário citar ainda que a oposição estrutural entre capital e trabalho ganha forma também na luta de classes. Em seus estudos sobre a anatomia de tal sociedade, Marx e Engels (2010, p.24), concluíram que a sociedade capitalista não aboliu o antagonismo de classes, ao contrário, o antagonismo fundamental entre capital e trabalho “[...] limitou-se a substituir as antigas classes por novas classes, por novas condições de opressão, por novas formas de luta”. Essa substituição produziu uma simplificação na oposição de classes. Logo, “cada vez mais, a sociedade inteira divide-se em dois grandes blocos inimigos, em duas classes que se enfrentam diretamente: a burguesia e o proletariado”³⁵ (*idem, ibidem*). Com o decorrer histórico surgiram substratos de classes, porém, esse fato não eliminou a condição da burguesia (classe proprietária dos meios de produção) e do proletariado (classe que transforma a natureza em bens com valores de uso) como as classes fundamentais do capitalismo.

³⁴ Essa questão será muito valiosa em nossas futuras análises, particularmente no momento em que trataremos das limitações das propostas reformistas.

³⁵ “Por burguesia entendemos a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social e empregadores do trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos operários assalariados modernos que, não possuindo meios próprios de produção, reduzem-se a vender a força de trabalho para poderem viver” (MARX; ENGELS, 2010, p.23 nota1).

A oposição do capital em relação ao trabalho é a substância que dá forma ao antagonismo de classes no capitalismo. Essa oposição, que é estrutural, é também fundamento da *lei geral de acumulação capitalista*³⁶. A *lei geral de acumulação capitalista*, por sua vez, garante a produção crescente de capital. O que nos interessa centralmente no contexto da luta de classes é que essa *lei geral* está intrinsecamente articulada com o surgimento dos *antagonismos sociais*. De forma mais precisa: os *antagonismos sociais* são “[...] oriundos das leis naturais da produção capitalista” e se expressam de diferentes formas nas duas classes sociais fundamentais (MARX, 2013, p.16).

Os antagonismos assumem forma, por exemplo, de contraste entre a produção coletiva da riqueza material e a apropriação privada dessa riqueza; de aumento da capacidade produtiva que se converte em intensificação da exploração do trabalho e do trabalhador; de queda relativa dos salários; de formação de um *exército industrial de reserva*³⁷; e de *pauperismo*³⁸.

De acordo com Mészáros,

[...] os antagonismos sociais em questão devem ser disputados com maior ou menor intensidade conforme o permitam as circunstâncias históricas específicas, e, sem a menor dúvida, favoreceram o capital em detrimento do trabalho durante o longo período de sua ascensão histórica. Entretanto, mesmo quando o capital sai vitorioso nessas lutas, os antagonismos não podem ser eliminados – apesar de todo o arsenal de racionalização acionado pela ideologia dominante no interesse de tal resultado – precisamente porque são estruturais. [...] Consequentemente, os antagonismos que emanam dessas estruturas são necessariamente reproduzidos sob todas as circunstâncias históricas que cobrem a era do capital, fossem quais fossem as relações de poder dominantes em qualquer ponto determinado do tempo (MÉSZÁROS, 2002, p.106).

Desse modo, compreendemos que os antagonismos sociais produzidos pela oposição entre capital e trabalho, são genéticos ao capitalismo. É da natureza desse sistema e de suas leis, produzir, numa escala sempre crescente, antagonismos sociais.

³⁶ A lei geral de acumulação capitalista é uma parte fundamental da pesquisa de Marx, possibilitando desvelar o funcionamento de reprodução do capital. Devido à brevidade de nosso estudo, não nos deteremos em tal questão. Uma análise aprofundada da lei geral de acumulação capitalista é oferecida por Marx em *O capital*. Capítulo XXIII.

³⁷ Falaremos sobre o exército industrial de reserva no próximo item.

³⁸ Tomamos por referência a análise do pauperismo desenvolvida por Pimentel (2007, p.52). Em suas palavras, “o pauperismo se constituiu na camada social que perdeu a capacidade de vender sua força de trabalho e tem que mendigar a caridade pública. Ela se expressa na forma como o capital se apropria da força de trabalho da classe trabalhadora, com a finalidade de assegurar a sua reprodução e a acumulação da riqueza por parte dos capitalistas e, contraditoriamente, produz a acumulação da miséria da classe que produziu seu produto como capital”.

De forma que a superação de tais antagonismos perpassa a eliminação de sua base material, a saber: a dominação do capital sobre o trabalho.

Além das características anteriormente apresentadas, o processo de produção capitalista tem outra questão que o diferencia dos demais modelos de produção: um de seus fundamentos é a elevação da capacidade da produção a níveis nunca antes vistos na história da humanidade, e numa escala sempre crescente e rápida, orientado pela dinâmica expansionista do capital. É nesse sentido que entendemos a necessidade vital de cientificação da produção, afinal é diretamente proporcional a relação entre conhecimento científico, ainda que na forma de tecnológica, e elevação da capacidade produtiva. Numa sociedade na qual a concorrência entre os produtores privados é constitutiva, terá mais sucesso, *a priori*, aquele que conseguir aumentar a produção, gastando menos tempo de trabalho, reduzindo assim os preços das mercadorias e dos salários.

No caso do cuidado, identificamos um paralelo entre esse movimento do capital e o período histórico recente, no qual os requisitos impostos ao *cuidado em geral*, dada a necessidade objetiva proveniente da reprodução capitalista, “[...] precisavam ser direcionados a uma prática que excedesse o campo religioso convencional e alcançasse o processo de desenvolvimento científico” (SILVA; CAVALCANTI, 2013, p.28). Até então cabia as mulheres ligadas à religião a responsabilidade pelo *cuidado em geral* e pelo *cuidado religioso*. As primeiras formas assumidas pela enfermagem como profissão moderna, no entanto, mantiveram “[...] a sua forma característica (feminina e religiosa)” e tentaram “[...] apenas mudar a substância (conferindo cientificidade ao seu processo de cuidar)” (*idem, ibidem*, grifos da obra)³⁹.

Essa imposição de cientificar e profissionalizar a práxis, que advém centralmente da esfera produtiva e se estende ao campo do cuidado, deve-se à condição de que o domínio exercido pelo capital precisa, necessariamente, se constituir num sistema orgânico⁴⁰, e não apenas um sistema restrito à produção. O capital, como relação social em processo contínuo, constitui uma força tão potencial que não se limita

³⁹ “Basta lembrar que, embora Florence reclamasse a busca pela cientificidade para a prática da enfermagem, não hesitou em dizer que recebera um chamado divino para abraçar o cuidado como sua missão” (SILVA; CAVALCANTI, 2013, p.28, nota9).

⁴⁰ Essa condição de organicidade do sistema, se deve, nas palavras de Mézáros (2002, p. 600), pois, à natureza o capital, enquanto “um poder determinante do processo sociometabólico, materialmente encastado, incorrigivelmente hierárquico e orientado-para-a-expansão”.

ao momento da produção – nem poderia – “[...] ele precisa penetrar no domínio da circulação” (MÉSZÁROS, 2002, p.100). Seu poder é materializado nas mais diversas e complexas relações da esfera social. Para manter seu domínio material, o capital precisa eliminar qualquer barreira para sua reprodução, sendo obrigatoriamente “[...] voltado para a expansão e movido pela acumulação” (*idem, ibidem*). Apoiados no entendimento dessa dinâmica, compreendemos que o capital, na sociedade capitalista, determina dialeticamente todos os complexos sociais – inclusive o cuidado – a sua incorrigível lógica, transformando-se no centro de gravidade do processo de reprodução social.

Sobre a análise da gênese da cientificação da enfermagem, Silva e Cavalcanti (2013, p. 28) explicam que

a busca pela cientificidade para o *seu* modo de cuidar instaurou na enfermagem, no bojo de seu processo de profissionalização, um movimento que procurou distinguir o cuidado *em geral*, conferindo-lhe aspectos particulares, reificados com base no caráter feminino e religioso - originário da profissão - vistos a partir de então à luz das contribuições do conhecimento científico. Emerge desse processo um corte epistemológico que nos possibilita compreender como resultado o que consideramos ser o *cuidado de Enfermagem*.

Nesse sentido,

[...] a ênfase não poderia estar voltada à compreensão dos elementos constitutivos do *cuidado em geral*, mas seria primordial compreender como as particularidades dessa atual expressão do *cuidado em geral* poderiam atender às demandas sociais, o que revestiria a profissão de importância para o conjunto da sociedade vigente (*idem*, 28, 29).

É aí que compreendemos que o *cuidado de enfermagem* é em essência uma particularização do *cuidado em geral* plasmado em aspectos científicos reificados, inicialmente, com base num caráter feminino e religioso. O marco histórico desse processo se dá a partir de 1854, quando ocorreram as importantes contribuições de Florence Nightingale para a expansão do império britânico. Nesse período,

[...] a Europa passava por um processo de reconfiguração colonial importante e a atuação da Inglaterra na Guerra da Criméia possibilitou a Nightingale as condições de instaurar as bases científicas do cuidado (aqui ainda concebido enquanto *cuidado em geral*), sistematizando-o e a partir de então, profissionalizando-o através de um processo de formação educacional. É nesse contexto que localizamos o surgimento da Enfermagem *moderna*, plasmado, em linhas gerais, na particularização do *cuidado em geral* para o *cuidado de Enfermagem* (*idem*, p.30, 31).

Vale lembrar que a guerra da Criméia significou, antes de tudo, uma disputa econômica, uma disputa pelo domínio de novos mercados intermediado pelo Estado⁴¹. Essa necessidade de conquista de novos territórios é constitutiva no capitalismo e se dá a partir da natureza do capital que, historicamente, é orientando irrefreavelmente para a acumulação e expansão. Uma vez que se esgotem as possibilidades de crescimento dos mercados internos, a necessidade de explorar espaços para além de seus estados nações se coloca como vital para o sistema. Nightingale, nesse entremeio, atendia a uma demanda bem específica: prestar cuidados voltados para a recuperação, principalmente física, dos combatentes do império britânico. E aí não temos como atribuir intencionalidade ou não por parte de Nightingale com relação a tal condição, o que nos interessa é a finalidade que *seu* cuidado estava destinado a atender.

É nesse contexto que entendemos que o “[...] ponto nodal da profissionalização da enfermagem (ou como alguns costumam chamar ‘Enfermagem moderna’)” está situado a partir do atendimento de demandas sociais específicas (SILVA; CAVALCANTI, 2013, p.33). De forma mais precisa: a enfermagem enquanto ciência e profissão moderna tem se constituído como uma atividade social “da” e “para a” sociedade capitalista, sob todas as suas principais formas e aspectos. Sua função sócio-histórica está direcionada à prestação de cuidados particularizados orientados essencialmente e, em última análise, “pela” e “para a” reprodução da sociedade do capital. Dessa forma, a profissionalização da enfermagem consiste em um processo de particularização – nesse caso, do *cuidado em geral* – posta para o atendimento de interesses sociais particulares, de classes.

Isto porque as principais motivações para a sistematização do *cuidado em geral*, conferiram-lhe aspectos comportamentais (sobretudo, voltados aos cuidadores) alinhados à manutenção da ordem e dos interesses predominantes e reclamaram o desenvolvimento e o aperfeiçoamento técnico como eixo norteador da cientificidade da profissão. E mais: puseram os seus resultados a serviço de grupos populacionais específicos, não alcançando o conjunto da sociedade (*idem, ibidem*).

Quando direcionamos a análise para a particularidade brasileira, percebemos que a transição das práticas daquilo que compreendemos por *cuidado em geral* e suas particularizações empiristas (*cuidado religioso* e *cuidado materno*) para o *cuidado de*

⁴¹ Adiantamos que compreendemos a relação entre capitalismo e Estado moderno como complementar. Trataremos detalhadamente dessa relação no capítulo 2.

enfermagem (sistematizado) se estendeu do começo da colonização⁴² até o início do século XX. A comparação com outros países que instituíram a profissionalização de enfermagem ainda na segunda metade do século XIX denuncia o caráter “tardio” e colonizado⁴³ da profissão no país (GERMANO, 2007).

Nesse processo, destacamos a atuação da brasileira Anna Nery, que ao atuar na Guerra do Paraguai (1866 a 1870)⁴⁴ constituiu “um marco para a projeção nacional da necessidade de formação profissional de uma categoria, cujo objeto de atuação fosse o cuidado, cientificamente sistematizado em bases distintas das já existentes em outras profissões” (SILVA; CAVALCANTI, 2013, p.31).

Entretanto, Germano (2007), bem como Silva e Cavalcanti (2013), sinalizam que a análise da atuação de Anna Nery no fronte da guerra deve ser compreendida para além da suposta defesa dos brasileiros e dos interesses nacionais. Segundo os referidos autores, as ações da “*mãe dos brasileiros*” devem ser analisadas na articulação do cuidado prestado com o contexto que requisitava tal cuidado. Esse contexto era o da guerra do Paraguai. De acordo com Germano (2007), a guerra do Paraguai representou para a história da América Latina a destruição de um país e de uma população em detrimento da garantia da expansão do imperialismo britânico.⁴⁵

Desse modo, ainda que o interesse mais imediato de Anna Nery tenha sido o de assistir aos seus parentes que estavam lutando na guerra - tendo, posteriormente, se estendido aos soldados brasileiros feridos - sua atuação representa também uma exemplificação de como interesses particulares podem ser (e geralmente são) cooptados na esteira dos interesses econômicos, fundamentais à expansão e aprofundamento do domínio do capital (SILVA; CAVALCANTI, 2013, p.31).

É aí que situamos algumas semelhanças entre a constituição da enfermagem na Europa e no Brasil. Tanto Florence Nightingale quanto Anna Nery foram mulheres com forte influência cristã que tiveram atuações significativas em cenários de guerra, mais

⁴² Estamos nos referindo ao período que temos registrado na literatura, com isso não desconsideramos a existência do cuidado religioso e materno antes da colonização.

⁴³ Basta lembrarmos-nos da decisiva influência francesa e norte americana na formação e na profissionalização da Enfermagem brasileira.

⁴⁴ De acordo com Porto e Amorim (2010), Anna Nery marcou sua trajetória como uma dedicada cuidadora dos soldados brasileiros na Guerra do Paraguai. Por tal atuação, recebeu várias medalhas e dedicatórias, além do título concedido pelo governo do Brasil de *mãe dos brasileiros*. A partir de então, ela passou a ser o exemplo no qual todos os outros enfermeiros deveriam se espelhar, fato que ainda é hegemônico na atualidade.

⁴⁵ Uma análise pertinente e aprofundada sobre a fase imperialista do capitalismo é fornecida por Lênin, em sua obra *O imperialismo, etapa superior do capitalismo*.

que isso: ambas as guerras, a da Criméia e a do Paraguai, tinham como motivação fundamental a garantia da expansão do imperialismo britânico.

A determinação, portanto, que instaura a necessidade de desenvolvimento de práticas sistematizadas de cuidado, não se justifica apenas pela necessidade humana da sobrevivência em situação de guerra, mas, sobretudo, pela importância da manutenção da vida dos soldados, condição fundamental para garantir a sua permanência na luta (SILVA; CAVALCANTI, 2013, p.32).

O processo de profissionalização da enfermagem está, portanto, indissociavelmente articulado às determinações econômicas e políticas de cada momento histórico. Essas determinações se projetam para além do campo do *cuidado em geral*, “pois a especificidade do contexto no qual a necessidade do cuidado está posta carrega elementos que reclamam uma atuação profissional particularizada” (*idem, ibidem*). Nesse sentido, o desenvolvimento de técnicas e procedimentos necessários à efetivação desse cuidado, que agora não deve ser somente compreendido como *cuidado em geral*, mas sim como *cuidado de enfermagem*, “por si só justificam a decorrente instauração de um processo de formação profissional alinhado a tais especificidades” (*idem, ibidem*).

O processo de profissionalização da enfermagem tem como um de seus elementos constitutivos – que faz inclusive com que ele se particularize com relação ao *cuidado em geral*, e se diferencie do *cuidado materno* e do *cuidado religioso* – um processo de formação profissional, ou seja: um processo educativo⁴⁶ que, nesse contexto, é e deve ser tão particular e classista como é o *cuidado de enfermagem*. Cabe lembrar, todavia, que

não queremos dizer que há uma ruptura com os aspectos envolvidos com o cuidado em geral, a exemplo dos princípios de benevolência e mansidão exigidos aos cuidadores em momentos precedentes. Entendemos que a projeção social da enfermagem, no bojo de sua profissionalização, recupera tais princípios e os submete a um processo de sistematização, que perdura no seu ciclo de formação profissional, por vezes ao estabelecer um perfil social e moral para os ingressos; outras vezes pelas exigências comportamentais durante o período de graduação e na sua finalização, e em seguida durante a atuação profissional (*idem, p. 32, 33*).

Compreendemos assim que no processo de profissionalização da enfermagem, as necessidades humanas *essenciais* foram postas em segundo plano, uma vez que “os interesses econômicos e políticos, subsumidos no ideário técnico-científico, acabam por determinar os rumos tomados pelo processo de profissionalização da enfermagem”

⁴⁶ Falaremos mais profundamente do processo educativo no capítulo 2.

(idem, p.33). As condições objetivas do contexto econômico-social de cada momento histórico dão, dialeticamente, forma as expressões assumidas pelo *cuidado de enfermagem*⁴⁷, pela enfermagem e conseqüentemente pelo processo de formação profissional dos enfermeiros. Grosso modo: a enfermagem ao longo do desenvolvimento histórico sempre esteve de alguma forma alinhada ao atendimento de demandas específicas postas pelo capital para a reprodução social. O que na verdade se modificaram foram as expressões fenomênicas assumidas pelo *cuidado de enfermagem*. Em tempos de crise estrutural, o *cuidado em geral* e o *cuidado de enfermagem*, a exemplo dos diversos complexos sociais, assume formas particulares. Procurando avançar nesse sentido, o próximo item tratará das expressões assumidas pela enfermagem em tempos de crise estrutural do sistema do capital.

1.2 A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E SUAS REFRAÇÕES NA PRÁTICA PROFISSIONAL DA ENFERMAGEM BRASILEIRA

“[...] o profissional de Enfermagem constitui-se um trabalhador que vende a sua força de trabalho para garantir a sua existência”.

Rosa Maria Rodrigues

Uma vez que expomos no item anterior algumas questões mais basilares do processo de ser da enfermagem, enquanto profissão que surge “no” e “para o” capitalismo, partiremos agora para algumas considerações gerais sobre a prática profissional da enfermagem no Brasil em meio ao momento de crise estrutural do capital. Somos cientes que apesar de ser central e, portanto, exercer momento determinante no desenvolvimento social, a esfera econômica não produz ou sofre os efeitos da crise de modo isolado, pois se articula com outras múltiplas questões. Para nós, particularmente, interessa nesse item discutir como a enfermagem se articula no processo de crise estrutural do capital. entendemos ser somente a partir da apreensão

⁴⁷Trata-se de um processo universal, mas que se constitui de maneira particular em cada país.

dessa dinâmica que poderemos analisar, em suas determinações mais elementares, as DCENF.

As mudanças significativas nas expressões da produção material capitalista dos países centrais se deram a partir da metade da década de 1970. Estas, por sua vez acarretaram implicações decisivas em todos os diversos complexos sociais, de forma gradativa e processual. Lembremos que essa capacidade de determinar dialeticamente outros complexos se deve à propriedade orgânica que o sistema do capital possui, conforme assinalado no item anterior. Atualmente, uma das pautas mais recorrentes do processo de profissionalização e de formação profissional como um todo diz respeito à formação de uma força de trabalho dotada de uma série de atributos específicos alinhados às novas exigências de produção.

Sem perder do horizonte de análise a prioridade ontológica que o trabalho exerce na constituição do ser social, entendemos que as mudanças geradas a partir da nova expressão produtiva capitalista requisitam do *cuidado de enfermagem* e do perfil profissional de enfermeiros uma adequação a essa nova realidade global. Nesse sentido, percebemos que é comum a alguns estudos⁴⁸ que tratam da conformação da atuação profissional de enfermagem no Brasil, a concordância que a partir de 1990 se deu a necessidade de mudança no perfil da atuação profissional do enfermeiro brasileiro. Faz-se oportuno ressaltar que tais estudos, apesar desse ponto comum, concebem a necessidade de mudança de atuação profissional por perspectivas teóricas diferentes, pois divergem significativamente quanto as causas e os efeitos desse fenômeno.

Silva e Cavalcanti (2013, p.106), por exemplo, denunciaram que “o caráter generalista da formação profissional, por si só, já se coloca como indicativo importante nessa direção [...]”, uma vez que “[...] as exigências do mercado por um profissional ‘polivalente’ assumem a dianteira do processo de formação em enfermagem”. Ferreira *et al.*, (2007, p.155) numa perspectiva teórica diferente da de Silva e Cavalcanti (2013), mas coerente na constatação – ao menos em relação à especificidade da determinação do fenômeno – afirmam que “[...] o atual contexto da modificação dos processos de trabalho é o reflexo das prerrogativas do modelo econômico capitalista, que fomenta a

⁴⁸ Nos referimos especificamente aos estudos de Silva e Cavalcanti (2013), Kirchof *et al.*(2009), Colenci e Berti (2012), Souza, MN (2011), Ferreira *et al.* (2007), Carrijo *et al.*(2007), Pochmann (2007), Maliska *et al.* (2011), Nogueira (2008), Varella e Pierantoni (2008), Danielski (2009), Kikuchi (2009), Lins (1997), Lopes Jr (2013), Moura *et al.* (2006) e Chirelli (2002).

busca por profissionais capacitados para lidar com o desenvolvimento científico e tecnológico [...]”.

Com compreensão semelhante à de Ferreira *et al.*, (2007), Colenci e Berti (2012, p.159), ao tratarem da formação profissional e da inserção no mercado de trabalho dos egressos de enfermagem, destacam que o mercado de trabalho apresenta-se com

[...] exigências crescentes de produtividade e de qualidade, tornando cada vez mais generalizada a implantação de modelos de formação e de gestão da força de trabalho baseados em competências profissionais. Além da flexibilidade técnico-instrumental, é necessária a flexibilidade intelectual, tendo em vista as necessidades de melhoria contínua dos processos de produção de bens e serviços. Consequentemente, o trabalho não-qualificado, fragmentado, repetitivo e rotineiro é substituído por novas formas de organização, por um trabalho polivalente, integrado, em equipe, com mais flexibilidade e autonomia. Este tipo de trabalho reveste-se da imprevisibilidade das situações, nas quais o trabalhador tem que fazer escolhas e opções todo o tempo, ampliando-se as operações mentais e cognitivas envolvidas nas atividades.

Vemos então, uma determinada noção de “flexibilidade” assumir o caráter de ordem do dia para aquilo que seria a forma “ideal” de atuação profissional global, como também para a enfermagem. Para nós, essa noção de flexibilidade é, na verdade, condição necessária ao novo padrão de acumulação capitalista, uma flexibilidade alinhada à lógica de reprodução do capital. Da mesma forma, carrega toda negatividade/oposição ao trabalho e a classe trabalhadora. Por isso necessita ser analisada de forma mais cuidadosa e articulada com aquilo que consideramos ser seu fundamento: a crise estrutural do sistema do capital. Nesse sentido, antes de discutirmos sobre a atual condição da atuação profissional de enfermagem, faz-se necessário caracterizar a crise estrutural do capital, bem como suas raízes históricas constitutivas.

O surgimento de crises é uma questão tão natural ao sistema do capital quanto os antagonismos sociais por ele produzidos e a sua incontrollabilidade genética. Marx e Engels, em 1848, quando escreveram o *Manifesto do Partido Comunista*, já apontavam para essa tendência. Em suas palavras:

Diante de nossos olhos, desenrola-se movimento análogo. As relações burguesas de produção e de troca, as relações burguesas de propriedade, a sociedade burguesa moderna que gerou, como por encanto, meios de produção e de troca tão poderosos assemelha-se ao feiticeiro que já não consegue dominar as potências demoníacas que evocara. [...] Basta citar as crises comerciais que, em sua periódica recorrência, colocam em perigo, de forma sempre mais ameaçadora, a existência de toda sociedade burguesa. As crises comerciais aniquilam regularmente grande parte não somente dos produtos existentes, mas também das forças produtivas já criadas. Nas crises eclode uma epidemia social que teria parecido um contrassenso a todas as

épocas anteriores: a epidemia da superprodução (MARX; ENGELS, 2010, p.33).

O levantar-se de crises é assim uma condição ontológica do sistema de produção capitalista. Essa condição, por sua vez, é determinada pela própria natureza do capital, que como dito anteriormente, é orientada irrefreavelmente para a expansão. A expansão, por seu turno, é sempre a reprodução ampliada de capital, que num determinado momento materializa-se na superprodução de mercadorias⁴⁹. O que torna esse processo problemático, e, portanto, crítico, é que em um certo momento, não ocorre o “devido” escoamento/consumo dessa superprodução.

Quando o cenário anteriormente descrito acontece,

a sociedade vê-se bruscamente de volta a um estado de barbárie momentânea: dir-se-ia que a fome ou uma guerra geral de aniquilamento tolheram-lhe todos os meios de subsistência: a indústria e o comércio parecem aniquilados. E por quê? Civilização em excesso, meios de subsistência em excesso, indústria em excesso, comércio em excesso. As forças produtivas de que dispõe já não servem para prover a civilização burguesa e as relações de propriedade burguesas; ao contrário, tornaram-se poderosas demais para essas relações, e são por elas entravadas. As relações burguesas tornaram-se estreita demais para conterem a riqueza que produziram (MARX; ENGELS, 2010, p. 33,34).

O caráter das crises do sistema do capital mantém estreita relação com as medidas tomadas para solucioná-las. Na esteira de Marx e Engels, e tomando por análise o período histórico em que eles escreveram, observamos que os defensores da ordem do capital, encontravam duas principais formas de tentar resolver a crise: “de uma parte pelo aniquilamento forçado de um enorme contingente de forças produtivas, de outra pela conquista de novos mercados e pela exploração mais acirrada dos antigos” (MARX, ENGELS, 2010, p. 34). Até a década de 1970, as crises do capitalismo ainda encontravam *remediação* nessas medidas descritas por Marx. Seus caracteres eram periódicos e se limitavam a ativação daquilo que Mészáros (2002) denominou de *limites relativos do sistema*⁵⁰. A *grande crise econômica de 1929-1933* é o exemplo mais expoente desse contexto, tanto no que se refere à causa e à conformação da crise, quanto às medidas tomadas para sua solução. Basta lembrarmos que a Segunda Guerra Mundial

⁴⁹ Diferente de todos os modos de produção anteriores, as crises no sistema do capital são sempre crises de abundância e não de carência (MARX; ENGELS, 2010; MÉSZÁROS, 2002).

⁵⁰ De acordo com Mészáros (2002, p. 175), “os limites relativos do sistema são os que podem ser superados quando se expande progressivamente a margem e a eficiência produtiva – dentro da estrutura viável e do tipo buscado – da ação socioeconômica, minimizando por algum tempo os efeitos danosos que surgem e podem ser contidos pela estrutura causal fundamental do capital”.

fora um reflexo desse cenário, no sentido de solução encontrada para a superação dessa crise.

Marx e Engels (2010), porém, nos alertaram que com o tempo, a ativação desses mecanismos – os limites relativos do sistema –, prepararia futuras crises, mais extensas e mais violentas, ao passo que se reduziriam os meios para preveni-las ou resolvê-las. Nesse contexto, em meados da década de 1970, vimos emergir uma situação irreversivelmente problemática: uma queda, violenta e mundial, nas taxas de lucros⁵¹ em contraste com a ineficiência das antigas medidas tomadas para retomar o crescimento (MÉSZÁROS, 2002).

Os períodos de perturbações que acometiam o sistema do capital, até então, poderiam ser deslocados, ainda que problematicamente. Entretanto, o desenvolvimento do capital esbarrou em condições objetivas⁵² que dificultaram estruturalmente o seu processo expansionista e agora afetando a própria *estrutura causal* do sistema. Daí concordamos com a tese de Mézáros (2002), para quem, a partir de 1970, o sistema do capital se encontra em uma *crise estrutural*.

Segundo o referido autor, a condição estruturante dessa crise

significa simplesmente que a tripla dimensão interna da autoexpansão do capital exhibe perturbações cada vez maiores. Ela não apenas tende a romper o processo normal de crescimento mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema (MÉSZÁROS, 2002, p.789).

Cabe destacar que a crise estrutural não se origina, por si só, de uma determinada região, ou ainda por conta de setores específicos. A crise do sistema vem da própria natureza de funcionamento do capital. O capital, e seus antagonismos fundamentais, é que produz a crise de seu sistema. Mézáros (2002) compreende que a novidade dessa crise se apresenta de quatro formas principais: 1- Seu caráter é universal; 2- seu alcance é verdadeiramente global; 3- sua escala de tempo é permanente e 4- as erupções da crise se desdobram de forma *rastejante*.

⁵¹ A queda na taxa de lucro do capital pode ser comparada a uma imagem de ruína de todo o sistema, isso porque o capital só pode existir, enquanto fundamento de produção, se preservar sua natureza orientada para a expansão e movida para acumulação. Dizer que as taxas de lucros param de crescer significa que o capital para de se reproduzir em níveis compatíveis a sua lei de acumulação geral.

⁵² As condições objetivas às quais nos referimos são principalmente: a finitude dos recursos naturais; a impossibilidade de conquistar novos mercados, pois estes já se encontram sob o julgo do capital e a inviabilidade de guerras globais, uma vez que o arsenal nuclear potencialmente destruiria o planeta (MÉSZÁROS, 2002).

Ainda com relação à amplitude de uma crise estrutural, o mesmo autor esclarece:

Em termos simples e gerais, uma crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Diferentemente, uma crise não estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global (MÉSZÁROS, 2002, p. 787, 798).

E não poderia ser diferente, afinal, o sistema do capital é orgânico. Para exercer sua soberania, ele precisa submeter todos os complexos sociais a sua lógica incorrigível. Por isso a crise estrutural do sistema capitalista é também a crise da sociabilidade burguesa como um todo. Dessa maneira, o contexto de crise e as ações na tentativa de sua resolução afetam todos os complexos sociais da totalidade social global, inclusive o da educação e do setor da saúde, com destaque para a enfermagem, que, além de ser responsável pelo maior número de força de trabalho do setor de saúde no Brasil, cumpre função essencial no processo de recuperação física daqueles que realizam o processo de trabalho.

Nesse sentido, o sistema do capital não pode deixar a crise a mercê da espontaneidade. Ao contrário, são necessárias medidas potenciais que incidam em suas perturbações. Essas medidas, por sua vez, visam centralmente à retomada do crescimento das taxas de lucro (TEIXEIRA, 1998).

É diante desse quadro que compreendemos a mudança fenomênica no processo de produção e acumulação capitalista, largamente conhecida por “reestruturação produtiva”. Entretanto, é necessário salientar que temos algumas restrições ao uso atual dessa expressão. Compreendemos que da forma que está constituída a materialidade dos fatos, o empreendimento dessa expressão é em si contraditório e insustentável, afinal como “[...] *‘reestruturar’ sem mudar a própria estrutura* como encarnação da divisão hierárquica do trabalho social [...]”? (MÉSZÁROS, 2002, p.43) Para nós, reestruturar verdadeiramente a produção significaria substituir o capital, enquanto fundamento da produção, por outra relação inteiramente nova, coisa que definitivamente não no caso atual. Daí que utilizaremos a expressão “*novo padrão de acumulação do capital*” para nos referirmos a esse novo momento do capitalismo.

Para nós o *novo padrão de acumulação do capital* se refere a uma resposta direta a crise estrutural do sistema do capital. Como dito, a partir da década de 1970, o

sistema se defronta com algumas condições objetivas que dificultam sua reprodução sempre crescente, e a única forma encontrada para a retomada do crescimento econômico é impor à produção um novo padrão que logre êxito em obter novas formas para a extração crescente de mais-valia. Em outras palavras, trata-se de intensificar ainda mais a exploração/oposição do capital sobre o trabalho (MÉSZÁROS, 2002; TEIXEIRA, 1998).

O imperativo da crise estrutural do capital, de rearranjar – sob a mesma base problemática – as formas produtivas, materializa-se em novas estratégias⁵³. No plano da intensificação da extração de mais-valia, a necessidade de mão de obra flexível, polivalente e que incorpore, como suas, as necessidades de um modo de produção que na verdade é ontologicamente antagônico as suas necessidades, mostra-se como uma necessidade emergencial. Para Harvey (*apud* BATISTA; ALVES, 2009), a acumulação flexível é uma resposta oposta à rigidez da acumulação de inspiração fordista. Em suma, a acumulação flexível é um fenômeno que

[...] se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional [...] O trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas. A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego “estrutural” (em oposição a “friccional”), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical - uma das colunas políticas do regime fordista (HARVEY *apud* BATISTA; ALVES, 2009, p.2).

Diante dessa nova realidade, é fundamental “[...] um esforço sinérgico que fomenta a capacidade de cada trabalhador exercer atividades diferentes, de aceitar mudança contínua nos processos produtivos, de se adaptarem às exigências de garantia do permanente estado de alerta” (*idem*, p.4). A reorganização do processo produtivo constitui-se numa articulação de ações das classes dominantes, contra o trabalho, com repercussões em todas as esferas do ser social, entre elas a do cuidado.

⁵³ Adiantamos que por mais engenhosas que possam parecer, e na verdade são, as medidas tomadas são inúteis. Numa perspectiva duradoura, elas sequer chegam a “[...] arranhar a superfícies dos problemas estruturais” (MÉSZÁROS, 2002, p.669). Isso porque, primeiramente, “não há como eliminar a relação de antagonismo que sustenta a forma concreta de valorização do capital”. Segundo, porque “não há nenhuma esfera da vida ou região do capitalismo mundial que não estejam incorporadas às leis da lógica exploradora do trabalho” (PANIAGO, 2012, p. 62).

Assim, o novo padrão de acumulação do capital

[...] impulsionou um complexo de inovações organizacionais, tecnológicas e sociometabólicas nas grandes empresas e na sociedade em geral sob a direção moral-intelectual do “espírito do toyotismo”. A manipulação reflexiva ou a “captura” da subjetividade tornou-se efetivamente o modo de operar do controle sociometabólico do capital (ALVES, 2012).

No plano político e cultural,

A luta de classes e as derrotas das forças políticas do trabalho na década de 1970 conduziram a reestruturação política do capital, constituindo o Estado neoliberal e as políticas de liberalização comercial e desregulamentação financeira; e o pós-modernismo e o neopositivismo permearam a reestruturação cultural. Nos “trinta anos perversos”, o capitalismo financeirizado, toyotista, neoliberal e pós-moderno levou a cabo uma das maiores revoluções culturais da história (ALVES, 2012).

Essas novas determinações da economia incidem também nas condições de vida da população em geral, principalmente nas dos trabalhadores. No entanto, não são essencialmente diferentes daquelas engendradas pela oposição capital trabalho presentes desde os primórdios do capitalismo. Na verdade, as expressões é que são diferentes.

Com relação à precarização do trabalho e seus rebatimentos na atividade profissional da classe trabalhadora, vimos emergir também uma nova roupagem. Alves (2012) afirma que

[...] a precarização do trabalho que caracteriza o capitalismo histórico assumiu uma dimensão estrutural e fez emergir a precarização do homem-que-trabalha. Trata-se de uma nova dimensão da precarização do trabalho que não se reduz a precarização salarial. A precarização do homem-que-trabalha não se trata da mera afirmação do trabalho estranhado, mas sim a sua radicalidade qualitativamente nova capaz de desefetivar o ser genérico do homem em largas camadas sociais do proletariado hoje, com impactos na saúde dos homens e das mulheres que trabalham. A amplitude e intensidade do fenômeno do estranhamento hoje alterou o significado político da precarização do homem-que-trabalha. O tema da saúde do trabalhador numa perspectiva radical tornou-se muito importante para se deixar a cargo apenas de médicos e profissionais de saúde propriamente dita.

Outro fenômeno produzido pela crise estrutural do capitalismo é a ampliação dos antagonismos sociais. Já fora falado que a prioridade central do capital é a sua *autorreprodução*, e para realizá-la, ele obrigatoriamente precisa subordinar tudo em sua volta, inclusive as *necessidades* e as *aspirações humanas*. “Assim, a influência civilizadora encontra seu fim devastador no momento em que a implacável lógica interna da autorreprodução ampliada do capital encontra seu obstáculo nas necessidades

humanas” (MÉSZÁROS, 2002, p. 81) ⁵⁴. Por isso, “manter milhões de excluídos e famintos, quando os trilhões desperdiçados poderiam alimentá-los mais de cinquenta vezes” (*idem, ibidem*), só pode significar, em termos concretos, que o atual sistema de dominação se assenta em uma lógica, no mínimo, injustificável.

Colocar-se no sentido de contribuir para sua preservação, reforma ou reprodução, seja transmitindo conhecimentos, seja prestando cuidados de saúde, não é outra coisa, se não, endossar o injusto sistema de classes e suas consequências danosas para o conjunto da humanidade.

Outras expressões da crise estrutural poderiam ser aqui expostas no intuito de demonstrar o caráter problemático do capital, de sua crise estrutural e das medidas tomadas para amortecer as consequências das suas perturbações. No entanto, devido à objetividade necessária a essa dissertação, nos deteremos ao que já fora exposto, por pensarmos que os elementos apresentados dão conta de explicar em linhas mais gerais as principais determinações do processo de crise estrutural do sistema do capital.

Retomemos agora a particularidade da enfermagem. Ao estudar a evolução das 45 ocupações profissionais que mais ganharam postos de trabalho no Brasil na década de 1990, Pochmann (2007) demonstrou um aumento considerável no número de enfermeiros, passando de 8.465 no período de 1986/89, para 27.486, entre os anos de 1989/1997, com uma variação relativa de 64,5%. Todavia, no que diz respeito à variação do rendimento médio, o referido autor aponta que, em 1986, tal rendimento era de 6,45 salários mínimos, chegando a 4,07, em 1995, o que demonstra uma queda de 36,8% no rendimento médio dos enfermeiros.

Nessa mesma direção, Carrijo *et al.* (2007) afirmam que em 1992, o setor saúde ofertou 41.501 empregos e, em 1999 passou para 70.175 postos de trabalho. Segundo Ferreira *et al.* (2007), apoiados em dados do IBGE de 1999, do total de 1.375.238 empregos de saúde, 39,4% (541.585) pertenciam à equipe de enfermagem. Entretanto, lembremos que a categoria profissional de enfermagem, à época, era dividida em quatro

⁵⁴ Sob esse aspecto, é bastante ilustrativo o exemplo de Mézáros (2002, p.81). De acordo com o autor “Em 1981, o orçamento militar nos Estados Unidos chega a 300 bilhões de dólares, (e quem sabe quanto mais além disso, sob vários outros disfarces orçamentários), e isso desafia a compreensão humana. Ao mesmo tempo, os serviços sociais mais elementares são submetidos a duros cortes: uma medida verdadeira do ‘trabalho civilizador’ do capital hoje. Contudo, até mesmo tais somas e cortes estão muito longe de ser suficientes para permitir ao capital seguir imperturbável o seu caminho: uma das provas mais evidentes da crise de dominação”.

segmentos: os enfermeiros; os técnicos de enfermagem; os auxiliares de enfermagem e os atendentes de enfermagem. A absorção pelo mercado de trabalho de cada segmento profissional de enfermagem apresenta significativas diferenças. Em 1999, “entre o total de postos de trabalho da equipe no país, os enfermeiros ocupavam apenas 13,0%; os técnicos, 9,2%; os atendentes, 15,1%; os auxiliares, por sua vez, absorviam 62,7% da oferta, totalizando, esses últimos, 339.766 empregos” (FERREIRA *et al.*, 2007, p.152).

Ao estudar a distribuição profissional de enfermagem na primeira década dos anos 2000, Maliska *et al.* (2011, p. 353) observaram que

[...] a área da Enfermagem, em 2005, correspondia a 49,6% do setor da saúde e, desde total, 57% eram técnicos e auxiliares de Enfermagem. Em 2007, existiam 1.023.984 trabalhadores da Enfermagem, sendo 14% enfermeiros, 35% técnicos, 54% auxiliares e 2% atendentes (COFEN, 2007). Esses dados mostram que na década estudada houve um aumento significativo da força de trabalho da Enfermagem, predominantemente de enfermeiros e técnicos. Observa-se, também, uma diminuição acentuada do número de atendentes, devido, possivelmente, ao esforço da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), que, desde 1986, com a Lei do exercício profissional, vem buscando profissionalizar os atendentes e, com isso, melhorar a qualidade da assistência de Enfermagem no país.

Desse modo, faz-se necessária, ainda que minimamente⁵⁵, uma reflexão sobre a necessidade de segmentação entre profissionais da enfermagem no Brasil. Em nossa compreensão, essa subdivisão da enfermagem é uma necessidade econômica, de mercado, sendo mais preciso: de barateamento de força de trabalho e consequente aumento de lucro.

O ritmo acelerado de crescimento e desenvolvimento tecnológico, necessário e proporcionado a essa expressão capitalista na década de 1940, determinou uma configuração diferenciada nas relações de trabalho, requisitando uma maior divisão técnica deste (BAGNATO, 1994).

Isso tem repercussões na área da saúde com a introdução de técnicas e equipamentos mais sofisticados para prestar assistência médica, sendo o hospital o “locus” destes cuidados, principalmente os do setor privado, financiados pelo Estado. Polarizou-se assim ainda mais a divisão técnica e social e do trabalho em enfermagem, onde os enfermeiros que atuavam na área assumiam um papel de gerenciamento, administrativo e de treinamento e supervisão do pessoal auxiliar, portanto tendo o domínio do saber da área; aos atendentes, sem uma qualificação específica, eram atribuídos os cuidados

⁵⁵ Uma investigação significativamente profunda da questão pode ser encontrada na tese de doutoramento de Maria Helena Salgado Bagnato datada de 1994, quando a autora analisou a criação dos cursos de licenciatura em enfermagem. Nesse trabalho ficou demonstrada a estreita relação entre a criação dos níveis técnicos de enfermagem e a necessidade de divisão social do trabalho pelo capital.

diretos aos pacientes (o fazer), evidenciando também nessa área uma divisão técnica e social do trabalho (BAGNATO, 1994, p.170).

Reiteramos que a complexidade do processo de divisão técnica e social do trabalho extrapola o alcance e os objetivos desse estudo, mas algumas considerações se colocam como relevantes, uma vez que julgamos que tal processo incide decisivamente na atual configuração da atuação profissional e no processo de formação de enfermagem.

A primeira dessas considerações é a de que essa divisão entre profissionais de nível médio de ensino e de ensino superior não é uma constante global. Em alguns países, como é o caso de Portugal, não existem profissionais de nível médio em enfermagem, já na Alemanha, o curso de enfermagem em nível superior é restrito à formação em obstetrícia, sendo os demais profissionais advindos de formação técnica (REVISTA REFERÊNCIA, 2011).

Outra questão importante, na verdade central, é o papel econômico que essa divisão social e técnica acarreta na configuração do mercado de trabalho, sobre o que somos enfáticos: a lógica que se põe para a subdivisão profissional da enfermagem no Brasil é a de barateamento da força de trabalho. Vejamos: um profissional de nível escolar médio custa ao dono da empresa hospitalar e/ou ao Estado, uma parcela monetária (salário) consideravelmente menor que aquela paga a um trabalhador de nível de ensino superior. Com uma força de trabalho barateada a tendência é que os custos diminuam e os lucros aumentem, sendo essa a própria lógica de reprodução do capital e estando totalmente de acordo com as atuais necessidades vitais de tentativa de remediação da crise estrutural.

A exemplo do que ocorre na fábrica, no caso da enfermagem o assalariamento tem por objetivo garantir as condições de sua reprodução. Nas palavras de Marx e Engels,

o preço médio do trabalho assalariado é o mínimo do salário, isto é, a soma dos meios de subsistência de que o operário precisa para se manter vivo como operário. Por conseguinte, o que o operário obtém com a sua atividade é somente o necessário para conservar uma existência bem precária e para reproduzir-se (MARX; ENGELS, 2001, p. 67).

No caso da assistência de enfermagem no Brasil, Dantas e Aguillar (*apud* ITO *et al.*, 2011, p.215) afirmam que esta

tem sido feita, em grande parte, pelos técnicos e auxiliares. Tal situação é resultante do modo de produção capitalista, que traz distorções na prática de Enfermagem e na produção dos serviços de saúde. As instituições tendem a contratar pessoal menos qualificado em maior número e remunerado com menores salários em detrimento da contratação de profissionais mais qualificados.

É importante frisar que não se trata aqui de depreciar ou menosprezar os profissionais técnicos e auxiliares de enfermagem. Mas entendemos que essa subdivisão só é positiva aos interesses de maximização de lucros, sendo tão negativa para os usuários dos serviços de saúde, uma vez que estes não são assistidos por profissionais que supostamente poderiam ter melhor qualificação, quanto é para toda categoria profissional, pois ao passo que fomenta a clássica divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, contribui para aquilo que Silva e Silva (2014) entendem por *processo de (des)identidade profissional de enfermagem*.

Entretanto, a proporção de enfermeiros ainda permanece em níveis relativamente baixos. Quando comparamos, por exemplo, a distribuição *per capita* de enfermeiros no Brasil com os países do capitalismo central, notamos uma diferença considerável. Em 1991, “o Brasil dispunha de apenas 0,36 enfermeiros por 1000 habitantes. Para os técnicos e auxiliares esta relação era de 1,36 e para os atendentes de enfermagem de 2,0/1000 habitantes” (VIEIRA; SILVA *apud* MALISKA *et al.*, 2011, p.352). Já em países europeus, mesmo aqueles com os menores índices, os números eram significativamente melhores, dentre eles “Portugal, com 2,5 enfermeiros/1000⁵⁶ habitantes; Grécia, 2,6; Espanha, 3,8; e Itália, 3,9” (*idem, ibidem*). Já quando a comparação se dava entre os melhores índices, a desigualdade era ainda mais nítida. As maiores relações encontravam-se nos seguintes países: Irlanda, com 7,1, enfermeiros/1000 habitantes; Bélgica, 6,2; Dinamarca, 6,0; França, 5,3; Alemanha, 4,9; e Inglaterra, com 4,2 enfermeiros/1000 habitantes (*idem*).

Colenci e Berti (2012, p.165), baseadas em dados da primeira década dos anos 2000, apontam que “há uma relação *per capita* de apenas 0,6 enfermeiros por 1000 habitantes, considerando o Brasil como um todo”. Ainda segundo as referidas autoras, “esta marca está bem abaixo de países europeus, que têm uma relação de 5 a 10 enfermeiros por 1000 habitantes, dependendo do país” (*idem, ibidem*). Vale lembrar que, embora comparados, os países europeus apresentam divergências entre eles

⁵⁶ No caso de Portugal, é necessário levar em consideração que tal país não possui nível médio em enfermagem, como a pouco referido.

próprios, por exemplo, na Alemanha, como assinalamos a pouco, o curso de enfermagem é um Curso profissionalizante, semelhante ao nível médio no Brasil, e em Portugal, não há nível médio na Enfermagem. No Brasil, ao generalizar uma realidade como nacional, algumas precauções também precisam ser tomadas, como é o caso das regiões sul e sudeste, que são economicamente mais desenvolvidas e têm lançando número maior de profissionais no mercado se comparadas as outras regiões (COLENCI; BERTI, 2012).

Sobre as formas assumidas pela prática de enfermagem no Brasil, vemos também surgir uma mudança considerável a partir de 1990. Ferreira *et al.* (2007, p.156) afirmam que

O dinamismo e as características dos empregos na enfermagem sofreram o impacto do crescimento do sistema produtor de serviços e da reforma do setor saúde, que provocaram mudanças significativas na sua estrutura ocupacional. No setor público, com a municipalização da saúde, houve uma expansão da rede de saúde. Têm-se, como alguns exemplos, o Programa de Saúde da Família – PSF; a organização de serviços ambulatoriais especializados, como centros de atenção psicossocial, serviços de atenção a infecções transmissíveis, serviços de atenção à saúde do trabalhador, entre outros.

Some-se a isso o fenômeno de envelhecimento da população brasileira, que intensificou o crescimento da oferta de serviços de atenção à saúde do idoso, tanto no setor público como no privado. Observa-se também a mesma tendência nos serviços de atenção domiciliar, por conta, principalmente, do alto custo das internações e das taxas de infecção hospitalar (FERREIRA *et al.*, 2007).

O enfermeiro atualmente é contratado por empresas, creches, farmácias, escolas, para trabalhar no gerenciamento dos serviços de saúde (CARRIJO *et al.*, 2007). De acordo com Ferreira *et al.* (2007, p. 156), “[...] os avanços científicos, tecnológicos, políticos e sociais consubstanciaram continuamente o movimento de geração/expansão de novas áreas de atuação profissional para a enfermagem”. Entretanto, alertamos que tais avanços são expressões de uma realidade social mais ampla, e é preciso compreender, portanto, aquilo que requisita essa nova configuração, sua estrutura causal.

Com relação à oferta no número de vagas de postos de trabalho para a enfermagem, observamos também, a partir de 1990, significativas mudanças. Devido principalmente ao advento do Sistema Único de Saúde (SUS), houve um considerável

aumento no número de empregos para enfermeiros (SILVA; CAVALCANTI, 2013; VARELLA; PIERANTONI, 2008; MALISKA *et al.*, 2011; COLENCI; BERTI, 2012; FERREIRA *et al.*, 2007; CARRIJO *et al.*, 2007; POCHMANN, 2007). Entre os anos de 1980 e 2002, o número de empregos passou de 573 mil para mais de 2,2 milhões. Nesse mesmo período “o número de empregos no setor público cresceu 4,5 vezes [...], passando de 266 mil para 1,19 milhão, enquanto no setor privado ele aumentou 3.2 vezes” (BRASIL *apud* MALISKA *et al.*, 2011, p.351).

Embora tenhamos observado um aumento no número de empregos, apontamos conforme Silva e Cavalcanti (2013) e Varella e Pierantoni (2008)⁵⁷, que há necessidade de estudos abrangentes sobre emprego para enfermeiros a partir desse período. São necessárias análises que se ponham para além da mera constatação dos dados, permitindo assim, avançar para além da simples questão – porém complexa: estar empregado/estar desempregado. Com isso, queremos afirmar a necessidade analítica articulada com a totalidade social. Reconhecemos, porém, que não é objetivo desse estudo discutir as especificidades relativas à configuração do mercado de trabalho na enfermagem brasileira, por tal razão, nos limitaremos, no momento, a algumas questões que a nosso ver são centrais.

De acordo com Santos, Soares e Campos (*apud* MALISKA *et al.* 2011, p. 352),

o crescimento do emprego no setor de saúde brasileiro tem sido caracterizado por sua feminização (70% dos empregos são mulheres), elevada terceirização dos recursos humanos e ausência de uma política de valorização dos recursos humanos no SUS. [...] Destaca-se a adoção de mecanismos de flexibilização do trabalho no SUS, tendo os trabalhadores da saúde diversas formas de contrato, variando a instituição empregadora entre cooperativas, organizações governamentais e não-governamentais, fundações privadas e instituições filantrópicas.

Sob o mesmo aspecto, Carrijo *et al.* (2007, p.359) afirmam que “atualmente, na América Latina, os empregos fixos, de longo prazo estão sendo substituídos pelo trabalho temporário, levando as pessoas à busca de ocupações de curto prazo com melhor remuneração”. A questão da flexibilização dos vínculos de trabalho em enfermagem transcende a esfera privada e se expressa também nos serviços públicos. Nesse sentido, Souza, MN (2011), apoiado no monitoramento da Implementação e Funcionamento das equipes de saúde da família, realizado em 2002 e 2008 pelo Departamento de Atenção Básica (DAB) do Ministério da Saúde, afirma que tal

⁵⁷ Mesmo apontando para essa necessidade comum, compreendemos que tais estudos possuem diferenças substanciais, tanto com relação às conclusões quanto com relação ao método de investigação.

monitoramento identificou que cerca de 20 a 30% de todos os trabalhadores inseridos na Estratégia de Saúde da Família, apresentavam “vínculos precários” de trabalho.

Decompondo essa porcentagem percebe-se que, em 2002, 34,3% dos médicos tinham vínculo temporário, assim como 33,6% dos enfermeiros e 27% dos auxiliares de enfermagem. Os dados de 2008 não indicaram uma tendência de reversão do quadro de precarização do trabalho no quadro de profissionais das Equipes de Saúde da Família, uma vez que 37,6% dos médicos tinham vínculo temporário, assim como 32,9% dos enfermeiros e 24,7% dos auxiliares de enfermagem (SOUZA MN, 2011, p.6)

É então oportuno expor nossa concepção de precarização de trabalho. Temos entendido que o trabalho precarizado é a condição estrutural do modo de produção capitalista, tendo no antagonismo capital-trabalho seu alicerce de sustentação.

No caso da enfermagem, o antagonismo capital x trabalho, em suas particularidades, se expressa no que entendemos como o processo de precarização, compreendida enquanto condição estrutural, inerente às contradições do capitalismo, tendo sua gênese na esfera econômica e se expressando em todo o conjunto do chamado ‘mundo do trabalho’. Difere de precariedade, no sentido de que, para nós, esta última consiste numa condição mais imediata da questão, sendo reflexo e não sinônimo do processo de precarização. Numa palavra: a precariedade estaria expressa “na falta de” (equipamentos, materiais de consumo, etc.) e a precarização consistiria, essencialmente, nas condições objetivas que tornam a “falta” necessária (CAVALVANTI *et al.*, 2012).

Com efeito, as atuais expressões desse processo na prática de enfermagem precisam ser compreendidas numa perspectiva de totalidade, à luz do processo das transformações econômicas pelas quais o Brasil passou ao longo da década de 1990. Como dito a pouco, a crise estrutural do sistema capital lança “novas” demandas para a sociabilidade burguesa com um todo, e subjuga os diversos complexos a sua lógica incorrigível. Especificamente no Brasil, essa realidade mais “palpável” da crise se inicia nos primeiros anos de 1990, sob a forma política neoliberal, e se materializa na precariedade das relações de trabalho⁵⁸. São exemplos desse processo a informalização,

⁵⁸ Aqueles que defendem a atual ordem global usam uma série de argumentos e estratégias para justificarem a instabilidade empregatícia do atual momento do capital. É bastante oportuna a análise de Mézáros (2002, p.320, 321): “os remédios externos assumem a forma ou de uma pregação vazia – por exemplo, “os trabalhadores têm de entender que já passou o tempo do pleno emprego” e “ninguém pode ter um emprego vitalício” etc. – ou, de maneira mais realista e cruel, de imposição de medidas autoritárias, em nome da “autonomia dos indivíduos” (para que se contentem com empregos em tempo parcial) e do amor à liberdade individual (para ser dirigido contra os órgãos coletivos tradicionais de defesa dos interesses da população trabalhadora). Em outras palavras, os pilares duplos da sabedoria dos realistas são: (1) torne a força de trabalho precarizada, e (2) transforme em criminosos os que protestarem contra. Pois, se o sistema não tem condições de enfrentar a intensificação das contradições, ninguém deve nem pensar em lutar por outra alternativa.

a terceirização e a flexibilização dos vínculos trabalhistas. Tal condição expropria significativamente “direitos” históricos dos trabalhadores.

A flexibilidade dos vínculos trabalhistas na produção capitalista como um todo, e aí não excluimos a enfermagem, é condicionada por uma série de determinações. Uma destas determinações – e essa possui caráter estrutural –, é a *lei geral de acumulação capitalista*. A clássica conceituação de Marx (1996, p.251) dá conta de que, na produção capitalista, a

força de trabalho é aí comprada não para satisfazer, mediante seu serviço ou seu produto, às necessidades pessoais do comprador. Sua finalidade é a valorização de seu capital, produção de mercadorias que contêm mais trabalho do que ele paga, portanto, que contêm uma parcela de valor que nada lhe custa e que, ainda assim, é realizada pela venda de mercadorias. Produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção. Só à medida que mantém os meios de produção como capital, que reproduz seu próprio valor como capital e que fornece em trabalho não-pago uma fonte de capital adicional é que a força de trabalho é vendável. As condições de sua venda, quer sejam mais quer sejam menos favoráveis para o trabalhador, incluem, portanto, a necessidade de sua contínua revenda e a contínua reprodução ampliada da riqueza como capital.

Portanto, o sistema do capital sobrevive obrigatoriamente do trabalho não pago, da extração de mais-valia, de lucro à custa da exploração negativa do trabalho. Essa extração é materializada, em grande parte, na relação salarial. Segundo Marx, o salário⁵⁹ “[...] condiciona sempre, por sua natureza, o fornecimento de determinado quantum de trabalho não-pago por parte do trabalhador” (*idem, ibidem*).

No Brasil, em tempos de crise estrutural, através da investida neoliberal dos anos de 1990, o foco é voltado “[...] para a desregulamentação do direito do trabalho, cujo maior exemplo é a Lei do Contrato Temporário, aprovada em 1997, sob o governo Cardoso” (ALVES, 2010, p.107). Essa lei surge “como a nova lógica capitalista no Brasil, procurando criar novos patamares de flexibilidade estrutural adequados à época da Terceira Revolução Industrial e da mundialização do capital, o que implica reduzir custos sem prejudicar a qualidade” (*idem; ibidem*).

Exemplificando tal processo: se antes um empregador precisava contratar uma enfermeira para um plantão de 24 horas por 240 reais, agora tem *preferido* contratar apenas uma enfermeira por 12 horas por 120 reais e gratificar outra enfermeira do quadro de funcionários com mais 60 reais sobre seu salário para cobrir a “lacuna”,

⁵⁹ Na enfermagem a redução salarial se coloca como fator decisivo no abandono ou afastamento profissional, é o que afirmam as pesquisas de Secaf e Rodrigues (1998) e Varella e Piarentoni (2008)

durante determinado período. Nesse exemplo grosseiro, se perguntarmos às duas enfermeiras sobre sua situação empregatícia, ambas dirão que estão empregadas, porém tal resposta jamais irá revelar em que condições e quais são os seus reais fundamentos. Não se trata apenas de economizar 60 reais, o que seria lógico e resumiria as motivações do empregador. A questão é que são mantidas as mesmas atribuições (ou seja, não se altera o *quantum* que ao final de 24 horas as duas precisarão produzir), mas se faz isso com menos encargos contratuais e menos gastos com materiais adicionais.

Respondendo por que um certo montante de dinheiro é dado em troca de um certo montante de trabalho, Marx (2010b, p.94) esclarece que

estaremos completamente enganados ao acreditar que o valor do trabalho ou de qualquer outra mercadoria é, em última instância, determinado pela oferta e pela procura. A oferta e a procura regulam apenas as *variações* temporárias dos preços de mercado. Explicam-nos porque o preço de mercado de uma mercadoria sobe acima ou cai abaixo do seu *valor*, mas nunca podem explicar o próprio valor. Suponhamos que a oferta e a procura se equilibram ou, como dizem os economistas, se cobrem reciprocamente. No exato momento em que essas forças opostas se nivelam, anulam-se reciprocamente e deixam de agir em uma ou em outra direção. No momento em que a oferta e a procura se equilibram e, portanto, deixam de agir, o preço de *mercado* de uma mercadoria coincide com seu valor real, com o preço padrão em torno do qual os seus preços de mercado oscilam. Ao investigar a natureza desse valor não temos, portanto, de nos preocupar com os efeitos temporários da oferta e da procura sobre os preços de mercado. O mesmo é verdade para os salários e para os preços de todas as outras mercadorias.

No caso do nosso exemplo, estabelecer que o *valor* da hora trabalhada seria de 10 reais constituiria uma imprecisão, uma vez que tal relação é abstrata em função da impossibilidade de se mensurar o *valor* da mercadoria pelo preço pago, como se houvesse aí uma coincidência entre o valor de uso e o valor de troca⁶⁰. O valor do trabalho empreendido é incalculável e sua pretensa redução ao preço apenas responde a uma necessidade do mercado, o que põe em questão a noção da boa e da má remuneração, tendo em vista que o quanto se recebe por determinada atividade esconde, necessariamente, o quanto não se paga por ela.

Em outras palavras: não é no quanto se recebe pelo trabalho que se mede o seu valor. Neste caso, independente da estratégia utilizada pelo empregador, o que importa é que sejam criadas condições objetivas que garantam um *quantum* da oferta de serviços, com custos, cada vez mais, reduzidos. Marx (2010b, p.94) esclarece também que “como

⁶⁰ Na verdade, “na prática não se compra para vender: compra-se barato, para se vender mais caro. Troca-se dinheiro por mercadoria para trocar, em seguida, a mesma mercadoria por maior quantidade de dinheiro, de modo a fazer diferirem os extremos D-D, se não qualitativa, quantitativamente” (MARX, 2008b, p.159).

salário é apenas um nome para denominar o preço do trabalho, queremos dizer com isso que os preços das mercadorias são regulados pelo preço do trabalho”, daí a necessidade de se atribuir um preço de 240 reais para o plantão de 24 horas.

Portanto, dizer que os trabalhadores estariam sendo “requalificados” através da exigência da polivalência e pela organização em equipes, ou que estariam sendo diminuídas as jornadas de trabalho, com aumento do tempo livre, são afirmações insustentáveis, quando não contrárias à perceptível intensificação de sua exploração, a par da sutileza do controle das atividades pessoais e profissionais a que estão cada vez mais submetidos, numa gigantesca fragmentação de sua subjetividade numa atividade social – o trabalho – que, por excelência, é coletiva, estando, porém, ainda subordinada as ditames da acumulação do capital (PINTO, 2010, p.81,82).

A condição salarial no capitalismo em crise estrutural se articula, num movimento dialeticamente constante, a outra questão de tamanha importância para a manutenção do sistema: a formação de um *exército industrial de reserva*⁶¹ ou de uma *superpopulação flutuante*. Esta é, em regra, a causa fundamental que provoca a queda nos salários dos trabalhadores. De acordo com Marx (1996, p.267),

[...] os movimentos gerais do salário são exclusivamente regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que correspondem à mudança periódica do ciclo industrial. Não são, portanto, determinados pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo acréscimo e decréscimo da dimensão relativa da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada.

A função do exército industrial de reserva em tempos de crise estrutural possui essencialmente a mesma função que aquela do capitalismo clássico. Já naquele tempo, grandes massas humanas precisavam

[...] estar disponíveis para serem subitamente lançadas nos pontos decisivos, sem quebra da escala de produção em outras esferas. A superpopulação as provê. O curso de vida característico da indústria moderna, sob a forma de um ciclo decenal, interrompido por oscilações menores, de vitalidade média, produção a todo vapor, crise e estagnação, repousa na contínua constituição, na maior ou menor absorção e na reconstituição do exército industrial de reserva ou superpopulação. Por sua vez, as oscilações do ciclo industrial recrutam a superpopulação e tornam-se os mais enérgicos agentes de sua reprodução (MARX, 1996, p.263).

É nessa lógica que entendemos a expansão no número dos cursos de formação de força de trabalho em enfermagem. Segundo Colenci e Berti (2012, p.159), “há crescimento intensificado do número de escolas de graduação em Enfermagem, especialmente no setor privado, estimulado pelo apoio oferecido pelo governo federal

⁶¹ Apesar do termo “industrial” a noção de exército industrial de reserva se aplica a todos os que estão em disponibilidade de vender sua força de trabalho, não sendo exclusivo do setor industrial.

através de programas de crédito educativo e bolsas de estudo”. Ainda de acordo com as referidas autoras “na década de 1980, havia uma proliferação desordenada de escolas com uma baixa procura pelos cursos de enfermagem” (*idem, ibidem*). Na década de 1990, entre outras coisas devido à ampliação e diversificação da atuação do enfermeiro proporcionada pela criação do SUS⁶², ocorreu um aumento considerável no número de vagas de empregos, de modo que no ano de 2007, havia no Brasil “[...] um total de 629 cursos de graduação em Enfermagem. Desse total, de acordo com a categoria administrativa, 124 são públicos e 505 privados. Assim, até 2007 o ensino privado representava 80,2% dos cursos de graduação em Enfermagem do país” (*idem, ibidem*)

Tal questão colabora para um aumento na oferta de enfermeiros, *independente* da demanda do mercado de trabalho⁶³, razão de ser do fenômeno da *empregabilidade*⁶⁴. Isso ocorre por que

[...] uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional (MARX, 1996, p.262, 263).

Como disse Marx (2001, p.67), “o trabalhador não tem apenas de lutar pelos meios físicos de subsistência; deve lutar por alcançar trabalho, isto é, pela possibilidade e pelos meios de realizar a sua atividade”. A possibilidade de alcançar esses meios, de acordo com a lógica burguesa, está situada em grande parte na qualificação profissional. Vajamos que segundo Ferreira *et al.* (2007, p.153),

⁶² Para nós a criação do SUS não ocorreu em sua essência devido às necessidades básicas de saúde da população brasileira, mas sim, e centralmente, para o atendimento de demandas postas em última análise pela crise estrutural do sistema do capital. Com isso não desconsideramos a importância da luta de segmentos populares ou da reforma sanitária, trata-se mesmo de reconhecer a função social da política pública do processo de extração de mais-valia. Essas questões serão melhores analisadas no capítulo 3.

⁶³ Segundo Marx (2001, p.66), “a procura de homens regula necessariamente a produção de homens como de qualquer outra mercadoria. Se a oferta é muito maior que a procura, então parte dos trabalhadores cai na miséria ou na fome. Assim, a existência do trabalhador torna-se reduzida às mesmas condições que a existência de outra mercadoria. O trabalhador transformou-se numa mercadoria e terá muita sorte se puder encontrar um comprador. E a procura, à qual está sujeita a vida do trabalhador, é determinada pelo capricho dos ricos e dos capitalistas”.

⁶⁴ “A empregabilidade é um desses conceitos que cumprem uma função ideológica muito importante na sociedade capitalista contemporânea. Os trabalhadores precarizados – subcontratados, temporários, conta própria – são levados a incorporar a flexibilidade e a rotatividade como instrumentos de manutenção de sua empregabilidade. Os desempregados, além de assumirem a culpa pela situação de ser sem-emprego, são encorajados a usar a criatividade para inventar o próprio trabalho” (SOUSA *et al.*, 2008, p.176, 177).

para a inserção e permanência do profissional de enfermagem no mercado de trabalho local é fundamental a adequação das instituições formadoras em enfermagem às exigências do mercado de trabalho.[...] Nesse sentido, o ensino fundamental, o ensino técnico de nível médio e o ensino superior passaram a serem focalizados, quando o tema é o da reestruturação produtiva e da sua relação com o mercado de trabalho.

Seguindo a mesma linha argumentativa, Carrijo *et al.* (2007, p.358) compreende que o mercado de trabalho

[...] exige que o profissional valide a sua competência para a empregabilidade e corrija suas fragilidades de forma permanente, por meio da educação continuada. O vínculo entre a aprendizagem continuada e a vida profissional deve ser um compromisso assumido desde graduando, em busca da adequação às novas exigências do mercado de trabalho e para uma assistência com qualidade.

Dessa forma, a questão que é em sua essência um problema estrutural do capitalismo, é transferida para o nível do indivíduo singular, num processo de *culpabilização da vítima*⁶⁵. Nessa inversão, aquele que é a causa (o capital e sua estrutura de comando) é colocado no papel de vítima daqueles que não se qualificaram, dos “culpados”. Cabe ao enfermeiro agora, por conta própria, procurar os meios e as formas de se adequar às novas exigências de empregabilidade. O mercado, assim, cria mecanismos estratégicos que, uma vez apreendidos pelo trabalhador, desenvolvem nele uma necessidade permanente de qualificação e de desenvolvimento de novas habilidades, de novas técnicas e instrumentos.

Essa é a face mais crua do que significa um enfermeiro flexível nos moldes capitalistas: um enfermeiro com a capacidade de exercer atividades diferentes em diferentes setores, algumas dessas funções não diretamente ligadas ao *cuidado de enfermagem*; de aceitar mudanças contínuas no processo de trabalho e de se adaptar às exigências crescentes, permanecendo em constante estado de alerta. O caráter negativo dessa “flexibilidade” é sua determinação a partir da lei geral do capital somada com a atual instabilidade de seu sistema fruto da crise estrutural. Assim, o enfermeiro é generalista não para prestar um cuidado supostamente integral, mas para ter a capacidade produtiva de ocupar diversos setores da saúde. Como a realidade é dinâmica e inconstante, o enfermeiro precisará sempre buscar novos conhecimentos e capacidades que o diferencie, não por uma motivação humanamente determinante, mas por conta da venda de sua força de trabalho no mercado.

⁶⁵ Expressão de Tadeu da Silva

Ferreira *et al.* (2007, p.158) afirmam que “o mercado de trabalho brasileiro tem demonstrado o acirramento da competitividade e da exigência de profissionais mais capacitados e habilitados para atuar de maneira flexível e criativa”. Tal fato ocorre, segundo Lessa (2005, p.91), pois,

a idéia chave do liberalismo (tanto do liberalismo moderno quanto do liberalismo contemporâneo) é que a sociedade nada mais é que a essência dos indivíduos. [...] como os indivíduos são essencialmente proprietários privados, a relação entre eles será sempre a relação de concorrência entre proprietários que se encontram no mercado para vender e comprar suas mercadorias.

De fato, a “sociedade concorrencial capitalista”, parafraseando Lessa (2005), impõe, ideologicamente⁶⁶ (mas não somente), aos indivíduos singulares a responsabilidade de se colocarem, enquanto indivíduos individuais, numa relação desigual, que ao simular uma aparente igualdade, obscurece as contradições que os sustenta e os torna, essencialmente, desiguais. Por isso, quando Ferreira *et al.* (2007, p.158) afirmam que a atual formação de profissionais de enfermagem deve ser capaz de possibilita-los a “[...] adaptar-se às mudanças técnicas, aumentando suas possibilidades frente à competitividade, à concorrência e aos efeitos do desemprego no mercado de trabalho”, só podemos compreender que tal recomendação se dá a partir do horizonte de atendimento das demandas específicas da crise estrutural do capital.

Segundo Cardozo (*apud* Sousa *et al.*, 2008, p.170), a qualificação é na verdade

[...] colocada no horizonte da polivalência e da abstração como se o trabalhador tivesse acesso ao conhecimento científico quando, na verdade, o domínio do saber científico e tecnológico e da informação são estratégias vitais para a manutenção do domínio do capital e para sua reprodução ampliada. A ciência continua monopólio do capital, tendo em vista que, em face das rápidas mudanças nas necessidades de consumo criadas pelo capital, o domínio do conhecimento científico e técnico e a descoberta de um novo produto significam o alcance de vantagem competitiva. O saber é mercadoria fundamental no âmbito da competitividade.

É no bojo das recentes transformações no mundo do trabalho que, acertadamente, Alves (2010) observa que, devido as recentes modificações na economia mundial, ocorreu um avanço da divisão social do trabalho no Brasil. Quanto mais dividido o trabalho, mais especificidade se exige do trabalhador, o que contribui para sua eterna busca por qualificação e, aos que não puderem acompanhar o ritmo desse processo, o desemprego e o subemprego se encarregarão de acomodar.

⁶⁶ Analisaremos melhor a categoria da ideologia no próximo capítulo.

Na sociedade do capital, o desemprego cumpre ainda outro papel fundamental. Segundo Marx (1996, p.266, 267),

a condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do sobretrabalho da outra parte e vice-versa torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente, a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social.

No atual contexto econômico, o desemprego serve ainda na regulação de contratos de trabalho, quando viabiliza “[...] o intenso uso de trabalhadores contratados temporariamente, os quais, num período de crescimento da economia, são exauridos em longas jornadas para atender a níveis altíssimos de produtividade [...]” (PINTO, 2010, p.81). Dessa forma, o desemprego é um dos fatores que garantem “[...] as jornadas flexíveis de trabalho, elemento vital no angulamento da escala de produção à demanda dos recursos de consumo, proposta central do toyotismo” (*idem, ibidem*).

Por isso não podemos concordar com uma das conclusões do estudo de Varella e Pierantoni (2008), para quem o desemprego não tem comparecido como problema para os enfermeiros brasileiros. Vejamos que, dos participantes do referido estudo, com até um ano de formado, 91,9% já estavam empregados. Salvo as distorções da proporção de enfermeiros por habitante nas diversas regiões do Brasil – registre-se que do total de entrevistados 36,6% eram da região sudeste –, tem-se a aparente impressão de que há vagas para enfermeiros e que o desemprego não é um problema para a profissão. Aliás, os dados obtidos ajudam a reforçar essa falsa compreensão:

outra questão pesquisada referiu-se ao fato de investigar o desemprego dos enfermeiros nos últimos três anos, onde 88,7% responderam negativamente. Dos 19 que declaram desemprego nos últimos três anos, 52,6% o delimitaram em menos de seis meses. A pesquisa mostrou, também, que a maioria dos enfermeiros não acusou dificuldade em conseguir emprego, e não mudou de trabalho nos últimos dois anos (VARELLA; PIERANTONI, 2008, p.147).

Faz-se necessário certo cuidado ao inferir tal conclusão (a de que o desemprego não comparece como um problema para enfermeiros), uma vez que o estudo de Varella e Pierantoni (2008) tratou de uma pesquisa realizada com 565 enfermeiros, em 2005, encomendada pela Estação de Trabalho IMS/UERJ (Instituto de Medicina Social/ Universidade Estadual do Rio de Janeiro) da ROREHS (Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde), na qual as autoras aplicaram um questionário durante dois congressos nacionais da categoria, com o objetivo de conhecer como se configura o mercado de trabalho dos enfermeiros no país. Vale lembrar que os congressos têm

representação nacional e que, geralmente, os participantes são docentes, pesquisadores e alunos de graduação e de pós-graduação. Arriscamo-nos a observar que, entre os participantes do estudo, há um percentual considerável de enfermeiros adultos, com formação de mais de dez anos e com a responsabilidade pelo sustento da família. Cumpre destacar também o percentual de quase 20% de egressos dos cursos de nível médio.

Ao que parece, na verdade, a argumentação de Varella e Pierantoni (2008), pode ser acomodada naquilo que Mészáros (2002, p.322) chama de “maquiagem das estatísticas”. Sendo este o meio preferido de minimizar os problemas, consistindo numa “[...] forma de ‘assoviar no escuro’ para se acalmar. É praticada não apenas em relação às estatísticas do desemprego mas também para minimizar as graves consequências resultantes do desemprego catastróficamente crescente”(idem, *ibidem*).

Chamamos atenção para o fato de que apesar de atualmente a função ocupada pelo desemprego no funcionamento do sistema do capital ser essencialmente a mesma que a do início do capitalismo, em tempos de crise estrutural, uma nova conformação do fenômeno é expressa. Mészáros (2002, p.224), apoiado em Marx, compreende que o desemprego na sociedade do capital possui caráter crônico, e “traz à baila as contradições e os antagonismos do sistema global do capital na forma potencialmente mais explosiva”. Como dissemos, o desemprego é condição estrutural do capitalismo, é “um elemento bem-vindo e necessário para sua boa saúde” (idem, p. 332). No entanto, “a situação muda radicalmente quando a dinâmica do deslocamento expansionista e a acumulação tranquila do capital sofrem uma interrupção importante, que traz consigo, com o passar do tempo, uma crise estrutural potencialmente devastadora” (idem, *ibidem*).

O desemprego em massa então “começa a lançar uma sombra realmente ameaçadora, não somente sobre a vida socioeconômica de um ou de outro país, mas sobre todo o sistema do capital” (idem, *ibidem*). Afinal,

[...] uma coisa é imaginar o alívio ou a remoção do impacto negativo do desemprego em massa de um, ou mesmo mais de um, país particular – mediante a transferência de sua carga para alguma outra parte do mundo, ao “melhorar a posição competitiva” do país ou dos países em questão: um remédio tradicional nos textos, de que até hoje se ouve falar. Entretanto, outra coisa completamente diferente é sonhar com essa solução quando a doença afeta todo o sistema, estabelecendo um limite óbvio ao que um país pode fazer para “mendigar ao vizinho”, ou mesmo o resto do mundo, caso se

trate do país hegemônico mais poderoso, caso dos Estados Unidos no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Sob essas circunstâncias, ativa-se a “explosão populacional”, sob a forma de desemprego crônico, como um limite absoluto do capital (MÉSZÁROS, 2002, p.332,333).

O novo padrão emergente de desemprego deve então ser compreendido como uma expressão socioeconômica que “adquire o caráter de um indicador do aprofundamento da crise estrutural do capitalismo atual” (*idem*, p.1005). Nesse sentido, todas as medidas tomadas, do ponto de vista do capital para tratar o problema do desemprego, ao invés de aliviá-lo, aprofundam-no, agravam-no. Estranho seria se fosse diferente, uma vez que “a maneira característica de lidar com as dificuldades é reforçar de modo implacável a subordinação do trabalho ao capital [...]” (*idem*, p. 224). Exemplo disso é a própria acumulação dita flexível, afinal a adoção dos ideais de livre mercado não trouxeram as benéficas prometidas. Ao contrário, ela expôs os “[...] perigos do capitalismo selvagem e do desemprego em massa, generalizando assim por todo o mundo a condição do desemprego crônico como a tendência mais explosiva do sistema do capital” (*idem*, p.342).

Daí que retornamos à questão dos vínculos trabalhistas “flexíveis”, pois, em conformidade com Mézáros (2002), entendemos que estes coexistem com a questão do desemprego numa relação de determinação dialética. As “práticas trabalhistas flexíveis” são na verdade “um eufemismo cínico para a política deliberada de fragmentação e precarização da força de trabalho e para a máxima exploração administrável do trabalho em tempo parcial” (MÉSZÁROS, 2002, p.342). Destarte, as noções de “maior disciplina do trabalho” e de “maior eficiência”, surgem como “[...] remédio para dar seguimento às deficiências e ‘disfunções’ devidas ao desemprego crônico em todos os países sob o domínio do capital, em rigorosa conformidade aos parâmetros causais do sistema do capital [...]” (*idem*, p.226). Por isso, além da escassez de vagas para enfermeiros, na maioria das cidades brasileiras, precisamos também considerar a questão da precariedade de vínculos e das condições do trabalho, dada a relação entre esses dois fenômenos. De fato, o crescente desemprego atinge, atualmente, até mesmo os estratos mais qualificados da população trabalhadora⁶⁷, com forte impacto sobre

⁶⁷ De acordo com Mézáros (2002, p. 226), “na realidade, até na parte mais privilegiada do sistema do capital o desemprego em massa, a mais grave das doenças sociais, assumiu proporções crônicas, sem que a tendência a piorar tenha algum fim à vista. Somente no capitalismo avançado da Europa Ocidental existem bem mais do que vinte milhões de desempregados; há pelo menos mais uns dezesseis milhões em outros “países de capitalismo avançado”. Todos esses números ameaçadores estão registrados na forma de cifras oficiais imensamente subestimadas (ou cinicamente falsificadas); na Inglaterra, por exemplo, 16 horas de trabalho por semana (em geral associadas à miserável remuneração de 2 libras por hora a

jovens, mulheres e os que estão acima de 50 anos, independente da experiência que acumularam no trabalho (POCHMANN, 2007).

Uma outra expressão posta pela dinâmica do capitalismo em crise estrutural, que se articula com a questão do desemprego, da “flexibilização” profissional e se coloca como recorrente na atividade laboral dos enfermeiros no Brasil é o fenômeno do múltiplo emprego. À guisa de ilustração, recorremos a pesquisa de Varella e Piarentoni (2008). O referido estudo apontou que 47,5% dos enfermeiros declararam ter um emprego; 39,4% declararam ter dois e 9,6% três empregos. Comprendemos que o múltiplo emprego é comum ao contexto contemporâneo da enfermagem brasileira, sendo “[...] prescrito como estratégia de assegurar uma força de trabalho qualificada, dada a possibilidade de maior experiência no sentido ‘polivalente’ do termo, com menor remuneração [...]” (SILVA; CAVALCANTI, 2013, p.106).

Vejamos que face ao processo dos baixos salários e das “necessidades sociais ampliadas”, muitos enfermeiros *precisam* ocupar seu suposto tempo livre com outro emprego. O fenômeno do múltiplo emprego comparece assim também indissociavelmente ligado ao processo de exaurimento e adoecimento do trabalhador de enfermagem, uma vez que atrelado a justifica e a necessidade de se obter um salário complementar, corrobora com a redução do tempo livre e com o aumento da sobrecarga de trabalho (*idem*). Nesse sentido, Silva e Cavalcanti (2013, p.94) afirmam que

nas condições dadas pela rápida transformação tecnológica e pela alta concorrência capitalista em níveis globais, nenhuma esfera do trabalho social (das artes mais intelectualizadas às mais manuais) está privada de intensa e degradante exploração das capacidades humanas, em prol de uma acumulação de riquezas despótica e cada vez mais desterritorializada, sem finalidades ou mesmo padrões de uso coletivo, o que atesta a extrema desigualdade entre setores econômicos, regiões e países, paralelamente ao incrível número de doenças surgidas do trabalho.

Nesse sentido, mais uma vez questionamos a pesquisa de Varella e Pierantoni (2008), uma vez que as autoras tomam partido por uma compreensão equivocada, para a qual o enfermeiro brasileiro não vem sofrendo os efeitos da flexibilização do mercado de trabalho. De fato, a pesquisa apresentada por Varella e Pierantoni (2008)

constata a existência de 77,8% de vínculos formais no emprego assinalado como principal pelos participantes. Entre os que referiram segundo emprego,

milhões de trabalhadores – ou seja: a principesca importância de 3 dólares por hora, nos valores de 1994) contam como “emprego em tempo integral” e, arbitrariamente, muitas categorias de pessoas que na verdade estão desempregadas por algum pretexto estão excluídas das estatísticas do desemprego”.

68,3% apresentam a mesma situação. Tais achados, agregados às condições de emprego verificadas neste segmento, reforçam a convicção da inexistência de flexibilização. Neste sentido podemos, também, correr o risco de afirmar que a flexibilização do mercado de trabalho e a precarização do emprego não constituem agravo que afete o mercado laboral dos enfermeiros. Na verdade, o trabalho formal e no âmbito público, é a principal característica deste mercado (VARELLA; PIERANTONI, 2008, p.150, 151).

Não nos deteremos a questões mais específicas do que acabamos de referir, o que demandaria outros aprofundamentos. Basta-nos refletir sobre o risco assumido pelas autoras ao afirmarem que “a flexibilização do mercado de trabalho e a precarização do emprego não constituem agravo que afete o mercado laboral dos enfermeiros” (VARELLA; PIERANTON, 2008, p. 151). Começemos por lembrar que a razão que explica a flexibilização do trabalho não é medida apenas pelo emprego, nem é lógica e racional. No plano de fundo dessa problemática não está, a nosso ver, apenas a escassez ou a presença do emprego, mas centralmente, em que condições a enfermagem tem trabalhado e com que finalidade. De forma mais específica: em que setores os enfermeiros iniciaram suas atividades? Qual a relação entre sua jornada de trabalho, atribuições e remuneração? Quais as condições de trabalho necessárias e quais as disponíveis? Porque tais condições ocorrem? E porque ocorrem desse modo?

Somente após obtermos tais respostas compreenderemos que “dizer que está empregado, com ou sem vínculo formal, não responde sobre flexibilização, tampouco nos permite afirmar que ‘a precarização do trabalho não é um problema que afeta os enfermeiros’” (SILVA, CAVALCANTI, 2013, p.98). Na verdade, consideramos que a precarização do trabalho, característica estrutural do capitalismo, determina decisivamente a prática do enfermeiro no Brasil e que diante da condição de crise estrutural tal determinação resulta em expressões particulares.

Após a exposição dos elementos centrais que articulam ontologicamente a produção material de vida com o *cuidado de enfermagem*, compreendemos que

[...] o afastamento das barreiras naturais e o processo de complexificação societária têm imprimido mudanças estruturais importantes no cuidado, ainda que isto não signifique, em absoluto, uma ruptura com seu caráter *essencialmente* humano. Trata-se mesmo de um processo de fragmentação do cuidado com bases, cientificamente sistematizadas, movidas interesses orientados a partir da dinâmica do capital, movente dos diversos complexos sociais, a exemplo da área da saúde, e nesta com destaque para a enfermagem (SILVA; CAVALCANTI, 2013, p.16, 17).

Eis aí que identificamos uma questão significativa: existe distinção entre a “[...] prática do cuidado voltada para o conjunto da humanidade (que compreende

originalmente o cuidado em geral e pode abarcar expressões particulares do ato de cuidar)” e uma prática de cuidado alinhada ao atendimento de demandas específicas decorrentes da sociedade de classes, que no capitalismo decorre dos diversos rebatimentos do antagonismo capital x trabalho (SILVA; CAVALCANTI, 2013, p.17). Nossa compreensão é que o *cuidado de enfermagem* não só se constituiu, mas como também vem se expressando historicamente, orientado pela segunda descrição.

Com isso queremos dizer que as formas assumidas pelo *cuidado de enfermagem* se alteram significativamente de acordo com a necessidade hegemônica – principalmente as demandas da esfera da produção – de cada período histórico; “[...] e esta alteração requisita ajustes de uma formação profissional da enfermagem, como estratégia de uma formação adequada às distintas demandas impostas pelas transformações sociais” (*idem, ibidem*). Desse modo, a enfermagem

[...] uma vez assumindo um compromisso hegemônico com o atendimento às demandas decorrentes das contradições sociais e das necessidades dali originadas, direciona suas potencialidades para o desenvolvimento de um perfil de profissão e de profissional mais ajustado à conjuntura social na qual se sustenta (*idem, ibidem*).

Não queremos afirmar com isso que a atuação da enfermagem nega o caráter mais elementar do cuidado, ou que a enfermagem não atenda, em certa medida, a algumas necessidades realmente humanas. Entendemos que se trata de uma subsunção do *cuidado de enfermagem* às demandas da acumulação do capital num determinado momento histórico. Em linhas gerais, trata-se de cuidar mais das singularidades, daquilo que é imediatamente necessário à reprodução da sociedade – de acordo com a lógica do capital –, ignorando a necessidade de uma atuação profissional, efetivamente voltada, comprometida e orientada ao atendimento das necessidades essenciais do gênero humano.

No capitalismo, e principalmente em tempos de crise estrutural, essa condição (de atendimento das necessidades realmente humanas) é cerceada pela prioridade que a reprodução ampliada do capital exerce nas sociedades. Dessa forma, uma atuação que se pretenda realmente comprometida com as necessidades essenciais da humanidade tem que possuir obrigatoriamente/inicialmente e como horizonte principal, a radical superação do capitalismo e de todas as formas de controle do capital. Parafraseando Mézáros (2002), se faz necessária uma prática de enfermagem comprometida *para além do capital*.

CAPÍTULO II - ESTADO, EDUCAÇÃO E IDEOLOGIA – REFRAÇÕES PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA AMÉRICA LATINA

“De fato, da maneira como estão as coisas hoje, a principal função da educação formal é agir como um cão de guarda ex-officio e autoritário para induzir um conformismo generalizado em determinados modos de internalização, de forma a subordiná-los às exigências da ordem estabelecida”.

István Mészáros

A educação, ao longo da história, cumpriu e cumpre um papel basilar no processo de desenvolvimento do ser social. A particularidade de cada momento histórico requisita e condiciona uma educação que se expressa também particular. No capitalismo, o complexo educacional possui também vital importância para a reprodução sóciometabólica deste modo de produção. Nesse sentido, este capítulo objetiva analisar as determinações centrais que compõem o complexo educacional capitalista e sua conformação na América Latina em tempos de crise estrutural do capital.

2.1 A FUNÇÃO SOCIAL DO ESTADO MODERNO

Iniciamos o presente capítulo pela análise do Estado moderno porque compreendemos que o real entendimento das problemáticas postas para a educação escolar, cujas DCENF constituem particularidade, só é possível se levarmos em conta sua articulação com o Estado burguês, no cumprimento de sua função social. Logo, questões fundamentais como currículo e as políticas públicas educacionais da América Latina na atualidade só podem ser debatidas, em suas determinações mais centrais, quando as situamos no bojo das incorporações, por parte do Estado, das demandas do capitalismo em crise.

Ressaltamos a existência de diferentes concepções sobre natureza e a função social do Estado. Essa heterogeneidade se dá tanto entre aqueles que adotam a perspectiva do capital, quanto entre os que se dizem herdeiros da tradição marxista. Dito isso, entendemos que uma discussão mais aprofundada sobre as diferentes formas de concepção do Estado é uma tarefa relevante. No entanto, devido à pontualidade de nossa proposta, deixaremos tal análise para momentos futuros. Tão logo, partiremos diretamente para a concepção que pressupomos melhor dar conta da apreensão das determinações essenciais do Estado, sua gênese e função social.

Engels, em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, nos fornece com riqueza de detalhes as origens da constituição do Estado. Nas palavras de Engels (1984, p.120):

O Estado se desenvolveu, pelo menos na primeira fase de sua evolução, com a transformação e substituição parciais dos órgãos da constituição gentílica pela introdução de novos órgãos, até completamente instauradas as autoridades com poderes realmente governamentais – quando uma “força pública” armada, a serviço dessas autoridades (e que, por conseguinte, podia ser dirigida contra o povo), usurpou o lugar do verdadeiro “povo em armas”, que havia organizado sua autodefesa nas gens, nas fratrias e nas tribos.

Logo – e diferentemente da visão de algumas concepções apologistas do Estado como constituidor da vida social –, não é o Estado ou o direito que fundam a sociabilidade humana. Numa perspectiva ontológica, o Estado e o direito são fundados pelo desenvolvimento social. Eles são, em essência, frutos das relações oriundas da apropriação privada do excedente de trabalho.

O Estado não é uma espécie de “[...] poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é ‘a realidade da idéia moral’, nem ‘a imagem e a realidade da razão’, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento [...]” (ENGELS, 1984, p.191). Ou seja, possui sua materialidade em bases concretas, determinadas pelas condições objetivas de produção dos homens em sociedade. O Estado é, em si, uma necessidade histórico-concreta oriunda do surgimento de demandas específicas. Demandas estas, provenientes da propriedade privada e de grupos sociais com interesses antagônicos.

Concordamos então com Lênin, que seguindo os pressupostos de Engels, afirma que

o Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis (LÊNIN, 2011, p.37).

Por esta razão, é vital o surgimento de uma estrutura que se coloque no sentido de evitar que “[...] esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril [...]” (ENGELS, 1984, p.191). Destarte, “[...] faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ‘ordem’” (*idem, ibidem*). Esse poder é então desempenhado pelo Estado.

Destacamos também que o Estado é, ontologicamente, a expressão da *dominação* de uma classe sobre outra. Precisamente, a dominação da classe economicamente dominante sobre a classe explorada. A análise feita por Engels a esse respeito é bastante lúcida. Ele explica que,

como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado (ENGELS, 1984, p. 193, 194).

Assim, não temos acordo também com as concepções que atribuem ao Estado à função de *conciliação*⁶⁸ entre as classes antagônicas. Na verdade ele é, e sempre foi, uma expressão de dominação entre classes.

⁶⁸ Acerca de tal questão, a citação de Lenin é bastante esclarecedora: “de um lado, os ideólogos burgueses e, sobretudo, os da pequena burguesia, obrigados, sob a pressão de fatos históricos incontestáveis, a reconhecer que o Estado não existe senão onde não existem as contradições e a luta de classes, ‘corrigem’ Marx de maneira a fazê-lo dizer que o Estado é o órgão da conciliação das classes. Para Marx, o Estado não poderia surgir nem subsistir se a conciliação das classes fosse possível. Para os professores e publicistas burgueses e para os filisteus despidos de escrúpulos, resulta, ao contrário, de citações complacentes de Marx, sementeadas em profusão, que o Estado é um instrumento de conciliação das classes. Para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma ‘ordem’ que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes. Para os políticos da pequena burguesia, ao contrário, a ordem é precisamente a conciliação das classes e não submissão de uma classe por outra” (LÊNIN, 2011, p.38, grifo da obra).

É no bojo da manutenção⁶⁹ das condições de *assujeitamento*⁷⁰ das classes que produzem a base material da existência social, que situamos a constituição do Estado moderno, leia-se, do Estado burguês. Nesse sentido, Marx afirma que

[...] o progresso da indústria moderna desenvolvia, alargava, intensificava o antagonismo de classe entre capital e trabalho, o poder de Estado assumia cada vez mais o caráter do poder nacional do capital sobre o trabalho, de uma força pública organizada para a escravização social, de uma máquina de depotismo de classe (MARX, 2008a, p. 399, 400).

No caso particular do contexto histórico no qual a burguesia é a classe dominante, existem determinações distintas daquelas que imperavam na Roma antiga, ou nos tempos em que o modo de produção feudal dominava a produção na maior parte da Europa.

Hoje a situação é radicalmente diferente. Não com relação aos objetivos de “garantir a propriedade” e “pôr o pobre estritamente a trabalhar”: enquanto sobreviverem o modo de produção capitalista e seu Estado, eles têm de permanecer como propósitos permanentes do sistema. A diferença radical é visível no fato de que o Estado capitalista precisa agora assumir um papel intervencionista direto em todos os planos da vida social, promovendo e dirigindo ativamente o consumo destrutivo e a dissipação da riqueza social em escala monumental. Sem esta intervenção direta no processo sociometabólico, que age não mais apenas em situações de emergência mas em base contínua, torna-se impossível manter em funcionamento a extrema perdularidade do sistema capitalista contemporâneo (MÉSZÁROS, 2002, p.700, grifo da obra).

Vejamos que no caso do sistema feudal, o Estado exercia apenas uma função de supervisão, cabendo aos próprios produtores o controle básico do processo de reprodução econômica. Já no capitalismo, ocorre algo substancialmente diferente, agora o Estado é requisitado a intervir – em diferentes graus ao longo da história –, a agir de forma complementar, tonando-se uma “[...] estrutura de comando política abrangente” (MÉSZÁROS, 2002, p. 59).

⁶⁹ Segundo Mézáros (2008, p. 51, grifo da obra), “nem mesmo o aspecto da ‘manutenção’ pode ser considerado um constituinte passivo da concepção de mundo que predomina entre os indivíduos. No entanto, mesmo que de uma maneira muito diferente do aspecto de ‘mudança’ de visão do mundo de um época, a ‘manutenção’ só é ativa e benéfica para o capital enquanto se mantém ativa. Isso significa que a ‘manutenção’ tem (e deve ter) sua própria base de racionalidade, independentemente de quão problemático for em relação à alternativa hegemônica do trabalho. Isto é, ela não só deve ser produzida pelas classes de indivíduos estruturalmente dominadas em determinado momento no tempo, como também tem de ser constantemente reproduzida por eles, sujeita (ou não) à permanência de sua base de racionalidade original”.

⁷⁰ “Não compreendemos aqui por *assujeitamento* uma condição de passividade absoluta, o que poria em questão a possibilidade de superação da ordem vigente. Entendemos que os sujeitos sociais se movem dentro de condições objetivas dadas e que carregam um potencial de transformação, que pode lhes possibilitar a construção de mecanismos para romper com uma dada realidade, a exemplo da classe trabalhadora e seu potencial revolucionário” (SILVA; CAVALCANTI, 2013, p.113).

Marx demonstra a forma mais fundamental e inicial de intervenção do Estado em favor do capital. Em suas palavras:

[...] a burguesia nascente precisa e emprega a força do Estado para “regular” o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites convenientes à extração de mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. (MARX, 1996, p.359, grifo da obra).

Mészáros (2002, p.106)⁷¹ complementa: “[...] a formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema”. Entendemos que o movimento histórico reafirma essa constatação marxiana, uma que vez que a elevação do capital como potência material dominante esteve, desde seu momento mais embrionário, ligada às medidas tomadas no âmbito da política. Ou melhor, a ação do Estado moderno é condição necessária de ser do sistema do capital.

Melo (2012), de maneira concisa, aponta fatos históricos que sustentam nossas assertivas. De acordo com a referida autora,

na fase de estruturação do modo de produção capitalista, durante o período da acumulação primitiva do capital, o Estado se valia das leis contra a mendicâncias (legislação sanguinária) para penalizar violentamente os trabalhadores que foram expulsos de suas terras e separados de seus instrumentos de produção e das condições de realização do trabalho autônomo, levando muitos a se transformarem em vagabundos e pobres. Posteriormente, já na infância da indústria moderna, vigoraram as leis que regulamentavam a jornada de trabalho e as leis que limitavam as organizações dos trabalhadores. No período concorrencial do capitalismo, podemos citar as leis que asseguravam o livre comércio e restringiam a intervenção dos sindicatos nos contratos estabelecidos entre patrões e empregados. E, no capitalismo monopolista, temos a ampliação da legislação social como forma de, através da extensão dos “pagamentos de transferências” (pensões, aposentadorias, seguro desemprego), aumentar o consumo entre os trabalhadores. Além disso, [...] a criação de uma procura adicional através de compras estatais às empresas monopolistas [...] (MELO, 2012, p.36).

Nesse sentido, a função social *elementar* do Estado moderno é *garantir as condições necessárias para que o capital explore o trabalho e extraia dele mais-valia*. Conforme afirma Mészáros,

[...] o Estado moderno pertence à materialidade do sistema do capital, e corporifica a necessária dimensão coesiva de seu imperativo estrutural orientado para a expansão e para a extração do trabalho excedente. É isto que caracteriza todas as formas conhecidas do Estado que se articulam na

⁷¹ Na análise dos fundamentos e da função social do Estado moderno, nos apoiaremos, em larga medida, nas indicações de Mészáros (2002). Embora possa parecer uma análise mononucleada, para nós se tratou de uma escolha pela referência que forneceu os mais robustos elementos sobre a constituição e funcionamento do Estado moderno. Mészáros, apoiado nos pressupostos Marxianos, descreveu de forma notável, o desempenho de funções do Estado face o contexto de crise estrutural.

estrutura da ordem sociometabólica do capital. [...] o princípio estruturador do Estado moderno, em todas as suas formas – inclusive as variedades pós-capitalistas –, é o seu papel vital de garantir e proteger as condições gerais da extração da mais-valia do trabalho excedente (MÉSZÁROS, 2002, p.121)

Essa condição básica do Estado como garantidor das condições para a exploração da mais-valia é fundamental as nossas discussões, pois, como veremos *a posteriori*, guarda íntimas relações com a questão da educação escolar, com as políticas públicas em geral e com a enfermagem.

A forma de ser e de agir do Estado moderno, requisitado pelo imperativo econômico das relações capitalistas, é um todo complexo e articulado, sendo muitas as determinações envolvidas no processo, de forma, que uma primeira questão a ser considerada é a ação do Estado diante das forças centrífugas (em conflito ou em oposição) “[...] insubmissas que emanam de unidades produtivas isoladas do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p.107).⁷²

Como afirmado anteriormente, o capitalismo é um sistema produtivo antagonicamente estruturado. Seus antagonismos produziram, entre outras coisas, classes sociais irreconciliavelmente opostas. As classes, sabemos, diferenciam-se fundamentalmente entre produtores e proprietários dos meios de produção (proletariado e burguesia)⁷³. Essa existência, em polos opostos, de proprietários e produtores, é um dos fundamentos centrais da separação entre produção e controle do processo de trabalho, sendo a produção alienada daquele que a realizou. O resultado dessa separação é, segundo Mézáros (2002, p.97), a “[...] perda de controle sobre os processos de tomada de decisão”.

A perda de controle do processo de produção é intrínseca ao sistema do capital. Ela é propriamente um de seus fundamentos ontológicos. Além de constitutiva, essa condição de *incontrolabilidade* é problemática, pois “[...] se deixadas a seu livre curso, essas forças centrífugas podem colocar em risco o funcionamento do próprio sistema, o

⁷²É bastante esclarecedora a citação de Paniago (2012b, p.79, 80, grifos da obra), para quem “as forças centrífugas, para sobreviverem no ciclo incessante e contínuo da acumulação a elas imposto como um movimento natural da autorreprodução do sistema do capital, devem procurar realizar a extração de trabalho excedente sem qualquer limite que implique em impulso (irrefreável) à expansão, tornando-as entre si, enquanto unidades isoladas ‘diametralmente opostas’, ‘insubmissas’ a um controle que emane do interior do próprio sistema.”

⁷³ Reiteramos que a burguesia e o proletariado são as classes fundamentais da sociedade capitalista, mas não são as exclusivas.

que, no limite, se traduz no desencadeamento de consequências internamente destrutivas ou até mesmo autodestrutivas” (PANIAGO, 2012b, p.79, 80).

Diante da possibilidade autodestrutiva, fruto da incontrollabilidade ontológica do capital, faz-se necessário um instrumento que seja capaz de remediar essa ausência de coesão dos *microsomos socioeconômicos*. Afinal,

sem uma estrutura de comando totalizadora adequada – firmemente orientada para a extração do trabalho excedente –, as unidades dadas do capital não constituem um sistema, mas apenas um agregado mais ou menos acidental e insustentável de entidades econômicas expostas aos riscos do desenvolvimento deformado ou da franca repressão política (MÉSZÁROS, 2002, p.123).

Ainda de acordo com Mézáros (2002), essa função de comando totalizadora de controle abrangente sobre as forças insubmissas, que emanam das unidades produtivas, é realizada pelo Estado moderno. É fundamental considerar que o capitalismo é ontologicamente um sistema assentado em antagonismos estruturais, sendo que um deles, a separação dos produtores dos meios de produção que leva a perda do controle das tomadas de decisão, faz emergir defeitos estruturantes que, se deixados ao livre curso, põem em risco a reprodução crescente do capital. Nessa direção, Mézáros (2002) aponta três principais defeitos, são eles: a separação entre *produção e controle*, *produção e consumo* e *produção e circulação*.

No que toca a separação entre *produção e controle*, Mézáros (2002, p.131, grifo da obra) esclarece que em relação ao sistema como um todo, “[...] as funções políticas e reprodutivas materiais devem estar nele radicalmente separadas (gerando assim o Estado moderno como a estrutura de alienação por excelência), exatamente como a produção e o controle devem nele estar radicalmente isolados”.

Dessa forma,

[...] a estrutura legal do Estado moderno é uma exigência absoluta para o exercício da tirania nos locais de trabalho. Isto se deve à capacidade do Estado de sancionar e proteger o material alienado e os meios de produção (ou seja, a propriedade radicalmente separada dos produtores) e suas personificações, os controladores individuais (rigidamente comandados pelo capital) do processo de reprodução econômica. Sem esta estrutura jurídica, até os menores “microcosmos” do sistema do capital – antagonicamente estruturado – seriam rompidos internamente pelos desacordos constantes, anulando dessa maneira sua potencial eficiência econômica (MÉSZÁROS, 2002, p.107, 108, grifo da obra)

Essa questão se refrata também em esferas fora do campo do *trabalho concreto*, e é demonstrada nas leis trabalhistas que garantem, com absoluta naturalidade, a alienação negativa⁷⁴ da atividade profissional dos enfermeiros, bem como a exploração de sua força de trabalho em hospitais, ou ainda dos professores em instituições escolares.

Outro defeito estrutural do capital apontado por Mészáros é aquele sobre separação entre *produção e consumo*, e que, por sua vez, traz ligações determinantes com o defeito estrutural da separação entre *produção e controle*. Assim, como existe ausência de controle na produção, o consumo vai se desenvolvendo independente das necessidades do gênero humano. Ocorre “[...] de tal modo que as necessidades humanas cada vez mais deixam de ser o referencial para a produção. Produz-se o que possibilita a maior acumulação de capital, e não o que é humanamente necessário” (LESSA, 1998, p.146).

Além disso, “[...] o mais absurdo e manipulado ‘consumismo’, em algumas partes do mundo, pode encontrar seu horrível corolário na mais desumana negação das necessidades elementares de incontáveis milhões de seres” (MÉSZÁROS, 2002, p.17). Daí, o papel corretivo do Estado no defeito entre *produção e controle* ser também fundamental.

Ele deve sempre ajustar suas funções reguladoras em sintonia com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômico, complementando politicamente e reforçando a dominação do capital contra as forças que poderiam desafiar as imensas desigualdades na distribuição e no consumo (MÉSZÁROS, 2002, p.110).

O Estado age também no controle do defeito entre *produção e consumo*. Seu papel interventor direto de *comprador/consumidor* é vital para a sustentação do sistema. Nessa função, entre outras coisas, “cabe a ele prover algumas necessidades reais do conjunto social (da educação à saúde e da habitação e manutenção da chamada ‘infraestrutura’ ao fornecimento de serviços de seguridade social)” (MÉSZÁROS, 2002,

⁷⁴ Aqui nos referimos ao estranhamento do enfermeiro em relação à totalidade do processo de prestação de seu cuidado. O enfermeiro, sob o julgo do capital, não possui controle do seu processo de trabalho, não se encontra na posição de um indivíduo singular que presta um cuidado erguido e articulado ontologicamente a partir de necessidades humanas. Ao contrário, o enfermeiro, na condição de assalariado, é mero vendedor de sua atividade, converte sua práxis numa mercadoria e não possui o controle geral do processo de cuidar, limita sua autonomia ao simples ato de executar determinada técnica ou cumprir determinada função.

p.110, grifo da obra). Entretanto, essas necessidades não transcendem os limites impostos pela prioridade que a reprodução do capital exerce.

Situando a questão, exemplifiquemos lançando uma discussão sobre o Programa Universidade para Todos (PROUNI)⁷⁵: uma ação pública – ou seja, uma intervenção do Estado – que compra serviços educacionais de instituições privadas com recursos dos impostos da União, financiando assim a lógica de mercadorização da educação, bem como movimentando grandes quantias de lucro. Existem ainda outros exemplos pertinentes, como os da construção de grandes hospitais financiados pelo Estado brasileiro para entregá-los à gestão da iniciativa privada, fato que ocorrera comumente no século XX. Como também, a compra de serviços de saúde de instituições particulares por parte do Sistema Único de Saúde (SUS) com recursos estatais.

Em relação ao terceiro defeito estrutural do sistema capitalista, aquele que trata da separação entre *produção e circulação*, o papel corretivo do Estado é não menos fundamental que nos dois defeitos anteriores e se dá, principalmente, na “[...] procura de alguma espécie de unidade entre produção e circulação” (MÉSZÁROS, 2002, p.111). Entretanto, essa tentativa de correção é tão problemática e *inadimistrável* quanto o próprio defeito que ela se propõe a resolver, pois, a alternativa proposta de correção global e de comando político é a articulação em *Estados nacionais*. Muito embora que “[...] como modo de reprodução e controle sociometabólico (com seu imperativo de circulação global) seja inconcebível que tal sistema se confine a esses limites” (*idem, ibidem*, grifo da obra).

Nesse sentido, para Mézáros

[...] deve-se enfatizar que a única forma pela qual o Estado pode tentar resolver essa contradição é com a instituição de um sistema de “duplo padrão”: em casa (ou seja, nos países “metropolitanos” ou “centrais” do sistema do capital global), um padrão de vida bem mais elevado para a classe trabalhadora – associado à democracia liberal – e, na “periferia subdesenvolvida”, um governo maximizador da exploração, implacavelmente autoritário (e, sempre que preciso, abertamente ditatorial), exercido diretamente ou por procuração (MÉSZÁROS, 2002, p.111, grifos da obra).

⁷⁵ O Programa Universidade para Todos – PROUNI tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005 oferece, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa.

Essa condição dual, apesar de negada, é compreensivelmente necessária ao sistema. Desse modo, todas as medidas tomadas na tentativa de intervir nos problemas oriundos da separação entre *produção e circulação* são medidas geneticamente limitadas, e “isso ocorre porque no sistema do capital toda ‘harmonização’ só pode assumir a forma de um equilíbrio estritamente temporário – e não a esperada resolução – do conflito” (MÉSZÁROS, 2002, p.114, grifo da obra). Então, o discurso apologista burguês da possibilidade de uma ordem onde todos os Estados nacionais do planeta cheguem a um patamar de gozar verdadeiramente de igualdade e de fraternidade, no capitalismo, não pode transcender o limite do discurso mistificador⁷⁶.

Os defeitos estruturais do sistema do capital se expressam para o conjunto da sociedade em forma de antagonismos sociais, que por possuírem determinação estrutural – assim como os defeitos que os causam – não podem ser eliminados, mas apenas amortizados pela ação corretiva do Estado, sempre numa forma compatível com a lógica de reprodução do capital. As políticas públicas no âmbito da saúde e da educação são exemplos disso, pois não objetivam resolver os problemas do processo de saúde-adoecimento, oriundos das refrações dos antagonismos do sistema do capital, ou direcionar a educação escolar na direção de uma formação humana em seu sentido ontológico. Ao contrário, tais medidas apenas amortecem os efeitos dos defeitos e antagonismos estruturais, em limites compatíveis com a apropriação da mais-valia, e assim, conseqüentemente, não logram outro objetivo que a reprodução ampliada do capital⁷⁷.

É importante ressaltar ainda que a relação entre Estado moderno, sistema do capital e seus defeitos estruturais, quando tomamos a análise das “[...] *estruturas* básicas do capital historicamente constituídas” (MÉSZÁROS, 2002, p.117), só deve ser concebida numa perspectiva de reciprocidade dialética. Isso porque “[...] o Estado moderno como única estrutura corretiva viável não surge depois da articulação de formas socioeconômicas fundamentais, nem como mais ou menos diretamente

⁷⁶ A citação de Mézáros sobre essa questão é ainda mais providencial. Segundo ele: “Esperar que o Estado do sistema do capital se transforme numa formação positiva para adquirir a capacidade de reunir e ‘conciliar’ debaixo de si mesmo as contradições dos Estados nacionais num ‘governo mundial’ ou numa ‘liga das nações’ kantiana é pedir o impossível. O ‘Estado’ do sistema do capital (que existe na forma de Estados nacionais particulares) nada é sem sua oposição real ou potencial a outros Estados, assim como o capital nada é sem sua oposição ao trabalho e sem a autodeterminação negativa em relação a ele (MÉSZÁROS, 2002, p245, grifos da obra).

⁷⁷ Uma discussão mais detalhada sobre como as políticas públicas favorecem o processo de manutenção do sociometabolismo do capital será oferecida mais adiante.

determinado por elas” (*idem, ibidem*), mas sim, e sempre, como unidade de um mesmo processo.

Com base em Meszáros (2002), entendemos que a relação entre capital e Estado vai além de mera coincidência entre estruturas independentes. Na verdade, existe aí uma relação *dialeticamente recíproca*. O Estado moderno é “[...] ‘base material’ do sistema tanto quanto as próprias unidades reprodutivas socioeconômicas” (*idem*, p.119, grifo da obra). Nesse sentido, o capital, como relação social incontrolável e *sujeito sem sujeito*, “[...] é seu próprio sistema de comando, de que é parte integrante a dimensão política, ainda que de modo algum parte subordinada” (*idem*, p.124).

Logo, falar em autonomia plena do Estado seria algo demasiadamente problemático. Na verdade,

[...] é perfeitamente inútil perder tempo tentando tornar inteligível a especificidade do Estado em termos da categoria da “autonomia” (especialmente quando se expande esta ideia para significar “independência”) ou de sua negação. Como estrutura de comando político abrangente do sistema do capital, o Estado não pode ser autônomo, em nenhum sentido, em relação ao sistema do capital, pois ambos são um só e inseparáveis. Ao mesmo tempo, o Estado está muito longe de ser redutível às determinações que emanam diretamente das funções econômicas do capital. Um Estado historicamente dado contribui de maneira decisiva para a determinação – no sentido já mencionado de codeterminação – das funções econômicas diretas, limitando ou ampliando a viabilidade de algumas contra outras (*idem*, p.119, grifos da obra).

O sistema do capital, então, possui *três dimensões fundamentais*: capital, trabalho e Estado moderno. Estes, por sua vez, “[...] ‘são materialmente constituídos e ligados um ao outro’, e não apenas articulados por ‘uma base legal/política’” (*idem*, p.600, grifos da obra). No entanto, cabe ao trabalho – sob o julgo do capital –, dada a sua posição de fundante no processo de reprodução social, ser o *pilar material fundamental de suporte* do sistema. De forma que “[...] o capital nada é sem o trabalho, nem mesmo por um instante, o que torna absoluta e permanente a determinação negativa do capital – em termos de sua dependência do trabalho” (*idem*, 2002, p. 245). O Estado moderno apresenta condição semelhante, já que “[...] a formação do Estado no sistema do capital é impensável se este não reproduzir, à sua própria maneira, a mesma multiplicidade de determinações negativas” (*idem, ibidem*). Sintetizando: capital e Estado existem numa relação dialética de complementação. Como o capital sobrevive da contínua oposição e alienação do trabalho, o Estado como estrutura de comando totalizador, e portanto, parte integrante do próprio sistema, exerce, à própria maneira,

suas ações no sentido de propiciar as condições de extração de mais-valia, sendo assim, igualmente oposto ao trabalho e conseqüentemente à luta histórica da classe trabalhadora.

Somente após termos expostos os nexos centrais da relação entre capital e Estado, é que podemos analisar as questões relativas à educação no capitalismo, uma vez que estas estão dialeticamente interligadas. Assim o próximo item tratará do complexo educacional, levando em consideração sua natureza ideológica e como estas categorias se expressam, em linhas gerais, na sociedade do capital.

2.2 EDUCAÇÃO E IDEOLOGIA – UMA RELAÇÃO ONTOLÓGICA DE RECIPROCIDADE DIALÉTICA

O presente item objetiva analisar o complexo educativo num plano *filosófico-ontológico*. Pretendemos, *a priori*, captar os elementos que conferem identidade ao ser, nesse caso particular, os elementos que conferem identidade à educação. Somente após tal procedimento, será coerente discutir sobre a particularidade histórica da educação no seio da sociedade capitalista.

A exemplo do *cuidado em geral*, é na articulação com o trabalho, que identificaremos a gênese do processo educativo (LUKÁCS, 1983). Partimos da noção de que o trabalho é a relação material entre homem e natureza. O homem “atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza” (MARX, 2013, p.211). Isso acontece porque o trabalho, constitutivamente, remete para além da necessidade imediata daquele que o realizou. De modo que os resultados do trabalho sempre geram alguma transformação na realidade, tanto no mundo natural, quanto, e principalmente, na realidade social. Assim, realidade e

indivíduo já não se encontram da mesma forma que antes da realização do trabalho. Novos conhecimentos e habilidades são agora colocados em seu cotidiano. Tal processo produz necessidades e possibilidades que, por sua vez, produzem novas prévias-ideações/objetivações, e assim por diante, de forma cada vez mais complexa e mediada. É nesse movimento dialético, que identificamos o caráter central do trabalho no processo de formação humana.

Por esta razão, “[...] subjetivamente a própria consciência encontra-se mais enriquecida de conhecimentos e habilidades, inimagináveis antes do ato de trabalho, o que impulsiona o indivíduo pelo próprio convívio social, a generalizar suas novas capacidades” (COSTA, 2007b, p. 126)⁷⁸. A reprodução social, nesse sentido, só pode se efetivar quando os indivíduos se apropriam das objetivações da práxis fundante – conhecimentos, habilidades, valores, etc. Pois, já nas primeiras formas de realização do trabalho são necessários, por parte dos homens, à posse “[...] dos conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos, objetivos, etc., comuns ao grupo” (TONET, 2005, p.213).

A educação é, pois, um complexo social indispensável da *possibilidade* da relação material entre homem e natureza. Como afirma Tonet (2005, p. 212), “assim como a linguagem e o conhecimento, também a educação é, desde o primeiro momento, inseparável da categoria do trabalho”, ela (a educação) é *condição mediadora*⁷⁹ *fundamental* para a realização deste (o trabalho) e surge no próprio processo de constituição do ser social. Compreendemos, porém, que a articulação entre trabalho e educação se dá de forma dialética. Desse modo, a educação, como complexo singular, não é redutível ao trabalho e é dele distinta⁸⁰. E não reflete de forma mecânica – como é

⁷⁸ É nesse sentido que entendemos a possibilidade do surgimento de objetivações genéricas, das quais a filosofia e a ciência são exemplos.

⁷⁹ Sobre essa questão, é bastante esclarecedora a citação de Tonet (2005, p.218): “A educação, contudo, não é a única atividade a mediar aquela relação. Outras também, como a Linguagem, a Arte, a política, o Direito, etc., cumprem esta função. Em nosso entendimento, porém, o que distingue a educação de todas as outras atividades é o fato de que ela se caracteriza não pela produção de objetivações – o que não quer dizer que também não as produza –, mas pela apropriação daquilo que é realizado por outras atividades. Assim por exemplo, cabe à atividade artística produzir obras de arte, mas é por meio da educação – aqui entendida, obviamente em um sentido amplo, que inclui tanto a educação direta quanto a educação indireta – que o indivíduo se torna capaz de tornar seu o universo contido na obra de arte. É por intermédio disso que a atividade educativa contribui para a construção do indivíduo como ser humano”.

⁸⁰ Baseados na ontologia de Lukács, Moreira e Maceno (2012, p.178), explicam que “cada complexo singular se distingue dos outros complexos pela função social específica que exerce na reprodução da sociedade. Essa não-identidade é ontologicamente fundada, e desse modo está presente desde a origem de cada complexo; ao mesmo tempo, a autonomia das esferas sociais fundadas é sempre relativa e nunca é rompida, até mesmo quando os complexos parciais se desenvolverem a um nível elevado, o que torna quase impossível visualizar a relação mediada que eles mantêm para com o trabalho”.

anunciado pelo “marxismo vulgar” – a base econômica, ao contrário, consideramos que os complexos sociais se articulam, repelem-se e se rearticulam na composição da realidade social.

Com relação ao conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e comportamentos requisitados e gerados pelo trabalho, compartilhamos da noção de Leontiev (1978, p.272), para quem essas objetivações “[...] não são simplesmente dadas aos homens nos fenômenos objetivos da cultura material e espiritual que os encarnam, mas são aí apenas postas”.

Chamamos atenção para uma das diferenças substanciais entre a reprodução social marcada pelo ato do trabalho, como ocorre com gênero humano e a reprodução puramente natural, caso dos demais animais:

Enquanto este último é o resultado de uma adaptação individual do comportamento genérico a condições de existência complexas e mutantes, a assimilação no homem é um processo de reprodução, nas propriedades do indivíduo, das propriedades e aptidões historicamente formadas da espécie humano (LEONTIEV, 1978, p. 268).

Ou seja, as objetivações necessárias para a reprodução social dos homens, não lhe são dadas diretamente, geneticamente, mas sim “[...] por processo histórico-social, [...] pela incorporação das objetivações que constituem o patrimônio geral deste gênero” (TONET, 2005, p. 213).

Essa condição faz emergir, então, a necessidade vital de algum mecanismo ou categoria que possibilite a apropriação das objetivações proporcionadas pela práxis humana central. Nesse sentido, Leontiev (1978, p. 272) afirma que

para se apropriar destes resultados, para fazer deles as suas aptidões, ‘os órgãos da sua individualidade’, a criança, o ser humano, deve entrar em relação com os fenômenos do mundo circundante através doutros homens, isto é, num processo de comunicação com eles. Assim, a criança aprende a atividade adequada. Pela sua função, este processo é, portanto, um processo de educação.

Portanto, concebemos a educação como aquela categoria potencialmente posta para a incorporação do patrimônio histórico-social acumulado⁸¹. Temos a partir daí, uma das funções mais elementares da educação: “a da passagem do indivíduo singular, mudo, mero exemplar de uma espécie, a indivíduo singular como membro conscientemente pertencente ao gênero humano” (TONET, 2005, p.190). A educação, deste modo, tem aquela capacidade fundamental “[...] de produzir direta e

⁸¹ Momento que apesar de acontecer no plano individual, é desde sua origem uma prática essencialmente social, coletiva.

intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida historicamente e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2008, p.7).⁸²

Uma questão a ser considerada no processo de apreensão ontológica do fenômeno educativo diz respeito a sua função face à *dinamicidade/imprevisibilidade* do processo de reprodução social. Uma vez que

novos problemas, novos acontecimentos, novas e imprevisíveis situações se apresentam continuamente. Diante delas o indivíduo deve estar preparado para reagir, encontrando soluções novas, sob pena de não poder dar continuidade à sua existência. Esta reação, porém, não poderá ser de qualquer modo nem puramente individual, mas de maneira que permita a continuidade da existência daquela forma de sociabilidade (TONET, 2005, p. 216)

Assim, “a problemática da educação reenvia à questão sobre a qual ela se funda: a sua essência consiste em influenciar os homens a fim de que, antes as novas alternativas da vida, reajam no modo socialmente desejado” (LUKÁCS *apud* TONET, 2005, p.215).

Notadamente, para que a educação cumpra suas funções de integrar o homem como membro da sociedade e de torná-lo apto a agir de forma adequada às novas circunstâncias colocadas pela reprodução social, a *assimilação* de objetivações, que já existem e são postas pela ação da práxis, é fundamental. É nesse preciso sentido que identificamos uma tendência conservadora do ato educativo. Para Tonet (2005, p.217),

essa tendência da educação à conservação do existente é acentuada, [...] pelo peso que o processo de assimilação exerce nela. Com efeito, a maior parte do tempo e das energias no processo educativo é gasto na assimilação de elementos já existente, sem os quais não se poderia criar o novo e sem os quais o próprio indivíduo não se constituiria como indivíduo. Isso acaba, no entanto, contribuindo para acentuar o caráter conservador da educação.

Cabe a ressalva de que esse caráter conservador da educação se dá no sentido ontológico, não no político-ideológico.

Conservar transmitindo às novas gerações aquilo que foi decantado e se transformou em patrimônio do gênero humano é absolutamente fundamental para a continuidade desse mesmo gênero. Isso independe, em princípio, da existência ou não de classes sociais” (*idem, ibidem*).

O que não quer dizer que a educação não incorpore posições conservadoras político-ideológicas ao longo da história, fato que, inclusive, acontece no capitalismo,

⁸² Somos atentos ao fato da distinta concepção ontológica da educação que Tonet e Saviani possuem. Entretanto, não entendemos – desde que feitas as devidas considerações – que trazer noções de autores que em algum momento divergem conceitualmente, deve necessariamente implicar numa escolha exclusiva por um ou por outro. O critério da verdade é a realidade histórica, não a concepção de autor “A” ou “B”, ainda que estes possam apreender teoricamente, por sucessivas aproximações, a dinâmica de um determinado objeto de análise de modo diverso.

como veremos mais à frente. Mas que, definitivamente, o caráter de tais posições não está na raiz ontogenética do complexo educativo.

Não querendo limitar ou estatizar a dinamicidade do processo educativo ao longo do desenvolvimento histórico humano, compartilhamos, de forma integral, da formulação conceitual da natureza essencial da atividade educativa defendida por Tonet (2005, p.222), para quem o ato educativo

[...] consiste em propiciar ao indivíduo a apropriação de conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos, etc., que se constituem em patrimônio acumulado e detectado ao longo da história da humanidade. Nesse sentido, contribui para que o indivíduo se construa como membro do gênero humano e se torne apto a reagir diante do novo de um modo que seja favorável à reprodução do ser social na forma em que ele se apresenta num determinado momento histórico.

Entendemos que o percurso a qual nos propomos inicialmente – o de desvelar as raízes ontológicas do complexo educativo – é de importância basilar para a análise da problemática da educação em tempos de mudanças no padrão de acumulação produtiva. Isso porque, somente a partir do entendimento da função ontológica da educação na reprodução social, podemos conceber suas formas históricas, uma vez que

em cada modo de produção social concretamente existente se erige uma educação em plena relação, não sem contradição, com a totalidade social da qual ela é parte movente e movida. Desse modo, o fato de que a esfera educativa altera-se substancialmente ao longo do desenvolvimento histórico não nega a sua natureza ontológica, ao contrário; confirma o que ela efetivamente é: uma mediação para a reprodução social (COSTA, 2007b, p.180).

Outra questão essencial do complexo educacional que precisa ser analisada, dada a importância que possui na determinação das DCENF, é a articulação ontológica entre a educação e a Ideologia, ou seja, a *natureza eminentemente ideológica da educação*⁸³. Como já vimos, o complexo educativo cumpre funções nucleares no processo de formação humana. Primeiro, mediando o processo de apropriação do patrimônio humano produzido pela sociedade; segundo, contribuindo para tornar o ser social apto a reagir diante do novo de um modo que seja favorável à reprodução social na forma em que ele se apresenta num determinado momento histórico. De acordo com Costa (2007b, p.139), ambos os aspectos se colocam para integrar as relações em sociedade e

[...] são inseparáveis tanto da perspectiva de tornar consciente e operativa a práxis humana como da de serem veículos teóricos e práticos para combater conflitos sociais. Noutros termos, podemos afirmar que a práxis educativa é

⁸³ Ressaltamos que nos apoiamos para tal conclusão na tese de doutoramento de Costa (2007b), na qual o autor, de forma bastante coerente, destaca, baseado principalmente nas indicações de Lukács, que a educação possui natureza eminentemente ideológica.

ideológica tanto no aspecto amplo como restrito de ideologia, o que está presente desde os primórdios da humanidade.

A Ideologia se articula dialeticamente com a educação, mas não se limita a esta relação. O acionamento de mecanismos ideológicos, de uma maneira geral, é imprescindível no processo de reprodução do ser social e das sociedades de classes. Eles se fazem presentes em todas as instâncias da vida social – principalmente na reprodução social no capitalismo – e se articula com os diversos complexos. Nesse sentido, julgamos ser razoável, antes da discussão da educação na sociedade do capital, trazer uma discussão ontológica da Ideologia. Para tal, usamos as indicações, principalmente de Lukács, Mészáros e alguns teóricos brasileiros que tratam da Ideologia numa perspectiva ontológica.

Pressupomos, a partir de Lúkács, que o real entendimento do papel desempenhado pelos processos ideológicos só pode ser apreendido se levarmos em consideração sua função na reprodução do ser social. Sabemos que é o trabalho a categoria responsável pelo salto qualitativo do ser natural ao ser social, é ele próprio a categoria fundante do processo de reprodução social. Como observado no capítulo anterior, é no trabalho que estão contidos os atos da consciência, e são estes atos – dialeticamente articulados com a objetividade – que contêm a possibilidade, por exemplo, da elaboração de respostas ao ambiente e da formação de um gênero. Assim, como esfera que contém os atos teleológicos, é também no trabalho que deveremos buscar a base ontológica da Ideologia⁸⁴ (COSTA, 2006).

Concordamos com Lukács (1983), para quem o ser social é um ser que responde, um ser que interage, um ser capaz de modificar sua realidade – objetiva e subjetivamente. Assim, “a vida social não se constitui para o filósofo húngaro numa simples continuidade da vida natural, mas tem por base as posições teleológicas dos homens” (COSTA, 2006, p. 3). Logo, “as posições teleológicas de um modo geral expressam o modo particular da reprodução do ser social em relação aos complexos da natureza” (*idem, ibidem*).

O processo histórico de complexificação do ser social fez surgir novas e imprevisíveis situações. Essas novas situações são postas não só pelas causalidades naturais, mas também pelas generalizações fundadas pelo agir teleológico do homem

⁸⁴ Nesse estudo, devido à natureza do nosso objeto, detivemos mais atenção à ideologia em seu caráter restrito, articulado com a função que ela exerce nas sociedades classistas. Porém, antes de entrarmos na problemática das ideologias singulares, precisou-se abordar a Ideologia em seu caráter amplo.

sobre a natureza. Destarte, é cobrado dos homens um agir coletivo cada vez mais sincrônico, sob a pena de pôr em risco o *sociometabolismo* existente. Por isto,

[...] emerge a necessidade de normas generalizadoras do comportamento humano, que surgem do cotidiano mais imediato da vida social e assumem processualmente a forma de costumes, tradições, normas sociais, convicções religiosas, visões de mundo, expressões artísticas, teorias científicas etc (COSTA, 2006, p.5).

Esses tipos de normas e generalizações virão incidir na consciência de outros homens, e são aquilo que Lukács (1983) denominou de *posição teleológica secundária*.

Sobre a especificidade do pôr teleológico secundário, o filósofo referido argumenta que

o objeto dessa finalidade secundária já não é um elemento da natureza, mas a consciência de um grupo; a posição do fim já não visa transformar diretamente um objeto natural, mas a fazer surgir uma posição teleológica que tenha, porém, como objetivo, alguns objetos naturais: da mesma maneira, os meios já não são intervenções imediatas sobre objetos naturais, mas pretendem provocar estas intervenções por parte de outras pessoas (LUKÁCS, 1983, p.30).

A subjetividade humana é, então, a zona de ação das teleologias secundárias que objetivam conduzir os outros homens a agirem conforme uma posição pretendida. São nessas posições teleológicas que identificamos a *base espiritual-estruturante* da Ideologia (LUKÁCS, 1983; COSTA, 2006).

Para Lukács (*apud* COSTA, 2007b, p.102), “a ideologia é acima de tudo aquela forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a prática social dos homens consciente e operativa”. Em seu sentido amplo, a Ideologia se apresenta como *posições teleológicas secundárias* que visam elaborações ideais da realidade, no sentido destas, servirem para condicionar o ser social para o enfiamento, da forma mais adequada possível, das determinações colocados pela realidade material, a partir das relações sociais.

Sua existência, em sentido amplo, possui caráter permanente no processo de reprodução social, não tendo vinculação exclusiva aos conflitos dos homens no seio das sociedades classistas. Sendo, assim, é um processo constitutivo da socialização, e que surge

“[...] como consequência da própria atividade social dos homens que medeiam esta mesma atividade por atos de consciência. [...] Deste modo a ideologia não é um atributo exclusivo de um determinado pensamento, mas a possibilidade criada pelas circunstâncias histórico-sociais numa determinada sociedade, a partir das necessidades da vida cotidiana” (COSTA, 2006, p.6, 7).

Lukács, utilizando os exemplos da caça e da coleta, demonstra que nas sociedades primitivas, nas quais ainda não existia a propriedade privada do excedente

produzido pelo trabalho, e portanto, não existia a estratificação social em classes antagônicas, era possível perceber *modos de conduta* que orientavam e possibilitavam a ação da práxis em níveis compatíveis com a reprodução do ser social. Nesse contexto, argumenta Costa (2007b, p. 106), baseado em Lukács, que “[...] valores como coragem, firmeza e espírito de sacrifício eram essenciais para a reprodução dessas comunidades paleolíticas, baseadas na coleta e na caça [...]”.

O desenrolar do processo histórico⁸⁵, por seu turno, possibilitou ao ser social uma complexificação sempre crescente. Suas relações sociais seguiram caminho semelhante. Essas complexificações têm por condição fundamental, a capacidade do trabalho de produzir, objetiva e subjetivamente, mais que o necessário para atender a necessidade daquele que o realizou. Deriva dessa capacidade do trabalho o fato da humanidade experimentar um momento decisivo na sua história: o surgimento da divisão social do trabalho, que

[...] já não significa nesse momento, aquela divisão primitiva existente quando o trabalho ainda não tinha atingido a complexidade capaz de produzir excedentes. Trata-se de uma divisão de trabalho imposta por aqueles grupos que se apoderam do produto excedente e, por este meio, também da força de trabalho dos outros. Deste modo, o trabalho já não está dividido entre todos, mas entre uma parte que trabalha e outra parte que não trabalha e se apropria da maior parte dos frutos do trabalho. É por isto que Marx afirma que a primeira consequência desta divisão do trabalho é a propriedade privada. E que, na verdade, divisão social do trabalho e propriedade privada são *expressões idênticas* já que a primeira significa apropriação da força de trabalho alheia e a segunda a apropriação privada do produto do trabalho (TONET, 2005, p. 102, 103).

É no solo das sociedades estratificadas em classes sociais antagônicas que concebemos a ideologia em seu caráter restrito. Isso se dá, explica Lukács (*apud* COSTA, 2007b, p.123), porque essa forma específica de ideologia é requisitada por “estruturas sociais nas quais operam grupos diversos e interesses contrapostos, que tendem a se impor como interesse geral da sociedade inteira”, como é o caso das sociedades classistas.

A ideologia em sentido restrito possui uma função muito bem determinada que indubitavelmente a caracteriza. Trata-se da sua função na resolução de conflitos sociais. Dessa forma, “logo que o conflito social se apresenta como problemática vital na realidade dos homens, as sociedades produzem concretamente meios para sua resolução na forma de ideologia” (COSTA, 2006, p.7).

⁸⁵ Aqui estamos considerando a concepção marxiana de que é a ação humana na realidade objetiva que constrói a história.

Sobre a natureza dos conflitos sociais, Costa (2006, p.8), apoiada no pensamento Lukacsiano, esclarece que estes surgem

[...] porque se formam grupos de indivíduos cujos interesses vitais apresentam convergências ou divergências entre si e entram em conflitos com interesses de outros grupos. Em última análise, tais divergências têm raízes nas relações estabelecidas no campo da produção.

Assim, o surgimento dos conflitos e suas motivações, se assentam no solo das relações sociais. “[...] ela nasce direta e necessariamente do *hic tec nunc social* dos homens que agem socialmente na sociedade” (LUKÁCS *apud* COSTA, 2007b, p.102).

Faz-se necessário atentarmos para o fato de que a ideologia em sentido restrito – que se dirige a resolução de conflitos sociais –, apesar de constituir uma particularidade, não elimina a sua vinculação ao sentido amplo – o de tornar a práxis humana consciente e operativa. Segundo Lukács (*apud* COSTA, 2007b), a conceituação restrita está contida no sentido mais amplo da Ideologia, afinal, para que seja possível a resolução de conflitos, para que o ser social possa escolher certas posições teleológicas particulares como se fossem universais, faz-se necessário, antes de mais nada, um mecanismo que justifique, torne viável e operativa a práxis cotidiana. Enfim, concebemos a Ideologia como

[...] aquele ato consciente que exerce função nos conflitos humanos. Na sua acepção mais ampla, a Ideologia tem origem no cotidiano mais imediato da vida social, servindo a conscientização e operacionalização da prática humana. Em termos gerais, é orientação ideal que se faz presente em todo ato humano. Todo indivíduo age fazendo opções entre seu interesse particular e aqueles que o fazem partícipe do gênero humano. A continuidade do ser social seria impossibilitada se o conjunto de indivíduos não evitasse ações que se constituíssem em obstáculos ao processo de reprodução social. A ideologia permite que os homens tomem consciência desse conflito e encontrem a resposta mais adequada para solucioná-lo (COSTA, 2006, p.12).

Uma questão importante a ser colocada numa abordagem ontológica da Ideologia trata-se de sua *não* vinculação obrigatória aos conflitos de classes, como anunciado pela concepção estruturalista do pensamento de Marx. Em outras palavras: a Ideologia, ainda que em sentido restrito, não seria um fenômeno exclusivamente ligado aos modos de produção que têm na propriedade privada seu fundamento, nem exclusivamente uma resposta social ao conflito de classe, mas sim, é uma elaboração ideal que visa à resolução de conflitos sociais de diversos gêneros.

Contudo é possível antecipar que o capitalismo, enquanto modo de produção permeado pela contradição entre classes sociais antagônicas, produz fenômenos ideológicos singulares que se caracterizam como ideologias em sentido restrito. Os conflitos somente tomam proporções realmente significativas como conflitos de classe e com isso as ideologias particulares

ou restritas se geram e têm seu campo de operações. Quando o conflito social apresenta-se como problema vital para sociedade, no qual as classes travam lutas sociais sob os mais diversos aspectos, penetrando até o íntimo das individualidades, a ideologia, então, se expressa como instrumento ideal de luta que serve aos embates entre grupos humanos com interesses antagônicos (COSTA, 2006, p.10).

Tal concepção “[...] desautoriza a redução da ideologia ao discurso do poder aos interesses das classes ou a algo típico das sociedades classistas” (COSTA, 2007b, p.104).

Ainda sobre as apreensões limitadas do fenômeno ideológico, situamos uma questão que é bem recorrente no âmbito do próprio marxismo. Trata-se da concepção que iguala Ideologia a falsa consciência. Já sabemos que a ideologia cumpre uma função bem determinada na sociedade: exercer função na resolução de conflitos postos pela sociabilidade. Logo, simplesmente, o caráter de falsidade ou não de uma ideia não faz dela Ideologia. É nesse sentido, que Mészáros (2008b, p.8, grifos da obra) aponta que,

[...] seria ilusória a tentativa de explicar a ideologia meramente pelo rótulo de “falsa consciência”, pois o que define a ideologia como ideologia não é seu alegado desafio à “razão”, nem sua divergência em relação às normas preconcebidas de um “discurso científico” imaginário, mas sua situação real em um determinado tipo de sociedade. As funções complexas da ideologia surgem exatamente dessa situação, não sendo minimamente inteligíveis em termos de critérios racionalísticos e cientificistas abstratos a elas contrapostos, o que constitui meramente uma petição a princípio.

Nessa esteira, trazemos um exemplo utilizado por Lukács (*apud* COSTA, 2007b, p.96, 97) quando este afirma que

a astronomia heliocêntrica ou a doutrina evolucionista no campo da vida orgânica são teorias científicas, deixando de lado sua correção ou falsidade, e nem isso enquanto tais, nem o repúdio ou o acolhimento delas constitui em si ideologia. Somente quando Galileu ou Darwin em seus confrontos, as tomadas de posição se tornaram instrumento de luta nos conflitos sociais, elas, em tal contexto – operaram como ideologias.

A identificação da ideologia se dá, somente, pela sua ação social, por suas funções na sociedade. Desta feita, somente se o pensamento se tornar veículo prático ou teórico destinado à resolução de conflitos sociais, é que se constitui como ideologia.

No ato educacional, por sua vez, processo no qual se dá a transmissão/apropriação das objetivações necessárias aos indivíduos para estes enfrentem as exigências da vida social, visando reproduzir e consolidar um conjunto de posições teleológicas socialmente desejáveis,

[...] estão necessariamente presentes um conjunto de ideias que visam dar sentido às repostas prático-conscientes dos indivíduos sociais, ao mesmo tempo em que tornam conscientes os conflitos sociais, seja entre indivíduo e comunidade ou comunidade e natureza, nas sociabilidades primordiais, seja entre classes nas formações sociais mais desenvolvidas (COSTA, 2007b, p. 141).

Logo, apesar de não se confundirem, Ideologia e educação possuem um vínculo constitutivo, ou melhor, a educação, como a pouco afirmado, possui natureza eminentemente ideológica, tanto no plano ontológico, quanto num momento histórico-concreto determinado.

Com o surgimento da apropriação privada do trabalho excedente e a consequente estratificação da sociedade em classes, o complexo educativo sofre também decisivas modificações. Sob a égide da sociedade classista, o processo educacional passa por uma complexificação e crescente subordinação à divisão social do trabalho. Assim,

[...] a educação também resulta dividida; diferencia-se, em consequência, a educação destinada à classe dominante daquela a que tem acesso a classe dominada. E é aí que se localiza a origem da escola. A educação dos membros da classe que dispõe de ócio, de lazer, de tempo livre passa a organizar-se na forma escolar, contrapondo-se à educação da maioria, que continua a coincidir com o processo de trabalho (SAVIANI, 2007, p.155).

As classes exploradas⁸⁶ não gozavam de acesso a uma forma sistematizada de educação. Os conhecimentos, habilidades, valores, etc., eram apropriados no próprio processo de trabalho, através do exemplo e do convívio social. Nesse contexto, a educação foi, “[...] por assim dizer, ‘seqüestrada’, isto é, organizada, em seu conteúdo e seus métodos, de modo a atender as os interesses das classes dominantes” (TONET, 2012, p.82, grifo da obra). Essa condição, de atendimento central dos interesses das classes dominantes, se estende por todo o percurso histórico e desemboca na sociedade burguesa⁸⁷.

⁸⁶ Aqui nos referimos às sociedades baseadas nos modos de produção asiático e escravista.

⁸⁷ Devido à problemática que se assenta esse estudo, nos deteremos na análise da educação na sociedade capitalista. Uma satisfatória análise do complexo educativo no decorrer da história é oferecida por Anibal Ponce, em sua obra “Educação e Luta de Classes”.

2.3 EDUCAÇÃO E IDEOLOGIA NA SOCIEDADE DO CAPITAL – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Com o advento do capitalismo, a educação experimenta uma grande transformação. Diferente dos sistemas de produção anteriores, o capitalismo não pode se reproduzir sem que os trabalhadores tenham acesso a um conjunto básico de conhecimentos e habilidades, pois o desenvolvimento produtivo industrial se realiza a partir de atividades sistematizadas e minimamente “científicas”⁸⁸.

Nesse sentido, afirma Saviani (2007, p.159): “com o impacto da Revolução Industrial, os principais países assumiram a tarefa de organizar sistemas nacionais de ensino, buscando generalizar a escola básica”. Portanto, à Revolução Industrial fez surgir a escola como forma principal e dominante de educação em sentido *estrito*. Eis a gênese da escola pública básica tal como conhecemos. Seu surgimento se dá a partir da intrínseca relação entre capital, Estado moderno e complexo educativo.

A determinação das necessidades produtivas requisitando e mediando a atual constituição de educação formal é problemática. Ontologicamente, essa condição não seria negativa para a humanidade, afinal é uma relação constitutiva do ser social. Mas quando a potência mediadora de tal relação não tem nas necessidades humanas seu motor, e sim nas demandas do capital, esta se torna uma força estranhada e produtora de estranhamento para o conjunto dos homens.

O fato de o capital ser o centro de gravitação do processo educativo formal implica ainda em múltiplas questões. A mercadorização da educação, a alienação negativa do conhecimento e o superficialismo teórico, são alguns dos exemplos mais latentes. Entretanto, devido a nossa proposta de pesquisa, nos deteremos em uma questão particular: aquela que faz com que a educação formal sirva de veículo prático para resolução de conflitos sociais. Nesse sentido, nossa análise reservará mais esforços na relação que subverte a educação, que ontologicamente tenderia a ser instrumento de emancipação humana, em instrumento de legitimação dos interesses do capital em oposição ao trabalho, inculcando nos seres singulares valores no sentido de conservação do atual – e injusto/contraditório – modelo societário. Para tal, recuperaremos as

⁸⁸ Em alguns casos, porém, o caráter científico da produção se dá de maneira altamente especializada, sendo exemplos os casos da indústria de informática e farmacêutica.

principais determinações da ideologia na sociedade do capital, para em seguida dar conta da articulação entre Ideologia e educação no capitalismo.

Sabemos que a Ideologia nasce das necessidades colocadas pela socialização do ser social. Sabemos também que a economia no processo de reprodução social exerce momento predominante. Logo, mas não de forma determinista, a existência social da Ideologia está intrinsicamente ligada à esfera produtiva ⁸⁹, como bem afirma Lúkcacs (*apud* COSTA, 2007b, p.50): “os homens, com auxílio da ideologia, trazem à consciência e combatem os seus conflitos sociais, cuja base última é preciso procurar no desenvolvimento econômico”. Assim, para darmos conta de apreender o fenômeno ideológico na sociedade burguesa, em sua dinamicidade e totalidade, é necessário levar em consideração o antagonismo fundamental entre capital e trabalho e seus rebatimentos no processo de reprodução social.

Partindo da articulação vital entre capitalismo e Ideologia, Mészáros (2004, p.57) afirma que “em nossas sociedades tudo está ‘impregnado de ideologia’, quer a percebamos, quer não”, e que

nas sociedades capitalistas liberal-conservadoras do Ocidente, o discurso ideológico domina a tal ponto a determinação de todos os valores que muito freqüentemente não temos a mais leve suspeita de que fomos levados a aceitar, sem questionamento, um determinado conjunto de valores ao qual se poderia opor uma posição alternativa bem fundamentada [...] (*idem*, p. 58).

Destarte, os processos ideológicos, nesse âmbito da reprodução social, não são requisitados por acaso. Ao contrário, eles desempenham uma função primordial, visto que a “[...] reprodução bem-sucedida das condições de dominação não poderia ocorrer sem a participação ativa de poderosos fatores ideológicos para a manutenção da ordem existente” (*idem*, p.327). Nesse sentido, como detentora do domínio material da extrema maioria dos processos sociais, inclusive o da produção material, é a classe burguesa que dedica maior empreendimento material no intuito de preservação da ordem vigente.

⁸⁹ Sobre a questão da articulação dialética entre Ideologia e economia, Costa (2007b, p.120, 121, grifo da obra) nos esclarece que a “[...] função determinante da economia, a forma primária na quais os conflitos são enfrentados, não significa que as ideologias sejam epifenômenos da realidade produtiva. A importância da produção para os homens e sua história é que ela não apenas gera objetos e bens econômicos, mas por natureza essencialmente coletiva, produz relações sociais e é condição necessária para a totalidade da práxis. Assim, a mediação nuclear do homem com a natureza (trabalho), e as demais relações econômicas que se estabelecem em função dela, condicionam a totalidade social, que não é nada mais do que um complexo de complexos. Nesse complexo de complexos, embora a ideologia tenha sua inteligibilidade sempre referida em última análise ao complexo da economia, como um momento da totalidade, ela só pode ser compreendida a partir da própria totalidade. Portanto, se a ideologia não pode ser reduzida à economia, também não ocorre de maneira abstrata ou exterior aos homens concretos [...]”.

Sabemos, por turno, que o capitalismo é permeado por contradições e desigualdades extremas. É nesse contexto de contradições e desigualdades sociais que a ideologia, a nosso ver, exerce uma de suas funções mais fundamentais: fornecer um quadro social de aparente *unidade orgânica*⁹⁰.

Essa condição de *aparente*, e não de *real* unidade, se dá, porque, aquilo que é demonstrado como “[...] auto-imagens da ideologia dominante não é o verdadeiro reflexo do mundo social, com a representação objetiva dos principais agentes sociais e seus conflitos hegemônicos” (MÉSZÁROS, 2004, p.69). Esse quadro social deve apenas dar uma explicação razoável que legitime o modelo sociometabólico atual, objetivando com isso, “[...] projetar a estabilidade da ordem estabelecida” (*idem, ibidem*).

É por isso que a ideologia dominante tende a produzir um quadro categorial que atenua os conflitos existentes e eterniza os parâmetros estruturais do mundo social estabelecido. Compreende-se, pois, que esta característica será mais pronunciada quanto for maior a importância dos interesses que motivam o confronto antagônico dos principais agentes sociais (MÉSZÁROS, 2004, p.69).

Os principais mecanismos incumbidos dessa tarefa são: a mistificação, a naturalização e a ocultação. Através destes, é assegurado aquele ato fundamental da Ideologia de conferir caráter de validação e internalização universal a interesses que são na verdade, particulares. Sob a especificidade do *quadro categorial* ideológico engendrado no campo produtivo das relações capitalistas: *ocultam-se* as contradições mais estruturais do modelo sociometabólico; *naturalizam-se* as diversas e mais latentes formas de desigualdades sociais e exploração do trabalho; e *mistificam-se* as relações de exploração do homem pelo homem, transformando-as em relações positivas para o desenvolvimento social como um todo.

Marx e Engels (2007, p.47) apontaram que a classe dominante possui facilitada a capacidade de determinar o conjunto de valores universais e de consciência prática da sociedade. Isso se dá, explicam eles, devido ao enorme poder que a ideologia dominante possui em determinar os critérios de legitimação e avaliação dos conflitos. Em suas palavras:

⁹⁰ Segundo Mézáros (2004, p. 327, grifo da obra), “o mito da ‘unidade orgânica’ dominou o discurso ideológico desde que o relacionamento social teve de se confrontar aos imperativos materiais de garantia da continuidade da produção dentro da estrutura potencialmente explosiva da divisão social hierárquica do trabalho, que mudou repetidamente suas formas nos cursos da história, mas nunca sua substância exploradora”.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação.

Por sua vez, Mészáros (2008b, p.8) afirma que esse poder é promovido “[...] pelo esmagador poder material e por equivalente arsenal político-cultural à disposição da ideologia dominante”. Compreendemos que tais poderes são amplamente requisitados e praticados no contexto de luta social, configurando-se num amplo investimento científico, cultural, e prático, por parte da classe dominante. No entanto, o que, *especificamente*, justificaria tanto investimento por parte da classe burguesa em processos ideológicos? Qual o conflito fundamental que precisa ser mistificado?

À guisa de resposta, mais uma vez recorremos a Mészáros. Em suas palavras:

É compreensível que o conflito mais fundamental da arena social diga respeito à própria estrutura social, que proporciona o quadro regulador das práticas produtivas e distributivas de qualquer sociedade particular. Exatamente por ser tão fundamental é que esse conflito não pode simplesmente ser deixado à mercê do mecanismo cego das colisões insuportavelmente devastadoras e potencialmente letais. Na realidade, quanto menor for tal controle, maior será o risco de efetivação das calamidades implícitas no crescente poder de destruição à disposição dos antagonistas (MÉSZÁROS, 2008b, p. 9).

Assim, aqueles conflitos que centralmente se põem nas relações de produção não podem ser deixados ao acaso, eles precisam ser controlados com rigor. Isso ocorre porque são nestas relações que estão contidas as condições mais fundamentais da reprodução social, nos diferentes modos de produção ao longo da história, inclusive (e aí de uma forma ainda mais potencializada) no sistema do capital.

Nesse sentido, o controle sobre tais conflitos, precisa ser exercido de forma abrangente e totalizadora, e a maneira mais eficaz e “menos danosa” ao sistema de conseguir tal fim é construir consciência social alinhada ao conjunto de valores e estratégias necessários a manutenção/reprodução do *sociometabolismo* vigente. A Ideologia, como aquela forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a prática social dos homens consciente e operativa, se encarrega de tal tarefa.

Entretanto, no capitalismo, o conflito mais fundamental não pode ser resolvido apenas pela internalização “isolada” de valores legitimadores. São necessárias “[...] ‘formas ideológicas’ orientadas para a prática, ‘nas quais os homens se tornam

conscientes desse conflito e o *resolvem através da luta*” (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2008b, p.9). Logo,

[...] as várias formas ideológicas de consciência social acarretam (mesmo se em graus variáveis, direta ou indiretamente) diversas implicações práticas de longo alcance na arte e na literatura, bem como na filosofia e na teoria social, independente de sua ancoragem sociopolítica em posições progressistas ou conservadoras (MÉSZÁROS, 2008b, p.10, grifo da obra).

Desse modo, não existe lugar ou complexo social em que a ideologia não possa se materializar. Conseqüentemente, a educação, o Estado e a enfermagem não são e não ficam imunes a tais determinações no capitalismo.

Sobre a articulação entre ideologia e Estado moderno recorremos a Mézáros (2002, p.109), que ao situar a sociedade capitalista em suas contradições ontológicas, alerta para “[...] ‘a necessidade ideológica da ordem estabelecida’, de produzir *racionalizações* no intuito de esconder as profundas iniquidades das relações estruturais [...]”, onde “[...] tudo deve ser desvirtuado para proporcionar a impressão de coesão e unidade, projetando a imagem de uma ordem saudável e racionalmente administrável” (*idem, ibidem*). Nesse momento, a função do Estado é duplamente fundamental. Sua estrutura de comando não só tenta corrigir as estruturas defeituosas do capital, mas também precisa incidir na legitimação dessa condição, no intuito de sua aceitação passiva⁹¹, enquanto modelo de reprodução material.

A propósito da questão da *legitimidade*⁹², supostamente atribuída ao Estado moderno, a importância da ideologia é nuclear, e disso derivam outros muitos fenômenos ideológicos, como por exemplo, o caráter dogmático das leis estatais⁹³.

⁹¹ Aqui não nos referimos à passividade absoluta.

⁹² Mézáros afirma que “a legitimidade constitucional do capital é historicamente baseada na expropriação direta dos produtores das condições de reprodução sociometabólica – os instrumentos e materiais do trabalho –, portanto a alegada “constitucionalidade” do capital (como a origem de todas as constituições) é inconstitucional; mas esta verdade intragável perde-se nas brumas do passado remoto. Historicamente, os ‘poderes socioprodutivos do trabalho, ou os poderes produtivos do trabalho social, primeiro se desenvolveram como o modo de produção especificamente capitalista, por isso aparecem como algo imanente à relação-capital e dela inseparável’. O modo de reprodução sociometabólico do capital se legitima e se eterniza como sistema legitimamente inquestionável. Só se aceita como legítimo o questionamento de aspectos menores de uma estrutura global inalterável. Desaparece a verdadeira questão que habita o plano da reprodução socioeconômica – qual seja, o poder produtivo do trabalho efetivamente exercido e sua necessidade absoluta para assegurar a reprodução do próprio capital. Isso acontece, em parte, devido à ignorância da origem histórica não legítima da acumulação primitiva do capital e à concomitante e geralmente violenta expropriação da propriedade como precondição do modo atual de funcionamento do sistema; e, em parte, devido à natureza mistificadora das relações produtivas estabelecidas” (MÉSZÁROS, 2002, p.855).

⁹³ Correspondem a esse tipo de pensamento expressões do tipo: “a lei deve ser cumprida e não questionada”.

De fato, o Estado “[...] é apresentado como a encarnação do princípio da legitimidade, ao lado da pretensão de que esta legitimidade emana diretamente das intermediações do interesse dos indivíduos ‘racionalis’” (MÉSZÁROS, 2004, p.439). É assim que algumas questões como o reconhecimento “legítimo” do indivíduo como profissional de enfermagem, ou ainda a declaração de “ilegítima” a uma determinada greve, devem passar obrigatoriamente pelo crivo da “legitimidade” ou não por parte do Estado moderno.

Compreendemos que estas ações incidem substancialmente na consciência prática dos indivíduos em sociedade. Dessa maneira, a noção de legitimidade, numa sociedade dividida em classes antagônicas principalmente, só pode ter natureza eminentemente ideológica. E isso se deve, principalmente pelo fato dela (a legitimidade) se tornar veículo prático ou teórico destinado à resolução de conflitos sociais.

Nessa mesma direção,

a verdade prosaica de que o Estado na verdade não é a encarnação do “princípio da legitimidade”, mas das *relações de poder* prevaletentes, e que não é constituído a partir de decisões *individuais* soberanas, mas em resposta aos contínuos antagonismos de *classe*, permanece sob o véu da impressionante fachada teórica da ideologia dominante (MÉSZÁROS, 2004, p.493).

Assim, o Estado, “[...] extrai sua problemática legitimidade não de sua alegada ‘constitucionalidade’ (que invariavelmente é ‘inconstitucional’ em sua constituição original), mas de sua capacidade de *impor* as demandas apresentadas a ele” (MÉSZÁROS, 2004, p.493, grifos da obra). Entretanto, essa legitimação não pode abarcar a totalidade das relações do sistema. Na verdade, ela precisa se restringir ao *corpo político alienado*.

É por isso que a necessidade de uma “comunalidade” legitimadora só pode surgir sob forma bem abstrata, definindo as condições de seus membros participantes de tal modo que a determinação justificadora jurídico-formal de “igualdade diante da lei” (pela qual todos são “igualmente proibidos de dormir debaixo das pontes”) deixe as relações materiais de poder absolutamente intactas (MÉSZÁROS, 2004, p.496, grifos da obra).

Notemos, então, que nessas circunstâncias, ocultamento e mistificação aparecem no mesmo e fundamental momento. Demonstramos: o Estado fornece a ideia de estrutura autônoma, responsável principal pelo desenvolvimento social. Essa, porém, é uma ideia mistificadora que, ao mesmo tempo, oculta as reais causas da reprodução

social – nesse caso, o trabalho sob as imposições do capital – e, por conseguinte, as verdadeiras determinações dos antagonismos sociais. Essa dupla ação ideológica desvia a atenção do verdadeiro alvo: “o círculo vicioso da autoexpansão destrutiva do capital ao qual tudo deve ser incontestavelmente subordinado” (MÉSZÁROS, 2002, p.815). Ao mesmo tempo, produz o ideário de que o problema não está no sistema econômico antagonicamente estruturado e na sua forma de comando político, mas sim (e no máximo) na “[...] irrelevância personalizada de seus administradores que, de boa vontade, se esmeram em superar um ao outro na melhor lubrificação do mecanismo do sistema” (*idem, ibidem*).

Com relação à articulação entre Ideologia e enfermagem, compreendemos que esta primeira, como forma de consciência prática, estabelece um quadro categorial que se expande a todas as estruturas da vida social, inclusive ao cuidado. O que nos interessa especificamente agora é saber como a Ideologia incide – e ao incidir, particulariza-se – no processo de profissionalização da enfermagem, objetivando a resolução de possíveis conflitos gerados, principalmente, no contexto da atuação profissional.

Trata-se de compreender que as condições postas na realidade são ideologicamente apreendidas pelo sujeito, no movimento de subjetivação da objetividade, sendo, ao longo do processo de conscientização (ou melhor, de alienação), movidas por interesses que “passam a ser” do sujeito no qual operam. Entretanto, seus elementos constitutivos não têm como predominante o momento operado no/pelo indivíduo individual, uma vez que são dados coletiva e objetivamente, embora compareçam para o indivíduo como sendo singular.

De acordo com Silva e Silva (2014, p.71):

[...] no caso da Enfermagem, a ideologia atua conferindo as condições materiais de subsunção da profissão no processo de hierarquização da área da saúde. A concepção socialmente construída da profissão também comparece como um constructo ideológico.

Germano (2007, p.07) também corrobora com essa linha de entendimento. Em suas palavras,

[...] a ideologia da enfermagem desde sua origem, e, em particular, a de Ana Néri, para os brasileiros, significa: abnegação, obediência, dedicação. Isso marcou profundamente a profissão de enfermagem – o enfermeiro tem que ser disciplinado e obediente. Alguém que não exerça a crítica social, porém console e socorra as vítimas da sociedade.

Esse quadro de valores, operante desde os tempos de Florence Nightingale, é apreendido como “natural” ou endógeno ao exercício da enfermagem, e colabora decisivamente para um perfil profissional que internaliza passivamente, por exemplo, as determinações do capital na prestação de cuidado, ou ainda, que legitime o domínio exercido por outras categorias profissionais no setor da saúde.

Dáí que internalização de valores como abnegação, obediência e dedicação, no âmbito particular das condições de exercício profissional, contribui significativamente para um estado de desvalorização do *status quo* da categoria.

Por essa razão, os enfermeiros enfrentam, de modo pacífico, sérias dificuldades de ordem profissional, desde as longas jornadas de trabalho, baixos salários comparados aos de outros profissionais do mesmo nível, o que evidencia que sua organização política é frágil e sem autonomia. [...] Acrescentamos, ainda, o importante papel que as Escolas de Enfermagem desempenham na formação do enfermeiro, sobretudo quando em nome da “ética profissional” buscam imprimir nos alunos as marcas do perfil (identidade) de Enfermagem definido pela legislação, cujo peso maior não reflete as questões éticas contemporâneas, mas consiste em um código de moral a ser seguido (SILVA; SILVA, 2014, p.88).

É expressão dessa condição, o fato de que, apesar de constituir o maior número de profissionais do setor saúde e de prestar um cuidado tão vital quanto o da medicina ou de qualquer outra categoria do setor saúde, a enfermagem ainda se apresenta subsumida, tida como coadjuvante, semelhantemente aos primórdios da profissão.

A ação ideológica na enfermagem se mostra também no escamoteamento da função social a qual o cuidado realiza serve. Isso nos lança ao seguinte quadro: a concepção hegemônica de profissão produz a ideia de que a origem e a finalidade do *cuidado de enfermagem* se dão nas intervenções em processos “naturais” do desenvolvimento social. Assim, o processo saúde-adoecimento, na sociedade capitalista – mas não somente – é compreendido hegemonicamente, via ideologia, como algo imutável.

Compreendemos, porém, que esse tipo de concepção, além de naturalista é a-histórica. De fato, o processo saúde-adoecimento é ontologicamente determinado pela categoria trabalho, e se expressa particularmente ao longo do desenvolvimento histórico. No entanto, no atual modo de produção, ele se constitui de forma original. O processo saúde-adoecimento, no capitalismo, sofre e reproduz as consequências do antagonismo fundamental entre capital e trabalho, tendo nele seu fundamento central.

A determinação central exercida pela economia é assim ocultada e substituída por determinações secundárias, a exemplo da culpabilização individual. Tomando como

análise o caso específico da obesidade, vemos que tal problema de saúde é geralmente remetido ao descontrole individual, a questões relacionadas a disfunções fisiológicas, ou ainda, e no máximo, às questões de cunho “sócioeconômico”. O verdadeiro alvo, que são as determinações do capital na reprodução social dos homens, é convenientemente esquecido, ou relegado em segundo plano.

Dessa maneira, à enfermagem, resta somente, “socorrer as vítimas da sociedade” (GERMANO, 2007, p.7), e não contestar a ordem estabelecida. A ideologia, nesse preciso sentido, constrói o quadro de valores que legitima o estado de coisas como algo natural. Aquilo que pode e deve ser feito não transcende a mera redução dos danos.

Outro exemplo da ação ideológica na prática da enfermagem é fornecido por Silva e Cavalcanti (2013, p.84,85). Vejamos que,

no caso da enfermagem, não é incomum ouvirmos as expressões referenciais “meu plantão”, “meu Serviço”, entre outras, demonstrando através da linguagem o falso caráter da posse do plantão ou do Serviço. Criar condições para que o trabalhador se sinta (embora jamais seja) “dono do Serviço” consiste em desenvolver estratégias que enfoquem, por exemplo, o trabalho em equipe, premiações mensais por produtividade e a eleição do funcionário do mês. Situaríamos as estratégias de satisfação do cliente, humanização do Serviço e Avaliação e Monitoramento da Qualidade (AMQ), neste mesmo campo.

Por esta razão, concordamos com Cruz (2001, p.180), quando afirma que, neste contexto, “o tempo desprendido, [...] as regras, as formas de controle, as relações de trocas sociais desenvolvidas, tudo isso acaba por vincular inteiramente o trabalhador à sua condição de trabalho”. Com efeito, os “insucessos”, como afirmam os defensores da administração empresarial, ou os fracassos, no nosso modo de conceber a realidade, serão extraídos do campo das condições do trabalho, para servirem de termômetro para as capacidades subjetivas do trabalhador, terreno fecundo para a proliferação da concepção de culpa individual, e da necessidade de qualificação profissional permanente. Nesse contexto, um dos fenômenos mais recorrentes, em meio a tantas questões que atormentam o trabalhador na atualidade, diz respeito à empregabilidade, cuja força “tende a transferir a causa do emprego ou do desemprego apenas ao trabalhador. Sua falta de capacitação justificaria este fato” (CRUZ, 2001, p. 134).

Rearticulando tal problemática com a análise do complexo educacional, concordamos com Mészáros (2008a, p.35, 36, grifo da obra), quando afirma que

a educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da

sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas.

Nesse caso, o caráter essencialmente ideológico da educação é ainda mais necessário, pois

[...] além da reprodução, numa escala ampliada, das múltiplas habilidades sem as quais a atividade produtiva não poderia ser levada a cabo, o complexo sistema educacional da sociedade é também responsável pela produção e reprodução da estrutura de valores no interior da qual os indivíduos definem seus próprios objetivos e fins específicos. As relações sociais de produção reificadas sob o capitalismo não se perpetuam automaticamente. Elas só o fazem porque os indivíduos particulares interiorizam as pressões externas: eles adotam as perspectivas gerais da sociedade de mercadorias como os limites inquestionáveis de suas próprias aspirações. É com isso que os indivíduos “contribuem para manter uma concepção do mundo” e para a manutenção de uma forma específica de intercâmbio que corresponde àquela concepção do mundo (MÉSZÁROS, 2006, p. 263, 264, grifo da obra).

Como dito a pouco, a escola, da forma como a conhecemos, foi decisivamente moldada pela necessidade posta pela produção capitalista. Isso se deveu, principalmente, ao fato da necessidade de um conjunto mínimo de conhecimentos para a operacionalização da esfera produtiva nos moldes das determinações do capital.

Nessa sentido, o Estado moderno é convocado, pela necessidade da produção capitalista, a organizar uma estrutura responsável para que esses conteúdos mínimos sejam passados em larga escala para o maior número de indivíduos. Essa estrutura a qual nos referimos é o sistema educacional. A seleção e organização formal desses conteúdos se materializam no currículo.

Levando em consideração que nossa proposta de pesquisa versa sobre uma concepção de práxis curricular, é agora oportuno dedicarmos espaço para uma breve discussão dos fundamentos e da função social do currículo.

Compreendemos que Estado moderno e currículo possuem íntimas relações de tal modo que o currículo é inconcebível e inoperante sem a estrutura e a ação do Estado. Primeiramente, porque o Estado como estrutura de comando que visa garantir as condições necessárias para a extração de mais-valia toma para si a responsabilidade de estruturar as objetivações que devem ser transmitidas e apropriadas pelo conjunto dos homens no âmbito da educação escolar. E segundo, porque a estrutura responsável pela escolha dos conteúdos escolares precisa perpassar pelo princípio da legitimidade, que conseqüentemente, também é transferida ao currículo.

Alertamos, no entanto, para o fato de não existir consenso ou concepção hegemônica em relação ao currículo e sua função social, destarte, agiremos de forma semelhante ao trato que demos a exposição sobre o Estado moderno, e exporemos centralmente sobre aquela concepção que, em nosso entendimento, melhor corresponde à apreensão do que é o currículo em suas determinações mais essenciais.

Saviani (1996, p.65), ao tratar do conceito de currículo, afirma que

currículo é um conceito bastante discutido hoje em dia. Tradicionalmente ele pode ser entendido como a relação das disciplinas que compõem um curso ou a relação dos assuntos que constituem uma disciplina, no que ele coincide com o termo programa. Entretanto, existe atualmente uma tendência a se considerar o currículo como sendo o conjunto das atividades (incluindo o material físico e humano a elas destinado) que se cumprem com vistas a um determinado fim. Este é um conceito muito mais amplo, pois abrange todos os elementos relacionados com a escola. Poderíamos dizer que, assim como o método procura responder à pergunta: como se deve fazer para atingir determinado objetivo, o currículo procura responder à pergunta: o que se deve fazer para se atingir determinado objetivo. Trata-se, portanto, do conteúdo da educação e de sua distribuição no tempo que lhe é destinado (entenda-se o termo conteúdo num sentido bem amplo).

Entretanto, essa conceituação ampla, apesar de correta – e principalmente por conta de nossa proposta de pesquisa –, carece de outros elementos fundamentais. Isso porque, como explica o próprio Saviani em outra obra, “o princípio do trabalho é imanente à escola elementar” (SAVIANI, 2011, p. 12), Ou seja, “o trabalho orienta e determina o caráter do currículo escolar em função das exigências da vida social” (*idem, ibidem*). No capitalismo, porém, as exigências da vida social são postas centralmente pelo processo de reprodução do capital. Assim, a orientação do currículo pelo trabalho, nessa sociedade, carrega, além das demandas, os defeitos e as alienações do processo reprodutivo do capital⁹⁴. Não é demais lembrar que essa relação não se dá de forma mecânica, vertical, e sim dialética.

É nesse entremeio que consideramos o caráter ideológico intrínseco ao currículo⁹⁵. Enguita (1993), ao reforçar o caráter prioritário que as relações de produção

⁹⁴ Para Saviani “a universalização da escola primária promoveu a socialização dos indivíduos nas formas de convivência próprias da sociedade moderna. Familiarizando-os com os códigos formais, capacitou-os a integrar o processo produtivo. A introdução da maquinaria eliminou a exigência de qualificação específica, mas impôs um patamar mínimo de qualificação geral, equacionado no currículo da escola elementar. Preenchido esse requisito, os trabalhadores estavam em condições de conviver com as máquinas, operando-as sem maiores dificuldades” (SAVIANI, 2007, p.159).

⁹⁵ Essa questão engloba o que se conhece como “currículo oculto”. No entanto, nossa concepção de currículo não nos permite fragmenta-lo em “formal” e “oculto”. Para nós, trata-se de uma estrutura dialética.

material exercem na escola, afirmar que essa condição se materializa nos conteúdos curriculares. Exemplificando:

A religião ensina que o homem está condenado a trabalhar e que não deve se preocupar com suas condições de vida - e as dos outros - na terra. A história ensina que sempre houve ricos e pobres, governantes e governados, que a humanidade progride incessantemente graças à ciência e que as tentativas de alterar as coisas, além de injustificadas, terminam invariavelmente mal. A literatura transporta as crianças a um mundo subjetivista geralmente protagonizado por figuras que têm pouco a ver com seu mundo real. A matemática introduz o aluno em problemas tão vitais como o de que taxa de juros é preciso para acumular um dado capital ou como repartir em partes iguais uma herança. A formação "cívica" e "social" trata de convencer o pequeno Cândido de que tout va au mieux dans le meilleur des mondes possibles, e assim sucessivamente (ENGUIA, 1993, p.220).

Assim – mas não somente –, ao portar conteúdos que, inseparavelmente, trazem consigo “[...] concepções de mundo a partir das quais os indivíduos partem para compreender, julgar e operacionalizar sua práxis cotidiana” (COSTA, 2007b, p.141), o currículo incide na consciência prática dos indivíduos e se constitui em um canal de expressão da consciência dos conflitos classistas. Dessa forma, “o currículo se corporifica como elemento que materializa as intenções educativas dos diferentes grupos, especialmente os hegemônicos” (VIEIRA, 2005, p.133).

É, Somente levando em consideração as determinações econômicas e ideológicas, que podemos compreender que não só os conteúdos, como também o próprio currículo, materializa uma determinada “[...] imagem de sociedade a ser construída”, e reclama “determinados valores para justificá-la” (NETTO, 1999, p.02). Ou seja, articula-se com um *projeto societário* para uma formação a este ajustada.⁹⁶

Daí que, embora a educação não esteja compreendida no campo do trabalho produtivo, sua condição de existir *precisamente assim* reflete e refrata as contradições da esfera produtiva da sociabilidade que a requisita. Nesse contexto, o complexo educacional torna-se específico e as necessidades às quais procura atender se fundam com base em necessidades sociais, cada vez mais complexas e menos *essenciais*.

Entendemos dessa forma, que no seio da sociedade produtora de mercadorias, a educação possui em ampla medida um caráter ideológico conservador, visto que “uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou ‘consenso’ quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus

⁹⁶ Essa relação também se faz presente também nas DECENF e é de nuclear importância para o restante das discussões, sobretudo no que trata o capítulo 3.

próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados” (MÉSZÁROS, 2008a, p. 45).

Esse conservadorismo possui caráter dialético, conserva essencialmente as determinações centrais do capital, para reproduzi-las na subjetividade coletiva e assim fazer com que estas *acompanhem* a dinamicidade antagônica do atual modelo de *sociometabolismo*. Nesse sentido, destacamos o fato que mesmo algumas concepções e propostas educacionais proclamadas como “progressistas” e “humanistas” não consigam ultrapassar o horizonte racional da sociedade capitalista; não desmistificam, teoricamente, as atuais relações sociais; não com a alienação do trabalho; não contestam a exploração do homem pelo homem; enfim, não contribuem para a liberdade do gênero humano, ao contrário, contribuem para a preservação do atual estado de coisas, objetiva e subjetivamente.

Seguiremos no próximo item para a análise da particularidade em que se assenta as DECENF: refrações da crise estrutural do sistema do capital para o Estado moderno, principalmente os da periferia do capitalismo, em forma de políticas públicas educacionais.

2.4 A CRISE ESTRUTURAL DO SISTEMA DO CAPITAL E SUAS REFRAÇÕES PARA O ESTADO E PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA AMÉRICA LATINA

O objetivo central desse item é analisar a função do Estado moderno materializado em políticas públicas educacionais, face ao contexto de crise estrutural do capital na América Latina, bem como as refrações ideológicas desse processo no complexo educativo escolar.

Recuperando algumas determinações da crise estrutural, notamos que em períodos de crise e de conseqüente elaboração/implementação de medidas para a resolução da crise – momento pelo qual passamos –, o poder da Ideologia é ainda mais fundamental. Afinal,

para provar sua continuada viabilidade, a ordem socioeconômica estabelecida deve constantemente se ajustar às condições mutáveis de dominação. Através de toda a história por nós conhecida, a ideologia desempenhou papel importante nesses processos de reajustes estruturais (MÉSZÁROS, 2004, p.327).

Diante de uma nova expressão de reprodução e acumulação do capital, na qual emergem fenômenos como a acentuação da exploração do capital sobre o trabalho, a redução de direitos políticos trabalhistas, as privatizações, o aumento dos antagonismos sociais, a intensificação da mercantilização da educação e da saúde, “o imperativo de assegurar um funcionamento tranqüilo do metabolismo social fundamental por meio de mecanismos materiais imunes à contestação [...], são ainda mais requisitados” (MÉSZÁROS, 2004, p.502). Aí, mais uma vez, a Ideologia cumpre papel elementar,

visto que os efeitos do colapso ou do bloqueio que podem vir a ocorrer nas partes de um complexo intimamente interligado estão fadados a repercutir de forma amplificada sobre o sistema como um todo, o controle geral que promove a consolidação e a integração deve se articular de tal forma que seja capaz de minimizar o impacto potencialmente pernicioso dos problemas surgidos nos complexos parciais. No caso do sistema capitalista, isso significa a imposição de formas de controle *objetivas* (“coisificadas”), que operam *no interior* das próprias estruturas subordinadas *como premissas não-questionadas* (e sem perturbar a ordem socioeconômica e política dominante, também inquestionável) de suas práticas produtivas e distributivas, o que elimina, na maioria dos casos, a necessidade de as expor como regras *formais* de operação, legalmente impostas (MÉSZÁROS, 2004, p.502, grifos da obra).

Dessa maneira, por mais danosos que possam parecer – e realmente são – os efeitos do *novo padrão de produção e acumulação do capital*, oriundos da crise estrutural do capital, se apresentam pelo discurso abrangente e totalizador da ideologia burguesa como consequências “naturais” do desenvolvimento humano ao qual não se pode contestar ou superar, apenas se adequar, ou na melhor das hipóteses, reformular sob a mesma estrutura causal.

Pela própria anatomia do sistema do capital e de sua estrutura de comando é que a crise estrutural capitalista se configura também como a crise do Estado moderno em todos os seus aspectos. Esse cenário instável e conflituoso também faz emergir fenômenos ideológicos relacionados à estrutura estatal. A pouco, afirmamos que o Estado é parte material do sistema capitalista, destarte, as investidas na subjetividade dos indivíduos – sempre orientados para a prática – que objetivam a resolução dos conflitos, em última análise, estarão direcionadas para o *conflito mais fundamental da arena social*, aquele que se dirige ao quadro regulador das práticas produtivas e distributivas da sociedade.

Daf que o Estado

encarna, no decorrer do desenvolvimento da crise, o papel de principal vilão dos desequilíbrios econômico-financeiros provocados pela crise, através da alegada crise fiscal do Estado intervencionista do período anterior, que atuaria, para alguns, como um dos fatores causadores da crise. Por essa mesma razão, o Estado passa a ocupar a preocupação dos governantes, intelectuais e organizações dos trabalhadores, como sendo um espaço eficaz de reversão da crise, pois se contornados os problemas que teriam sido gerados por ele no período que antecedeu a crise estrutural, poderia, então, retomar seu curso e impulsionar a recuperação do crescimento e do emprego (PANIAGO, 2012a, p.60).

Desse modo, ao ser eleito como principal causador da crise, o Estado mistifica e é mistificado. Ao agir assim, também é ocultado aquilo que na verdade é causal na crise: em última análise, os defeitos estruturais em que o capital se assenta. É dessa forma que se desvirtua o verdadeiro alvo, e se tenta resolver o problema como uma nova forma de agir do Estado. A base material desse Estado ou propriamente sua substância não são, e nem devem ser questionadas.

Tendo em vista que as tentativas de remediação da crise devem girar centralmente em torno da recuperação da lucratividade em queda, o Estado lança uma série de medidas nesse sentido. No contexto da América-latina, as refrações da crise fazem emergir uma situação particular em relação aos países centrais: “o excesso de capital e o imperativo de uma lucratividade contínua e crescente, no caso do capital global dos países avançados, fizeram com que a busca de alternativas se voltasse à periferia do sistema” (PANIAGO, 2012a, p.66). Ao Estado cabe desempenhar o papel de “receptor do capital excedente do centro do sistema”, agindo de forma a tomar “vultuosos empréstimos externos” comprometendo-se em todas as suas funções com o crescimento de dívida externa (*idem, ibidem*)⁹⁷.

Na década de 1990, para atender às necessidades crescentes e insaciáveis do capital em crise, os Estados periféricos promovem, “a abertura dos mercados e liberam o acesso do capital privado àquelas atividades de natureza pública antes delegadas ao Estado” (PANIAGO, 2012a, p.67). As manifestações mais evidentes desse processo são

as privatizações de empresas estatais, a flexibilização do papel do Estado na implementação de políticas sociais, a transferência de funções públicas para setores públicos não estatais, a reforma da previdência, tributária,

⁹⁷ O caso brasileiro fornece um exemplo de tal situação: Para o ano de 2014, o orçamento público previa 42,42 % do PIB para o pagamento da dívida pública e seus amortecimentos. Porcentagem que contrasta com a cota destinada a áreas mais essenciais do desenvolvimento humano: apenas 3,44% destinados a educação e 3,91% à saúde (BRASIL, 2013).

administrativa, trabalhista/sindical e universitária, as ações com o intuito de derrubar todas as barreiras legais para a penetração do capital em áreas agora atrativas à busca de lucro [...], bem como o enfraquecimento da resistência dos trabalhadores através da perda de direitos, do desemprego, da precarização do trabalho e da redução do valor real dos salários (PANIAGO, 2012b, p.67).

No que toca particularmente a articulação entre educação e Estado moderno nos tempos de crise e seus rebatimentos nas propostas curriculares da América Latina, temos interesse especial. Sabemos que a crise estrutural do sistema do capital é caracterizada, entre muitos aspectos, pela queda nas taxas de lucro e pelo fato dos velhos “antídotos” usados já não surtirem efeito nessa nova realidade. Nesse sentido, a saída encontrada para a manutenção do sistema e de sua necessidade vital expansionista, foi a intensificação da exploração do trabalho e a mercadorização ainda mais intensa de todos os setores do desenvolvimento social. A educação escolar, então, necessitou – e ainda o faz – se adequar a essa nova conjuntura. É aí que identificamos, mais uma vez, a ação complementar do Estado e de suas instituições, no desenvolvimento do capital:

Tomando por mote estabelecer a protoforma da educação do futuro, várias nações do mundo foram convocadas a participar de um esforço coletivo, traçando metas e estratégias imprescindíveis à adequação educacional, o que ficou conhecido como Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, sob os auspícios das Nações Unidas - ONU, através de alguns de seus principais organismos - UNESCO, UNICEF, PNUD e Banco Mundial. A referida Conferência representou um novo marco para as políticas educacionais, agora mais explicitamente tratadas em nível global e mais diretamente centradas na educação básica e sua vinculação com o setor produtivo (GOMES, 2012, p. 191).

Nos países latino-americanos, essa nova indicação para as políticas educacionais se apresentam ainda com mais intensidade⁹⁸. Cada vez mais, noções como flexibilidade, competitividade, qualidade total e polivalência passaram a direcionar o sentido da educação escolar, numa tentativa de “[...] ‘rejuvenescer’ a teoria do capital humano, com um rosto agora mais social” (FRIGOTTO, 2001, p.41, grifo da obra).

Um dos principais objetivos dessa nova determinação é o de “[...] atrelar a educação institucionalizada aos objetivos estreitos de preparação para o local de trabalho. No léxico liberal, trata-se de fazer com que as escolas preparem melhor seus

⁹⁸ Silva (2001, p.14, 15) alerta que a conjuntura brasileira acompanha um cenário que é global. Em suas palavras: “Se quisermos compreender as estratégias que o projeto neoliberal no Brasil tem reservadas para a educação, é importante também compreender que esse processo é parte de um processo internacional mais amplo. Numa era de globalização e de internacionalização, esses projetos nacionais não podem ser compreendidos fora de sua dinâmica internacional. A presente tentativa nacional de conquista hegemônica apenas segue, talvez de forma atrasada, um processo que se inaugurou em países centrais como os Estados Unidos e Inglaterra com os primeiros governos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher”.

alunos para a competitividade do mercado nacional e internacional” (SILVA, 2001, p.13).

Por parte do Estado, observamos uma tendência quase que irremediável na direção do acolhimento dessas demandas do capitalismo em crise. No Brasil, são expressões dessa relação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1996 (LDB/96)⁹⁹ e o programa do governo federal de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI).¹⁰⁰

A partir das refrações da crise estrutural no complexo educativo, emerge um fenômeno tão significativo, quanto negativo: o aprofundamento da mercantilização do ensino, principalmente na esfera pública. Esse aprofundamento mercantil se expressa num aumento exponencial de abertura de instituições privadas de ensino; no financiamento dessas instituições pelo Estado e pela entrada cada vez maior da iniciativa privada nas instituições públicas de ensino, especialmente nas universidades¹⁰¹.

Em meio a tal conjuntura, chamamos atenção para a necessidade ainda maior, daqueles que defendem a ordem global do capital, de potencializar a ação ideológica no complexo educativo escolar. Isso porque “a educação, enquanto campo de disseminação de valores, comportamentos, atitudes e conhecimentos socialmente produzidos” (GOMES, 2012, p.193), é “um promissor veículo para a formação das subjetividades”, alinhadas as novas necessidades produtivas (*idem, ibidem*).

Nessa situação específica – mas não somente nela – comparece o papel providencial do Estado. Ele, via políticas públicas, age ideologicamente – mas não só – na administração do cenário de conflito social. Nesse sentido,

⁹⁹ Falaremos sobre a LDB/96 quando a relacionarmos com a particularidade da formação em enfermagem no capítulo 3.

¹⁰⁰ Em última análise ambas as medidas correspondem ao atendimento de demandas do capitalismo em crise estrutural, porém, suas construções, elaborações e aplicações, apesar de direcionarem o setor educação, se deram de formas distintas entre si. Com efeito, nossa intenção fora justamente a de citar exemplos, ainda que distintos, de acolhimento, por parte do Estado brasileiro, as demandas do capital para o complexo educativo escolar.

¹⁰¹ Alertamos que não somos contra a universalização do ensino, ao contrário esse é um dos objetivos de nossos esforços. Mas, o aumento do número de vagas orientado pela dinâmica do capital só poderá oferecer mais mercantilização da educação, mais estranhamento, mais superficialidade teórica, mais precarização das universidades federais, enfim, continuará, em última instância, a construir e legitimar as condições da exploração do homem pelo homem.

[...] presenciamos uma enxurrada de conteúdos repetidos à exaustão, na tentativa de solidificar o consenso ideológico arquitetado pelos agentes da ordem. São exemplos desse ideário que se espraia sobre a educação: formação de uma cultura de paz, universalização do ensino, redução da pobreza, desenvolvimento humano sustentável, cidadania planetária, entre tantos outros recheios imprescindíveis ao confinamento das lutas sociais à esfera da formalidade (GOMES, 2012, p.187, 188).

Os resultados dessas medidas foram mudanças significativas nos conteúdos curriculares em todos os níveis educacionais nos países periféricos do capitalismo, inclusive no Brasil. Tais mudanças tinham basicamente dois objetivos: proporcionar “uma preparação estreita para o local de trabalho” e “preparar os estudantes para aceitar os postulados do credo liberal” (SILVA, 2001, p. 13). Esses dois objetivos, por seu turno, são indissociáveis e complementares, ocorrendo simultaneamente no mesmo processo.

Compreendemos, pois, que a crise estrutural do capital lança demandas específicas para educação, principalmente nos países periféricos. Essas demandas vão, principalmente, no sentido de garantir a efetividade das estratégias para remediar a crise. O Estado, como complemento do capital, age elaborando uma série de políticas públicas de acordo com tais necessidades, que são, por sua vez, legitimadas e internalizadas através de mecanismos ideológicos diversos. Dialeticamente, essa condição é materializada nas propostas curriculares. Portanto, os conteúdos curriculares no Brasil e no mundo, em última análise, expressam e são expressões das refrações da crise estrutural do sistema do capital.

A enfermagem brasileira¹⁰², inserida nessa conjura e como parte articulada com uma totalidade social mais ampla, também sofre, dialeticamente, todas as principais questões por nós aqui colocadas. Esse processo, de acolhimento das demandas do capitalismo em crise pelo Estado, materializado em políticas públicas educacionais, apesar de ser universal e conservar características também universais, se materializa de forma particular na enfermagem brasileira. Com efeito, o próximo capítulo tratará da construção histórico-social curricular que culmina nas DCENF.

¹⁰² Aqui consideramos a enfermagem de uma forma abrangente, incluídos seu processo de formação e de atuação profissional.

CAPÍTULO III - O PROCESSO HISTÓRICO DE ELABORAÇÃO DAS DCENF À SOMBRA DA CRISE ESTRUTURAL DO SISTEMA DO CAPITAL

“A história nada mais é do que o suceder-se de gerações distintas, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores; portanto, por um lado ela continua a atividade anterior sob condições totalmente alteradas e, por outro, modifica com uma atividade completamente diferente as antigas condições [...]”.

Karl Marx e Friedrich Engels

O objetivo desse capítulo é analisar a elaboração das DCENF à luz do processo histórico. Já fora dito que para nós, as diretrizes consistem uma síntese de múltiplas determinações. Determinações culturais, políticas, sociais e principalmente econômicas. De tal modo, estão situadas em um processo de desenvolvimento histórico. Em outras palavras: as DCENF são a materialização de um desenrolar histórico de determinações postas socialmente – centralmente determinado pela esfera do trabalho – para o currículo de formação de enfermeiros no Brasil. Compreendido isso, não poderíamos simplesmente abordar nosso objeto de estudo sem entender seu processo de desenvolvimento histórico e a sua razão social de ser.

3.1 CURRÍCULO E DECENF EM PERSPECTIVA

Entendemos que os diversos currículos postos para a formação de enfermeiros no país, estiveram sempre de alguma forma em consonância com um objetivo comum: formar uma categoria profissional de acordo com demandas específicas do modelo societário vigente (SILVA; CAVALCANTI, 2013; GERMANO, 2007). Essa, para nós,

constitui a substância dos currículos de enfermagem ao longo do século XX¹⁰³, o que parece modificar-se são apenas as formas, as metodologias e os conteúdos curriculares, ou seja, as expressões mais imediatas.

Não poderíamos nesse capítulo, analisar o *processo de curricularização*¹⁰⁴ em todo o século XX, por isso, dada à especificidade de nosso objeto de pesquisa, recuperaremos apenas os fatos históricos recentes mais centrais que as compõem. Com isso queremos dizer que não é nossa intenção querer fatiar ou desmembrar a história da formação de enfermeiros no país, nem seria possível, ela é processual. As DCENF, ainda que com determinações particulares, por sofrerem e serem os efeitos de um processo histórico, guardam relações com os condicionantes postos para a formação de enfermeiros a elas anteriores. Nosso objetivo consiste recuperar as determinações históricas mais centrais no processo de elaboração/implementação das DCENF.

É no período pós-constituente que observamos uma mudança significativa nos conteúdos dos currículos mínimos de formação de enfermeiros no Brasil. Essas mudanças, de acordo com autores que estudam o tema, dentre eles DANIELSKI (2009), KIKUSHI (2009), MOURA *et al.*(2006); CARDOZO (2005), estão intimamente articuladas com o processo de “redemocratização” do país e com o movimento de Reforma Sanitária Brasileira (RSB). De nossa parte existe acordo em relação à importância desses dois eventos no processo de mudança dos conteúdos curriculares, porém, compreendemos que existem outras determinações centrais que incidem tanto na própria Reforma Sanitária, quanto no processo de “redemocratização”. Com isso não menosprezamos tais acontecimentos no processo de determinação das propostas curriculares, no entanto, entendemos que estes fenômenos precisam ser apreendidos na articulação com o momento histórico situado a partir das determinações da esfera do trabalho.

Lancemos nossa análise primeiramente ao período de “redemocratização” do país. Compreendemos que a mobilização social e política foi importante no processo de aceleração de derrubada da ditadura burguesa de apelo militarista até então vigente¹⁰⁵.

¹⁰³ Os estudos de Silva e Cavalcanti (2013) e de Germano (2007) fornecem uma análise significativa da determinação econômica na formulação curricular da enfermagem brasileira ao longo do século XX.

¹⁰⁴ Essa noção é usada e desenvolvida pela pesquisa de mestrado em andamento de Ana Paula Ramos da Silva Duarte (FAMED/UFAL), intitulada: “O processo de curricularização de enfermagem”.

¹⁰⁵ Apesar de ser amplamente conhecida como “ditadura militar”, concebemos que tal período político na verdade foi uma ditadura burguesa, os militares foram úteis apenas como braço repressor do Estado. A

No entanto, a volta de uma forma política democrática a moldes burgueses precisa ser entendida em sua função no processo de reprodução do capital e de seu sistema estruturalmente em crise.

Nessa sentido, entendemos que o regime *militar intervencionista* já não atendia às novas demandas expressas pelo sistema econômico. Isso ocorrera não apenas pelos diversos antagonismos ou pelas contestações ao autoritarismo daquela forma de governo, mas sim, e principalmente, porque as determinações da crise estrutural já não encontravam, numa forma tão interventora de Estado, uma opção compatível com o vigente processo de acumulação e expansão do capital. Diante dessa conjuntura, era necessária uma nova forma de comando político alinhada à nova realidade histórica. Essa forma assumiu a expressão de Estado “democrático” neoliberal¹⁰⁶.

Chamamos atenção para a importância da Ideologia nessa transição. Através dos mecanismos mistificantes, o processo de “redemocratização” comparece como uma conquista legítima da população, como a luta de um “povo” inteiro contra um punhado de militares tiranos. A condição de que o golpe de 1964 serviu como instrumento de dominação, acumulação e expansão do capital, principalmente o capital nacional norte-americano e o brasileiro, precisa ficar convenientemente ocultada. É pertinente ressaltar que o processo histórico mostra que as mesmas forças (partidos políticos, indústrias e a grande mídia) que antes impuseram e legitimaram as consequências de uma ditadura burguesa de apelo militarista ao conjunto da população, foram as mesmas forças que anos depois reclamaram uma forma “mais democrática” de sociedade civil e Estado¹⁰⁷.

Com a retomada de um modelo político “mais democrático”, ocorrera também o início das implementações das novas demandas do sistema produtivo. Essas demandas

burguesia em ascensão, com o golpe de 1964, pôs fim a possibilidade de uma virada supostamente socialista, a exemplo do que ocorria em outros países da América Latina e África.

¹⁰⁶ Tal como no passado, e aí nos referimos à forma assumida pelo Estado de apelo militarista no golpe de 1964, as expressões do Estado moderno se alteram de acordo com as determinações do capital. Nesse sentido, estamos considerando a ditadura burguesa de apelo militar e o Estado democrático burguês como faces diferentes de uma mesma moeda, possuem uma substância comum.

¹⁰⁷ A sociedade civil para Marx é o conjunto de relações sociais que os homens determinam e se submetem na realidade concreta. Na sociedade de classes essas relações são marcadas decisivamente por interesses de grupos antagônicos, ou seja, pela luta de classes. A relação entre sociedade civil e Estado a partir de Marx e Engels, ganham uma conotação até então original. Para eles o Estado é a estrutura pela qual os interesses das classes dominantes encontram uma forma de unificação e imposição – pelo uso da violência, mas também do convencimento – sobre todo o conjunto social. Portanto, não há nenhuma separação entre Estado e sociedade, eles são a mesma coisa. Há, isto sim, uma relação constitutiva, uma vez que o Estado resulta da relação entre classes sociais e, portanto, encontra nela sua razão de ser.

ganharam forma de propostas públicas principalmente a partir de novembro de 1989, quando em Washington se reuniram representantes dos Estados Unidos e dos organismos financeiros internacionais, dentre eles o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), para ditar/estabelecer como se dariam as reformas econômicas no continente latino-americano. De forma que

as conclusões e recomendações dessa reunião passaram a ser conhecidas como o Consenso de Washington. Suas propostas abrangiam dez áreas: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos; reforma tributária; liberalização financeira; regime cambial; liberalização comercial; investimento direto estrangeiro; privatização; desregulação e propriedade intelectual (TEIXEIRA, 1998, p.224).

Notemos que essas propostas seguem um sentido comum. E não é o sentido do atendimento das necessidades genuinamente humanas, mas sim o das demandas da crise estrutural do capitalismo e de suas tentativas de retomada de crescimento do lucro. Ainda de acordo com Teixeira (1998, p.225),

foi nessa direção que o governo Fernando Collor se desenvolveu. Com efeito, é com ele que tem início o processo de abertura da economia ao mercado internacional, via redução das barreiras alfandegárias. O programa de privatização e de desmonte do Estado faz parte da agenda Collor, como precondição para o combate a inflação.

Consideramos que as condições de saúde de uma dada população são fundamentais para a manutenção de qualquer modelo de produção material. Essa situação comparece no sistema do capital também, uma vez que este tem na exploração/alienação do trabalho vivo seu fundamento. Nesse sentido, mudanças na esfera produtiva acarretam mudanças também no setor da saúde. Isso porque as determinações econômicas, dada à capacidade ontológica do trabalho de modificar a realidade objetiva, são centrais nas mudanças sociais como um todo. Uma vez modificada a realidade, novas possibilidades surgem, e com elas novas conformações do processo saúde-adoecimento. Não é demais lembrar que essa relação de determinação acontece dialeticamente. É somente tomando como análise esse processo de transição no cenário econômico e político, que apreendemos as determinações mais centrais da problemática de saúde do país no período histórico em questão.

Num plano mais global, identificamos na Declaração de Alma-Ata, proposta na Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde realizada na Ex União Soviética, em setembro de 1978, uma expressão dos pressupostos para um novo

paradigma da saúde. É na referida Conferência que se dá, ainda que no plano documental, a preconização das ações do setor saúde direcionadas à atenção primária.

Sobre os cuidados primários, o texto de Alma-Ata (1978, p.1) compreende que estes

são cuidados essenciais de saúde baseados em métodos e tecnologias práticas, cientificamente bem fundamentadas e socialmente aceitáveis, colocadas ao alcance universal de indivíduos e famílias da comunidade, mediante sua plena participação e a um custo que a comunidade e o país possam manter em cada fase de seu desenvolvimento, no espírito de autoconfiança e automedicação. Fazem parte integrante tanto do sistema de saúde do país, do qual constituem a função central e o foco principal, quanto do desenvolvimento social e econômico global da comunidade. Representam o primeiro nível de contato dos indivíduos, da família e da comunidade com o sistema nacional de saúde, pelo qual os cuidados de saúde são levados o mais proximamente possível aos lugares onde pessoas vivem e trabalham, e constituem o primeiro elemento de um continuado processo de assistência à saúde.

Notemos que a atenção primária, de acordo com o texto, deve ser articulada ao sistema de saúde de um país, e precisa se constituir uma política pública. Para nós, essa questão representa um avanço em relação a modelos anteriores, centrados na atenção de média e alta complexidade, afinal, são inúmeras as melhorias para a saúde imediata da população em geral, através de um modelo de atenção primária. Entretanto, o caráter problemático dessa nova preconização se dá por conta da determinação do capital na reprodução social se refratar nas ações de saúde. De modo que as ações de saúde, que ontologicamente deveriam se destinar às necessidades humanas, passam a atender prioritariamente às demandas de reprodução do capital, o que não exclui o fato de que essas medidas atendam a algumas demandas imediatas do conjunto dos indivíduos, mas definitivamente não têm nelas (nas necessidades humanas) seu polo estruturador.

A Declaração de Alma-Ata (op. cit.) avança também no fato de reconhecer o problema da desigualdade de condições de saúde entre países centrais e periféricos. Porém, silencia em relação à causa dessa condição desigual: o sistema do capital e sua forma de comando político. Ao mesmo passo, limita sua proposta de ação no problema, ao horizonte do reformismo, a mera tentativa de redução dessa condição e não na eliminação dessas desigualdades.

Encontramos em outros trechos da Declaração de Alma Ata (op. cit.), e de forma ainda mais explícita, colocações que confirmam a relação intrínseca entre as

determinações do campo da produção e as propostas de políticas públicas de saúde. Nesse sentido, ainda seguindo o referido documento:

o desenvolvimento econômico e social baseado numa ordem econômica internacional é de importância fundamental para a mais plena realização da meta de Saúde para Todos no Ano 2000 e para a redução da lacuna existente entre o estado de saúde dos países em desenvolvimento e o dos desenvolvidos. A promoção e proteção da saúde dos povos é essencial para o contínuo desenvolvimento econômico e social e contribui para a melhor qualidade de vida e para a paz mundial (ALMA-ATA, 1978, p.1).

Seguindo uma lógica semelhante, o documento reforça a reciprocidade existente entre economia capitalista e medidas públicas de saúde, quando afirma que

os governos têm pela saúde de seus povos uma responsabilidade que só pode ser realizada mediante adequadas medidas sanitárias e sociais. Uma das principais metas sociais dos governos, das organizações internacionais e de toda a comunidade mundial na próxima década deve ser a de que todos os povos do mundo, até o ano 2000, atinjam um nível de saúde que lhes permita levar uma vida social e economicamente produtiva. Os cuidados primários de saúde constituem a chave para que essa meta seja atingida, como parte do desenvolvimento, no espírito da justiça social (ALMA-ATA, 1978, p.1).

Compreendemos que, antes de tudo, a proposta de mudança no paradigma do setor saúde nos países periféricos do capitalismo possuiu razões econômicas. São transformações ancoradas nas novas determinações do sistema produtivo, no novo padrão de acumulação do sistema do capital. São medidas que vão no sentido do condicionamento de mão de obra em níveis compatíveis com as demandas postas pela crise estrutural para a retomada do crescimento das taxas de lucro.

Para nós, a declaração de Alma-Ata trata de um marco histórico e político fundamental para a área da saúde como um todo, e conseqüentemente para a formação profissional desse setor no Brasil. Este fato pode ser observado na influência decisiva das suas propostas na Reforma Sanitária Brasileira e conseqüentemente no arcabouço jurídico do SUS. Anunciamos, porém, que ela, apesar de pioneira e basilar, não fora a única a prestar tal papel.

A carta de Ottawa¹⁰⁸ formulada em 1986,

[...] que estabelecia instituições e especificava seus direitos, se constituiu em referência fundamental para a prática da PS em termos planetários, definindo-a como o processo de capacitar individualmente as pessoas a ampliar seu controle sobre a própria saúde, com a finalidade de melhorá-la (CASTIEL, 2012, p. 65).

¹⁰⁸ Surge como documento na forma de Carta de intenções da Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, realizada em Ottawa, Canadá, em novembro de 1986.

Entendemos que a Carta de Ottawa segue os objetivos gerais da Declaração Alma-Ata e, em certa medida, a carta de Ottawa veio reforçar e complementar os pressupostos da Declaração de Alma Ata. Na análise da situação brasileira, precisamente da condição do setor da saúde no país durante os primeiros anos da chamada “nova república”, destacamos não só para nível de entendimento, mas também, e principalmente, por ter sido fundamental no processo de materialização das políticas de saúde no Brasil, o movimento de Reforma Sanitária Brasileira (RSB).

Inicialmente, a proposta da Reforma Sanitária ia além de uma reformulação limitada ao setor da saúde. Na verdade, eram propostas que articulavam as questões de saúde com questões de cunho social mais amplo, como, por exemplo, o apelo à democratização dos serviços públicos e a orientação para a cidadania.

De acordo com Paim (2007, p.151), os elementos centrais da reforma visavam:

a) democratização da saúde, o que implica a elevação da consciência sanitária sobre a saúde e seus determinantes e o reconhecimento do direito à saúde, inerente a cidadania, garantindo o acesso universal e igualitário ao Sistema Único de Saúde e participação social de políticas e na gestão; b) Democratização do Estado e seus aparelhos, respeitando o pacto federativo, assegurando a descentralização do processo decisório e o controle social bem como fomentando a ética e a transparência nos governos; c) democratização da sociedade e da cultura, alcançando os espaços da organização econômica e da cultura, seja na produção e distribuição justa, seja na adoção de uma totalidade de mudanças em torno de um conjunto de políticas públicas e práticas de saúde, seja mediante uma reforma intelectual e moral.

Cabe aqui uma discussão sobre alguns pontos que julgamos problemáticos em relação aos pressupostos da Reforma Sanitária apontados por Paim (2007). O primeiro se refere à democratização da saúde. Propor um acesso “igualitário”, “universal” e com “efetiva participação social de políticas e na gestão” é uma tarefa necessária e fundamental para a melhoria das condições de saúde de qualquer população. O problema se dá quando se tenta realizá-la por dentro da estrutura interna do Estado burguês. Desse modo, tal tentativa não pode transcender à materialidade de uma ação puramente ideal. Isso porque o Estado moderno é a estrutura de comando do capital, e sua função vital, a qual subjuga todas as outras, é garantir as condições de extração de mais-valia. No caso particular da saúde, o Estado atua garantido centralmente que a prestação de cuidados possibilite a manutenção de força de trabalho em formas compatíveis com a exploração do capital. Logo, a suposta “igualdade”, “universalidade” e “participação social” são mistificadas e acomodadas no horizonte contraditório da

racionalidade burguesa, produzindo uma igualdade desigual; uma universalidade particular e uma participação social meramente representativa.

O segundo ponto que elegemos para tratar é tão problemático quanto o primeiro. A promessa de democratizar o Estado e seus aparelhos não pode passar de boa intenção ou de um discurso mistificante. O Estado moderno e o capital são complementares, a subsunção dos interesses do capital aos interesses da humanidade pela estrutura estatal, significaria um colapso no sistema. No entanto, essa questão tem sido convenientemente ocultada e substituída pela noção que o Estado, além de responsável pelo desenvolvimento social, representa “democraticamente” os interesses da coletividade.

Por fim, alcançar os espaços da organização econômica e da cultura, seja na produção, seja na distribuição realmente justa, só se sustenta enquanto possibilidade numa sociedade que abolir as classes sociais, o capital e a forma Estado moderno. Nesse sentido, Paim (2007) chama atenção ainda que alguns autores entendiam que o movimento da Reforma Sanitária era direcionado ao alcance do socialismo. De nossa parte, porém, não há ilusões a esse respeito. Esclarecendo: apesar da suposta intenção por parte de tais autores – e dos ganhos incontestes para a saúde da população, proporcionados pelo aumento do acesso aos serviços básicos de saúde – a forma como a Reforma Sanitária fora pensada e efetivada, não conseguiria (e não conseguiu) transcender os limites da sociabilidade burguesa efetivamente. O máximo que chegou, foi a realização de mudanças gradativas à moda da *social-democracia*¹⁰⁹.

Uma das principais consequências dessa postura é o engodo de que a democratização do acesso aos serviços de saúde, nos moldes burgueses, vai aos poucos resolver o problema de saúde-adoecimento no Brasil. A nosso ver, essa concepção oculta o fato de que o processo saúde-adoecimento na sociabilidade atual é centralmente determinado pela regência do capital no processo de reprodução social, e que medidas

¹⁰⁹ Grosso modo, a social-democracia é uma corrente político-ideológica que tem como fundamento o reformismo, a colaboração de classes, a conquista de direitos. Segundo seus defensores, tais medidas poderiam transformar, ao longo do tempo e por meio da estrutura do Estado moderno, o sistema capitalista em um modelo socialista de produção, dispensando assim, a necessidade de processo revolucionário armado. No Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT), em seus primeiros anos de desenvolvimento, perseguiam tais pressupostos. Entretanto, a história vem demonstrado que estratégias alinhadas a tais ideais, ao contrário de construir o socialismo, vêm ratificando a reprodução da sociedade do capital e todas as suas determinações negativas.

que realmente versem pela efetiva resolução de tais problemas precisam, obrigatoriamente, ter como horizonte a eliminação dessa base material.

É nesse sentido que concordamos com uma das conclusões de Paim (2007, p.271, 272, grifo da obra), quando afirma que

a RSB, enquanto projeto de reforma social, obteve como desfecho uma *reforma parcial*, predominantemente setorial e institucional, identificada como a construção e implementação do Sistema Único de Saúde. [...] tendem à manipulação política ideológica na medida em que apontam para mudanças, mas mantém o *status quo* da sociedade. Equivale ao binômio ilusão-alusão presente nas práticas ideológicas, tal como verificado no caso do “dilema preventivista”, quando alude para um dado problema (ausência de práticas de saúde contemplando aspectos preventivos e sociais) e ilude quanto à solução (mudanças de atitudes a partir da educação médica), mantendo a organização social dos serviços de saúde e uma sociedade que atribui diferentes valores de uso e de troca à vida humana. No caso do *processo* da Reforma Sanitária, alude quanto aos problemas de saúde e da organização dos serviços (decorrentes da determinação social) e ilude quanto à solução (reforma parcial), convivendo com iniquidades sociais de um Estado colonizado por interesses capitalistas, corporativos e partidários.

Para nós, o principal motivo do não alcance das propostas basilares do movimento sanitarista não se deu por conta de sua efetivação como reforma parcial ou total, mas sim pelas condições históricas objetivas postas – principalmente pela economia – e pela própria ideia de reforma que ela traz em si.

Sobre o caráter reformista do movimento sanitário, particularmente em relação aos princípios que objetivavam de alguma forma protagonizar as tomadas de decisões do setor saúde, identificamos também outra condição problemática. Já dissemos que o capital é sua própria estrutura de comando, e que uma das suas condições mais elementares de ser enquanto fundamento da produção é separar aqueles que produzem do processo de controle da produção, ou seja, promover a perda da tomada de decisão sobre o processo do trabalho. A maneira encontrada para a não implosão do sistema ou para diminuir as perturbações dessa condição problemática foi a intermediação do Estado moderno. Considerando que o sistema capitalista necessariamente precisa se constituir como sistema orgânico, esperar que uma reforma via Estado possa tomar institucionalmente o controle de um complexo tão fundamental na reprodução, como é o da saúde, das determinações do capital é querer o materialmente impossível. Afinal, o capital não tolera duradouramente comando humano algum, ele precisa subjugar todos os complexos a sua incorrigível lógica expansionista.

Nesse sentido, como afirma Paim (2007), a Reforma Sanitária Brasileira possui caráter de *promessa não cumprida*, e, portanto, a *ideia de revolução de mudança de vida* não passou de retórica. Alertamos, todavia, que em nossa compreensão, o motivo central de sua não efetivação não se deveu apenas por equívocos estratégico-táticos, mas principalmente, pela não existência de condições objetivas à época. Nesse sentido, a ação fundamental e historicamente viável para o alcance do que fora inicialmente prometido, seria (e ainda é!) a confrontação e alteração daquilo que é causal no problema, nesse caso, o sistema do capital, “[...] com todas as dimensões, visíveis e ocultas” (MÉSZÁROS, 2008a, p.47).

Com isso, não queremos em nenhum momento, desqualificar ou diminuir as conquistas da Reforma Sanitária Brasileira para a saúde da população, principalmente para a saúde da classe trabalhadora. São ganhos quantitativos e qualitativos, frutos do tensionamento. Porém, o fato da acomodação das propostas da Reforma por parte do Estado, que tem como atividade vital e primária assegurar as condições da alienação do trabalho, só poderiam significar fundamentalmente: primeiro, a deturpação de algumas proposições do movimento sanitarista, e segundo, uma “promessa não cumprida” *ad aeternum*. Os exemplos que demonstram nossas afirmações estão postos ao longo do movimento histórico, bem como na atualidade, num movimento contínuo de descaracterização e sucateamento do SUS, pois como bem lembra Mézáros (2008a, p.46): “[...] o que existia antes de tais reformas será certamente restabelecido, mais cedo ou mais tarde, devido ao absoluto fracasso em desafiar, por meio de uma mudança institucional isolada, a lógica autoritária global do próprio capital”.

Historicamente, a Reforma Sanitária seguiu ganhando proporções cada vez maiores. As reivindicações que direcionavam o movimento eram apresentadas “[...] por meio dos secretários municipais de saúde e foram catalisadas na 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986. As resoluções dessa conferência deram os parâmetros que mais tarde viriam a ser inscritos na Constituição de 1988” (BRASIL, 2000, p. 5).

É a partir da articulação dialética entre as demandas do novo padrão de acumulação capitalista, da mudança no paradigma da saúde e das refrações da reforma sanitária, que compreendemos a proposta de currículo integrado para os cursos formadores de profissionais da saúde.

De acordo com Danielski (2009, p.55),

no Brasil, o currículo integrado em saúde teve início na década de 1990, em resposta ao movimento de Reforma Sanitária que, desde 1980, defendia uma reorganização da assistência à saúde com cobertura de todos os cidadãos e substituição do modelo flexneriano por um modelo mais integral centrado na saúde e em sua promoção. Com a criação do Sistema Único de Saúde-SUS com as Leis nº 8080 e 8142, de 1990, a política pública passava a ter um modelo preventivo, integral e de promoção à saúde em resposta à mudança que vinha ocorrendo com a Reforma Sanitária; do modelo flexneriano para um modelo de saúde preventivo.

Kikuchi (2009, p.18), apoiada no pensamento de Santomé, afirma que “o currículo integrado agrega princípios da globalização, a interdisciplinaridade do conhecimento e das relações entre as esferas econômicas, sociais e políticas”. De fato, o currículo integrado, posto para a formação profissional como um todo, e na saúde também, precisou agregar princípios da globalização. Mas, a incorporação desses princípios não é de modo algum secundária, ela é causal, determinante. Diante disso, não poderíamos simplesmente apontar a questão da globalização sem considerá-la em suas determinações centrais.

Para nós, a relação entre os currículos integrados e a globalização se dá por determinação fundamental da esteira produtiva sob a orientação da dinâmica do capital em crise. A partir de Marx (2013), compreendemos a globalização, antes de tudo como uma necessidade ontológica do capital, ela é uma tendência natural de sua lei geral de acumulação. Desse modo, como é próprio da sua natureza, tal processo é assentado nas mesmas contradições estruturais e sociais.

Conforme demonstra Mészáros (2002, p.30),

a globalização em andamento é saudada pelos defensores do sistema como a solução de todos os problemas. Na verdade, entretanto, ela coloca em ação forças que põem em relevo não apenas a incontornabilidade do sistema por qualquer método racional, mas também, simultaneamente, a própria incapacidade de ele cumprir suas funções de controle como condição de sua existência e legitimação.

A partir do que coloca Mészáros (2002), é preciso considerar como a ideologia é chamada a atuar no processo educativo, ocultando os problemas oriundos da reprodução do capital. Vejamos, por exemplo, que Kikuchi (2009) ao tratar da globalização, não faz referência às determinações mais elementares do que é realmente esse processo – e aqui não nos interessa se foi de forma intencional ou não. Na verdade, o fato é que o “termo ‘globalização’ entrou na moda nos últimos tempos – mas evita-se cuidadosamente falar

sobre o tipo de ‘globalização’ viável sob o domínio do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p.63). Afinal, aos que se colocam a favor da manutenção do atual modelo societal,

[...] é muito mais fácil pressupor que, por sua própria natureza, a globalização não é de modo algum problemática e é realmente uma mudança necessariamente positiva que traz resultados elogiáveis para todos os interessados. É melhor que se deixe fora de qualquer questionamento legítimo o fato de que o processo de globalização, como de fato o conhecemos, se afirme reforçando os centros mais dinâmicos de dominação (e exploração) do capital, trazendo em sua esteira uma desigualdade crescente e uma dureza extrema para a avassaladora maioria do povo, pois as respostas de um escrutínio crítico poderiam entrar em conflito com as políticas seguidas pelas forças capitalistas dominantes e seus colaboradores espontâneos no “Terceiro Mundo”. No entanto, com essa globalização em andamento, que se apresenta como muito benéfica, nada se oferece aos “países subdesenvolvidos” além da perpetuação da taxa diferenciada de exploração. Isto está muito bem ilustrado pelos números reconhecidos até mesmo pela revista *The Economist* de Londres, segundo a qual, nas fábricas norte-americanas recentemente estabelecidas na região da fronteira norte do México, os trabalhadores não ganham mais do que 7 por cento do que recebe a força de trabalho norte-americana para fazer o mesmo trabalho na Califórnia (MÉSZÁROS, 2002, p.63, 64, grifo da obra).

De forma dialética, os currículos integrais do setor saúde, ao incorporarem elementos da “globalização”, estão também objetivando uma formação profissional que *internalize* “o desenvolvimento necessário de um sistema internacional de dominação e subordinação” (MÉSZÁROS, 2002, p.111). O que num plano mais particular significa: para a “periferia subdesenvolvida” – caso do Brasil – um sistema “maximizador da exploração, implacavelmente autoritário (e, sempre que preciso, abertamente ditatorial), exercido diretamente ou por procuração” (*idem, ibidem*).

A “globalização”, que se funda a partir da esfera econômica, pela própria dinâmica do trabalho, extrapola os limites da produção e se materializa em outros complexos sociais. Decerto, a educação também se encontra em meio a tal processo, juntamente com todas as suas determinações negativas. Daí que observamos um esforço acentuado¹¹⁰ dos órgãos internacionais do capitalismo (Banco Mundial, UNESCO, FMI) no intuito de “globalizar” a educação para que esta se adeque ao novo momento do capitalismo. A educação agora tende a ser “padronizada” de forma mundial e, apesar de significativas diferenças entre os países, sua substância fundamental é o imperativo de atender às demandas da reprodução ampliada do capital.

¹¹⁰ Tal esforço é materializado em grande parte de forma dualista, ou seja: um padrão para os países do capitalismo central e outro para os da periferia.

Em meio a tal processo, identificamos um fator estruturante e chave para o panorama atual curricular da formação profissional de enfermeiros no Brasil: as parcerias entre segmentos públicos e privados. Interessa-nos especificamente os incentivos materiais de Fundações privadas de países capitalistas centrais para o desenvolvimento dos recursos humanos no setor da saúde de países periféricos.

Essas parcerias que se deram ao longo da história¹¹¹ da formação profissional da enfermagem, retornam de maneira efetiva no final do século XX, sob a representação do Projeto UNI. O projeto UNI tem como contexto geográfico e histórico a América Latina do início da década de 1990. Sua implementação teve início quando

a Fundação Kellogg enviou em 1990 cartas às Universidades da América Latina com a intenção de iniciar o Programa UNI - Uma Nova Iniciativa na Educação dos Profissionais de Saúde: União com a Comunidade. Este programa teve como base avaliações das experiências de Integração Docente-Assistencial (IDA) na América Latina, dos quais foram aprovados 23 projetos, entre eles, seis no Brasil (DANIELSKI, 2009, p.57).

Parece-nos razoável considerar que o entendimento substancial do que trata, e que função social cumpre o projeto UNI, perpassa por uma breve análise da Fundação Kellogg. A Fundação Kellogg surge em 1930 pela iniciativa de Willian Keith Kellogg, proprietário de uma indústria de cereais norte-americana. Tal Fundação, de acordo com Lins (1997, p.5), baseado em textos da própria Fundação, tinha “o objetivo de ‘promover a saúde, educação e bem estar das crianças e dos jovens’”. Inicialmente, a referida Fundação limitou-se a agir em território norte-americano, porém, após 1940, com um diagnóstico de que os profissionais de saúde da América Latina e Caribe careciam de qualificação adequada, a Fundação Kellogg começou a financiar bolsas de estudos para estes. A intenção era que os profissionais voltassem para seus países de origem e aplicassem os conhecimentos adquiridos. Dessa forma,

apenas no ano de 1996, a Fundação de W. K. Kellogg gastou mais de US\$ 250 milhões (duzentos e cinquenta milhões de dólares) investindo em projetos sociais, distribuídos geograficamente pelos Estados Unidos (76%), América

¹¹¹ Um exemplo cabal dessa relação é a ação da fundação Rockefeller no início do século XX. Nas palavras de Freire; Amorim (2010, p.98): “A primeira comissão da fundação Rockefeller chegou ao Brasil em 1915, com a presença de Wickliffe Rose, diretor da Interational Health Commission, a qual, a partir de 1916, passou a se chamar International Health Board (IHB) e que desempenhou papel de destaque na condução das atividades da Rockefeller no Brasil para coletar informações e identificar áreas de atuação, fato este que estreitou relações e abriu caminho para a entrada de médicos e sanitaristas norte-americanos da Rockefeller no país.” Para muitos, a Fundação Rockefeller significou um enorme avanço para a saúde pública, sendo destinada à população em geral. Nós, no entanto, comungamos do pensamento que prefere creditar à referida Fundação o título de representante de interesses capitalistas na América do Sul, uma vez que, segundo Germano (2007), a função da organização Rockefeller nessa região era propiciar as condições sanitárias necessárias ao desenvolvimento capitalista.

Latina e Caribe (10%), África (6%) e outros projetos internacionais (8%). Seus campos de investimentos são diversificados, mas concentram-se em Saúde (19%), Desenvolvimento rural e de Sistemas de Alimentação (17%) e Educação (23%) (LINS, 1997, p.5).

Outro objetivo auto atribuído à Fundação Kellogg é o de “produzir um número maior de médicos, enfermeiras e professores que pudessem aplicar seus conhecimentos recém-adquiridos para melhorar a qualidade de vida em seus países de origem”. (W. K. KELLOGG FOUNDATION *apud* LINS, 1997, p.5). Não queremos aqui questionar a suposta intenção da Fundação Kellogg, o que nos interessa é a materialidade de suas ações e qual função social a fundação tem atendido no processo histórico de reprodução social.

Por isso, para nós, a Fundação Kellogg atendeu, ao longo da história, às determinações do capital para o setor da saúde, precisamente às determinações do capital nacional norte americano para o setor da saúde na América Latina e Caribe. Apesar de Lins (1997) não afirmar diretamente o que sustentamos, e ao longo de sua obra destacar positivamente as contribuições da Fundação Kellogg para a formação de profissionais da saúde, ele nos fornece os elementos necessários para a compreensão citada no parágrafo anterior. Vejamos que segundo ele, “a expansão da Fundação Kellogg à América Latina tem um apoio importante do governo dos Estados Unidos e dos seus interesses políticos e econômicos” (*idem*, p. 7).

O referido autor ainda ressalta que

o retorno dos bolsistas e a aplicabilidade do conhecimento adquirido às suas realidades, eram portanto, preocupações da Fundação, mas uma preocupação que tinha como recorte da tecnologia de ponta, do consumo de equipamentos sofisticados, incorporando o interesse das indústrias produtoras americanas, corroborada por estudos realizados por consultores da Fundação, no início da década de 50, que ressaltavam o atraso tecnológico das universidades latino-americanas em comparação às norte-americanas (FUNDAÇÃO KELLOGG *apud* LINS, 1997, p.8).

Ou seja, a suposta ajuda que tinha como *slogan* “a melhoria na qualidade da saúde na população das Américas”, na verdade atendia centralmente aos interesses econômicos privados de indústrias norte-americanas. Ao que parece, o discurso de melhoria na qualidade de vida da população cumpriu a função ideológica mistificante e ocultante de fazer com que os indivíduos internalizassem e legitimassem passivamente as demandas do capital para a formação de profissionais da saúde.

Essa função ideológica é ainda mais importante diante do

[...] contexto político, econômico e social na América Latina nos anos que se sucederam à Segunda Grande Guerra e durante a década de 60, com ameaças de convulsões sociais estimuladas pela Revolução Cubana, fez com que os governos desses países passassem a repensar suas diretrizes e a estabelecer suas estratégias de descompressão das insatisfações sociais, estimulados e apoiados por linhas de atuação traçadas, internacionalmente, para a promoção do desenvolvimento dos países latino-americanos, como a que se deu na Reunião dos Ministros de Punta del Este no início da década de 60 (LINS, 1997, p.9)

Ainda de acordo com Lins (1997), em meados da década de 1960, a Fundação Kellogg decidiu potencializar sua atuação. Agora seus investimentos passariam a se destinar a projetos gerais e não mais a bolsas individuais. Cabe lembrar que com a Declaração de Alma-Ata, a assistência primária passou a direcionar as perspectivas de atuação na saúde, e “no esteio dessas novas diretrizes vieram os financiamentos a Projetos de Assistência Primária, Medicina Comunitária, Medicina Familiar e de Tecnologia Educacional Médica” (*idem*, p.10). Esse é então o alicerce sobre o qual se ergue o Projeto UNI: uma nova estratégia da Fundação Kellogg e de seus aliados econômicos e políticos para a formação de profissionais na área da saúde no território Latino Americano de acordo com demandas específicas.

O processo de implementação do Projeto UNI se dá inicialmente em 1991, quando a Fundação Kellogg inaugura um processo de seleção de Universidades para a implementação das medidas postas ao novo quadro de saúde latino-americano. Em 1994, um total de 23 universidades foram escolhidas para a implementação do projeto. No mesmo ano se iniciam suas atividades (LOPES JÚNIOR, 2013).

O programa UNI teve como finalidade uma nova conformação para a formação de profissionais do setor saúde, centrada no modelo de atenção primária. No entendimento de Lopes Júnior (2013, p.57),

o Programa UNI articula a implantação de uma prática pedagógica inovadora, na formação de profissionais de saúde pela Universidade, uma mudança da prática de atenção à saúde no âmbito dos Serviços Locais de Saúde (SILOS) e um novo tipo de participação social com vistas à promoção da saúde e melhora da qualidade de vida. [...] significa, assim, uma nova etapa no desenvolvimento e nas relações entre os três componentes (Universidade, Sistema Local de Saúde e Comunidade).

Os objetivos elencados por Lopes Júnior (2013), de *promoção da saúde e melhora da qualidade de vida*, para nós, na verdade, constituem os meios para se legitimar e alcançar um objetivo que exerce prioridade central em relação aos outros. Tal objetivo é a formação de profissionais da área da saúde alinhada com as novas

demandas postas estruturalmente pelo momento histórico de desenvolvimento do capital. Essas determinações, no entanto, devem permanecer ideologicamente escamoteadas e ocultadas. O que observamos na literatura, é, na verdade, uma campanha propagandista positiva em relação a tal programa.

Nesse contexto, a enfermagem foi incorporando – não sem questionamentos– tais pressupostos para a formação de seus profissionais. Lembrando que estamos nos referindo aqui a um processo, e como tal este é fruto das tensões objetivas da história. Dessa forma, as discussões sobre a mudança fenomênica curricular para a formação de enfermeiros no Brasil, que se iniciaram já na década de 1980, vieram se materializar na forma de documento curricular – mas não somente – com a aprovação do currículo mínimo de 1994¹¹², oficializado no parecer n. 314/94 do Conselho Federal de Educação (GALLEGUILLLOS; OLIVEIRA, 2001).

Sobre o currículo mínimo de 1994, Danielski (2009, p.18) aponta que

este estabelecia que a formação deveria ser de um profissional generalista crítico e reflexivo, com competência técnico-científica, ético-política, social e educativa, sem especializações precoces; devendo considerar no pensar/fazer do enfermeiro os conteúdos das ciências biológicas e humanas.

Já com relação às orientações econômicas e políticas contidas no currículo de 1994, o mesmo autor diz que existe nele

[...] o compromisso com a construção do conhecimento, articulando a formação ao mundo do trabalho, através da integração do ensino com os serviços, podendo o aluno integrar-se ao processo de produção em saúde. Pretende-se formar um profissional politicamente compromissado com os problemas de saúde e que compreenda a organização dos serviços e, para isso, os conteúdos do currículo devem estar voltados para os problemas da população, buscando a competência com qualidade técnico-política (DANIELSKI, 2009, p.19).

Entendemos, no entanto, que essa formação anunciada como sendo “para o mundo do trabalho”, não é outra se não, o mundo do trabalho orientado pela dinâmica do capital. Um profissional politicamente compromissado com os problemas de saúde e que compreenda a organização dos serviços, significa, sob nossa ótica, um profissional que não só execute as determinações da esfera produtiva, mas que também internalize essas determinações como se fossem suas.

¹¹² A necessidade de referenciar algumas considerações sobre o currículo de 1994 se dá por conta das DCENF derivarem substancialmente de tal proposta curricular e de suas múltiplas determinações.

Novamente, não queremos com isso negar os avanços que a proposta curricular de 1994 estabelece em relação às anteriores¹¹³, ou ainda, apontar a intencionalidade daqueles que as formularam e a analisaram. Nossa postura vai no sentido de investigar a materialidade do documento e a que função social ele atende.

Não poderíamos também analisar a formação profissional sem levar em conta a importante participação da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn). Desde a década de 1920, a ABEn vem atuando neste debate com diferentes enfoques.

Entretanto, foi no final da década de 1970, no contexto da modernização capitalista brasileira e diante da emergente necessidade de preparar profissionais para assumir a saúde para todos, que essa representação se tornou essencial para definir o compromisso político da categoria como prática social (MOURA *et al.*, 2006, p.443).

Nunca é demais lembrar que o slogan *ideologizante* presente em “A saúde para todos”, e trabalhado na ocasião pela ABEn¹¹⁴, mistificou aquilo que na verdade fora uma proposta ancorada nas determinações do capital no período histórico de sua formulação. A saúde, nesse caso, é “para todos”, porque como nunca antes, a necessidade de pessoas saudáveis e economicamente produtivas, como fala o próprio texto de Alma-Ata, se fazia, e se faz, imprescindível para as tentativas de remediação da crise estrutural do capital.

Nesse sentido,

a ABEn-nacional, através da sua Comissão de Educação organiza, portanto, o paradigma da construção coletiva da política nacional de educação em enfermagem [...]. No âmbito destas discussões, regionais e nacionais, as Escolas/Cursos de Enfermagem, no Brasil, compreenderam a necessidade de organizar o Fórum Nacional de Escolas de Enfermagem que se reuniu pela primeira vez por ocasião do 42º Congresso Brasileiro de Enfermagem, em Natal- RN, em 1990, e a partir daí, anualmente, por ocasião destes eventos (MOURA *et al.*, 2006, p.445).

Motivada por algumas mudanças na proposta curricular de 1994, feitas por parte do Conselho Federal de Educação (CFE) e não compartilhadas pela representação da categoria, a ABEn criou “[...] estruturas de articulação das escolas ligadas às ABEns seções/regionais, através das suas Diretorias de educação” (MOURA *et al.*, 2006, p.445). Esse fato culminou na criação do Seminário Nacional de Diretrizes para a

¹¹³ Avanços em relação ao enfoque que ela traz ao conceber importância na atenção primária da saúde. No que trata da problemática das reais necessidades humanas de saúde estarem sendo subjugada as demandas do capital, a proposta curricular não apresentou avanço significativo.

¹¹⁴ Aqui não temos elementos para apontar que o acolhimento de tais determinações econômicas fora internalizado propositalmente ou não pela ABEn. Como dito anteriormente, nossa investigação se volta à concretude dos fatos históricos.

Educação em Enfermagem (SENADEn), que objetiva ser um espaço para a definição de políticas de educação, para todos os níveis da enfermagem, bem como para elaboração de estratégias que viabilizem essas políticas, numa articulação da ABEn com as escolas, em seus espaços de atuação. Dessa forma, creditamos ao SENADEn uma importância constitutiva no processo de elaboração/implementação das DECENF, ainda que esta importância não possua caráter central.

Com isso, a enfermagem brasileira passou a contar com um momento oficializado e anual para refletir sobre as questões relevantes à formação de profissionais e sobre os conteúdos curriculares que direcionariam essa formação. Alertamos de antemão que nossa concepção do fenômeno destoava da dos demais autores citados até então, que enxergam o protagonismo da enfermagem em relação à efetiva tomada de decisão de quais conteúdos deveriam ser oferecidos aos estudantes de enfermagem. A nosso ver, o resultado final sempre tem sido uma incorporação, dialética, por tanto fruto de tensões, envolta em mecanismos ideológicos, que faz com que, em última análise, sejam conservadas centralmente as demandas do capital para a formação de profissionais da saúde.

Pontuando alguns dos momentos mais decisivos dos SENADEn, destacamos inicialmente o segundo seminário realizado em Florianópolis no ano de 1997. Nele, foram levantadas as

[...] dificuldades na implementação dos novos currículos, seguindo o currículo mínimo, sendo que, naquele momento, já havia ocorrido mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), substituindo a exigência de um currículo mínimo pela presença de diretrizes curriculares na graduação (CHIRELLI, 2002, p.20).

A lógica de um sistema estatal de formação profissional compreende a articulação entre várias determinações e tem que ser compreendida na dialética do singular-particular-universal. É assim que apreendemos o processo de *curricularização* de enfermagem. Estamos nos referindo precisamente à existência de uma política nacional de educação que deve abarcar e servir de parâmetro para a particularidade de cada categoria profissional. Nesse sentido, faz-se necessário, antes de seguirmos com a questão da formação nacional de enfermeiros, analisarmos o quadro geral da política educacional no Brasil, pois não seria possível apreender em suas determinações mais gerais, as propostas discutidas nos SENADEn e conseqüentemente postas nas DECENF, sem uma análise – mínima que seja – da LDB de 1996.

Segundo Lacks (2004, p.68), a partir de 1995 com o início do governo de Fernando Henrique Cardoso “uma série de medidas, no âmbito educacional, foram adotadas para adequar o Brasil aos ajustes estruturais e as orientações do Consenso de Washington”, dentre elas a LDB/96. Essas medidas se colocavam no sentido de adequar a realidade educacional brasileira ao padrão de competitividade imposto pelo movimento de globalização do capital, objetivando centralmente a qualificação profissional.

As indicações teórico-metodológicas “para essa nova formação vêm do relatório da UNESCO, denominado ‘Jacques Delors – Educação: um tesouro a descobrir’” (LACKS, 2004, p.68).¹¹⁵ Tal relatório apresenta aquilo que deveriam ser “os quatro pilares para a educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto aos outros, aprender a ser” (LACKS, 2004, p.69). Os quatro pilares deveriam ser garantidos via política estatal, a fim de materializar uma prática educacional “subjéctiva, instrumentalizadora e flexível” (*idem, ibidem*).

Entretanto, para nós, e aí comungando mais uma vez do pensamento de Lacks (2004, p.69), a LDB de 1996 visava adequar a formação profissional “ao atendimento das demandas de um mercado globalizado”. São as demandas do capital em crise “que determinam as competências e habilidades a serem desenvolvidas” nos futuros profissionais, bem como as “cargas horárias, avaliações e organização institucional e pedagógica das instituições formadoras” (*idem, ibidem*).

A relação entre a LDB de 1996 e as propostas de modificação dos conteúdos curriculares da enfermagem a partir da promulgação da primeira, é indissociável. Nesse sentido, retornemos a análise do 2º SENADEn, que marcou o início da discussão das propostas para a formação profissional de enfermeiros à luz da LDB. De acordo com Chirelli (2002, p.20):

No evento, retomou-se a discussão sobre a necessidade de formar profissionais preparados para o próximo século, tendo como contexto a globalização. Durante o seminário, Minayo apontou que, em função da globalização, o mundo do trabalho é o setor em que as mudanças se fazem mais presentes. O avanço científico e tecnológico coloca, nesse momento histórico, o conhecimento como a força produtiva por excelência, exigindo uma (re)discussão dos processos de formação dos recursos humanos para que esses possam ser inseridos num mercado de trabalho em constante transformação.

¹¹⁵ Uma análise mais aprofundada sobre as implicações dessa concepção de educação será elencada a seguir quando discutiremos a pedagogia das competências.

A preocupação de Minayo, reproduzida por Chirelli (2002), constitui em nosso entendimento, aquilo que na realidade é a essência da mudança dos conteúdos do currículo de enfermagem no Brasil. A força que exerce caráter centralmente movente em tal processo são as determinações do novo momento histórico do capital, expressas nas demandas do mercado de trabalho, incorporadas como políticas públicas educacionais no Brasil e posteriormente refratadas para a matriz curricular da formação profissional de enfermagem.

De certa forma, notamos nos estudos de Chirelli (2002) e Moura *et al.* (2006) uma insatisfação atribuída à categoria de enfermagem com relação ao modelo de “Enquadramento das Diretrizes Curriculares”, apresentado pelo Ministério da Educação e do Desporto, quando da publicação do Edital 4/97 – SESU/MEC” (MOURA *et al.*, 2006, p.445).

O principal motivo de insatisfação da categoria, de acordo com Chirelli (2002, p.20) se dava por considerar que as diretrizes curriculares propostas pela Comissão de Especialistas de Ensino de Enfermagem (CEEEnf) restabeleciam “uma formação através das habilitações, retomando a fragmentação dos conteúdos durante a graduação”. Tinha ainda o fato de que a referida proposta, apesar de se ter uma “descrição técnica do perfil e competências para a formação do enfermeiro, a qual se colocava como inovadora e compromissada com os problemas sociais”, ainda “apresentava-se fragmentada, não possibilitando a flexibilização para que cada curso pudesse implementar seu projeto, desarticulando o ensino, a pesquisa e a integração com o serviço e a comunidade” (*idem, ibidem*). Outro ponto de discordância era o da “afinidade com as demandas por um mercado de trabalho voltado para as especializações”, quando na verdade “essas deveriam estar colocadas após a formação de base generalista” (*idem, ibidem*).

Moura *et al.* (2006, p. 446), por sua vez, apontavam que

percebia-se a necessidade de ampliação dos conceitos e mudanças estruturais que fizessem retroceder os princípios neoliberais objetivados nas propostas contidas nos “Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs” (ensino médio) e nas “Diretrizes Curriculares para o Ensino Superior”, emanadas do Conselho Nacional de Educação, antigo CFE.

De acordo com os mesmos autores, tais documentos

representavam uma tentativa de inserir uma nova lógica para o ensino das profissões, com flagrante incorporação de mecanismos que, na linguagem do setor produtivo, propunham a reaplicabilidade, a refuncionalidade e

qualificação tecnicista, num retorno “inovado” à teoria do capital humano. Neste sentido, contrariava o projeto da enfermagem que havia sido construído, coletivamente, ao longo dos últimos anos (MOURA *et al.*, 2006, p.446).

Diante de tal conjuntura, o 3º SENADEn, realizado no Rio de Janeiro em 1998, teve nas discussões de uma proposta curricular alinhada aos ditames da LDB seu enfoque principal. Especificamente, o objetivo central do referido seminário foi o de se posicionar em relação à demanda vinda do MEC, por meio do Edital MEC/SESu 04/97 (MOURA *et al.*, 2006) (CHIRELLI, 2002).

Destarte, “durante o 51º Congresso Brasileiro de Enfermagem (CBEn), realizou-se uma discussão na Reunião Nacional de Cursos e Escolas de Graduação em Enfermagem, da qual resultou a elaboração da Carta de Florianópolis” (CHIRELLI, 2002, p.22). No referido documento, a categoria expôs a insatisfação e discordância com a proposta inicial de “Enquadramento das Diretrizes Curriculares” apresentada pelo MEC.

Assim, de acordo com Moura *et al.* (2006, p.446), a síntese das reivindicações contidas no texto da Carta de Florianópolis,

[...] ao discutir “flexibilização curricular” a categoria discorda do encaminhamento proposto e entende, unicamente, como a possibilidade de se ter estruturas curriculares dinâmicas, no sentido de possibilitar contínuas reformulações, ajustes e atualizações que viessem a garantir o redimensionamento da formação profissional adequando-a: às constantes transformações e inovações científicas e tecnológicas; às tendências do mercado de trabalho; às exigências da evolução dos serviços de saúde; e, sobretudo, às necessidades demográficas e epidemiológicas da população nas regiões onde os cursos estão inseridos. Além disso, insiste na necessidade de garantir a formação geral do bacharel em enfermagem com terminalidade na graduação, rejeitando as habilitações.

Cabe aqui uma análise mais apurada das tensões entre as reivindicações da categoria de enfermagem, representada pela ABEn, e da proposta inicial de “Enquadramento” atribuído ao MEC. Notemos que, de acordo com Chirelli (2002) e Moura *et al.* (2006), havia uma certa insatisfação, por parte da categoria, com relação à proposta de “enquadramento” e com relação à formação nos moldes tecnicistas voltadas para as demandas no modelo neoliberal e a fragmentação dos conteúdos. O que para nós é uma reivindicação importante e cabível. Entretanto, ao propor medidas para incidir no problema em questão, a representação da categoria age dentro da limitação da racionalidade ideológica burguesa.

Dessa forma, materializa proposições que, no máximo, constituem um rearranjo de técnicas, metodologias e conteúdos dentro do currículo, o que não é capaz de superar sua estrutura e função social genética no capitalismo. Ou seja, ao contrapor uma formação estritamente baseada no sistema produtivo com pressupostos neoliberais, por uma “flexibilização” que garanta adequação “às constantes transformações e inovações científicas e tecnológicas; às tendências do mercado de trabalho; às exigências da evolução dos serviços de saúde; e às necessidades demográficas e epidemiológicas da população nas regiões onde os cursos estão inseridos”, a representação da categoria de enfermagem propõe uma alteração apenas na forma do currículo, sua substância fundamental, sua essência, sua função social, que é historicamente o atendimento das demandas do capital através do *cuidado de Enfermagem*, permanecem intactas.

Entendemos que esse tipo de “flexibilização”, preterida na Carta de Florianópolis, é totalmente alinhado e necessário à nova realidade instável de crise estrutural do sistema do capital, que cada vez mais impõe seu movimento altamente dinâmico e contraditório para os diversos ramos produtivos e complexos sociais. Ao que parece, a representação da categoria de enfermagem, ao se opor a uma determinada lógica – nesse caso, à lógica neoliberal – propõe apenas uma roupagem mais branda e “humana” para esta, e não a sua total superação.

Com isso, não se nega o fato de haver certa resistência por parte da enfermagem com relação às medidas neoliberais, no entanto, não alimentamos ilusões de que essas novas propostas são contrárias, em sua essência, ao complexo racional e ideológico neoliberal. Elas são, na verdade, outros meios para o atendimento dos mesmos fins, a saber: a intensificação da extração de mais-valia e a alienação do trabalho e do trabalhador, bem como todas as condições decorrentes das primeiras.

Parece-nos, então, razoável classificar a posição da representação da ABEn àquele tipo de posição ideológica demonstrada por Mészáros (2004, p.67,68), que

[...] revela acertadamente as irracionalidades da forma específica de uma anacrônica sociedade de classes que ela rejeita a partir de um novo ponto de vista. Mas sua crítica é viciada pelas contradições de sua própria posição social – igualmente determinada pela classe, ainda que seja historicamente mais evoluída.

A questão torna-se ainda mais expressiva se tomarmos o exemplo do 5º SENADEn. Uma vez que este

[...] foi ancorado nos pressupostos dos quatro pilares do processo da pedagogia para o século XXI: saber, saber fazer, saber ser e saber conviver, que envolvem uma visão de mundo e concepção sobre educação. Visão esta que se estende para os sujeitos do processo e também para o sistema de avaliação (MOURA *et al.*, 2006, p.446).

Nossa compreensão é de que os quatro pilares da educação para o século XXI são compatíveis com o atendimento das demandas do momento histórico do capital em crise. Temos aí que a representação da enfermagem tentou contrapor uma proposta neoliberal com outra substancialmente de mesmo caráter.

Nesse sentido, não podemos concordar com Moura *et al.* (2006, p.446), quando afirmam que “no caso da enfermagem a visão da educação, firmada na base da organização do processo de trabalho e na sua articulação com o SUS, consegue contrapor-se à idéia da formação técnica e profissional por competências e a outras propostas corporativistas”. Ao contrário, ancorado em um discurso ideológico mistificante do “mais humano”, como é o caso em questão, essa visão de educação é ainda mais reforçada.

Cabe lembrar que as discussões curriculares continuaram no 52º Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado em Recife-PE. No referido evento “a recém empossada Comissão de Especialistas em Enfermagem tomou como base e aprovou, na íntegra, a ‘Carta de Florianópolis’, encaminhando-a à SESU/MEC (MOURA *et al.*, 2006, p.446). Posteriormente, são consolidadas pelo Parecer nº 1133/2001, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior (CNE/CES) as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem. Em 7 de novembro de 2001 foi aprovada a Resolução CNE/CES nº 03 (MALISKA *et al.*, 2011).

De acordo com o próprio documento das DECENF, “a presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem, a serem observadas na organização curricular das Instituições do Sistema de Educação Superior do País”. Bem como

[...] definem os princípios, fundamentos, condições e procedimentos da formação de enfermeiros, estabelecidas pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, para aplicação em âmbito nacional na organização, desenvolvimento e avaliação dos projetos pedagógicos dos Cursos de Graduação em Enfermagem das Instituições do Sistema de Ensino Superior (BRASIL, 2001, p.1).

Chegamos então aos parâmetros curriculares que devem nortear o ensino institucionalizado para a formação de enfermeiros no Brasil. Notemos, pois, que o

aparente discurso de flexibilidade anunciado pelas Diretrizes esbarra na materialidade do caráter de eixo norteador do documento. A suposta liberdade que possuem as Instituições de Ensino Superior, para a elaboração de seus Projetos Pedagógicos, não transcende a esfera do discurso mistificador de uma liberdade que é em suma, situada e limitada.

As análises e exposições realizadas, até o momento, nos permitem observar que o processo histórico em que são forjadas as DCENF sempre esteve de alguma forma, orientado a partir das demandas do sistema do capital em crise e de seus rebatimentos na e para a saúde, para a educação e para o Estado. Destacamos também a decisiva participação de mecanismos ideológicos em todo o processo, principalmente na legitimação e internalização de tais demandas. De forma que, mesmo quando em alguns momentos e espaços fora esboçada “certa resistência” às determinações mais expoentes do capital, o que se conseguiu foi, no máximo, mudar a direção para se chegar ao mesmo local. Em outras palavras: mudaram-se alguns métodos, conceitos e teorias, ou seja, as expressões mais fenomênicas, ao passo que a essência do currículo, que é o atendimento histórico das demandas do capital por parte cuidado e da cientificidade de enfermagem, permanecera inviolada.

Continuaremos nossa análise buscando desvelar a relação entre o projeto societário burguês e o documento que institui as DCENF, bem como os possíveis rebatimentos ideológicos que essa relação pode acarretar na formação de enfermeiros no Brasil, no âmbito da luta de classes.

3.2 A RELAÇÃO ENTRE PROJETO SOCIETÁRIO BURGUEÊS E AS DCENF

“[...] defendemos que um tratamento histórico-ontológico da questão do papel da educação na sociedade capitalista e do ensino de Enfermagem, em particular, pode apontar para uma condição de assujeitamento da profissão à ordem estabelecida, não colocando em perspectiva a sua radical superação. Nesse contexto, consideramos que o ensino de Enfermagem no Brasil ainda não dispõe de um acervo teórico próprio, radicalmente crítico, que possibilite uma formação profissional comprometida com um projeto de sociedade e de profissão, que se proponha a superar por completo as amarras do capitalismo e de todas as suas mediações”.

Sóstenes Silva e Fillipe Cavalcanti

Aqui nos propomos a analisar as expressões centrais da materialização do *projeto societário* burgueês nas DCENF. Para tal, partimos da noção – já apontada – que toda proposta curricular materializa um projeto específico de sociedade. Nesse sentido, achamos prudente retomar a noção de projeto societário.

Sabemos que os projetos societários são aqueles projetos que objetivam construir uma determinada imagem de sociedade. Para isso “reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la” (NETTO, 1999, p.2). Numa sociedade dividida em classes, “os projetos societários são, necessária e simultaneamente, projetos de classe, ainda que refratem mais ou menos fortemente determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnicas etc.)” (*idem, ibidem*). Os projetos societários comportam fundamentalmente uma dimensão política, “que envolve relações de poder” ¹¹⁶ (*idem, p.3*).

Netto (1999, p.3) chama a atenção que os projetos societários não são estruturas rígidas, inflexíveis. Segundo ele,

¹¹⁶ Netto (1999, p.3) explica que “[...] esta dimensão não pode ser diretamente identificada com posicionamentos partidários, ainda que se considere que os partidos políticos sejam instituições indispensáveis e insubstituíveis para a organização democrática da vida social no capitalismo contemporâneo”.

a experiência histórica demonstra que, tendo sempre em seu núcleo a marca da classe social a cujos interesses essenciais respondem, os projetos societários constituem estruturas flexíveis e cambiantes: incorporam novas demandas e aspirações, transformam-se e se renovam conforme as conjunturas históricas e políticas.

Com isso, compreendemos que os projetos societários agregam, historicamente, elementos postos pela dialética das determinações objetivas, mas que nitidamente conservam elementos essenciais. De forma análoga, podemos comparar com as expressões históricas do capitalismo: apesar das particularidades entre as formas assumidas pelo capitalismo ao longo do tempo, algumas determinações lhe são estruturais (trabalho assalariado, produção de mais-valia, antagonismos sociais) e conseguem permanecer ao longo desse desenvolvimento. Logo, apesar de pressupormos que o *projeto societário* materializado nas DCENF agregue determinações da crise estrutural do capitalismo, e que inclusive algumas dessas determinações são inéditas, ele tem em seu núcleo fundamental a marca da classe social burguesa no atendimento de seus interesses essenciais, leia-se: a reprodução ampliada e a acumulação de capital.

No caso particular dessa pesquisa, limitamos a investigação da relação do projeto societário com as DCENF a basicamente três questões: *proposta pedagógica* preconizada, tipo de *formação política e espaço de atuação*. Com isso assumimos o risco de não investigar outras questões fundamentais, mas entendemos que tais quesitos refletem aquilo que de mais fundamental se coloca nas seguintes perguntas elementares¹¹⁷: que condições sociais requisitam tal perfil e a que interesses atendem?

Adiantamos que as respostas a tais questionamentos não se apresentam imediatamente dadas no próprio documento. Isso se deve, pelo que entendemos, por motivos ideológicos, pois como alertou Duarte (2001, p.70), “os intelectuais a serviço do capital internacional são mestres na utilização de um discurso repleto de termos vagos que escondem os compromissos ideológicos”. Destarte,

para melhor explicitar esta assertiva, recorro a Marx (1978), para quem a realidade não se limita ao imediatamente perceptível. Referindo-se ao estudo de dado objeto, em seu caso a economia política, Marx considera que o contato direto e imediato com o real não possibilita ao pensamento a sua fidedigna apreensão. O contato direto possibilita apenas a percepção aparente desta realidade, ou seja, as representações primárias decorrentes da projeção dos fenômenos externos na consciência dos homens e que se desenvolvem à superfície da essência do próprio fenômeno. Para que esta essência possa ser

¹¹⁷ Tais questões não configuram uma pergunta científica diferente daquela colocada na introdução, ao contrário, elas a reforçam. Optamos por colocá-las aqui, nesse ponto, no intuito de facilitar o entendimento do leitor.

revelada, a única via de acesso possível é a análise, pela qual se buscará o conhecimento do objeto no conjunto de suas propriedades e sínteses de múltiplas determinações, isto é, em toda sua complexidade (MARTINS, 2012, p.55).

Nossa tarefa é então analisar as determinações centrais e o que há para além do discurso – que é ideológico – presente nas DCENF, é apreender sua base material. O documento que institui as DCENF estabelece como perfil do formando egresso/profissional:

Enfermeiro, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva. Profissional qualificado para o exercício de Enfermagem, com base no rigor científico e intelectual e pautado em princípios éticos. Capaz de conhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde-doença mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional, com ênfase na sua região de atuação, identificando as dimensões bio-psico-sociais dos seus determinantes. Capacitado a atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano [...]

A priori, o perfil estabelecido pelas diretrizes comporta questões que vão no sentido de um desenvolvimento de profissão alinhado às necessidades humanas. Entretanto, observamos que essa roupagem “humana”, contida nas diretrizes, mascara ideologicamente determinações que são do capitalismo em crise estrutural. Nesse sentido, temos nas contradições contidas no próprio documento o ponto central de nossas análises.

3.2.1 A formação das competências: o “canto da sereia”¹¹⁸ internalizado para a formação de enfermeiros no Brasil

Tentando dar resposta a quais condições sociais requisitam o perfil profissional pretendido pelas DCENF e quais interesses este perfil procura atender, acreditamos ser

¹¹⁸ Segundo a lenda folclórica, a sedução provocada pelas sereias era através do canto. Os marinheiros que eram atraídos pelo seu canto e se aproximavam o bastante para ouvir seu belíssimo som, descuidavam-se e naufragavam. Usamos a metáfora do canto da sereia, por entendermos que a pedagogia das competências, tal como o canto, se apresenta de forma sedutora, mas que oculta alguns problemas importantes.

razoável analisar qual a concepção pedagógica posta, segundo as DCENF, para o processo de formação profissional dos enfermeiros brasileiros.

Com relação à indicação de qual concepção pedagógica deve nortear o processo formativo de seus aprendentes, o texto que institui as DCENF é nítido¹¹⁹. A formação do enfermeiro, segundo as DCENF, tem por objetivo dotar o profissional de *competências e habilidades* através de um processo pedagógico ancorado essencialmente na proposta pedagógica do *aprender a aprender*. Com efeito, é através dos pressupostos – explícitos e implícitos – contidos nessa pedagogia e na noção de competências que os conteúdos curriculares devem ser transmitidos aos aprendentes.

Pressupomos que a expressão referencial *aprender a aprender* e a noção de competências se articulam na política pública educacional brasileira. Entretanto, à nível de organização didática, optamos em analisar primeiramente as contemporâneas pedagogias do *aprender a aprender*, para depois discorrermos sobre a noção de competências.

O texto das DCENF em seu artigo 4º diz que

os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais de saúde devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação por meio de redes nacionais e internacionais (BRASIL, 2001, p.2).

O artigo 14º em seu parágrafo V, também nessa direção, traz que a implementação da metodologia no processo ensinar-aprender da formação dos enfermeiros, precisa estimular o aluno a refletir “sobre a realidade social e aprenda a aprender” (*idem*, p.5). O parágrafo VI do mesmo artigo corrobora no mesmo sentido, apontando para a necessidade da

[...] definição de estratégias pedagógicas que articulem o saber; o saber fazer e o saber conviver, visando desenvolver o aprender a aprender, o aprender a ser, o aprender a fazer, o aprender a viver juntos e o aprender a conhecer que constitui atributos indispensáveis à formação do Enfermeiro (*idem*, p.6).

¹¹⁹ Identificamos seis momentos em que se foi feita referência à formação de competências no documento das DCENF. São eles: o quarto artigo, o segundo parágrafo do quarto artigo, o quinto artigo, o inciso primeiro do sexto artigo, o inciso segundo do sexto artigo, o inciso segundo do décimo artigo e o inciso primeiro do décimo quinto artigo.

Partimos do entendimento que a expressão referencial *aprender a aprender* não é um fenômeno pedagógico essencialmente novo, mas sim uma roupagem atualizada da pedagogia construtivista, que particularmente no Brasil, se expressou no movimento escolanovista. (DUARTE, 2001)

Segundo Duarte (2001, p.51, 52, grifos da obra)

uma das formas mais importantes, ainda que não a única, de revigoração do ‘aprender a aprender’ nas duas últimas décadas foi a maciça difusão da epistemologia e da psicologia genéticas de Jean Piaget como referencial para a educação, por meio do movimento construtivista que, no Brasil, tornou-se um grande modismo a partir da década de 1980, defendendo princípios pedagógicos muito próximos aos do movimento escolanovista. Mas o construtivismo não deve ser visto como um fenômeno isolado ou desvinculado do contexto mundial das duas últimas décadas. Tal movimento ganha força justamente no interior do aguçamento do processo de mundialização do capital e de difusão, na América Latina, do modelo econômico, político e ideológico neoliberal e também de seus correspondentes no plano teórico, o pós-modernismo e o pós-estruturalismo. É nesse quadro de luta intensa do capitalismo por sua perpetuação, que o [...] ‘aprender a aprender’ é apresentado como a palavra de ordem que caracterizaria uma educação democrática.

Assim, o construtivismo pedagógico, transvestido de *aprender a aprender*, ressurge como uma proposta totalmente alinhada às determinações postas pela crise estrutural do sistema do capital.

Nesse sentido, Batista e Alves (2009, p.9) apontam para necessidade colocada pelo novo padrão do capitalismo – derivado de sua crise estrutural – de um novo tipo de trabalhador que “seja capaz de aliar qualificação (saber-fazer) a um conjunto de atributos pessoais (saber ser)”. O trabalhador pretendido por essa nova realidade deve ser, em moldes capitalistas, flexível e polivalente; deve agora possuir competências “[...] não voltadas para um posto específico de trabalho, pois, neste contexto, não se exige apenas o ‘saber-fazer’ do trabalhador, o que se exige são características gerais de caráter comportamentais, as denominadas atitudes, ou seja, ‘saber-ser’” (*idem, ibidem*).

A educação nesse contexto é mais uma vez fundamental. Atrelada ao papel de maximização da exploração do trabalho, a pedagogia do *aprender a aprender* se coloca como um dos meios para se atingir três objetivos básicos da formação profissional no seio da sociedade do capital. São eles: “o aumento da produtividade, a formação técnica e a conformação normativa de comportamentos, atitudes e valores” (MACHADO, 1995, p.45).

Uma vez compreendida a conjuntura que requisita e se insere a pedagogia do *aprender a aprender*, partiremos para análise interna dessa pedagogia, bem como seus posicionamentos valorativos. Para tal empreitada, seguimos principalmente as indicações de Duarte (2001; 2012b), segundo o qual o *aprender a aprender* comporta centralmente quatro posicionamentos valorativos que derivam substancialmente do “fetichismo da individualidade”.

De acordo com Duarte (2012b, p.11, 12),

[...] é próprio do fenômeno do fetichismo que o ser humano se submeta ao domínio de algo que ele atribui poderes. No caso do fetichismo da individualidade, o que ocorre é que em vez da individualidade ser considerada fruto de um processo educativo e auto-educativo deliberado, intencional, ela é considerada algo que comanda a vida das pessoas e em consequência, comanda as relações entre as pessoas e a sociedade. Mesmo que o fetichismo da individualidade em nome da liberdade individual, como é o caso das várias formas assumidas pela ideologia liberal, o seu resultado é a negação da liberdade. Um exemplo bastante claro disso é o das correntes pedagógicas que advogam que a educação deva submeter-se ao desenvolvimento espontâneo de cada pessoa, desde a educação infantil até o ensino universitário. Essas pedagogias, todas apoiadas na ideologia liberal, mesmo quando disso não tenham consciência, aparentam ser promotoras da liberdade mas, na verdade, escravizam as pessoas à espontaneidade de processos sociais e naturais.

A principal consequência desse fetichismo para a educação é tomar o conhecimento como “uma representação particular de um mundo reduzido, isto é, tomado também de modo particular”. Dessa maneira, “inexiste um conhecimento objetivo, elaborado pelo gênero humano, a ser apropriado pelos indivíduos como condição básica para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores” (MARTINS, 2012, p.64). A subjetivação e particularização do conhecimento, em nome de um pluralismo teórico metodológico, “encerram um esvaziamento e um empobrecimento acerca da própria possibilidade de um saber racional, objetivo e universal sobre a realidade humana [...]” (*idem*, p.65).

Esse modo de conceber o conhecimento

[...] embora sendo anti-dogmático, o que é uma virtude, não deixa de ser uma forma de relativismo e de ecletismo, uma vez que seu fundamento está na subjetividade e não na objetividade. Em consequência, na sua forma concreta atual, representa uma solução inteiramente equivocada e anti-científica (TONET, 2004, p.212).

Fato esse que muito interessa a sociabilidade vigente, uma vez que essa abordagem lança uma visão ideológica de mundo que tende a esconder aquilo que é essencial e revelar apenas a aparência. Nesse sentido, contribui para a manutenção da

hegemonia da concepção liberal-burguesa de homem, de sociedade e educação (DUARTE, 2001).

Com relação aos posicionamentos valorativos contidos na expressão referencial *aprender a aprender*, o primeiro identificado

[...] seria o de que as aprendizagens que o indivíduo realiza por si mesmo, nas quais está ausente a transmissão, por outros indivíduos, de conhecimentos e experiências, é tida como mais desejável. Aprender sozinho seria algo que contribuiria para o aumento da autonomia do indivíduo, ao passo que aprender algo como resultado de um processo de transmissão por outra pessoa seria algo que não produziria a autonomia e, ao contrário, muitas vezes até seria um obstáculo para a mesma (DUARTE, 2001, p. 56, 57).

Com relação ao fato de considerar que a educação escolar deva propiciar no aluno a busca por si mesmo de novos conhecimentos, a autonomia intelectual, a liberdade de pensamento e de expressão, não nos opomos. Ao contrário, achamos ser essa uma postura desejável e primária do ato educativo. Em nosso entendimento, o problema reside na postura contida no *aprender a aprender*, que anuncia que as aprendizagens que o indivíduo realiza sozinho são mais desejáveis do que aquelas que ele realiza por meio da produção de conhecimentos por outras pessoas. Ora, todo conhecimento é socialmente histórico, as pessoas aprendem centralmente a partir do contato social com outros membros do gênero para posteriormente terem a mínima noção de que precisam buscar por si. É a aprendizagem que puxa dialeticamente o desenvolvimento, não o contrário. Relegar o conhecimento ao espontaneísmo é retirar a matriz histórica da produção do conhecimento, e a retirada do caráter histórico dos conteúdos a serem internalizados favorece ideologicamente ao sistema do capital, visto que este é tomado como natural¹²⁰ e eterno.

Além dessa questão, esse posicionamento valorativo do *aprender a aprender* fomenta uma responsabilização do profissional, nesse caso do enfermeiro, pela sua própria formação, pela busca de sua qualificação e conseqüentemente pelo seu fracasso ou sucesso. Tira-se assim a responsabilidade do modelo organizacional da vida e coloca-se no plano individual, no trabalhador. É derivada dessa condição o fato de que nas DCENF vem a orientação explícita de que os profissionais de saúde, além de

¹²⁰ A naturalização aqui não significa “[...] retorno à natureza, mas sim a consideração como natural aquilo que é histórico, produto do desenrolar histórico das relações sociais. O recurso à naturalização contém com frequência, também o processo de universalização a-histórica de determinadas características específicas da sociedade capitalista” (CAVALCANTE, 2007, p.90). A naturalização das relações sociais se coloca a partir disso como uma estratégia de apagamento dos conflitos de classe.

aprender a aprender, precisam ter “responsabilidade e compromisso com a sua educação”.

O segundo posicionamento valorativo contido na pedagogia do *aprender a aprender*,

trata-se da idéia de que é mais importante o aluno desenvolver um método de aquisição, elaboração, descoberta, construção de conhecimentos, do que aprender os conhecimentos que foram descobertos e elaborados por outras pessoas. É mais importante adquirir o método científico do que o conhecimento científico já existente (DUARTE, 2001, p.58).

Duarte (2001, p.58) chama a atenção para a indissociabilidade dos dois primeiros posicionamentos valorativos, “pois o indivíduo, nessa concepção, só poderia adquirir o método de investigação, só poderia ‘aprender a aprender’ por meio de uma atividade autônoma”. Isso se configura, de acordo com Saviani (*apud* DUARTE, 2001, p.60),

[...] no paradoxo em que desemboca a escola nova; a contradição interna que atravessa de porta a porta sua proposta pedagógica; de tanto endeusar o processo, de tanto valorizá-lo em si e por si, acabou por transformá-lo em algo místico, uma entidade metafísica, uma abstração esvaziada de conteúdo.

Essa concepção que hipervaloriza o método em detrimento do conteúdo, persegue o objetivo de proporcionar ao aluno a construção de “suas próprias verdades”, o que desemboca inevitavelmente num relativismo teórico problemático. Dessa forma, “articula-se também a idéia de que uma educação democrática não pode privilegiar uma determinada concepção ideológica, política etc. Uma educação democrática seria uma educação relativista” (DUARTE, 2001, p.60).

A analogia feita por Mészáros (2004, p.302) sobre a problemática da hipervalorização do método é por demais oportuna. Em suas palavras:

esta prática consiste em afiar a faca metodológica recomendada até que nada reste a não ser o cabo, quando então uma nova faca é adotada com o mesmo propósito, pois a faca metodológica ideal não se destina a cortar, mas apenas a ser afiada, interpondo-se assim entre a intenção crítica e os objetos reais da crítica, que acaba por eliminar enquanto prossegue a atividade pseudocrítica de afiar por afiar a faca. E é exatamente este seu propósito ideológico inerente.

Tomando por noção algumas considerações de Piaget¹²¹, um dos maiores expoentes do *aprender a aprender*, Duarte (2001, p.61) aponta que este em última

¹²¹Nos referimos ao seguinte trecho: “certamente não nos cabe prescrever à criança um ideal novo: não sabemos como será a sociedade de amanhã. Não cabe a nós inculcar na criança um ideal político, um

instância “[...] pretende adotar uma postura neutra [...] pretende apenas abordar de forma objetiva (por ele identificada como neutra), a questão dos procedimentos da educação moral e das implicações desses procedimentos”.

É aí que podemos ver mais claramente a orientação social implícita em todo o procedimento. Longe de oferecer um espaço adequado para a investigação crítica, a adoção geral do quadro metodológico pretensamente neutro equivale, de fato, a consentir em não levantar as questões que realmente importam. Em vez disso o procedimento metodológico “comum” estipulado consegue apenas transformar o “discurso racional” da prática dúbia da produção da metodologia pela metodologia (MESZÁROS, 2004, p.32)

Compreendemos ainda que essa “postura neutra” contida no *aprender a aprender*, além de equivocada, é ideologicamente conservadora. Isso porque

[...] a teoria social não é externa aos determinantes ideológicos do condicionamento social de “feedback” institucional, mas interna a eles. É essa complexa dialética de caráter simultaneamente “externo” e “interno”, “crítico” e “autocrítico”, “desvinculado” e “plenamente envolvido”, “negativo” e “auto-afirmativo” etc. da teoria social significativa e relevante em termos históricos – em oposição às pretensões inteiramente ideológicas da “ciência social axiologicamente neutra” – que a capacita a ser tanto efetiva ideologicamente quanto válida cientificamente, em consonância com as condições sócio-históricas mutáveis de sua esfera de atuação (MÉSZÁROS, 2008b, p.54).

Toda postura neutra tende a não questionar a sociabilidade ou o paradigma vigente, essa concepção de ver os fenômenos do alto, ao não questionar e a apenas acompanhar o movimento imposto, conserva o atual estado das coisas. Daí a concepção marxiana de que toda neutralidade, numa sociedade dividida em classes, se coloca ao lado do projeto societário da classe dominante. Ou seja, tomar uma posição neutra é naturalmente tomar uma posição conservadora. No caso da enfermagem, podemos exemplificar essa condição quando ao não construir uma crítica radical, ainda que em termos acadêmicos, que se defronte com os problemas de saúde postos pela reprodução do capital, a categoria, bem como seu processo formativo, se colocam em sentido apenas de “socorrer as vítimas da sociedade” ou no máximo de melhoramento do que está posto. Dessa forma, passa a impressão de que os questionamentos ao capitalismo e suas mazelas, na perspectiva de superação dessa ordem, não fazem parte do cuidado e da cientificidade da profissão.

ideal econômico, um ideal social demasiado preciso. O que devemos lhe fornecer é simplesmente um método, um instrumento psicológico fundado na reciprocidade e na cooperação” (PIAGET *apud* DUARTE, 2001, p. 60).

O terceiro posicionamento valorativo materializado no *aprender a aprender* trata do “[...] princípio segundo o qual a atividade do aluno, para ser verdadeiramente educativa, deve ser impulsionada e dirigida pelos interesses e necessidades da própria criança” (DUARTE, 2001, p.63) ¹²². Isso implica numa depreciação do papel do professor e do conteúdo clássico historicamente acumulado, em uma inversão da realidade. A questão pauta-se no subjetivismo da vontade criança e não na objetividade posta pela reprodução social dos homens. Isso desemboca num crescente relativismo e em todas as implicações que a pouco expomos.

O quarto posicionamento valorativo do *aprender a aprender* concebe que “[...] a educação deve preparar os indivíduos para acompanharem a sociedade em acelerado processo de mudança” (DUARTE, 2001, p.64)¹²³. Essa condição se assenta no pressuposto da dinamicidade, o que numa perspectiva ontológica não se configuraria negativamente ao desenvolvimento humano, a negatividade surge quando o acompanhamento – que no sentido contido no *aprender a aprender* é acompanhamento essencialmente passivo – é “na” e “para a” sociabilidade capitalista como um todo.

O “aprender a aprender” aparece assim na sua forma mais crua, mostra assim seu verdadeiro núcleo fundamental: trata-se de um lema que sintetiza uma concepção educacional voltada para a formação da capacidade adaptativa dos

¹²² “O educador francês M. A. Bloch, em livro publicado originalmente em 1948 e traduzido para o português em 1951, intitulado *A Filosofia da Educação Nova*, defende que a pedagogia escolanovista, ao ser conhecida como “escola ativa”, acabou em vários momentos por ser erroneamente reduzida a uma pedagogia na qual o aluno apresentaria uma atividade externa, em oposição ao caráter de imobilidade do aluno na escola tradicional. Bloch entendia, apoiado em Claparède e em Dewey, que o diferenciador entre a Escola Nova e a escola tradicional, mais do que a simples realização de atividades pelos alunos, residia naquilo que moveria a realização dessas atividades, isto é, a educação nova seria caracterizada justamente pelo fato de a atividade da criança ser movida por seus próprios interesses e necessidades”(DUARTE, 2001, p.63, 64).

¹²³ Tal posicionamento é fornecido pelo português Vítor da Fonseca, Segundo ele: “A miopia gerencial e arrogante e a resistência à mudança, que paira em grande parte no sistema produtivo, devem dar lugar à aprendizagem, ao conhecimento, ao pensar, ao refletir e ao resolver novos desafios da atividade dinâmica que caracteriza a economia global dos tempos modernos. Tal mundialização da economia só se identifica com uma gestão do imprevisível e da excelência, gestão essa contra a rotina, contra a mera redução de custos e contra a simples manutenção. Em vez de se situarem numa perspectiva de trabalho seguro e estático, durante toda a vida, os empresários e os trabalhadores devem cada vez mais investir no desenvolvimento do seu potencial de adaptabilidade e de empregabilidade, o que é algo substancialmente diferente do que se tem praticado. O êxito do empresário e do trabalhador no século XXI terá muito que ver com a maximização das suas competências cognitivas. Cada um deles produzirá mais na razão direta de sua maior capacidade de aprender a aprender, na medida em que o que o empresário e o trabalhador conhecem e fazem hoje não é sinônimo de sucesso no futuro. [...] A capacidade de adaptação e de aprender a aprender e a reaprender, tão necessária para milhares de trabalhadores que terão de ser reconvertidos em vez de despedidos, a flexibilidade e modificabilidade para novos postos de trabalho vão surgir cada vez com mais veemência. Com a redução dos trabalhadores agrícolas e dos operários industriais, os postos de emprego que restam vão ser mais disputados, e tais postos de trabalho terão que ser conquistados pelos trabalhadores preparados e diferenciados em termos cognitivos” (FONSECA *apud* DUARTE, 2001, p.65).

indivíduos. Quando educadores e psicólogos apresentam o “aprender a aprender” como síntese de uma educação destinada a formar indivíduos criativos, é importante atentar para um detalhe fundamental: essa criatividade não deve ser confundida com busca de transformações radicais na realidade social, busca de superação radical da sociedade capitalista, mas sim criatividade em termos de capacidade de encontrar novas formas de ação que permitam melhor adaptação aos ditames do processo de produção e reprodução do capital (DUARTE, 2001, p.65, 66, grifo da obra).

É ilustrativa dessa inclinação adaptativa na particularidade da formação em enfermagem, a noção trazida por Quadros (2008). Segundo ela,

em decorrência de mudanças sociais e econômicas que geraram uma nova ordem social em um mundo globalizado, a enfermagem, como uma profissão inserida no contexto social e da saúde, precisa reorganizar-se a fim de acompanhar as rápidas transformações decorrentes das constantes alterações no quadro político-social e econômico do Brasil. No entanto, não há como almejar a transformação sem mudanças efetivas. Faz-se necessário avançar não apenas no preparo de um novo profissional, mas, acima de tudo, no de um indivíduo crítico, cidadão, preparado para aprender a criar, a propor e a construir (QUADROS, 2008, p.17).

Destarte, uma formação para a saúde ancorada no *aprender a aprender* ratifica, na formação de enfermeiros, a função adaptativa do conhecimento, ao passo que “[...] reitera sua subserviência ao contexto, posto que este passa a comportar e definir os critérios de validação do saber” (MARTINS, 2012, p.66).

Uma vez expostos os quatro principais posicionamentos valorativos contidos na pedagogia do *aprender a aprender*, busquemos a análise de como essa pedagogia adentra oficialmente no cenário educacional global, especificamente nos países da periferia do capitalismo. Para tal, pautaremos nossa análise no relatório publicado pela UNESCO em 1996, denominado “*Jacques Delors – Educação: um tesouro a descobrir*”, que tratava da elaboração de diretrizes para a educação mundial do século XXI. “Esse relatório foi publicado no Brasil em 1998, com apoio do Ministério da Educação e com apresentação assinada pelo ministro Paulo Renato Souza” (DUARTE, 2001, p.69).

Deixemos explícita aqui nossa compreensão do papel de *porta voz* desempenhado pelos organismos do capital, do qual a UNESCO confere exemplo: o discurso do relatório Delors corresponde a determinações que possuem materialidade nas relações engendradas centralmente na produção econômica capitalista. Assim, cabe a UNESCO a função de reproduzir um discurso que tem seu fundamento e motivação em outra estrutura. Nesse sentido, os discursos reproduzidos pelos organismos do capital e pelo Estado são determinados

[...] pela conformação das relações de força vigentes na sociedade contemporânea que apontam para a supremacia do capital sobre o trabalho, e suas exigências referem-se, no que concerne especificamente à escola, à formação de um novo tipo de trabalhador, capaz de lidar com o avanço tecnológico e com as mudanças das relações de trabalho, decorrentes da chamada acumulação flexível (MELO, 2011, p. 128).

Já no prefácio do relatório Delors estão colocados os objetivos daquilo em que deveriam se pautar as relações entre as políticas educativas e o contexto mundial do século XXI. São eles: o “desenvolvimento humano sustentável”, a “compreensão mútua entre os povos” e a “renovação de uma vivência concreta da democracia” (DELORS, 1999).

Duarte (2001, p.73) chama a atenção que

em vários momentos parece-nos que o texto desse relatório trabalha com um raciocínio calcado na busca de equilíbrio e conciliação entre polos opostos. Tal raciocínio poderia aparentar, numa leitura rápida e superficial, ser capaz de superar visões unilaterais acerca da educação e até mesmo poderia, esse tipo de raciocínio empregado no relatório, ser apontado como um raciocínio dialético. Entretanto, nossa interpretação leva-nos a uma avaliação bem distinta, a de que a utilização desse tipo de raciocínio no relatório em pauta nada tem a ver com qualquer tipo de dialética, sendo isto sim um mero recurso discursivo de tentar manter-se na metade do caminho entre posições opostas e decorrendo de insuperáveis limitações da própria ótica adotada pela comissão.

Daí ocorre “[...] uma mistura de princípios oriundos de distintas concepções filosóficas e políticas sobre a educação numa pretensa superação da unilateralidade ou das limitações de cada concepção [...]” (DUARTE, 2001, p.79). Constatamos dessa forma, uma tentativa de fazer coexistirem de forma harmoniosa, objetivos e princípios educacionais opostos, como por exemplo:

formação contínua para o mercado e formação contínua da pessoa e do cidadão; valorização da aprendizagem produzida pelos modernos meios de comunicação e da aprendizagem realizada no interior do sistema formal de educação; valorização do ‘aprender a aprender’ e da transmissão de conhecimentos pelo professor; valorização de uma ‘relação de autoridade, mas também de diálogo entre professor e aluno’ (*idem, ibidem*).

Essa limitação não deve ser entendida unicamente por causa lógica-epistemológica, mas, e principalmente, devido ao compromisso ideológico que tal relatório tem como a nova fase histórica do desenvolvimento do capital. Reforçamos: Essa tentativa de reconciliação e de equilíbrio entre partes diametralmente opostas não representa nossa compreensão daquilo que é a dialética. Na verdade, existe “[...] nesse tipo de discurso apenas um reflexo do ambiente político cultural da atualidade,

impregnado pelo pragmatismo neoliberal e do seu aliado, o irracionalismo pós-moderno” (*idem, ibidem*).

Pensamos ter sido nesse entremeio, aparentemente confuso, no entanto *arquitetadamente ideológico*, que caíram aqueles que pensaram que ao trocarem os princípios neoliberais mais explícitos da formação profissional de enfermagem proposto inicialmente pelo edital MEC/SESu de 1997, por uma proposta ancorada no *aprender a aprender* estariam rompendo com a lógica de mundialização do capital. Isso porque

aqueles que pensam que desenvolvem mecanismos de resistência a mundialização do capitalismo por meio da defesa dos direitos das chamadas minorias e da defesa do multiculturalismo não percebem que a dinâmica da universalização do mercado possui uma plasticidade que lhe permite assimilar os fenômenos culturais locais, transformando-os em mercadorias e utilizando-se deles de forma ideológica, para legitimar do ponto de vista ético a manutenção das desigualdades sociais. Em nome da crítica ao etnocentrismo são mantidos os privilégios materiais e intelectuais dos países pertencentes ao Primeiro Mundo. Em nome do respeito à alteridade e da convivência pacífica entre os povos e entre os grupos culturais são perpetuadas as divisões e exclusões necessárias à reprodução do capital (*idem, p.81*).

É envolto nesse contexto educacional mais universal que compreendemos a potencialização do investimento ideológico substancialmente conservador para a formação profissional de enfermeiros, a partir de diretrizes curriculares nacionais baseadas no *aprender a aprender*. Na verdade, trata-se de mais um escamoteamento da subserviência histórica que a enfermagem, em sua cientificidade, têm para com o capitalismo, só que agora com uma roupagem supostamente em consonância com as necessidades humanas, mas, que como vimos, é altamente contraditória e insustentável. Tal fato só reforça aquelas duas funções principais da educação no capitalismo: preparação de mão de obra (agora polivalente, flexível e adaptável) e conformação ideológica (profissional e espiritual).

Como falado anteriormente, o *aprender a aprender* é a base teórica da pedagogia das competências, nesse sentido, passaremos a analisar a particularidade desta última. A noção de competências passa a orientar a formação de enfermeiros no Brasil de forma oficializada pelo Estado a partir de 2001, com a resolução que institui as DCENF. Na conjuntura nacional, de acordo com Lacks (2004, p.85), a concepção de competência é adotada legalmente na reforma educacional brasileira, mas “[...] já tem seus contornos no art. 41, da lei nº 9.394/96, a conhecida LDB. No entanto, é no

Decreto nº 2.208/97, no Parecer CNE/CES nº 17/97 e na Resolução CNE/CEB nº 4/99 que fica mais clara a concepção de competência [...]”.

O acolhimento de tais orientações, por parte do Estado brasileiro, deve ser compreendido também a partir do panorama da crise estrutural do capital. “No campo das idéias, têm ganhado força discursos como o do irracionalismo, do fim da história e do trabalho (abstrato e concreto) e de valorização do indivíduo em detrimento da solidariedade das classes sociais” (ARAÚJO, 2004, p.2). É sabido da atual necessidade de um novo perfil de trabalhador colocado pelo novo padrão produtivo do capital. Nesse entremeio, a literatura hegemônica aponta uma nova base técnica e novas formas de gestão do trabalho e do trabalhador, que unam qualificação e atributos pessoais. A construção de competências apresenta-se, de acordo com tal literatura, como a forma pela qual melhor poderiam se aliar tais qualidades.

Entretanto, compreendemos que uma análise crítica dos fundamentos da noção de competências contidas nas DCENF nos permitirá avançar na direção de desvelar a conformação ideológica produtora do estranhamento contido nessa proposta pedagógica. Começamos pelos principais pressupostos teóricos contidos em tal concepção.

De acordo com o estudo de Araújo (2001; 2004), existem três correntes principais que embasam a noção de competências contidas nos documentos públicos educacionais do Brasil. São elas: o racionalismo, o individualismo e o neopragmatismo. Nesse sentido, analisaremos as principais questões relativas a tais concepções articuladas à formação de competências.

Araújo (2001) afirma que as ideias de racionalização de processos formativos e de trabalho não são uma novidade. Segundo o referido autor,

desde Taylor, com sua proposta de administração científica, têm sido feitas tentativas de máxima racionalização da produção e da formação. A partir dele, outras perspectivas do racionalismo se apresentaram, como o Movimento de Relações Humanas, que buscavam, por um lado, alternativas administrativas para as empresas a fim de obterem maior eficiência e racionalidade e, por outro, diminuir as resistências ao trabalho de tipo taylorista (ARAÚJO, 2001, p.34).

No Brasil, o racionalismo se materializou de forma mais expressiva com a corrente tecnicista inspirada na Teoria do Capital Humano na década de 1970, e em 1990 com o neotecnicismo, inspirado nos Círculos de Controle de Qualidade. Araújo

(2001, p.35) atribui as ciências cognitivas¹²⁴ essa tentativa de tornar visíveis as competências. Em suas palavras: “[...] esse tipo de análise parte do pressuposto de que as ações e os comportamentos considerados competentes podem ser objetivamente observados, avaliados, registrados, prescritos, e ensinados” (ARAÚJO, 2001, p.35).

A noção de racionalização do conhecimento na formação em enfermagem no Brasil também não é uma novidade e se expressa de forma marcante ao longo do processo histórico. Nessa esteira, tal situação aponta para

[...] a manutenção da hegemonia do caráter tecnicista da formação do enfermeiro, com supressão curricular de disciplinas que tratem de uma reflexão crítica (no sentido próprio do termo) sobre a constituição da atual sociedade e sobre o papel da Enfermagem em seu interstício (SILVA; CAVALCANTI, 2013, p.113).

Trata-se, portanto de uma concepção que persegue a tecnificação do *cuidado de enfermagem* com bases cientificamente sistematizadas, o que *a priori* não consistiria um problema. A negatividade se expressa na motivação e no desenvolvimento dessa tecnificação, que, de acordo com Silva e Cavalcanti (2013), são centralmente movidas por interesses orientados a partir da dinâmica do capital.

O viés racionalista contido na noção de competências coloca ainda uma série de implicações ideológicas de caráter classista. A principal delas decorre justamente da tentativa de fazer predominar o caráter objetivo/técnico em detrimento dos conteúdos sociais.

De acordo com Lacks (2004, p.86), a pedagogia das competências ancorada em pressupostos racionalistas, “[...] incentiva comportamentos individuais e sociais desvinculados de conteúdos, em que a afetividade e a criatividade passam a ser racionalizadas”, ao passo que dissolve as “relações de poder”, além de fazer a política sucumbir perante a racionalidade técnica. Entretanto, tudo isso está supostamente erguido sob a “[...] pretensa ideologia da valorização da escola como um espaço de aprendizagem da crítica e da criatividade” (*idem, ibidem*). Essa suposta confusão é a nosso ver estratégica. Afinal,

¹²⁴ De acordo com Araújo (2001, p.35), “o advento das ciências da cognição surgiu como um campo de idéias sobre o qual as aprendizagens e os procedimentos formativos poderiam ser racionalizados. A busca por um tipo de formação “racional” as direcionou a tentativas de objetivação de propriedades antes difíceis de objetivar e de medir tais como a competência relacionada à atividade profissional e, em busca da racionalização do que antes era impreciso, promoveu processos de decomposição e hierarquização das tarefas de modo a possibilitar a padronização das mesmas”.

os ideólogos da educação profissional encrustados no Conselho Nacional de Educação, responsáveis pela consolidação legal da noção de competências no Brasil, mesclam os textos legais, tornando-os miscelâneos e ecléticos, porém com uma predominância da ideologia pós-moderna que fragmenta o pensamento e radicaliza o julgamento estético fundado no individualismo (BATISTA; ALVES, 2009, p.13).

O ecletismo teórico e a tentativa de conciliar questões inconciliáveis são umas das muitas estratégias que os intelectuais defensores do modelo de competências encontram para camuflar as reais pretensões de uma pedagogia ancorada em pressupostos racionalistas. Vejamos que Perrenoud (1999, p.32) atentando sobre os múltiplos significados da noção de competência, a define como “uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiado em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles”. Nesse sentido, a competência constitui uma qualidade “desenvolvida no indivíduo por meio daquilo que ele faz, quando então mobiliza seus conhecimentos para o enfrentamento dos desafios lançados pela ação” (MARTINS, 2012, p.68).

Ainda segundo Perrenoud (1999, p.35), “toda competência está, fundamentalmente, ligada a uma prática social de certa complexidade. Não a um gesto dado, mas sim a um conjunto de gestos, posturas e palavras inscritos na prática que lhes confere sentido e continuidade”. Ou seja, a construção de competências está condicionada a uma prática social e não a ações isoladas, estabelece-se a partir de situações vividas pelo indivíduo para atender às demandas sociais. Podemos observar essa inspiração no documento que institui as DCENF quando este, referindo-se a implementação da metodologia no processo ensinar-aprender da formação dos enfermeiros, afirma que tal processo precisa estimular o aluno, além de aprender a aprender, a refletir sobre a realidade social.

Uma análise mais desatenta não veria negatividade alguma na descrição de competência ancorada numa prática/realidade social apontada por Perrenoud e pelas DCENF, porém há de se levar em consideração de qual noção de prática/realidade social o referido autor e o documento em tela estão partindo.

A noção de prática social contida na noção de competências é reveladora de qual propósito ela procura atender. De acordo Silva Júnior e González (2001, p. 56, 57),

[...] a prática que se encontra como central na noção de competências parece não considerar a racionalidade social, que dá sentido à organização social existente. Opera, dessa maneira, no âmbito da ideologia/política/cultura,

legitimando os processos de reprodução social, que vêm coisificando o ser humano, ao mesmo tempo que legitima essa ordem social historicamente produzida. Opera, portanto, a naturalização de uma substância histórica, contribuindo para a produção da atual forma fenomênica do capitalismo.

Na verdade, o entendimento de prática social difundido na literatura hegemônica sobre competências, não revela – estrategicamente – a especificidade da base social, na qual ela se realiza, sendo esta assim ideologicamente *silenciada* no discurso.¹²⁵

O *silenciamento* da base material capitalista nas propostas educacionais estatais é algo histórico e constitutivo na organização social fundada pelo capital. No caso das DCENF, por exemplo, esta situação se *materializa* na *ausência* de qualquer menção a qual base material e quais possíveis antagonismos está assentado o exercício profissional de enfermagem. De acordo com Freitas (1995), tal condição ocorre porque a escola capitalista está historicamente afastada do trabalho. Mais que isso, ela precisa está afastada das discussões sobre as condições de trabalho. A escola *teme* o trabalho. A escola capitalista implodiria se se aproximasse das atuais e reais determinações da vida. Não por outra razão uma das funções mais elementares do complexo escolar é a ideológica, ideológica no sentido de ocultar as reais determinações do capital e de seus antagonismos estruturais.

Nesse sentido, construir competências, sem considerar uma prática social determinada em todas as suas instâncias pela luta de classes, tende a construir no âmbito da educação escolar – mas não se limita a esse espaço – relações despolitizadas. Nesse contexto, “questões relacionadas às oportunidades educativas, ao desemprego, à precarização das relações de trabalho, às perdas salariais, entre outras, assumem um caráter estritamente técnico” (RAMOS, 2001, p. 411). Talvez por isso, as lutas da categoria profissional da enfermagem brasileira tenham se detido “[...] apenas no campo da luta política, e ainda assim, com sérias limitações de motivação, de percurso e de finalidade” (SILVA; CAVALCANTI, 2013, p.113).

Outra corrente teórica que inspira a noção de competências é o *individualismo*, que, na particularidade da formação de competências, é articulação necessária com o racionalismo. De acordo com Araújo (2004, p.506), “[...] apesar de permanecer vaga, na maioria das vezes, a noção de competência é utilizada supondo-se individualização

¹²⁵ De acordo com Orlandi (apud MELO, 2011, p.127), “a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada”.

na formação, nas avaliações e nos balanços de competências”. Com efeito, desloca-se o ensino centrado em saberes para um sistema de aprendizagem focado no aluno.

Tal condição decorre da relação que a noção de competências guarda com os postulados construtivistas.

Deste ponto de vista, a aprendizagem resulta das ações dos alunos a partir da e sobre a realidade por eles vivida, pelas quais constroem o conhecimento. Este, por sua vez, é produto das elaborações cognitivas resultantes das percepções e representações dos alunos, construídas na base de suas próprias experiências e de seu cotidiano. Cabe à educação escolar promover condições para a problematização a partir das referidas representações, para o teste de hipóteses e para a busca de soluções (experimentação), respeitando as diferenças que se manifestam na atividade construtiva do aluno (MARTINS, 2012, p.64).

Destarte, o conhecimento “[...] torna-se uma representação particular de um mundo reduzido, isto é, tomado também de modo particular [...]” (*idem, ibidem*). O sentido ideológico decorrente dessa condição não é a valorização do elemento humano, conforme a literatura apologista do modelo de competências sugere, mas o oposto: é o enfraquecimento do elemento humano como coletivo. A individualização nesse contexto tem por efeito despolitizar e repolitizar as contradições de classes, “[...] tornando-as tecnicamente administráveis pela negociação entre a empresa e o trabalhador tomado individualmente, sem a mediação política dos sindicatos ou de outras instituições representativas do trabalho” (SILVA JÚNIOR; GONZÁLEZ, 2001, p.46). Além disso, naturaliza as desigualdades, responsabiliza o indivíduo por aquilo que é posto pelas condições objetivas da reprodução do capital em crise, ao passo que oculta os interesses contraditórios entre capital e trabalho (ARAÚJO, 2004).

Dias (*apud* BATISTA; ALVES, 2009, p.7) acrescenta que

ganhar corações e mentes dos trabalhadores significa, portanto, desestruturar-lhes a identidade de classe. A perspectiva do desaparecimento das classes, a proposta implícita de um pacto social automático no cotidiano e, portanto, despolitizado e despolitizante, requer não a mera reafirmação de dogmas, mas a construção da identidade das classes trabalhadoras, respeitada a sua diversidade, conhecidas as suas lutas, linguagens e tradições.

O pragmatismo¹²⁶ na forma neopragmatista é a outra corrente que fundamenta a pedagogia das competências. De acordo Araújo (2004, p.507), a primeira vista parece

¹²⁶ “Os pioneiros do pragmatismo foram Charles Peirce, William James e John Dewey. O pragmatismo, enquanto corrente filosófica, ganhou força com James e Dewey, no início do século passado, quando os EUA despontavam como economia capitalista hegemônica, como um tipo de democracia burguesa capaz de promover e garantir certos direitos políticos, sociais e civis, ou seja, quando o capitalismo norte-americano se apresenta como uma alternativa de possibilidade de modelo societal democrático. Enquanto

que a hipótese de que a Pedagogia das Competências tem inspiração pragmática “[...] revela-se invalidada pelas pesquisas de Stroobants (1997), Tanguy (1997a) e Ropé (1997) que enfatizam a inspiração racionalista nos processos de identificação, formação e desenvolvimento de competências [...]”, afinal, o pragmatismo tende a se apresentar como uma corrente *anti-racionalista*.

Conforme afirma James (*apud* ARAÚJO, 2004, p.) “[...] o método pragmático se opõe ao movimento do racionalismo e propõe uma atitude de olhar para além das ‘categorias’ e de procurar por frutos, conseqüências e fatos, negando a possibilidade do conhecimento verdadeiro, objetivo”. Já o neopragmatismo proposto por Rorty tem aproximações com o irracionalismo pós-moderno, visto que considera a impossibilidade de um conhecimento “verdadeiro” acerca da realidade, desconsiderando teorias ditas objetivas, definindo-as apenas como teorias narrativas. “Ou seja, o pragmatismo e o neopragmatismo questionariam todo o edifício construído pelas ciências cognitivas em torno da idéia de competências objetivadas considerando-as apenas como ‘representações’ ou ‘narrativas’” (ARAÚJO, 2004, p.507, 508, grifo da obra).

Araújo (2004), respondendo como o neopragmatismo e o racionalismo, na qualidade de duas referências aparentemente antagônicas, poderiam se articular nas propostas de desenvolvimento de competências, explica que

a Pedagogia das Competências tem tentado realizar uma combinação entre o ideário racionalista e o pragmatista. Do racionalismo, há um aproveitamento das tentativas de objetivação das competências tendo em vista o planejamento e controle dos sistemas produtivos e de formação. Do pragmatismo, há um aproveitamento do utilitarismo, do imediatismo, da adaptabilidade, da busca por produzir aprendizagens úteis, aplicáveis e de ajustamento do indivíduo à realidade extremamente dinâmica e móvel. Dizendo de outra forma, o cognitivismo, ao promover a decomposição e objetivação das competências facilitou, também, o tratamento imediato e utilitário dado aos processos formativos (ARAÚJO, 2004, p.508).

Não se pode esquecer de que a construção de competências tem seu procedimento básico centrado na atividade, no cotidiano, no imediato. É aí que identificamos aquilo que é central na noção de competências: recurso cognitivo para a adaptação do indivíduo ao meio (ARAÚJO, 2004).

estratégia de legitimação e perpetuação do modelo estadunidense, o pragmatismo aparece como corrente de pensamento capaz de justificar a democracia liberal americana, tomando-a como ponto de partida sobre o qual dever-se-ia buscar o seu aperfeiçoamento” (ARAÚJO, 2004, p.519).

O neopragmatismo, na construção de competências, se materializa na definição de objetivos formativos que são determinados por demandas específicas empresariais, bem como

[...] na ênfase que dá aos meios e que são tidos como uma segurança de eficácia e equidade; no trato utilitário que estabelece com os conteúdos de ensino, colocando-os em correspondência direta com a necessidade de formar capacidades imediatas e na promoção de processos de adaptação dos indivíduos aos seus ambientes de trabalho (*idem*, p.510).

A função adaptativa do conhecimento, nesse contexto, reitera sua subserviência ao meio. Nesse sentido,

a educação se coloca-se então com a função de instruir e adaptar, preparando a inteligência para resolver problemas concretos de uma realidade imediata circunscrita às necessidades primárias de sobrevivência. A inteligência aparece, deste modo, como um conjunto de funções de conhecimento a serviço da resolução de problemas, isto é, da capacidade de adaptação a circunstâncias variadas. No desenvolvimento da inteligência, o indivíduo “capta” a realidade a título de fato comprovável por qualquer experiência similar à sua, atesta que o fato é verdadeiro e adequa-se às suas regras, ficando a inteligência no nível da adaptação. Nesse sentido, a função da inteligência restringe-se à apreensão dos fatos e a captação dos dados expostos às funções sensoriais, expressando-se no conhecimento sobre os dados da experiência imediata incorporando na subjetividade do sujeito perceptivo (MARTINS, 2012, p.67).

Como vimos – ou melhor, não vimos –, o texto das DCENF e a noção de competência por ela evocada não se colocam no sentido de questionar a sociedade burguesa e seus valores. Ao que nos parece, a realidade dada (pelo capitalismo em crise) deve ser o ponto de partida para as práticas pedagógicas que, no seu desenvolvimento, devem culminar no seu melhoramento. Com efeito, favorecem-se os processos de ajustamento dos futuros enfermeiros às diversas situações que estes têm que enfrentar durante suas práticas profissionais. Não se tratando, portanto, de transformar verdadeiramente as condições problemáticas que incidem nos processos de precarização do trabalho e de saúde-adoecimento, (im)postas pelo *sóciometabolismo* do capital, mas apenas sua conservação de forma aperfeiçoada, por meio do diálogo e da compreensão.

A assertiva de Silva Júnior e Gonzáles (2001) sobre a dupla face do modelo calcado na noção de competências é também pertinente sobre os compromissos e mecanismos ideológicos que tal concepção educacional assume e utiliza. Nas palavras dos referidos autores:

nota-se que no modelo revela-se o que ele tem de potencialmente positivo: a aquisição e mobilização de conhecimentos por meio de uma prática social – o que tornaria o homem formado segundo ele, útil, -, mas oculta o que tem de

negatividade, a base valorativa dessa prática social, que no momento atual, constitui-se predominantemente dos valores do mercado – o que tornaria o nosso formando só e mudo -, como na atual organização social em que vivemos (SILVA JÚNIOR; GONZÁLEZ, 2001, p.74, 75).

A supressão da base valorativa a qual se ergue a prática social do modelo de competências, age ideologicamente transformando-a “[...] num constructo epistemológico formal, que desconsidera a história, eterniza o presente, faz apologia do individualismo, da competitividade; e recria a política em bases individuais e estéticas” (*idem*, p. 73). O que se materializa na verdade é um trato lógico-formal para com cotidiano, mas sem questionar as bases sociais que o determinam. “A heterogeneidade, a imediatividade e a superficialidade – categorias constituintes do cotidiano – são articuladas de maneira lógica e convencional, estruturando a forma de organização social em que vivemos, abstrata e de forma instrumental” (*idem, ibidem*).

Nesse sentido, promessas feitas pelos apologistas da pedagogia balizada na noção de competência como a possibilidade de promover progresso econômico, de elevação das capacidades humanas para o trabalho e para a vida em geral, contribuindo assim, para a diminuição das desigualdades sociais, não transcendem a esfera do discurso mistificador. As competências, da forma como estão concebidas, não se mostram capazes de concretizar as finalidades que anunciam, visto que

[...] as bases necessárias ao desenvolvimento da autonomia e das capacidades amplas dos trabalhadores, por exemplo, ao se colocar circunscrita apenas àquilo que as empresas definem como necessário, [...] não serve como mediação para a diminuição das desigualdades e para a construção da justiça social, pois se põe como mero recurso reprodutor da concepção liberal-meritocrática. É desta forma que o pragmatismo na pedagogia – referência que se supunha velha e superada – ressurgiu vivo, limitando o debate sobre a formação como prática social capaz de promover o desenvolvimento de amplas capacidades humanas e de ser elemento que instrumentalize os indivíduos à conquista do progresso social e da efetiva democratização dos bens materiais e imateriais produzidos pela sociedade (ARAÚJO, 2004, p.513).

Vale lembrar que não somos contra a formação de trabalhadores e enfermeiros competentes. Ao contrário. Entretanto, é preciso levar em consideração qual a noção de competência está em debate, e ainda mais: competências para quem e a serviço de quem? Na medida em que as respostas indicam o atendimento às demandas postas pelo capitalismo em crise estrutural para o complexo educativo, ergue-se de nossa parte a recusa a este “atraente canto de sereia”, que parafraseando Duarte (2001), vem seduzido grande parcela dos intelectuais ligados à área educacional da enfermagem brasileira.

3.2.2 A crítica da cidadania na formação em enfermagem

No subitem anterior vimos que os pressupostos pedagógicos que norteiam as DCENF, estando ancorados no *aprender a aprender* e na construção de competências, colocam-se na verdade como conservadores, materializam e reafirmam o projeto societário burguês. Apesar do anúncio de que tais propostas seriam progressistas e resolveriam problemas amplos da educação e da sociedade em geral, percebemos que elas não só reiteram velhos paradoxos, como também os reinventam de acordo com as atuais demandas do capital, tudo isso sob discurso insustentável da humanização “pela” e “na” sociedade capitalista.

Entendemos que os pressupostos pedagógicos são amplos e não se limitam ao caráter técnico, e que a formação política é indissociável da formação técnica, aparecendo explícita ou implicitamente no discurso. Entretanto, escolhemos abordar a questão da cidadania nesse item por questões didáticas, mas ressaltando que a cidadania cumpre, articulada à pedagogia das competências, uma importante forma de conservação da base causal do modelo atual de sociedade. Dito isso nos debruçaremos no que trata a noção de cidadania contida nas DCENF e nas possíveis consequências ideológicas desta para formação dos enfermeiros no Brasil.

Segundo Cavalcante (2007, p.96), “a cidadania tem sido recentemente um dos temas mais frequentes da retórica política e dos discursos sobre as reformas educacionais”. Nas DCENF, o termo “cidadania” aparece em três momentos: no artigo 3º, quando define que o perfil do egresso/profissional, entre outras coisas, tem ser um enfermeiro “capacitado a atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano” (BRASIL, 2001, p.1); e no artigo 14º quando afirma que a estrutura do curso de graduação em enfermagem deverá assegurar “a visão de educar para a cidadania e a participação plena na sociedade” (*idem*, p.5), bem como “a valorização das dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno e no enfermeiro atitudes e valores orientados para a cidadania e para a solidariedade” (*idem*, p.6).

Pressupomos que a noção de cidadania sofre os efeitos do processo de desenvolvimento histórico e social, não se tratando, portanto, de um conceito que reflita a natureza a-histórica do homem. Mais que isso, a cidadania, em nosso entendimento, cumpre um papel ideológico ao longo do desenvolvimento das sociedades classistas e em tempos de crise estrutural ganha conotações novas em relação a épocas anteriores.

A contradição constatada por Cavalcante (2007, p.96) reflete bem a problemática do “endeusamento” da cidadania. Em suas palavras: “contraditoriamente, quanto mais se fala em cidadania mais ambíguo se torna o seu sentido e mais recrudescer a política de exclusão de um grande contingente da população, do acesso aos direitos proclamados na própria constituição”. A partir de agora tentaremos recuperar os nexos causais que nos permitam realizar uma crítica à cidadania¹²⁷ e a uma formação de enfermagem voltada para este fim.

Consideramos a questão da cidadania como uma condição da totalidade social, na qual a matriz ontológica é a economia. Portanto, a gênese histórica-ontológica da cidadania deve ser buscada a partir de sua articulação com o trabalho. Com isso, pretendemos não nos limitar a sua descrição histórica, mas “[...] buscar o chão social que lhe deu origem e a articulação dos fatos históricos com a especificidade deste fenômeno que vai surgindo como resposta a determinados problemas e necessidades enfrentados pelo ser social em sua trajetória” (TONET, 2005, p.90).

¹²⁷ “[...] quando se fala em fazer uma crítica da cidadania, pensa-se logo – sob influência da postura que predominou na tradição marxista – em um processo de desqualificação, de denúncia da cidadania como sendo algo direta e imediatamente subordinado aos interesses da burguesia e, portanto, nocivo para a classe trabalhadora. Criticar seria, portanto, expor o caráter interesseiro, perverso e anti-popular do conjunto de objetivações que constituem a cidadania. Contudo, para Marx, o conceito de crítica não tinha, de modo algum, este sentido. E nem seria preciso fazer alusão a isto se não fossem as deformações a que foi submetido seu pensamento e, além disto, a predominância da perspectiva da subjetividade, para a qual o discurso da ciência é um discurso que se esgota no seu próprio interior, conferindo, deste modo, ao conceito de crítica um caráter epistemologista. Para Marx, contudo, crítica não tem um sentido depreciativo e nem sequer um sentido apenas lógico ou epistemológico [...] Neste sentido, crítica, significa, para ele, o exame da lógica do processo social – levando sempre em conta que é um produto da atividade humana – de modo a apreender a sua natureza própria, suas contradições, suas tendências, seus aspectos positivos e negativos, suas possibilidades e limites, tendo sempre como parâmetro os lineamentos mais gerais e essenciais do processo social como um processo de autoconstrução humana. E, na medida em que as teorias são parte integrante deste movimento, criticá-las significa verificar em que medida elas são capazes de captar a natureza daquele processo e em que medida seus acertos, erros, lacunas, etc., são expressão de interesses sociais em jogo. Quando, portanto, falamos em crítica da cidadania, no sentido marxiano, é a isto que nos estamos referindo e não à simples desqualificação e denúncia ou ao exame lógico e/ou epistemológico de qualquer teoria a respeito dela” (TONET, 2005, p.89, 90).

Pressupomos, a partir de Marx, que a cidadania é uma parte integrante da política, e nesse sentido, recuperaremos, ligeiramente, a noção de política para esse autor. A política para Marx é uma força social, como tal, “[...] ganha especificidade própria na medida em que adquire uma determinada função social” (TONET, 2005, p.94).

No caso da política, esta força é, por um complexo processo social, separada dos seus detentores originais – o conjunto dos homens – apropriada por determinados grupos particulares, posta a serviço da manutenção dos seus interesses e, por consequência, voltada contra os interesses da maioria dos detentores originais. Aparentemente separada da sociedade e pairando acima dela, esta força social privatizada passa a apresentar-se como expressão do interesse coletivo, na forma de Estado, com todo o seu aparato jurídico, político, ideológico e administrativo. Deste modo, para Marx, a política não é uma resposta do conjunto da sociedade à existência de conflitos e contradições em seu interior, mas a resposta da parte hegemônica do ser social, as classes dominantes, à questão de como continuar a reprodução da sociedade sem por em perigo a sua posição privilegiada (TONET, 2005, p.94, 95).

Portanto, a política é para Marx condição histórica fundamental da existência e manutenção da luta de classes. A criação “[...] das mais diversas formas de exercício do poder, incluindo a contemplação de interesses das classes dominadas, não altera a essência de dominação de classe do poder político” (*idem*, p. 95). É aí que reside o caráter negativo da política em Marx, que não significa necessariamente que não possua aspectos positivos, mas que tem esse caráter como momento predominante.

Retomando a questão da cidadania, percebemos que o termo cidadania fora cunhado antes da história moderna, Aristóteles, por exemplo, já usara tal expressão. Entretanto, consideramos a partir das indicações de Tonet (2005) que a cidadania de fato deixou o posto de simples noção para materialidade da vida social – ainda que de forma deturpada – somente com a fundação da sociedade capitalista. Lembramos que o ato fundante do sistema do capital é a compra-e-venda de força de trabalho, para que este possa se realizar

[...] é necessário que existam indivíduos, no sentido de pessoas livres e autônomas. Mas, é preciso também que estes indivíduos sejam iguais e proprietários. Sem estas qualidades, o ato de compra-e-venda de força de trabalho e toda a produção de mercadorias não poderiam realizar-se. Um servo não poderia ser cidadão exatamente porque não possuía estas três qualidades.

Cavalcante (2007, p.108), afirma que

surge assim, sob a forma de direitos civis, o projeto de cidadania burguesa cuja ênfase recai sobre o status de igualdade e liberdade. Esse projeto parte

dos pressupostos de organização com base jurídica, segundo os quais todos são “igualmente” sujeitos jurídicos, livres (em teoria), para lutar pelos direitos que o status de cidadão lhes colocava como possibilidade.

Nesse sentido, trataremos da cidadania, em termos concretos, como condição necessária e posta pela sociabilidade capitalista. Seu fundamento se articula com o trabalho, mas uma forma de trabalho histórica, particular. Com isso queremos dizer que a cidadania não é algo constitutivo de uma suposta natureza humana, mas sim uma questão formada a partir de relações sócio-históricas determinadas, nesse caso, determinada pela reprodução ampliada de capital.

A formulação teórica do projeto burguês de cidadania é influenciada decisivamente pelo jusnaturalismo, ou teoria dos direitos naturais. Essa doutrina lança as bases para a formulação do discurso individualista: “a vontade individual torna-se assim a única fonte de toda autoridade, de todo o poder” (CAVALCANTE, 2007, p.106). Dessa forma,

a vida social deixa de ser vista como uma comunidade natural, onde papéis e funções estão previamente estabelecidos, em consonância com uma ordem inscrita na própria natureza (das coisas e dos homens) e passa a ser entendida como resultado de uma criação “artificial” do homem em função dos interesses e da vontade dos próprios homens que fazem parte dessa comunidade (*idem, ibidem*).

É aí que “[...] se afirmam os direitos dos homens, não mais como privilégios mas, centrados no indivíduo, considerando a liberdade como faculdade de autodeterminação do ser humano” (*idem*, p. 108). A propósito da liberdade, alertamos certo cuidado ao tratá-la. Sabemos que na concepção burguesa, abstratamente, os membros de sociedade civil são livres, além de supostamente iguais e proprietários¹²⁸. É oportuno, então, questionar o sentido dessa liberdade. De acordo com Tonet (2005, p.119), a liberdade na concepção burguesa

significa o “direito” de buscar, por todos os meios ao seu alcance, a satisfação dos seus interesses, o que implica necessariamente o choque e a luta contra os outros indivíduos, movidos pela mesma lógica. Mesmo esta liberdade, porém, não passa de uma aparência de liberdade, dado que não é e nem pode ser ele que decide, livre e conscientemente, sua forma de atividade, mas esta lhe é imposta pela natureza alienada das relações sociais.

¹²⁸ Tonet (2005, p.119), sobre tal questão, afirma que “[...] a igualdade significa que todos os homens têm o mesmo “direito” de mover-se de acordo com esta lógica [...]” de buscar, por todos os meios ao seu alcance, a satisfação dos seus interesses. E a propriedade “[...] significa que todos eles dispõem de algum bem que pode ser de interesse para os outros, enquanto cada um tem carências para cuja satisfação deverá entrar no circuito da troca mercantil”.

Entretanto, sob essa lógica de liberdade, que no contexto em questão é entendida como natural ao homem, a filosofia política clássica moderna lança uma proposta no intuito de impedir a inviabilidade posta pela essencial, mas explosiva, “natureza” e “liberdade” dos homens. Tal proposta é o estabelecimento de um *contrato social*. Este “[...] tinha um caráter essencialmente positivo, pois era a única e melhor maneira de enfrentar um problema cuja raiz era, de fato, insuperável” (*idem, ibidem*). A partir daí,

[...] a sociedade civil se converte em sociedade política e o burguês se converte, sem deixar de ser burguês, em cidadão. Aquela liberdade, aquela igualdade, aquela propriedade são transformadas em direitos, seguidos depois por muitos outros. Ora, isto nada mais significa do que o estabelecimento de um perímetro dentro do qual aquela natureza histórico-social egoísta dos homens pode se mover sem risco de autodestruição para a humanidade (*idem, ibidem*).

No século XIX, os direitos políticos se acrescentaram aos direitos civis; porém, faz-se necessária atentar o fato de que a “aquisição” formal de tais direitos se deu a partir da luta de classes, dos tensionamentos entre as classes subalternas e a classe dominante. É importante lembrar também que a acomodação desses mesmos direitos não se opunham essencialmente as desigualdades capitalistas; “[...] ao contrário, eram necessários para sua manutenção, uma vez que o elenco de direitos do cidadão limitavam-se aos direitos civis e estes, por sua vez, eram indispensáveis a economia de mercado [...]” (CAVALCANTE, 2007, p.108).

Nessa mesma direção, entendemos a questão dos direitos humanos. De acordo com Marx (2009b, p. 65, 66), “nenhum dos chamados direitos do homem vai, portanto, além do homem egoísta, além do homem tal como ele é membro da sociedade civil, a saber: [um] indivíduo remetido a si, ao seu interesse privado a ao seu arbítrio privado, e isolado da comunidade”. O cidadão não é, portanto, um homem integral, ele é reflexo do individualismo burguês, “o cidadão é apenas o homem em seu momento jurídico-político, expressão de que o homem está dividido no interior de si mesmo” (TONET, 2005, p.120).

Em resumo, a comunidade política, da qual o cidadão é momento essencial, não é e nem poderá ser uma comunidade real, efetiva, porque no solo social que lhe dá origem as relações entre os homens não são de união, mas de oposição, não são de mútuo enriquecimento, mas de mútua desapropriação. E se, de algum modo, alguma união existe entre eles, ou é como uma imposição jurídico-política, ou como uma reação alienada (solidariedade, assistência, “campanhas de fraternidade”) [...] (*idem, p.121*).

Entendemos que a questão da cidadania possui e conserva traços ontológicos ao longo do desenvolvimento histórico capitalista, mas ganha traços históricos e particulares de acordo com a conjuntura que serve de base para sua efetivação. Em tempos de crise estrutural da sociedade do capital vemos emergir determinações peculiares que incidem sobre o sentido da cidadania. Ela é então *(re)significada*.

Cavalcante (2007, p. 110), ao se “referir a sociedade global” afirma que em tal contexto “[...] os princípios de liberdade, igualdade e propriedade recriam-se e reconfiguram-se em âmbito local, regional, nacional e transnacional em função das relações de trocas mercantis”. Nessa realidade apologista do *indivíduo individual* isolado, do indivíduo proprietário privado, do indivíduo comprador e vendedor de mercadorias, o modelo de cidadão vai materializando cada vez mais tais determinações. Nas palavras de Gentili (1996, p.21): “o modelo de homem neoliberal é o cidadão privatizado, o entrepreneur, o consumidor”.

Relembremos que um dos imperativos da crise estrutural é a maximização da lógica do capital, sua reprodução e acumulação de forma ampliada. O neoliberalismo vem a responder os imperativos da crise em diversos aspectos, na particularidade da cidadania nota-se que este promove um deslocamento de sentido de tal noção. O sentido passa de cidadão como um sujeito de direito, instituído pelo estado de direito, para um cidadão consumidor, proprietário e potencial comprador de mercadorias. “Enquanto o termo cidadão pressupõe uma nacionalidade, consumidor, diferentemente de cidadão, não tem nacionalidade” (CAVALCANTE, 2007, p.110).

Com efeito, Cavalcante (2007, p.110,) apoiada no pensamento de Ianni, diz que atualmente “[...] a cidadania vigente, efetiva, indiscutível e declarada é a da mercadoria”. Ou seja:

uma cidadania cuja essência está expressa na moeda global – o dólar –, cujo idioma é o inglês e cuja garantia está assegurada “nos quatro cantos do mundo” pelo Fundo Monetário Internacional – FMI-, pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – Bird-, pelo Banco Mundial, bem como as empresas transnacionais e as agências multilaterais – a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (CAVALCANTE, 2007, p.110, 111).

Por termos como objeto as DCENF e a conjuntura na qual ela se situa, passaremos então para a problemática da cidadania brasileira em tempos neoliberais.

Com isso, não desconsideramos as expressões anteriormente assumidas¹²⁹, mas tal discussão extrapolaria os objetivos e a capacidade desse estudo.

O entendimento da cidadania em tempos neoliberais requer considerá-la à luz da Constituição de 1988. Apesar da existência de certa resistência por parte da classe economicamente dominante brasileira, a referida Constituição se materializou como uma correlação de forças desfavoráveis às classes trabalhadoras. Assim, mesmo incorporando alguns supostos avanços correspondentes aos direitos sociais e políticos, “[...] a Constituição de 1988 foi marcada pelo conservadorismo e por laivos modernizadores, na perspectiva da classe dominante (CAVALCANTE, 2007, p. 119)”.

Nessa lógica, o governo Collor – e os que lhe sucederam – com o discurso “moderno” de perseguir o padrão de desenvolvimento dos países do capitalismo central, implementou uma série de medidas, muitas delas ancoradas no Consenso de Washington, objetivando afirmar o modelo neoliberal. Tal discurso tinha como fundamento “diminuir” o papel do Estado¹³⁰ e assim reajustar o Brasil à suposta nova realidade de mercado.

Na perspectiva neoliberal o protecionismo estatal e a noção de cidadania baseada na concepção universal e universalizante dos direitos humanos (civis, políticos, sociais, econômicos, culturais etc.) geram um conjunto de falsas promessas que orientam ações individuais e coletivas caracterizadas pela improdutividade, resultante da falta de reconhecimento social do valor da competição. (CAVALCANTE, 2007, p.120, 121)

Por isso alertamos que formar o enfermeiro para a cidadania deve ser entendido a partir de suas limitações e contradições, afinal “a condição de cidadão é exatamente expressão e instrumento de reprodução da cisão que se operou e continua a operar-se no homem como resultado da sociabilidade regida pelo capital. (TONET, 2004, p. 87)”. E ainda: esta é uma questão que deve ser entendida objetivamente, não de forma abstrata

¹²⁹ Rastreado o processo de constituição da cidadania brasileira, Cavalcante (2007, p.111) afirma que “[...] excluindo os períodos autoritários de negação da cidadania nas próprias Constituições (1937 e 1968), do período de extensão dos direitos civis aos ‘ingênuos e libertos’ na Carta Imperial de 1824 até o amplo reconhecimento dos direitos civis, políticos, sociais e coletivos no texto constitucional de 1988, houve em termos formais, um processo considerável de conquista e de ampliação da concepção de cidadania. Esse reconhecimento no texto constitucional, entretanto, não representou mudanças na práxis político-jurídica”.

¹³⁰ Diminuição do Estado aqui não deve ser entendido como enfraquecimento de seu papel fundamental; ao contrário, é a diminuição do Estado em políticas públicas para o atendimento de algumas necessidades básicas da classe trabalhadora. Trata-se de um Estado mínimo, mas mínimo para o trabalhador e máximo para o capital e seus interesses.

ideal¹³¹. Trata-se de levar em consideração não o desejo daqueles que entendem a cidadania¹³² como espaço de participação plena, igualitária e fraterna, mas sim a base material na qual se ergue e se realiza a cidadania. Por isso “é impossível – obviamente em graus diferentes – formar cidadãos autênticos, mesmo como cidadãos, numa sociedade em que a atividade econômica é realizada de forma tão arbitrária, primitiva e predatória” (TONET, 2005, p.123). Deste modo, “por mais direitos que o indivíduo tenha, por melhor que eles sejam observados, eles sempre expressarão o fato básico de que os cidadãos não são realmente iguais (socialmente falando), nem livres” (TONET, 2004, p.87).

Com efeito, a formação de enfermagem direcionada para a cidadania, por mais desenvolvido que seja o país e sua estrutura política, implica, ainda sim, dada a conformação dos fatos, a existência de grupos com interesses antagônicos e de consequente desigualdade social. Isso é ainda muito mais expresso no caso dos países da periferia do capitalismo. Nestas realidades o efeito ideológico é duplo. De acordo com Tonet (2005, p.123), formação para a cidadania em países “subdesenvolvidos”

[...] é formar para uma dupla ilusão: Primeira, porque é impossível atingir a plenitude da cidadania (já que o fosso entre ricos e pobres aumenta em vez de diminuir). Segunda, porque mesmo que isto fosse possível, não levaria à formação de pessoas efetivamente livres, efetivamente sujeitos da história, dada a natureza própria da cidadania.

Apesar dos limites apontados e da crítica que empreendemos à formação de enfermeiros para a cidadania, é necessário frisar que estamos discutindo a cidadania como horizonte maior da formação humana. Por isso, “[...] afirmar a limitação essencial da cidadania não significa nem desqualificar a sua importância no processo social nem tomar posição a respeito da importância que ela possa ter na luta pela superação da sociabilidade da qual ela faz parte” (*idem*, p.124). Porém, da forma que é proposta nas DCENF, estando esta edificada sob a lógica do capital em crise, a noção de cidadania é de fato um instrumento ideológico de conservação do capitalismo, enquanto modelo de

¹³¹“A comparação entre países ricos e países pobres mostra claramente que o chão da cidadania não está na consciência. Nos primeiros, a base de uma cidadania amplamente desenvolvida foi a realização da revolução burguesa, econômica em primeiro lugar e em seguida política e social. Nos segundos, dá-se exatamente o inverso. É a inexistência ou a incompletude da revolução burguesa que inviabiliza, pela raiz, a instauração da cidadania (TONET, 2005, p. 123)”.

¹³² É apropriada nesse contexto a questão levantada por Mészáros (2008b, p.43). Em suas palavras: “na sociedade burguesa, ‘o capital é o poder econômico que domina tudo’, e uma atitude acrílica com relação a um poder tão abrangente inevitavelmente resulta em sistemas teóricos dominados pela manifestação do *Dasein* burguês, sejam quais forem as intenções subjetivas de pensadores específicos em relação a algumas manifestações parciais desse poder”.

sócio-metabolismo. Objetiva assim, produzir um enfermeiro que *limite* seu horizonte de contestação à busca pela participação política, a efetivação das políticas públicas do Estado e ao “protagonismo” no processo eleitoral. Nesse sentido, ratifica o *projeto societário* burguês, ao passo que escamoteia e tenta harmonizar as contradições do capitalismo, contribuindo para o *assujeitamento* do enfermeiro e de sua atividade social.

Compreendemos que essa concepção de formação política específica desemboca no nosso próximo tema: a formação do enfermeiro brasileiro direcionada para a atuação profissional no SUS. Primeiro porque ambas estão em articulação com Estado; segundo, porque o SUS se ergue, entre outras coisas, sob a égide do discurso da busca de desenvolvimento pleno da cidadania. Tais determinações estão em consideração nesse estudo, no entanto, a análise do SUS nesse momento se deu devido à determinação que este exerce na formação do setor saúde no Brasil como um todo, por ser o SUS justamente o maior local de atuação dos futuros profissionais. Anunciamos desde já que não é nosso objetivo aqui analisar detalhadamente o SUS, mas apenas as determinações na qual o sistema se ergue e aquelas que o articulam a conservação da sociabilidade burguesa e não a sua superação.

3.3 OS LIMITES E AS CONTRADIÇÕES DE UMA FORMAÇÃO EM ENFERMAGEM DIRECIONADA AO SUS

Esse item objetiva discutir criticamente a base ontológica e a função social do SUS, bem como apontar as contradições e limitações de uma formação para ele voltada. Tal como fizemos na discussão sobre a cidadania, questionamos aqui a necessidade de uma crítica – no sentido empreendido por Marx – a um modelo que indiscutivelmente, ao menos para a classe trabalhadora, representa um avanço nas formas anteriores de seu gênero. Nesse sentido, ao longo do item tentaremos expor os elementos críticos de análise que nos permitem responder a tal pergunta.

O SUS como todo fenômeno social é uma síntese de múltiplas determinações. Num plano mais superficial estamos acordo com Campos (2006), quando afirma que o século XX inaugura na história uma “tradição”¹³³, a partir da Europa e das revoluções de inspiração socialistas e das derivações desse modelo em outros países – capitalistas, inclusive –, de projetos e iniciativas que anunciavam distribuição de renda, bem estar social através de políticas públicas. “Nesse contexto, a saúde passou a ser um interesse público. Ampliou-se o escopo e a abrangência das políticas públicas de saúde, o Estado se encarregaria não somente de problemas coletivos, mas também da saúde de cada pessoa em particular” (CAMPOS, 2006, p.134).

O Brasil adota modelo semelhante no âmbito da saúde, e posteriormente de formação em saúde, a partir de 1988, com a nova Constituição. O SUS é então regulamentado pela lei 8.080, de 1990. No entanto, pressupomos a criação do SUS não de forma totalmente endógena, nem totalmente proveniente da RSB. Como vimos, ela é determinada em larga medida pelas determinações da crise estrutural do capital materializadas na Conferência de Alma-Ata e na Carta de Ottawa.

Campos (2006) afirma ainda que a reforma sanitária e a implementação de um sistema público de saúde abrangente no Brasil se deu de forma tardia, uma vez que, nesse período, os países tidos como socialistas e os que possuíram o estado de bem estar social, já haviam proposto e executado, no âmbito das políticas sociais, o “neo-reformismo liberal”.

O processo de implantação do SUS buscava “[...] modificações na organização das práticas de atenção à saúde e de gestão do sistema, permitindo a reconfiguração do modelo assistencial mediante a formulação e ampliação de propostas inovadoras associadas a novos modelos” (COSTA, 2007b, p.27).

Essa almejada modificação no modelo de atenção passa, então, a ser orientada pela adoção de medidas centradas nas ações de vigilância à saúde e na prevenção de agravos que comporta o modelo epidemiológico do coletivo, primando por ideais de participação popular na formulação e na implementação das políticas de saúde, de equidade da atenção, de universalidade do atendimento, de integralidade da assistência e, acima de tudo, pela superação da histórica dicotomia existente entre atividades assistenciais e preventivas (*idem*, p.27, 28)

¹³³ Campos (2006) atribui o movimento de criação de políticas públicas a uma espécie de tradição. Para nós tal processo transcende a esfera da tradição. Ele se assenta centralmente em determinações engendradas na esfera econômica.

Tais modificações, pressupunham, além da diversificação dos serviços de saúde, novos processos de qualificação dos trabalhadores e do trabalho em saúde alinhados com a atual reorganização econômica. Nesse sentido,

o SUS, no que diz respeito à formação profissional em saúde assume, então, o papel de interlocutor, orientando a formulação de projetos políticos pedagógicos e não somente a função de campo de prática [estágio/aprendizagem], pressupondo a necessidade de intervenção estatal via articulação ministerial nas áreas da saúde, educação, trabalho, seguridade, meio ambiente, dentre outras, para o desenvolvimento de recursos humanos do setor (*idem*, p.31).

O SUS é, assim, não só a estrutura de atuação do enfermeiro, mas um dos polos norteadores da formação em saúde e em enfermagem, ao menos a nível curricular. Tal questão é observada no texto das DCENF quando este preconiza no parágrafo único do capítulo cinco que “a formação do Enfermeiro deve atender as necessidades sociais da saúde, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS) e assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento” (BRASIL, 2001, p.3).

Somem-se a isso formulações e estratégias organizativas, no âmbito da formação de profissionais da área da saúde, alinhados aos princípios do SUS. Nesse sentido, destacam-se as Normas Operacionais Básicas, que surgem como instrumento normatizador da gestão do trabalho no SUS, estando relacionadas também com a formação de recursos humanos para atuar na área. Costa (2007a, p.31) afirma que essas normas “[...] exigem novos enfoques teóricos, de produção e de inovação tecnológica”. Esses enfoques, em nosso entendimento, estão amparados centralmente nas novas determinações econômicas postas para o setor da saúde.

Tal necessidade motivou a criação de instâncias, mecanismos e estratégias configuradas para viabilização de uma formação profissional em saúde comprometida com os princípios e as diretrizes do SUS em todos os níveis de ensino.

Dentre as principais propostas podemos destacar: o Programa de Interiorização do Trabalho em Saúde - PITI, o de Incentivo às Mudanças Curriculares nos Cursos de Medicina – Promed, o de Capacitação e Formação em Saúde da Família, o de Profissionalização dos Trabalhadores da Área da Enfermagem - PROFABE, o de Especialização de Equipes Gestoras - GERUS, o de formação de Conselheiros de Saúde, o de residência multiprofissional para saúde da família, entre outros, que viabilizaram e ainda mobilizam pessoas [profissionais, comunidade] e instituições em prol da articulação ensino/serviço para o desenvolvimento do SUS (COSTA, 2007a, p. 32, 33).

Atualmente outros programas também estão em andamento na mesma direção. Entre eles podemos citar o Programa de Educação para o Trabalho em Saúde (PET-saúde). Há ainda, no interior das instituições de ensino, estratégias que buscam a articulação ensino/serviço/movimentos organizados da população. Nesse sentido, citamos o Projeto UNI, o VER-SUS (Vivência Estágio na Realidade do Sistema Único de Saúde), o PRÓ-SAÚDE (Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde), o Aprender-SUS (COSTA, 2007a).

Nesse contexto, afirma Costa (2007a, p.45):

[...] as instituições de ensino se viram pressionadas a ampliar locais de ensino, substituir modelos pedagógicos e assegurar propostas que priorizassem o sistema de saúde em desenvolvimento no país, como forma de preparar profissionais para atuar na promoção da saúde e na prevenção de doenças, além de estimular o compromisso com a implementação de políticas e programas de governo.

Os fatos levantados por Costa (2007a) nos mostram expressões factuais importantes sobre o SUS, bem como sua parcela de determinação na assistência profissional e na formação em enfermagem. Entretanto, tais fenômenos não dão conta de questões mais essenciais, substanciais. É necessário desvelar qual a matriz estrutural do SUS e qual função social este atende. Estará aí o núcleo de quais todas as outras questões dialeticamente decorrem, invariavelmente, seja em menor ou maior grau.

O SUS é antes de tudo uma política pública. Como tal nasce de uma necessidade social determinada. Dessa maneira, assim como fizemos na análise da enfermagem, do Estado, da Ideologia e da educação, é na esfera do trabalho, nesse caso numa forma histórica particular – capitalista – de trabalho, que identificaremos a gênese da função que as políticas públicas cumprem na arena social.

Lembremos que na produção capitalista, trabalho e capital coexistem numa relação de reciprocidade dialética. Essa reciprocidade, no entanto, não significa equilíbrio, “[...] mas sim interrelação de forças antagônicas e irreconciliáveis, na qual o capital só pode existir sobre a exploração e apropriação do trabalho excedente gerado pelo trabalho” (PANIAGO, 2013). O fundamental no capitalismo é a reprodução de capital, mas como o capital não é nada sem o trabalho, nem só por um instante, ele precisa reproduzir “[...] força de trabalho (do trabalho assalariado) na medida e lugar necessários à acumulação do capital” (*idem*). Nesse sentido, Marx (1996, p.246) escreve:

a reprodução da força de trabalho, que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização, não podendo livrar-se dele e cuja subordinação ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais a que se vende, constitui de fato um momento da própria reprodução do capital.

Acumulação do capital é, portanto, multiplicação de trabalhadores. Não se pode alterar a condição de que o capital só existe em função da valorização do trabalho não-pago do trabalhador. São polos antagônicos de uma mesma relação social, na qual o capital é opositor negativo e subordinador do trabalho e daquele que o executa. Com efeito, “a disputa por condições mais favoráveis à reprodução da força de trabalho está sempre limitada à esfera da relação capital-trabalho [...]” (PANIAGO, 2013).

É a partir dessa estrutura causal que compreendemos a necessidade de políticas públicas. Estas, segundo Porto (2007, p.57), “[...] se constituem em estratégia adotada pela classe capitalista à reprodução da força de trabalho como instância produtora de riquezas” (PORTO, 2007, p. 57). Nesse sentido, garantem a reprodução ampliada do capital, ao passo que promovem a conservação física do executor do trabalho ameaçada pela superexploração (NETTO, 1992).

É nessa questão realçada por Netto (1992) que entendemos a motivação central da criação da política pública de saúde, da qual o SUS é exemplo. Ainda que algumas necessidades de saúde básicas sejam agariadas pelas ações das políticas públicas, o que é um fato positivo, a motivação central de sua formulação e instituição enquanto política não está nas necessidades humanas para um desenvolvimento genérico do homem, mas na recuperação física da força de trabalho necessária a reprodução ampliada de capital.

De acordo com Porto (2007, p. 58), as protoformas das políticas públicas

se manifestam originariamente no âmbito do capitalismo concorrencial, apresentando-se por meio de um conjunto de mediadas acionadas pelo patronato e pela igreja e, eventualmente, pelo Estado burguês, imerso em sua fase liberal. Essas iniciativas sociais se viabilizam no sentido de aplacar as profundas contradições causadas pelo desenvolvimento capitalista industrial, engendrado no final do século XVIII, em seu processo congênito de dissociação entre trabalho, produção e apropriação.

Além do papel mais objetivo da reprodução da força de trabalho, identificamos um papel ideológico – que tem implicações objetivas também – fundamental que as políticas públicas desempenham na conservação do modelo societal vigente: as políticas sociais buscam ocultar – mas não eliminam – a desigualdade econômica ontológica do capitalismo. Esse feito ideológico é garantido “[...] por meio do estímulo à participação

da classe trabalhadora no usufruto dos benefícios sociais, materializados nos serviços sociais, os quais são executados pelo Estado e financiados pelos próprios trabalhadores” (*idem*, p.57). É também dessa maneira que o Estado produz “[...] um consenso que assegura o seu desempenho” (NETTO, 1992, p. 24).

Vale lembrar que não desconsideramos que a “aquisição” de alguns direitos e que a criação de políticas públicas estão erguidas num cenário da luta de classes, ou seja, a partir das tensões entre os interesses particulares das classes antagônicas¹³⁴. Consideramos ainda que a partir disso, em muitos momentos, devido à correlação de forças, o sentido do tensionamento indica medidas que não estão diretamente ligados à reprodução do capital e que são positivas ao conjunto da população. Entretanto, elas nunca, duradouramente, podem questionar objetivamente a lógica de reprodução e acumulação ampliada do capital. Dito isso, nossa análise não se prenderá sobre o questionamento se o surgimento dessas políticas são concessão da classe dominante ou conquista das camadas populares, ainda que citemos tal problemática em alguns momentos. Analisaremos, isto sim, a relação das políticas públicas fundamentais com a reprodução do capital, os nexos que consubstanciam elas numa relação complementar.

Omena e Correia (2010, p. 38) falam que “[...] a Saúde, assim como as demais políticas públicas, tem-se constituído como uma política social resultante das relações históricas entre Estado, capital e o trabalho [...]. É em meio a essa dinâmica relação, entre reprodução de capital e de força de trabalho, que situamos o SUS. É essa a indicação central contida já na Declaração de Alma-Ata; essa é a razão fundamental que fez com que a estrutura de comando política do capital, o Estado, o acomodasse (o SUS) na forma de política pública. Não é demais lembrar que aqui não desconsideramos as lutas travadas pela RBS, muito menos sua importância para a melhoria da saúde de grande parcela dos brasileiros. Trata-se de entender que mesmo enquanto reivindicação justa e popular, o SUS da forma que se expressa na realidade concreta, não foi, e não é antagônico, em essência, as estruturas causais da reprodução da sociedade capitalista. E mesmo quando em algum momento se propuseram medidas que perturbariam essa lógica, estas não ultrapassaram a instância jurídico-formal. Nesse sentido, tentaremos

¹³⁴ Paniago (2013) identifica três posicionamentos críticos diferentes sobre tal questão: a primeira concebe esses direitos como concessões do Estado; um segundo posicionamento “considera como única conquista relatada pela ‘literatura pertinente’, a luta pela jornada de trabalho na Inglaterra no séc. XIX [...]”, e um terceiro posicionamento se refere aqueles que “pretendem atribuir duplo sentido, ora concessão, ora conquista”.

justificar tal proposição a partir das contradições objetivas contidas no próprio sistema de saúde.

Na análise do SUS, é fundamentalmente necessário levarmos em consideração a sua constituição alicerçada na dialética público/privado posta pelo *sóciometabolismo* do capital. Para nós, e aí amparados nas indicações marxistas, a forma como se organiza o trabalho no capitalismo faz surgir, a sua maneira, conflitos de interesses individuais e coletivos.

Nesta nova ordem, o público e o privado estão situados historicamente, associados aos limites da sociedade capitalista e da lógica de produção e reprodução da vida sob o domínio do capital. Assim, com a implantação do Estado moderno, o conceito de privado passou a ser visto pelo viés das questões do mercado e da privacidade do indivíduo, enquanto o conceito de público foi adotado para a esfera estatal como um espaço de decisões das relações políticas da sociedade (OMENA; CORREIA, 2010, p. 374).

Dada à reciprocidade dialética entre esfera econômica e Estado moderno, entre público e privado, conceber o fenômeno desse modo, cindido, é partir por um caminho de análise simplista, mecânico e unidirecional. Na verdade “[...] as esferas do público e do privado no capitalismo, correspondem a uma unidade contraditória de interesses sociais antagônicos” (MINTO *apud* OMENA; CORREIA, 2010, p. 374). O público não deve ser associado direta e exclusivamente ao que é estatal, tampouco o privado da mesma forma ao mercado, pois “[...] a coisa pública não deixa de ser uma interpelação do privado”, tem-se, isto sim, uma relação dialética (ACIOLE *apud* OMENA; CORREIA, 2010, p. 376).

No Brasil, embora no discurso oficializado pelo Estado, o SUS seja um sistema único, vemos se processando em sua estrutura dois projetos pontualmente distintos. O primeiro sustentado com base na RBS, que pretende uma forma de saúde alinhada com uma forma estatal mais interventora e voltada para a forma burguesa clássica de cidadania. E um segundo projeto, este totalmente envolto nas formas mais cruas das determinações da crise na forma neoliberal, tido como projeto privatista (OMENA, CORREIA, 2010).

Com concepção semelhante, Menicucci (2006) afirma que não existe, de fato, no país um sistema único como é anunciado oficialmente, mas sim um sistema de saúde dual. “O ponto de partida empírico é a constatação de que a assistência à saúde no Brasil, numa perspectiva institucional, é constituída por dois segmentos”

(MENICUCCI, 2006, p.60). O primeiro deles é o público-estatal onde o acesso é supostamente, universal, gratuito e igualitário, aparado na Constituição. Já o segundo segmento é o privado,

no qual o acesso se dá a partir do poder de compra ou da inserção privilegiada no mercado de trabalho[...]. Ao contrário da assistência pública, a assistência de caráter privado caracteriza-se pela diferenciação a partir das características do produto, que se adquire em um mercado altamente competitivo e diversificado, embora concentrado geograficamente nas regiões Sul e Sudeste, tanto pelo lado da oferta quanto da demanda (*idem, ibidem*).

Cabe aqui uma ressalva ao caráter dual do SUS. Para nós, essa dualidade representa expressões distintas de um processo que possui substância comum, a saber: a reprodução do capital. Trata-se de considerar, a nosso ver, um duplo padrão, que de maneiras particulares, convergem no alcance do objetivo de manutenção da ordem do capitalista. Vale lembrar que o Estado é parte do sistema do capital, tal como são as unidades produtivas. É por isso que não nos causa estranheza o fato de que as estruturas estatais, como é o caso do Ministério da Saúde, agenciem e gerenciem os interesses do mercado.

Nesse campo o Estado atua tanto sob a forma de intervenção direta, se responsabilizando pelo financiamento total e por grande parte da execução dos serviços de saúde, como pela regulação do mercado privado. Se no primeiro caso a intervenção governamental visa garantir o direito constitucional à saúde, que se traduz principalmente no acesso aos serviços de saúde, no segundo, o objetivo é regular o mercado, buscando garantir a concorrência, e portanto desenvolver esse mercado, e os direitos do consumidor que adquire planos privados de saúde. (*idem, p. 60, 61*)

Omena e Correia (2010, p.382), reafirmando a existência de dois projetos distintos de construção do SUS, alertam que “embora estes dois [...] sejam antagônicos e em disputa, eles têm sido cada vez mais imbricados em vista aos interesses do capital [...]”¹³⁵. Tal realidade se concretiza mesmo o texto constitucional definindo que a participação do setor privado no SUS se dê forma complementar, “[...] o que pressupõe a priorização da rede pública e a utilização da rede privada apenas na hipótese de insuficiência daquela” (MENICUCCI, 2006, p.63).

Destarte, é materializado atualmente um processo de descaracterização e sucateamento arquitetado do SUS, indo de encontro a muitos dos ideais propostos pela

¹³⁵ É expressão desse processo o fato de que “nos últimos anos o mercado de saúde tem crescido demasiadamente, segundo dados da Agência Nacional de Saúde – ANS, até março de 2008 o total de operadoras de planos de saúde no Brasil era de 1.867, com 49.275.974 beneficiários, o que corresponde a cerca de 26% do total de brasileiros, distribuídos desigualmente” (OMENA; CORREIA, 2010, p.383).

RBS. A nosso ver, tal processo é desencadeado e acelerado pelas demandas impostas a partir crise estrutural do capitalismo, uma vez que agora, mais do que nunca, o setor saúde constitui também um mercado em potencial. Nesse sentido, Omena e Correia (2010, p.384) argumentam que

no Brasil, conforme dados do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a cadeia produtiva da saúde representa entre 7% e 8% do PIB, o que significa a mobilização de R\$ 160 bilhões dos recursos públicos e é caracterizada pela forte dependência de importações nos produtos de maior densidade de conhecimento e tecnologia.

A crise estrutural do sistema do capital e sua expressão na agenda neoliberal para as políticas públicas vêm acarretando nestas últimas uma nova conformação na forma de diminuição da participação diretamente estatal.

Assim, a modernização e racionalização do Estado constituem na minimização da atuação do Estado no tocante às políticas sociais, transferindo a produção de bens e serviços à sociedade, à iniciativa privada; na redução ou desmonte das políticas de proteção social, adoção de políticas centralizadas e focalizadas, na precarização dos serviços públicos; e principalmente na privatização da esfera estatal em nome da superação de visões do passado de um Estado assistencialista e paternalista (*idem*, p. 380).

É nesse entremeio que compreendemos o protagonismo do Banco Mundial, entre outras coisas, enquanto locutor do capital, sobre a política de saúde dos países da periferia do capitalismo. Segundo Correia (2010, p. 342), este protagonismo materializa-se “[...] nos documentos por ele produzidos nesta área, os quais contêm orientações para as políticas estatais a serem implementadas, mediante disponibilização de empréstimos”.

Um exemplo dessa realidade é o documento de 1987 do Banco Mundial “Financiando os Serviços de Saúde nos países em desenvolvimento: uma agenda para a reforma”. Tal documento “[...] congrega a agenda de reformas propostas pelo Banco na área da Saúde aos países por ele subsidiados” (*idem, ibidem*). Suas proposições fundamentais estão no sentido de fortalecer os setores não-governamentais ligados à prestação de serviços e a descentralização dos sistemas públicos de saúde.

Nesse sentido, as diretrizes defendidas pelo BM, alinhadas às determinações da crise estrutural, “[...] tem como objetivo facilitar o ingresso da iniciativa privada na oferta de saúde, ao mesmo tempo em que contribui para a redefinição do papel dos Estados nacionais periféricos” (RIZZOTTO *apud* CORREIA, 2010, p.343, 344). Essa dinâmica se expressa no setor saúde na forma de privatizações, terceirizações,

participação efetiva e crescente do terceiro setor e a criação de Organizações Sociais de Saúde (OSS) ¹³⁶.

Nessa esteira, Menicucci (2006, p.72) lança a questão de que no setor de saúde pública brasileira “[...] a regulação do setor privado não ocorreu no sentido de definir sua articulação com o setor público ou de determinar espaços e regras de atuação [...]”. E a nosso ver nem poderia, afinal o capital é incontrolável, ele não obedece regra alguma, a não ser a sua própria. O resultado da política de saúde, quando, por exemplo, quis impor alguma regulação sobre o setor privado, na forma de marco regulatório da operação de planos de saúde, desnudou expressões distintas de uma atuação estatal de duplo padrão.

Por um lado, a lógica da assistência como um direito da cidadania, que traz implícitas as idéias de universalidade e igualdade, e, por outro, a lógica da assistência como um bem oferecido e adquirido no mercado que, por sua vez, remete à diferenciação por segmentos e produtos, definida a partir do poder de compra ou de condições privilegiadas de acesso ao consumo de serviços de saúde (MENICUCCI, 2006, p. 72).

Dessa forma, o Estado, ao anunciar um acesso universal à saúde ligado à esfera pública, fomenta e fortalece o setor privado. Isso decorre do fato de ser o Estado moderno uma espécie de comitê executivo da burguesia. Em relação à particularidade do Estado brasileiro no que concerne ao setor saúde, essa condição se dá quando

[...] a política de saúde passa, formalmente, a incorporar a assistência privada ao escopo de intervenção governamental sob a forma de regulação do mercado privado com vistas a desenvolvê-lo e torná-lo mais eficiente, o que significa a ampliação da oferta e do consumo de planos e seguros de saúde. Ao fazer isso, a própria política consagra e legitima o caráter dual da assistência (*idem, ibidem*).

Para nós, essa condição aparentemente dúbia se dá devido à base material na qual o SUS se ergue, devido a sua função social no seio da sociabilidade vigente. Lembremos que como uma política pública de saúde, a função social do SUS está centralmente comprometida em propiciar as condições necessárias para que os indivíduos estejam economicamente – segundo a lógica do capital – produtivos. Portanto, na realidade duradoura, não é o SUS que subjuga os imperativos do capital, mas o oposto. O capital, enquanto fundamento da sociabilidade burguesa, lança inicialmente a proposta de um sistema de saúde nacional; adentra ideologicamente no

¹³⁶ Compreendemos que tais expressões possuem diferenças significativas entre si, mesmo que tenham como semelhança o fato de serem estratégias do capital para o setor saúde. Entretanto, a discussão detalhada de cada uma dessas estratégias, apesar de constituir uma tarefa relevante, extrapolaria nossas possibilidades no momento.

universo de um movimento popular – a RBS – que reivindica melhores condições de saúde; anuncia que acomodará tais reivindicações, graças a sua estrutura de comando político, dentro da esfera política; e num processo contínuo e agressivo subverte algumas destas mesmas reivindicações que por ventura vão de encontro a sua incorrigível lógica. O capital e sua estrutura de comando político promovem assim a *mitologização* de pressupostos estruturantes – universalidade, integralidade e equidade –, ao passo que materializam os imperativos do capital, do mercado e da crise estrutural.

Faz-se pertinente então a reflexão feita por Paniago (2013). Em suas palavras:

As condições de vida impostas aos trabalhadores em geral, nos marcos da crise estrutural do capitalismo – crise nunca vista como agora – exige uma reação que vá para além da mera contabilidade de ganhos e perdas de direitos sociais. Recoloca na ordem do dia a própria continuidade da ordem do capital. E nos obrigam a reexaminar os pressupostos teóricos das políticas sociais premidos pela situação presente, como meio de inserir as políticas sociais no cerne das transformações atuais, considerando que se por um lado, lhes trouxe restrições indesejadas, por outro, tornou mais evidente suas limitações, uma vez que, mesmo obtendo-se ganhos parciais em benefício do trabalho, e não importa se em maior ou menor grau, este permanece, na palavras de Mészáros (1995:540), ‘firmemente acorrentado ao círculo vicioso do sistema do capital’ e de suas necessidades de autovalorização, bem como a tudo que isso implica para a satisfação das necessidades sociais.

É aqui que está situada a limitação do SUS. As políticas públicas – cujas qual o SUS confere exemplo – “[...] subordinadas aos interesses da acumulação do capital só podem significar, em circunstâncias históricas favoráveis, movimentação em ambos os lados da relação capital-trabalho quanto à margem negociável da distribuição da riqueza social”, podendo, no máximo, fazer retornar de volta aos trabalhadores uma parte maior do fruto de sua própria exploração (PANIAGO, 2013). Desse modo, podem até

[...] ampliar o âmbito de suas satisfações, podem prover melhor seu fundo de consumo de vestuário, móveis etc., e constituir um pequeno fundo de reserva em dinheiro. Mas assim como melhor vestuário, alimentação, tratamento e um pecúlio maior não superam a relação de dependência e a exploração do escravo, tampouco superam as do assalariado” (MARX, 1996, p. 250, 251).

De fato, as políticas públicas permitem na verdade, apenas reduzir o aperto do tamanho e do peso “[...] da cadeia de ouro, que o próprio trabalhador forjou para si [...]” (*idem, ibidem*).

Tal como fizemos na discussão sobre a cidadania, nossa intenção não é desmerecer os avanços proporcionados pelo SUS e por aqueles que lutam diariamente por meio de suas estruturas, tampouco propomos abandonar a luta pelo melhoramento, ainda que mínimo, das condições de saúde da classe trabalhadora. Mas, procuramos

apontar os limites colocados pelas condições objetivas na qual se ergue o SUS como uma reforma. Afinal, a estratégia reformista é em última análise, segundo Mészáros, (2008a, p.62)

[...] baseada na tentativa de postular uma mudança gradual na sociedade através da qual se removem defeitos específicos, de forma a minar a base sobre a qual as reivindicações de um sistema alternativo possam ser articuladas. Isso é factível somente numa teoria tendencialmente fictícia, uma vez que as soluções preconizadas, as “reformas”, na prática são estruturalmente irrealizáveis dentro da estrutura estabelecida de sociedade. Dessa forma torna-se claro que o objeto real do reformismo não é de forma alguma aquele que ele reivindica para si próprio: a verdadeira solução para os inegáveis defeitos específicos, mesmo que sua magnitude seja deliberadamente minimizada, e mesmo que o modo planejado para lidar com eles seja reconhecidamente (mas de forma a isentar a própria responsabilidade) muito lento. O único termo que de fato tem um sentido objetivo nesse discurso é “gradual”, e mesmo este é abusivamente expandido dentro de uma estratégia global, o que não pode ocorrer. Pois os defeitos específicos do capitalismo não podem sequer ser observados superficialmente, quanto mais ser realmente resolvidos sem que se faça referência ao sistema como um todo, que necessariamente os produz e constantemente os reproduz.

Com efeito, um sistema de saúde de fato integral, equânime e universal requer outra forma de organização social. Tais pressupostos, numa sociedade dividida em interesses antagônicos que coisifica o humano e subjugam o trabalho ao estranhamento, só podem se materializar na forma de retórica, e nesse sentido, produzir o efeito ideológico mistificador do caráter positivo do eterno reformismo.

A crítica ao SUS dá-se assim, enquanto concepção de que este e sua efetivação devam ser o último horizonte da assistência em saúde da população brasileira. Tal como o cidadão não é um homem livre e integral, a assistência praticada pelo enfermeiro a partir do SUS, por mais bem intencionada e qualificada tecnicamente que seja nunca será de fato universal, equânime e integral.

Nesse sentido, quando o texto das DCENF anuncia que a formação do enfermeiro deve atender as necessidades sociais da saúde com ênfase no SUS, e não questioná-lo ou superá-lo, pressupomos, a partir do que expomos nesse item, que tal documento pretende uma formação e uma atuação profissional do enfermeiro, em última instância, para a sociedade do capital. Esse é o elo que une a formação para o SUS com o projeto societário burguês.

Enfim, é a partir desse entendimento que apontamos para a superação da relação dialética do SUS e da formação profissional de enfermagem sob a mesma lógica, pois

como falara Mészáros (2008a, p.45): temos que “[...] abraçar plenamente a grande tarefa histórica de nosso tempo, ou seja, a tarefa de romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana [...]”.

À GUIA DE CONCLUSÃO

[...] a exigência de que abandonem as ilusões acerca de uma condição é a exigência de que abandonem uma condição que necessita de ilusões.

Karl Marx

A formação de enfermeiros no Brasil é uma expressão historicamente construída a partir das relações que os homens travam na arena social, na qual a produção material da existência, a economia, exerce um papel determinantemente central. Consideramos que tais relações são marcadas até as últimas instâncias pela luta de classes. Partindo desse pressuposto, o presente trabalho objetivou analisar a relação entre o *projeto societário* burguês e as DCENF. O percurso de estudo nos possibilitou resgatar a constituição da formação profissional de Enfermagem com o modelo societal burguês, com destaque para as refrações ideológicas da luta de classes nesse processo.

Agindo metodologicamente tal como indicado por Marx, consideramos que as DCENF consistem em uma síntese de múltiplas determinações, uma expressão factual composta pelo movimento dialético de diversos complexos sociais. Alguns destes complexos, no entanto, são centrais. Nesse sentido, agimos inicialmente decompondo nosso objeto de pesquisa a procura das determinações essenciais que o constituem. Com efeito, o primeiro resultado significativo a que chegamos foi à compreensão de que o *cuidado de enfermagem*, o Estado, a educação e a ideologia, articulados dialeticamente pelo *sociometabolismo* do capital, compõem a estrutura dinâmica central do processo de formação de enfermeiros no Brasil.

O *cuidado de enfermagem* é o objeto central da formação profissional de enfermeiros. Entretanto, esse tipo de cuidado é, e vem sendo, constituído historicamente em consonância com o atendimento das demandas específicas da sociedade do capital, ou seja: em última análise, a potência que determina as expressões assumidas pelo *cuidado de enfermagem* e pela formação profissional de enfermeiros não são as necessidades humanas, mas as demandas decorrentes do processo de expansão e acumulação do capital. Esse desvio, por parte da formação em enfermagem ao

atendimento de demandas específicas da sociabilidade capitalista, só é possível graças à reciprocidade dialética entre Estado moderno e capitalismo. Cabe ao Estado a função de organizar a estrutura formativa escolar em estruturas compatíveis com a lei geral de acumulação capitalista. Como as leis capitalistas são essencialmente antagônicas às aspirações humanas, faz-se necessário, a todo momento, o uso de um determinado quadro de valores, na forma de ideologia, que se ponha no sentido da harmonização imediata de conflitos engendrados pelas contradições capitalistas – ainda que essa harmonização seja na verdade mistificação –, contribuindo assim para a internalização das demandas do capital pelo conjunto dos indivíduos.

É oportuno afirmar que o período histórico em que vivemos, e no qual se erguem as DCENF, é o período histórico da crise estrutural do sistema capital. Não se trata de uma crise cíclica como em outrora. A crise estrutural do capital vai muito além de uma crise setorialmente econômica. Ela é, na verdade, uma perturbação que coloca em cheque todo o seu sistema, toda a sua forma de *sociometabolismo*, e ainda mais: coloca em risco a sobrevivência da humanidade. Por isso, a crise estrutural é a crise de todos os complexos sociais, é a crise da educação, é a crise da ideologia, é a crise do Estado, enfim, é a crise da enfermagem.

Desta feita, anunciamos outros dois resultados significativos a que chegamos a partir de nossa investigação: primeiramente, a crise estrutural, como expressão substantiva do atual momento do capital, é a potência determinante, mas de forma alguma única, da reorganização do exercício profissional de enfermagem no Brasil¹³⁷. É, em última análise, a partir das medidas paliativas de resolução das expressões mais explosivas da crise estrutural, que se ergue, sob a atuação ideológica, a preconização de uma atividade em enfermagem flexível, polivalente e criativa. Segundo, dialeticamente, as mudanças nas expressões assumidas pelo *cuidado de enfermagem*, engendradas a partir da economia, produzem também mudanças significativas, ainda que não essenciais, na formação profissional de enfermeiros no Brasil. Em tempos de crise estrutural do capital, essas refrações – que são de fato imposições – determinam, historicamente, por meios diversos, mudanças nas expressões do complexo educativo escolar, com destaque para o currículo. São mudanças que incorporam aspectos teórico-metodológicos implementados numa perspectiva de “desenvolvimento” profissional.

¹³⁷ Na verdade, trata-se de um processo universal.

Contudo, não interferem significativamente no caráter norteador da profissão, uma vez que acentuam ainda mais a sua contribuição para a reprodução do modelo societário vigente, o que, em nossa opinião, constitui a sua substância, pois desde o seu momento mais inicial a enfermagem moderna e seu processo formativo estiveram comprometidos com tais interesses. A expressão documental mais significativa desse movimento de determinação da crise no processo formativo de enfermagem são as DCENF; a crise estrutural do sistema do capital é seu próprio solo histórico produtor.

É fundamental afirmar aqui a natureza ideológica das DCENF. Sabemos que a Ideologia é parte constitutiva do complexo educativo escolar no capitalismo, no caso das referidas Diretrizes, a Ideologia constrói um quadro de valores, explícitos e implícitos, que legitima as demandas específicas e conflituosas decorrentes do momento atual do sistema do capital. É com o auxílio da Ideologia que as DCENF preconizam um determinado tipo de profissional; um tipo de profissional alinhado a uma dada realidade. Eis aí elo entre o *projeto societário* burguês e as DCENF; eis aí sua materialização. Contudo, essa materialização carrega não só as determinações mais essenciais do *sociometabolismo* do capital, como também, e principalmente, as determinações da crise estrutural.

Nas DCENF, as determinações explosivas do capital em crise são ideologicamente ocultadas, uma vez que as atuais condições sociais são naturalizadas e rearranjadas sob o signo da mistificação ideológica, produzindo finalmente sentidos tidos como positivos para a formação de enfermeiros no Brasil, assegurando “[...] que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema” (MÉSZÁROS, 2008a, p. 44).

Por isso, mesmo em face ao grande alarde feito pela maioria dos intelectuais de enfermagem, recomendamos certo cuidado quando da suposta mudança substantiva que as DCENF constituem na formação de enfermeiros no país. Pressupomos que tais mudanças se configuram, no máximo, como mudanças fenomênicas. Ou seja, formar o enfermeiro a partir de uma proposta pedagógica centrada na pedagogia das competências, direcionada para a cidadania e para o SUS, não rompe com aquilo que historicamente tem sido a substância da formação profissional de enfermagem: formar uma força de trabalho alinhada às demandas do capital. Ao contrário, sob a pretensão de

ser uma proposta progressista, as DCENF mistificam e escamoteiam determinações diametralmente opostas às necessidades ontologicamente humanas.

Com isso não negamos os pontuais avanços que as DCENF representam em relação às propostas curriculares anteriores, mas, enquanto a crítica que este trabalho se propôs a fazer é preciso apontar algumas de suas limitações. Nesse sentido, sua limitação central é justamente a vinculação obrigatória, de caráter desenvolvimentista, entre tais Diretrizes e a sociabilidade burguesa; sua limitação essencial é propriamente a materialização do *projeto societário* burguês e das demandas da crise estrutural do capital em sua constituição. Portanto, as DCENF não significam transformação substancial, mas, ao contrário, representam melhoramento, aperfeiçoamento, o que nesse caso específico remete à manutenção, à conservação do atual estado de coisas. Em termos ainda mais simples: formar enfermeiros a partir da pedagogia das competências, para a cidadania e para o SUS, é formar enfermeiros para o capital em crise estrutural.

Entendemos as limitações desse estudo, o problema está aqui apenas lançado, portanto, longe de ser esgotado. Com efeito, apontamos para a necessidade de continuidade da investigação desse objeto. Um exemplo disso é a significativa lacuna que deixamos referente à aparente insustentabilidade do discurso de formação de um enfermeiro crítico-reflexivo a partir dos referenciais teóricos contidos nas DCENF, problemática esta a qual objetivamos num futuro próximo nos dedicar.

Por fim, apontamos para a necessidade de um processo formativo de enfermagem comprometido com um projeto alternativo de sociedade, uma vez que as contradições impostas pelo capital não só impossibilitam uma prática de enfermagem realmente voltada para as necessidades humanas, como também, e principalmente, ameaçam severamente a continuidade da existência da humanidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. P.; ROCHA, J. S. Y. **O saber da Enfermagem e sua dimensão prática**. São Paulo: Cortez, 1986.

ALVES, G. **A crise estrutural do capital e sua fenomenologia histórica**. (21/09/2012) Disponível em <http://blogdaboitempo.com.br/2012/09/21/a-crise-estrutural-do-capital-e-sua-fenomenologia-historica/> Acesso em: 20/08/2014.

_____. **O novo (e precário) mundo do trabalho** – reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2010.

ARAÚJO, R. M. L. As referências da pedagogia das competências. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. 02, p. 497-524, jul./dez. 2004.

_____. **Desenvolvimento de Competências Profissionais: as incoerências de um discurso**. Tese de Doutorado em Educação. UFMG, 2001. Não publicado.

AUED, B. W. (org.) **Educação para o (des) emprego** – ou quando estar liberto da necessidade de emprego é um tormento. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

BAGNATO, M. H. S. **Licenciatura em enfermagem: para quê?** Tese de Doutorado, Campinas: Faculdade de Educação, Unicamp, 1994.

BATISTA, R. L. ; ALVES, G. **A ideologia da educação profissional no contexto do neoliberalismo e da reestruturação produtiva do capital**. In.: VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" 7, 2009, Campinas/ SP – UNICAMP. Anais (on-line). Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/6rKPRHeZ.pdf Acesso em: 14/07/ 2014.

BELLATO, R.; PASTI, M. J.; TAKEDA, E. Algumas reflexões sobre o método funcional no trabalho da enfermagem. **Rev. latino-am.enfermagem**, Ribeirão Preto, v.5,n.1,p.75-81, janeiro 1997.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 3/2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 de Novembro de 2001. Seção 1, p. 37.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996**. Congresso Nacional, Brasília, 1996.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Orçamentos da União exercício financeiro 2014: projeto de lei orçamentária**. - Brasília, 2013.

- _____, Ministério da Saúde. **Sistema Único de Saúde (SUS): princípios e conquistas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.
- CAMPOS, G. W. S. Reflexões sobre a construção do Sistema Único de Saúde (SUS): um modo singular de produzir política pública. **Serviço Social e Sociedade**. SUAS e SUS. Ano XXVI, n° 87, São Paulo: Cortez, 2006.
- CAMPOS, R. M. **Satisfação da equipe de Enfermagem de Serviço de Atendimento Móvel às Urgências (SAMU) no ambiente de trabalho**. 2005. 128f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Universidade federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2005.
- CARDOZO, E. E. **Repensando a formação do enfermeiro: o processo de conscientização crítica e práticas docentes à luz do referencial ético-humanista**. Tese de Doutorado em Enfermagem. Universidade de São Paulo. USP. 2005.
- CARRERA, G.; REASCOS, J. N. **Manual de Enfermagem**. São Paulo: Vergara, 2006.
- CARRIJO, C. I. S, *et al.* A Empregabilidade de Egressos de um Curso de Graduação em Enfermagem. **R Enferm UERJ**, Rio de Janeiro, 2007 jul/set; 15(3):356-63.
- CARVALHO, A. C. **Associação Brasileira de Enfermagem – 1926/1977 – Documentário**. Brasília/DF: ABEn nacional, 2006.
- CASTIEL, L. D. Atopia/utopia – Alma-Ata, saúde pública e o “Cazaquistão”. Florianópolis: **Revista Internacional Interdisciplinar. INTERthesis**, v.9, n.2, p. 62-83, 2012.
- CAVALCANTE, M. S. A. O. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira: o simulacro de um discurso modernizador**. Maceió: Edufal, 2007.
- CAVALCANTI, F. M. S. *et al.*, A precarização do Trabalho de Enfermagem. In: SOUZA, D. O. ; SILVA, S. E. V. (orgs.). **Enfermagem em Diversas áreas de atuação**. Maceió: Edufal, 2012.
- CHIRELLI, M. Q. **O processo de formação do enfermeiro crítico-reflexivo da visão dos alunos do curso de enfermagem da FAMEMA**. Tese de doutorado em enfermagem. USP/ Ribeirão Preto, 2002.
- COLENCI, R. ; BERTI, W. B. Formação profissional e inserção no mercado de trabalho: percepções de egressos de graduação em enfermagem. **Rev Esc Enferm USP**, 2012; 46(1):158-66.
- COLLIÈRE, M. F. **Promover a vida**. Lisboa: Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, 1989.
- CORREIA, M. V. C. Contra-Reforma na Política de Saúde Brasileira: Flexibilização da Gestão e as Fundações de Direito Privado. In.: COSTA, M. G. ; PRÉDES, R. S. R. (orgs.). **Crise Contemporânea e Serviço Social**. Maceió: Edufal, 2010.
- COSTA, R. K. S. **A formação acadêmica do enfermeiro para o SUS na percepção de docentes e discentes da faculdade de enfermagem /UERN**. Dissertação de Mestrado em Enfermagem. UERN: PPGEn, 2007a. Não publicado.

COSTA, F. J. F. **Ideologia e Educação na Perspectiva da Ontologia Marxiana**. Tese de Doutorado em Educação Brasileira. UFC: PPEB, 2007b. Não Publicado.

COSTA, G. M. Lúkács e a Ideologia como Categoria Ontológica da Vida Social. Maringá/PR: **Revista Urutágua**. n. 9, 2006.

COSTA, M. G. ; PRÉDES, R. S. R. (orgs.). **Crise Contemporânea e Serviço Social**. Maceió: Edufal, 2010.

CRUZ, R. M. **Formação profissional e formação humana: os (des) caminhos da relação homem-trabalho na modernidade**. In.: AUED, B. W. (org.) Educação para o (des) emprego – ou quando estar liberto da necessidade de emprego é um tormento. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

DANIELSKI, K. **O currículo integrado em enfermagem – um estudo sobre a faculdade regional de Blumenau**. Dissertação de Mestrado em Educação. FURB, 2009. Não publicado.

DECLARAÇÃO DE ALMA-ATA. **Conferência Internacional sobre cuidados primários de saúde**. Alma-Ata; USSR, 1978.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 2 ed. São Paulo / Brasília, Cortez / MEC / UNESCO, 1999.

DUARTE, N. (org.) **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas/SP: Autores Associados, 2012a.

_____. O Bezerro de Ouro, o Fetichismo da Mercadoria e o Fetichismo da Individualidade. In.: DUARTE, N. (org.) **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas/SP: Autores Associados, 2012b.

_____. **Vigotski e o “Aprender a Aprender” Crítica às Apropriações Neoliberais e Pós- Modernas da Teoria Vigotskiana**. 2. ed. rev. e ampl. — Campinas/ SP: Autores Associados , 2001.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ENGUITA, M. F. **Trabalho, Escola e Ideologia – Marx e a crítica da educação**. Porto Alegre/RS: Artes médicas, 1993.

FERREIRA, A. C. M. *et al.* Enfermagem: Perspectivas de Inserção de Egressos da Graduação no Mercado de Trabalho. **Rev. Meio Amb. Saúde** 2007; 2(1): 151-165.

FREIRE, M . A. M.; AMORIM, W. **O Relatório Goldmark e a Enfermagem de saúde pública na capital do Brasil – 1923 a 1927**. In.: PORTO; F.; AMORIM, W. (Orgs.) História da Enfermagem. São Caetano do Sul/SP: Yendis, 2010.

FREITAS, L. C. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas/SP: Papirus, 1995.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática.** In.: GENTILI, P. A. A.; SILVA T. T. Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação – Visões Críticas. Petrópolis/RJ : Editora Vozes, 2001

FURTADO, Y. M. C.; SILVA, E. L.; FERREIRA, D. A. P. *et al.* **Qualidade de vida e satisfação no trabalho:** estudo com profissionais de Enfermagem trabalhadores de centro cirúrgico. In.: SOUSA, F. G. M. (org.). Enfermagem, saúde e cuidado. Florianópolis: Papa-livro, 2011.

GALLEGUILLOS, T. G. B.; OLIVEIRA, M. A. C. A gênese e o desenvolvimento histórico do ensino de enfermagem no Brasil. **Rev Esc Enf USP**, v.35, n. 1,p. 80-7, mar. 2001

GENTILI, P. Neoliberalismo e Educação: manual do usuário. In: SILVA, T. T., Gentili, P. (orgs). **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo.** Brasília: CNTE. 1996.

GENTILI, P. A. A.; SILVA T. T. (orgs.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação – Visões Críticas.** Petrópolis/RJ : Editora Vozes, 2001.

GERMANO, R. M. **Educação e ideologia da Enfermagem no Brasil – 1955-1980.** 4. ed. rev. e ampl. São Caetano do Sul/SP: Yendis, 2007.

GOMES, V.C. O ajuste das políticas educacionais às determinações do capital em crise: considerações iniciais sobre os rumos na América Latina. In.: BERTOLDO, E.; MOREIRA, L. A. L.; JIMENEZ, S. (orgs.) **Trabalho, Educação e Formação Humana Frente à Necessidade Histórica da Revolução.** São Paulo: Instituto Lúkács, 2012.

ITO, E. E.; SANTOS, M. A. M.; GRAZZI, O. *et al.* **Anotação de Enfermagem – reflexo do cuidado.** 1. ed. São Paulo: Martinari, 2011.

KIKUCHI, E. M. **Vivenciando o Mundo da Avaliação em um Currículo Integrado de Enfermagem: uma Abordagem à Luz de Heidegger.** Tese de Doutorado em Enfermagem. UEL, 2009. Não publicado.

KIRCHHOF, A. L. C. *et al.* Condições de Trabalho e Características Sócio-Demográficas Relacionadas à Presença de Distúrbios Psíquicos Menores em Trabalhadores de Enfermagem. **Texto Contexto Enferm, Florianópolis**, 2009 Abr-Jun; 18(2): 215-23.

LACKS, S. **Formação de Professores: a possibilidade da prática como articuladora do conhecimento.** Tese de Doutorado em Educação. UFBA, 2004.

LÊNIN, V.I. **O Estado e a Revolução.** Campinas/SP: FE/UNICAMP, 2011.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo.** Lisboa: Horizonte, 1978.

LESSA, S. Beyond Capital: Estado e capital. São Paulo: **Revista Serviço Social e Sociedade**, v. 56, pp. 135-151, 1998.

_____. **Lúkács: Trabalho, Objetivação, Alienação.** Trans/forma/ação, Unesp/Marília, São Paulo, V. 15, p. 39-51, 1992.

_____. **Serviço Social e Trabalho – Porque o Serviço Social Não é Trabalho.** 2. ed. São Paulo: Instituto Lúkács, 2012.

- _____. **Trabalho e história.** In. MAGALHÃES, B.; BERTOLDO, E. (orgs.). Trabalho, educação e formação humana. Maceió: Edufal/PPGE/CEDU, 2005.
- _____. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2007.
- LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à Filosofia de Marx.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- LIMA, M. F.; JIMENEZ, S.V. O complexo da educação em Lúkacs: uma análise à luz das categorias trabalho e reprodução social. Belo Horizonte: **Educação em Revista**, v.27, n.02, p.73-94. 2011.
- LINS, A. M. **O programa UNI da fundação Kellogg no Brasil: uma avaliação a partir do postulado de coerência de Mario Testa.** Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva. UNICAMP, 1997. Não publicado.
- LOPES JÚNIOR, L. C. **Análise do ensino de genética e genômica em cursos de graduação em enfermagem no Brasil.** Dissertação de Mestrado em Ciências. USP, 2013. Não publicado.
- LUKÁCS, G. **Il laboro. Per una ontologia dell'Essere Sociale.** Vol. 1. Roma: Editori Riuniti, 1976/1983. Tradução de Ivo Tonet. Mimeo.
- MACHADO, L. R. S. Formação geral e especializada - fim da dualidade com as transformações produtivas do capitalismo? **Revista Brasileira de Educação.** n° 0, 1995. p. 83-93.
- MALAGUTTI, W. (org.). **Bioética e Enfermagem – controvérsias, desafios e conquistas.** Rio de Janeiro: Rubio, 2007.
- MALISKA, I. C. A. *et al.* **A organização da Enfermagem e da saúde no contexto da idade contemporânea: a revolução tecnológica (1990-2008).** In.: PADILHA, M. I.; BORENSTEIN, M. S.; SANTOS, I. Enfermagem – história de uma profissão. São Caetano do Sul/SP: Editora Difusão, 2011.
- MARTINS, L. G. Da formação humana em Marx à crítica da pedagogia das competências. In.: DUARTE, N. (org.) **Crítica ao fetichismo da individualidade.** Campinas: Autores Associados, 2012.
- MARX, K. **A Guerra Civil na França.** A Revolução antes da Revolução – Assim lutam os povos. v. 2. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008b.
- _____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2010a.
- _____. **Manifesto Comunista.** 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- _____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- _____. **Miséria da Filosofia.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **O Capital – crítica da economia política.** Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 31ª ed. 2013.

_____. **O Capital – Crítica da Economia Política.** Livro 1. Tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. **O Capital – crítica da economia política.** Livro 1. São Paulo: Civilização Brasileira, 2010b. Vol.1.

_____. **Para a Questão Judaica.** São Paulo: Expressão Popular, 2009b.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. **Manifesto Comunista.** 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

_____. **Manifesto do Partido Comunista.** Porto Alegre: L&PM, 2010.

MELO, E. **Os limites objetivos da política parlamentar no sistema do capital.** In.: PANIAGO, M.C. S. (org) **Marx, Mézárós e o Estado** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MELO, K. M. S. **Discurso, Consenso e Conflito: a (re)significação da profissão docente no Brasil.** Macéió: Edefal, 2011.

MENICUCCI, T. M. G. **Política de saúde no Brasil: entraves para a universalização e igualdade da assistência no contexto de um sistema dual.** Serviço Social e Sociedade. SUAS e SUS. Ano XXVI, n. 87, São Paulo: Cortez, 2006.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** Trad. Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008a.

_____. **A teoria da alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2006

_____. **Filosofia, Ideologia e Ciência Social.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2008b.

_____. **O poder da Ideologia.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. **Para Além do Capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MOREIRA, L. A. L; MACENO. T. E. **Educação, reprodução social e crise estrutural do capital.**; . In.: BERTOLDO, E.; MOREIRA, L. A. L.; JIMENEZ, S. (orgs.) **Trabalho, Educação e Formação Humana Frente à Necessidade Histórica da Revolução.** São Paulo: Instituto Lúkács, 2012.

MOURA, A. *et al.* SENADEn: expressão política da Educação em Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem;** 59(esp): 442-53, 2006.

NETTO, J.P. **A construção do projeto ético-político contemporâneo.** In.: **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo 1 – Brasília: Cead/ABEPSS/CFESS, 1999.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 2. ed., São Paulo:Cortez, 1992.

NOGUEIRA, C. M. **A divisão sexual do trabalho: um estudo das trabalhadoras de telemarketing.** In.: SOUSA, A. A.; ARRAIS NETO, E. A.; FELIZARDO, J. M. et al.

- (orgs.). **Trabalho, capital mundial e formação dos trabalhadores**. Fortaleza: Ed. Senac Ceará/Ed. UFC, 2008.
- OMENA, V. C. ; CORREIA, M. V. C. **A Relação Público e Privado na Saúde: Origem e Tendências Atuais**. In.: COSTA, M. G. ; PRÉDES, R. S. R. (orgs.). **Crise Contemporânea e Serviço Social**. Maceió: Edufal, 2010.
- PAIM, J. S. **Reforma sanitária brasileira: compreensão para compreensão e crítica**. Tese de Doutorado em Saúde Pública. UFBA, 2007. Não publicado.
- PANIAGO, M.C.S. **Keynesianismo, neoliberalismo e os antecedentes da “crise” do Estado**. In. PANIAGO, M. C. S.(org.) **Marx, Mészáros e o Estado**. São Paulo: Instituto Lúkács, 2012a.
- _____. **As políticas sociais, as lutas defensivas do Welfare State e a luta histórica pela jornada de trabalho de 10 Horas – contribuições problemáticas à luta pela emancipação do trabalho**. (2013). Disponível em <http://www.herramienta.com.ar/herramienta-web-13/politicas-sociais-lutas-defensivas-do-welfare-state-e-luta-historica-pela-jornada/> / Acesso em: 23/08/2014
- _____. **Mészáros e a Incontrolabilidade do Capital**. São Paulo: Instituto Lúkács, 2. ed. 2012b.
- PARO, V. H. (org.). **A teoria do valor em Marx e a educação**. São Paulo: Cortez, 2006.
- PERRENOUD, P. **Desenvolver as competências desde a escola**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1999.
- PIERATONI, C. R.; MACHADO, M. H.; FERREIRA, J. R. et al. (orgs.) **Trabalho e Educação em saúde no Mercosul**. Brasília/DF: Ministério da Saúde/Rio de Janeiro: Europa, 2008.
- PIMENTEL, E. **Uma “Nova Questão Social”? Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje**. Maceió: EDUFAL, 2007.
- PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20 – Taylorismo, Fordismo e Toyotismo**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- POCHMANN, M. **O emprego na globalização – a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. 3. reimp. São Paulo: Boitempo, 2007.
- PONCE, A. **Educação e luta de classes**. Trad. José Severo de Camargo Pereira. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- PORTO; F.; AMORIM, W. (Orgs.) **História da Enfermagem**. São Caetano do Sul/SP: Yendis, 2010.
- PORTO, M. C. S. **A Condição do Estado Assistencialista no Brasil Pós-constituinte: um exame sobre as determinidades das políticas sociais brasileiras em face das imposições do ajuste neoliberal**. Maceió: Edufal, 2007.

QUADROS, F. A. A. **Currículo Integrado: análise do processo de implementação do curso de enfermagem da universidade estadual de Mato Grosso do Sul.**

Dissertação de Mestrado. UCDB, 2008. Não publicado.

REVISTA REFERÊNCIA. História e Desenvolvimento da profissão e da Enfermagem científica. Coimbra/PT: *Referência - Revista de Enfermagem/Journal of Nursing*, 2011.

RODRIGUES, R. M. Enfermagem compreendida como vocação e sua relação com as atitudes dos enfermeiros frente às condições de trabalho. **Rev. Latino Americana Enfermagem**. Ribeirão Preto, v. 9, n.6, p.76-82, nov./dez., 2001.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** Campinas/SP: Autores associados, 1996.

_____. História, Trabalho e Educação: comentário sobre as controvérsias internas ao campo marxista. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 4-14, 2011.

_____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 10. ed. Campinas, Autores Associados, 2008.

_____. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.** Campinas/SP: Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34, 2007.

_____. **Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação.** In.: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (orgs.). **Capitalismo e educação.** 3. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2005.

SECAF, V.; RODRIGUES, A. R. F. Enfermeiros que deixaram de exercer a enfermagem: por que?. **Rev.latino-americana de enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 5-11, abril 1998.

SILVA, S. E. V.; CAVALCANTI, F. M. S. **O processo de formação do enfermeiro brasileiro face às imposições do modelo neoliberal.** Maceió: Edufal, 2013.

SILVA, S. E. V.; SILVA, M. S. **O processo de (des) identidade profissional da enfermagem.** Maceió: Edufal, 2014.

SILVA, T.T. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In.: GENTILI, P. A. A.; SILVA T. T. (orgs.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação – Visões Críticas.** Petrópolis/RJ : Editora Vozes, 2001.

SILVA, T. T., GENTILI, P. **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo.** Brasília: CNTE. 1996.

SILVA JÚNIOR, J. R. S. ; GONZÁLEZ, J. L. C. Reformas Educacionais, Competências e Prática Social. **Trabalho & Educação**, Vol.9. Belo Horizonte, 2001.

SOUSA, A. A.; ARRAIS NETO, E. A.; FELIZARDO, J. M. et al. (orgs.). **Trabalho, capital mundial e formação dos trabalhadores.** Fortaleza: Ed. Senac Ceará/Ed. UFC, 2008.

SOUZA, L. A. **AMQ – AVALIAÇÃO PARA MELHORIA DA QUALIDADE DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA:** as interfaces do discurso da qualidade total

na perspectiva da atenção básica à saúde. Arapiraca/AL: UFAL. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Enfermagem. Não Publicado.

SOUZA, M. N. **FLEXIBILIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO ÂMBITO DA SAÚDE E EDUCAÇÃO: um desafio às políticas públicas de corte social.** In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas – JOINPP , 8, 2011, São Luís/MA. Anais (on-line). Disponível em http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/TRANSFORMACOES_NO_MUNDO_DO_TRABALHO/FLEXIBILIZACAO_E_PRECARIZACAO_DO_TRABALHO_NO_AMBITO_DA_SAUDE_E_EDUCACAO.pdf . Acesso em 22/10/ 2014.

TEIXEIRA, F. J. S. **O neoliberalismo em debate.** In.: TEIXEIRA, F. J. S ; OLIVEIRA, M. A. Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva – As novas determinações do mundo do trabalho. Fortaleza: Cortez, 1998.

TONET, I. **Democracia ou Liberdade?** Maceió: Edufal, 2004.

_____. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana.** Ijuí: Unijuí, 2005.

_____. **Educação contra o capital.** São Paulo: Instituto Lúkács, 2012.

_____. **Método Científico – Uma Abordagem Ontológica.** 1ªed. São Paulo; Instituto Lukács, 2013.

VARELLA, T. C.; PIERANTONI, C. R. **A profissionalização do Enfermeiro no Brasil: um mercado de trabalho em transformação?** In.: PIERATONI, C. R.; MACHADO, M. H.; FERREIRA, J. R. et al. (orgs.) Trabalho e Educação em saúde no Mercosul. Brasília/DF: Ministério da Saúde/Rio de Janeiro: Europa, 2008.

VIEIRA, A. C. N. C. **A reforma da educação profissional e o currículo: considerações acerca da identidade profissional hoje.** In. MAGALHÃES, B.; BERTOLDO, E. (orgs.). Trabalho, educação e formação humana. Maceió: Edufal/PPGE/CEDU, 2005.

